História Secreta do Brasil

Caixa Postal, 1991 — São Paulo — Brasil

Serie 5.ª BRASILIANA *Vol. 76*
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

GUSTAVO BARROSO
Da Academia Brasileira

Historia Secreta do Brasil

PRIMEIRA PARTE
DO DESCOBRIMENTO A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

Desenhos de FLAVIO BARROSO

TERCEIRA EDIÇÃO



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio — Recife — Porto-Alegre
1939

Do mesmo autor

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL.

Segunda parte: *Da abdicação de D. Pedro I á maioridade de D. Pedro II.*

Edição da Civilização Brasileira S/A., Editora — 1937 — Rio de Janeiro.

Terceira parte: *Da maioridade de D. Pedro II á proclamação da República.*

Edição da Civilização Brasileira S/A., Editora — 1938 — Rio de Janeiro.

Em preparo:

Quarta parte: *Da proclamação da República á revolução de 1930.*

NESTA SÉRIE:

HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — Vol. 49.

"O mundo é governado por personagens muito diferentes dos que imaginam os individuos cujo olhar não penetra os bastidores".

(BENJAMIN D'ISRAELI, LORD BEACONSFIELD, — *Coningsby*, 1844).

"O que é verdadeiro vale por si mêsmo; mas ha verdades amargas e verdades doces, verdades úteis e verdades perigosas..."

(MARIUS ANDRÉ, — *La fin de l'empire espagnol d'Amérique*, pg. 67).

"Entre as falsas histórias que contares, lhes contarás a minha verdadeira..."

(TOMÁS ANTONIO GONZAGA, — *Lira* XVIII).

"Sob êste criterio é que deve ser pensada a nossa história, a história do subterraneo dos acontecimentos".

(MARIO SÁA. — *A invasão dos judeus*, pg. 110).

"Lendo as histórias... deparamos com êste fáto singular: em toda a parte o judeu aparecendo em luta com a nação em cujo seio habita".

(HUGO WAST, — *Oro*, pg. 7-8).

"Na sociedade, que é a humanidade no espaço, e na história, que é a humanidade no tempo, ha bacilos e toxinas de fórma humana que o olhar das gerações não descobre, que o olhar dos historiadores ignora ou, muitas vezes, finge ignorar, mas cuja existencia não é um misterio para o bacteriologista da sociedade e da história"...

(EMMANUEL MALYNSKI E LÉON DE PONCINS, — *La guerre Occulte*, pg. 90).

INDICE

NOTA DA EDITORA

Na "HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL", propõe o sr. Gustavo Barroso desprender da complexidade das forças que trabalharam na preparação dos acontecimentos politicos do Brasil, aquela que lhe parece predominante, senão decisiva, e, portanto, suficiente para nos dar, desses fatos, uma perfeita compreensão. E' uma sondagem profunda a que procede, á procura da verdade historica ou melhor da "historia subterranea dos acontecimentos". Terá o ilustre escritor encontrado o fio da meada? Terá o mergulhador conseguido trazer de suas sondagens, a perola da verdade historica ou uma parcela da verdade? Nos dramas, representados por personagens conhecidos, nos largos cenarios das agitações publicas, ou nos palcos dos teatros politicos, terá o seu olhar penetrado os bastidores? A todas essas perguntas que se reduzem, afinal, a uma só, responderão os seus leitores, que serão muitos e os seus criticos que serão bastante competentes para julgar da imparcialidade, segurança e penetração do historiador brasileiro.

E' certo que, como diz Disraeli, citado pelo proprio autor, "o mundo é governado por personagens muito diferentes dos que imaginam os in-

dividuos cujo olhar não penetra os bastidores". Mas, quantas vezes esses "personagens diferentes" longe de serem "causa", não passam de "instrumentos" das forças reais e profundas que governam os acontecimentos politicos? E quantas vezes, dada a complexidade dos fenomenos sociais, e, daí a dificuldade de ver claro, o que se aponta como bastidores reais, não é mais do que a armadura de cenarios fabricada pela parcialidade ou erguida pela imaginação? Em todo caso, este livro que representa um grande esforço de pesquisa, é realmente digno de exame e de reflexão, pela documentação abundante que nele se recolheu; e das discussões e divergencias que suscitar a sua leitura, poderá saltar um pouco de luz sobre as "zonas de misterio" de nossa história.

Dezembro, 1936.

O CONCEITO DA HISTÓRIA

A história não é propriamente uma ciência; é antes uma arte. Muitos espiritos avançados do século XIX se esforçaram para dar á história êsse conceito cientifico. Havia a mania generalizada do cientificismo. Seus esforços, porem, como que se anularam ante a concepção atual da história. O espirito do século XX é outro e não admite mais êsses exageros do cientificismo generalizado, querendo impôr a todos os departamentos e categorias do pensamento humano seus cânones empíricos ou pragmaticos.

A investigação dos fátos, a fixação das datas, a interpretação das dúvidas, o confronto e a análise dos documentos, devem certamente obedecer a principios rigorosamente cientificos. Mas a narração dos acontecimentos e sua fixação precisa, no tempo e no espaço, não são a verdadeira história, não fórmam completamente a história. Além disso, ha cousa mais importante, substancial, a projeção dos homens e dos acontecimentos no espelho das épocas, as idéas de cada século, seu espirito, seu genio proprio. São as mudanças dos aspétos inteletuais do mundo que transformam os criterios dos homens.

Para que a história deixe de ser uma cronologia sêca, um ról de fórmulas mnemónicas, é necessario iluminá-la com o esplendor solar das idéas, com a luz maravilhosa da vida espiritual. Assim, a história se reflete melhor na obra dos pensadores, escritores, poetas, dramaturgos e criticos do que na enumeração dos governantes, nas séries das batalhas ou nos salões dos congressos diplomaticos. Por isso, em geral, o que se aprende na história são os movimentos dos corpos sociais, ignorando-se a ação e a vida das almas sociais, das almas dos povos. A verdadeira história seria a revelação da vida espiritual dos homens.

"A história é obra representativa — escreve um mestre — e, portanto, deve ser uma obra de arte. Não nego os meritos da investigação cientifica no campo da história. Sobre essa investigação se edificaram os mais belos monumentos da arte, no gênero mais dificil entre os gêneros literarios. Entre a obra de arte histórica e a investigação que lhe serve de base, ha a mêsma diferença que entre a anatomia e a escultura estatuaria. O escultor precisa conhecer a fundo, cientificamente, a anatomia do corpo humano; entretanto, isso não é o bastante para que sua obra seja considerada cientifica. Nas fórmas humanas representadas no mármore, revela-se um espirito, na emoção e nos sentimentos expressos pelas atitudes e gestos da estátua".

Esta página do magnifico livro "La Guerre Occulte", de Emmanuel Malynski e Léon de Poncins termina com estas palavras profundas, que resumem a história da humanidade nos últimos tempos: "Ainda se tem em vista toda a hierarquia humana, quando o mundo começa a se afastar do Cristo, no Renascimento. Ainda se teem em vista os Principes e os Reis, quando se afasta do Papa e do Imperador, na Reforma. Ainda se tem em vista a Burguêsia quando se retiram da nobreza Reis e Principes, que são os seus pontos culminantes, na Revolução Francêsa. Ainda se tem em vista o Povo, quando se ultrapassa o plano da Burguêsia, de 1848 a 1917. E não se tem mais em vista senão a bôrra social guiada pelo judeu, quando se vai alem das massas, em 1917".

Todo êsse plano, em todas as nações, foi cuidadosamente elaborado e lentamente executado pelo judaismo, raramente a descoberto e sempre embuçado nas sociedades secretas. Judaismo e maçonarias crearam um meio social propicio á guerra do que está em baixo contra o que se acha em cima, desmoralizando e materializando a humanidade pelo capitalismo mamónico, dividindo-a e enfraquecendo-a intimamente pela democracia, separando-a e tornando-a agressiva pelo exagero dos nacionalismos, dissolvendo-a e descaraterizando-a pelo cosmopolitismo, encolerizando-a pelas crises economicas e enlouquecendo-a com o co-

munismo. Conhecendo isso, é que se póde dar seu verdadeiro caráter aos acontecimentos históricos e mostrar a verdadeira fisionomia das revoluções.

Até hoje se teem escrito histórias politicas do Brasil. Empreendo nêste ensaio a história da ação deletéria e dissolvente dessas forças ocultas. Até hoje se escreveu a história do que se via a ôlho nú, sem esforço. Esta será a historia daquilo que somente se descobre com certos instrumentos de ótica e não pequeno esforço. E' a primeira tentativa no género e oxalá possa servir de ensinamento á gente moça, a quem pertence o futuro.

GUSTAVO BARROSO.

"Ha duas histórias, a oficial, mentirosa, *Ad Usum Delphini*, e a secreta, em que estão as verdadeiras causas dos acontecimentos, *História Vergonhosa*".

(BALZAC — *Les illusions perdues*, t. III)

CAPITULO I

O MONOPÓLIO DO PAU-DE-TINTA

Amanhecera o dia 25 de setembro do ano da Graça de 1498 e o que ia acontecer teria repercussão mais tarde nos destinos do Brasil, que ainda não fôra descoberto. A armada portuguêsa de Vasco da Gama ancorára deante da costa baixa e emoldurada de palmeiras da ilha de Anchediva, a doze leguas de Gôa. Das longas vergas e das inclinadas antenas das náus se desdobravam, secando lentamente ao sol matutino, as lonas das velas em que a salsugem dos mares nunca dantes navegados esmaecera a côr vermelha das cruzes da Ordem de Cristo.

Sobre o castelo de pôpa, lavrado de douraduras e eriçado de falconetes (1) de bronze, fundidos nos arsenais de Genosa, o almirante conversava com os capitães, olhando a faina de limpeza a que se procedia em alguns navios. No seu, a capitánea "S. Gabriel", contra-mestre e maruja preparavam as espias que deviam puxá-lo até a praia lisa, onde morriam, sorrindo em espumas, as ondas do oceano Indico, afim de ser raspada a carena crostada de mariscos e algas na longa travessia dos mares tenebrosos.

O vigia do "S. Gabriel", asinalou um barco ao longe, que se aproximou, arfando sobre a toalha azul das aguas, debaixo da concha muito azul do céu. Era um paráu que vinha de Gôa, tangindo pela sua vela pardusca de esteira. Encostou á náu. Um homem galgou o portaló e saltou no convés. Vestia á maneira indú: mundaçó á cabeça, terçado á cinta, brincos nas orelhas. O nariz adunco se encurvava para os beiços húmidos e sensuais.

---

(1) Pequenas peças de artilharia.

Queria falar ao almirante a quem abraçou, como se usa no Oriente, com expansões. Curvando-se em salamaleques, disse em pessimo italiano que era cristão levantisco, viera muito criança para as terras do mouro Sabayo, senhor da ilha e da cidade de Gôa. Enquanto falava, seus olhos miudos e vivos, como os dum camondongo, espreitavam todo o navio, detendo-se sobretudo na artilharia, como a computar-lhe o número de peças e a força de cada uma.

Vasco da Gama sorria na sua barba açoitada pelo vento. De repente:

— Mestre!

Um português moreno e semi-nú, de farta bigodeira, de braços peludos e atleticos, levantou a cabeça dentre os marujos que desenrolavam os cabos de cánhamo. E o almirante deu-lhe esta ordem:

— Amarre êste espião ao mastro e meta-lhe o calabrote

Num abrir e fechar de olhos, o levantino estava nú da cintura para cima, amarrado ao mastro grande, e um chicote de cabo alcatroado cantava-lhe nas carnes que se tingiam de sangue.

— Eu digo toda a verdade! uivou o supliciado na sua algaravía.

Os açoites pararam, o almirante aproximou-se e o homem disse a verdade: não era cristão, nem levantisco; era judeu e natural da Polonia. Os azares de sua vida aventureira e errante haviam-no trazido á India. O Sabayo mandara-o como espião, mas preferia servir aos portuguêses. A armada do Sabayo era grande e poderosa, bem tripulada de rumes (2) e bem provida de canhões venezianos.

No dia 26 de setembro, a frota dos Lusiadas fazia-se de vela para Portugal e levava a bordo o astuto e inescrupuloso judeu polaco, "por ser de grande

---

(2) Soldados mussulmanos da India, mercenarios levantinos ou turcos. Cf. Alberto O. de Castro, "A cinza dos Myrtos", pag. 193; Dalgado, "Glossario Luso-Asiatico", t. II, pags. 264 e segs.

experiencia e mui conhecedor das cousas da India, o qual foi, mais tarde, batizado e recebeu o nome de Gaspar da Gama, sendo vulgarmente conhecido por Gaspar das Indias. Êste judeu conversava muitas vezes com El Rei D. Manuel, que folgava de lhe ouvir falar sobre as cousas da India, e lhe fez muitas dádivas e mercês. A Vasco da Gama e outros almirantes portuguêses, Gaspar das Indias prestou inestimaveis serviços (3)".

Dois anos depois, vestida de luto, como era praxe na época, quando as armadas iam em busca de terras desconhecidas, a côrte manuelina assistia do eirado da torre de Belem a partida dos navios de Pedro Alvares Cabral. O judeu Gaspar embarcára na náu do capitão-mór como lingua e conselheiro, hoje diriamos interprete e técnico, em cousas e negocios das Indias. Seus olhos vivos e espertos, olhos de rato fugido dos ghettos da Polonia, viram o nosso Brasil no primeiro dia do seu amanhecer. Ao lado de Pedro Alvares Cabral, "de quem não se apartava", avistou o vulto azul do monte Pascoal nos longes do horizonte, contemplou a terra virgem e dadivosa, a indiada núa e emplumada de cocares, assistiu á primeira missa celebrada por frei Henrique de Coimbra e ouviu a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha.

O judeu Gaspar da Gama fez toda a viagem de Pedro Alvares Cabral: Moçambique, Melinde, Cananor, Calecut, Cochim; tornou ás Indias em 1502 e 1505 com seu padrinho Vasco da Gama. Na última dessas expedições, encontramo-lo com o nome de Gaspar de Almeida, "por amor do Viso-Rei, de quem era estimadissimo", declara um panegirista dos judeus (4). Por adulação e baixeza, afirmamos deante

---

(3) Solidonio Leite Filho, "Os judeus no Brasil", ed. J. Leite & Cia., 1923, pgs. 24 e 25. A documentação do resto do capitulo está em Gaspar Corrêa, "Lendas da India", tomo I. Entre as mercês, segundo Damião de Góis, "Crónica d'El Rei D. Manuel", pg. 32: fê-lo cavaleiro de sua casa, deu-lhe tenças, ordenados, oficios.

(4) Solidonio Leite Filho, op cit., pag. 27,

dos fátos. Batizado por Vasco da Gama, o israelita tomou, de acordo com o costume em má hora instituido por D. Manuel e que estragou na judiaria os grandes apelidos da nobreza lusa, o nome de familia de seu padrinho; mas, quando a estrela do navegador se foi empanando ante a gloria de D. Francisco de Almeida, o poderoso Vice-Rei do Ultramar, o hebreu mesquinho abandonou o nome de Gama e adotou o de Almeida, sem mais tirte nem guarte...

Ao tempo do governo de D. Francisco de Almeida, o judeu Gaspar da Gama, de Almeida ou, simplesmente, das Indias, casou-se com uma judia, "grande letrada na lei". Veja-se bem como os Gama, os Cabral e os Almeida não seriam ilaqueados na sua bôa fé de navegadores rudes e de heroicos batalhadores pela lábia e a solercia do judeu polonês! Batizado, sua conversão era tão *sincera* que se unia, não a uma cristã, mas a uma israelita ferrenha, talmudista praticante. Foi ela quem fez com que os judeus das sinagogas indús comprassem as biblias hebraicas que vendia Francisco Pinheiro, filho do Corregedor da Côrte de D. Manuel, o doutor Martim Pinheiro, por mando dêste, decerto cristão-novo ou cristão judaizante. O episodio mostra como os judeus, secretamente, influenciavam as decisões dos grandes navegadores (5), manobravam nos bastidores da governação das Indias e até faziam proselitismo e propaganda religiosa através do proprio Corregedor da Côrte, magistrado cuja maior atribuição era perseguir o judaismo. A história, referida pelos cronistas, da *arca de biblias*, EM HEBRAICO, enviadas de Lisbôa para a India, é um tanto escura. Não ha, infelizmente, documentação que faça suficiente luz sobre o interessante assunto.

---

(5) C. Solidonio Leite Filho, op. cit., pag. 25: "A sua voz (do judeu Gaspar) foi sempre acatada nos conselhos dos capitães". Na India, até o grande Afonso de Albuquerque, conforme depõe Gaspar Corrêa, "Lendas da India", tomo II, pag. 177, muito se aconselhava, com seu interprete, o judeu Hucefa. A tôla confiança do cristão no judeu é que permite a êste dar os seus botes...

A vinda do judeu Gaspar ao Brasil está iniludivelmente comprovada pelas INSTRUÇÕES dadas ao capitão-mór Pedro Alvares Cabral, conservadas entre os documentos da Torre do Templo, que se referem pessoalmente a êle. Fugido ás perseguições que, do meado do século XV ao começo do XVI, se desencadearam na Polonia contra os israelistas, cortára as gadelhas reveladoras de sua procedencia e afundára-se no Oriente, tendo alcançado as Indias, depois de viver em Jerusalem e Alexandria. Segundo o autor das "Lendas da India", Gaspar Corrêa, o rei D. Manuel recomendou que êle servisse com Pedro Alvares Cabral, porque lhe havia dado "muyta enformação das cousas da India".

Em Porto Seguro, quando as náus portuguêsas lançaram ferros, no ano da Graça de 1500, o judeu procurou entender-se com os selvicolas, recorrendo ás linguas e dialetos que aprendera no Oriente. Não se fez entender, nem entendeu patavina. Mas compreendeu o que poderia valer a nova terra, na qual, se se quisesse plantar, daria tudo, como anunciava o escrivão da feitoria de Calecut embarcado na Real Armada.

Para não sermos taxado de fantasista ou parcial, damos a palavra ao panegirista dos judeus, sr. Solidonio Leite Filho, grifando suas afirmações mais importantes: "Talvez *por seu intermedio tivessem os israelitas percebido dêsde logo a importancia do novo descobrimento*, que pouco impressionára o ambicioso espirito do afortunado monarca português, cujas atenções estavam inclinadas para as riquezas da India. *Aproveitando-se desta opinião*, conseguiram *alguns cristãos-novos*, a cuja frente se achava Fernando de Noronha, *arrendar a terra havia pouco descoberta. Sabiam êles* PERFEITAMENTE *que o comer-*

cio do páu-brasil, só por si, os indenisaria das despesas" (6).

Êstes grifos auxiliam a clara visão do primeiro capitulo da história do Brasil, tão diferente do que nós aprendemos nas escolas. Aos meninos e rapazes somente se mostra o palco e ninguem se lembra de levá-los aos bastidores, onde os atores mudam de vestimenta e estão á vontade. Aprende-se unicamente a aparencia da história, que é o melhor meio de ocultar a sua essencia. Na verdade, um judeu aventureiro da Polonia, apanhado por Vasco da Gama em flagrante delito de espionagem, adere aos lusos que o chicoteiam, batiza-se, toma nome fidalgo, casa com uma judia talmudista e vem, com Cabral, ao Brasil, que examina em primeira mão. Os portuguêses estão hipnotizados pela India, sonham epopéas e conquistas. Êle não sonha nada, olha praticamente a vida, calcula todas as vantagens materiais. Que lhe importam os açoites amarrado ao mastro do "S. Gabriel" e a agua lustral do batismo? Por êsse preço pagou o direito de assoprar *enformações* ao ouvido de D. Manuel o Venturoso e de dar hábeis pareceres, logo aceitos, nos "conselhos dos capitães". Sua raça continuará a hipnotizar os lusos na conquista, navegação e comercio da Etiopia, Arabia, Persia e India, afim de que se possa enriquecer com os produtos que afloram por toda a vasta extensão da Terra de Santa Cruz, que um esforçozinho de cartógrafos e cos-

---

(6) Op. cit., pags. 36 e 37. Vejamos como *sabiam* perfeitamente. A 28 de abril de 1500, as equipagens de Pedro Alvares Cabral descem á Terra para cortar lenha e pela primeira vez o machado dos civilizados retumba nos troncos das virgens florestas do Brasil. Cf. J. M. de Macedo, "Efemóride Histórica do Brasil", Tip. do Globo, Rio, 1877, pag. 261. Nesse córte de madeira, com certeza, o judeu Gaspar descobriu o *pau-brasil*, pois conhecia, como pratico das cousas do Oriente, o *verzino colombino* de Ceilão. Nada disse a Cabral, nem ao Rei; mas informou os cristãos-novos, seus irmãos. Não é claro como agua?...

mógrafos judeus ou inspirados por judeus mais adeante mudará em Terra do Brasil (7).

Compulsemos Capistrano de Abreu em suas notas a Varnhagem e êste em suas notas ao "Diario de Navegação" de Pero Lopes de Souza. O cristão-novo Fernando de Noronha, que tomára êste nome fidalgo com a mêsma desfaçatez com que o judeu polonio tomara os de Gama e Almeida, em 1503, associado a outros cristãos-novos, equipára uma frota e saíra do Tejo, no mês de maio, rumo ao oeste. Navegação feliz. A 24 de junho, dia de S. João, pôs a capa sobre uma ilha penhascosa, de praias brancas, aqui e ali vestida de vegetação luxuriante. Os marujos deram-lhe o nome de S. João devido á data do descobrimento. Os israelitas mudaram-no mais tarde para o do proprio armador e comandante da frota, Fernando de Noronha.

Como e por que vinham tão cedo, mal findára a viagem redonda de Cabral e com êles conversára seu irmão Gaspar das Indias sobre as riquezas da nova terra? O judeu Fernando de Noronha e seus socios haviam *arrendado* o Brasil a D. Manuel, que continuava dentro do sortilegio, "deslumbrado com as maravilhas da Asia". Pelo contráto de arrendamento, os judeus deviam mandar todos os anos seis navios ao Brasil, para explorar ou descobrir trezentas leguas de costa para alem dos pontos já conhecidos, ficando um forte no extremo em que tocassem. Êsses navios poderiam levar quaisquer produtos para a metrópole sem pagar o menor imposto, tributo ou finta, no primeiro ano; pagando um sexto do valor, no segundo, e um quarto, no terceiro. O prazo do arrendamento, como se vê, era de tres anos. (8).

---

(7) Simão de Vasconcelos, "Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil", ed. A. J. F. Lopes, Lisbôa, 1765, pag. XXXII, 9: "...Terra de Santa Cruz, titulo que depois converteu a cobiça dos homens em Brasil, contentes do nome de outro páu bem diferente do da cruz e de efeitos bem diversos".

(8) Piero Rondinelli, "Raccolta Colombiana", 3.ª parte, vol. II, pag. 121

No dia 24 de janeiro de 1504, D. Manuel fez doação da ilha de S. João a Fernando de Noronha, a qual foi confirmada por D. João III em 3 de março de 1522. Desta sorte, antes de dividido o Brasil em capitanias hereditarias, muito antes das primeiras concessões de sesmarias, origem dos primitivos latifundios, a corôa portuguêsa alienava uma parte do Brasil, dando-a de mão beijada a um judeu traficante do páu de tinta que era a anilina daquêle tempo.

Terminou o praso do arrendamento da costa brasileira em 1506. Fernando de Noronha agenciou na côrte sua renovação ou prorrogação, obtendo-a por dez anos, em troca do pagamento anual de quatro mil ducados, o que deixa ver que os lucros auferidos no comercio da madeira de tinturaria, unico no amanhecer da vida brasileira, não tinham sido de desprezar. Alem da prorrogação, os judeus obtinham o monopolio do negocio, pois que o rei se obrigava a não permitir mais o "trato do páu-brasil com a India". Era, com efeito, do Oriente que vinha o páu de tinta, *berzi* ou *verzino*, segundo Muratori e Marco Polo. O descobrimento do nosso país, em verdade, graças ás informações levadas pelo astuto judeu que Vasco da Gama açoitára e conduzira á pia batismal, tivera como resultado a formação, para empregar linguagem moderna, dum TRUST DAS ANILINAS. Naturalmente. Que era o monopólio do comercio da madeira tintorica, dêsde que o *sapang* de Java e Ceilão fôra corrido dos mercados europeus, senão isso? Tanto assim que os navios do *consorcio* Fernando de Noronha carregavam por ano de nossas matas litoráneas a bagatela de "vinte mil quintais da preciosa madeira"! (9). O primeiro carregamento foi levado logo em 1503, dois anos após o descobrimento (10).

---

(9) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 37; Leonardo de Cha de Messer *in* "Livro comemorativo do Descobrimeno da America", ed. da Academia de Ciências de Lisbôa.

(10) Melo Morais. "Crónica do Imperio do Brasil". 1879. pag. 19.

A famosa náu "Bretôa", que, em 1511, veiu ao Brasil carregar o páu, batendo a costa até o cabo Frio, foi armada e despachada por Fernando de Noronha e seus amigos (11).

Nêste primeiro capitulo de nossa história, encarada por um método novo e verdadeiro, se veêm o palco e os bastidores. No palco: a armada de Cabral com as velas pendentes em que o sol empurpurava as cruzes heraldicas; a cruz erguida na praia, deante da qual um frade diz a primeira missa; um padrão cravado no solo virgem da terra descoberta, em fórma de cruz; a cruz no punho das espadas linheiras que retiniam de encontro aos coxotes de aço fôsco; a cruz nas bandeiras alçadas, os nomes de Vera Cruz e Santa Cruz impostos a toda a nova região americana: o idealismo cristão, o heroismo cristão, o sentido cristão da vida, a propagação da Fé e a dilatação do Imperio que a gesta dos Lusiadas cantaria com o ritmo do rolar das ondas. Nos bastidores, manobrando os cenarios e arranjando as vestiduras, o judeuzinho de Gôa o cristão-novo Fernando de Noronha, os cristãos-novos e israelitas do seu consorcio comercial, inspirados pela Sinagoga e pelo Kahal, realizando o lucro á sombra do idealismo alheio, ganhando o ouro á custa do esforço e do sangue dos outros; apagando o nome da Cruz com o nome do páu-brasil, o que indignou a João de Barros (12); usando a epopéa da navegação e o poema do descobrimento para a fundação trivial dum monopólio de anilinas...

---

(11) Solidonio Leite Filho, idem, idem. Capistrano de Abreu, "O descobrimento do Brasil", pag. 267, Varnhagen, "História Geral do Brasil", 1.ª ed., I, pags. 427-432. "Diario de Pero Lopes", Rio de Janeiro, 1867.

(12) "Decadas": ...como que importava mais o nome dum páu que tinge panos que daquêle páu que deu tintura a todos os Sacramentos por que somos salvos...

CAPITULO II

O EMPÓRIO DO AÇÚCAR

Passaram-se muitos anos antes que a corôa portuguêsa desse fé do Brasil. Monarca e povo "tinham os olhos ofuscados pelos resplendores das pedrarias do Oriente (1)". Êsse pensamento repete-se de tal modo nos historiadores filojudaicos que somos forçados a admitir o propósito por parte dos judeus em conservar as atenções voltadas para outro lado, afim de poderem, á vontade, não só tirar, sem grande trabalho, á custa de bugigangas dadas ao indio, milhares e milhares de quintais de páu-brasil, produtor de tintura, ou de canafistula produtora de mirra (2), como de preparar uma espécie de refugio para a sua raça dêste lado do Atlantico. "Aconteceu que os judeus fôram obrigados a emigrar, açoitados por uma perseguição feroz (1506). Seu instinto mercantil *adivinhára* (3) as riquezas naturais do Novo Mundo. Teriam aqui tranquilidade e segurança. O Santo Oficio não os inquietaria (4)". Tanto assim que a ordem dos Dominicanos, á qual estava quasi sempre aféto êste tribunal, nunca logrou estabelecer-se no Brasil. Em todo o nosso vastissimo país, não existe um unico convento de S. Domingos. O número e a influencia dos cristãos-novos impediram o funcionamento da Inquisição entre nós. Houve somente *visitações* e quem lê seus processos fica assombrado da persistencia do judaismo nos marranos converti-

---

(1) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 39.

(2) "Livro do Centenario", I, 42, carta de Americo Vespucio a Pedro Soderini.

(3) O grifo é nosso. O historiador diz *adivinhára*, porque não se lembrou do espião Gaspar da Gama, que veiu reconhecer a terra e levou, em 1501, informações á Sinagoga lisboeta. Em 1503, o páu de tinta já estava sendo carregado!

(4) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", ed. da Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1933, pag. 12.

dos e que viviam dentro da religião católica com o simples fito de auferir vantagens. Aliás, êsse sistema vem do fundo dos séculos: em Roma, já havia os cripto-judeus ou judeus ocultos (5).

Citemos dois exemplos elucidativos dessa persistencia: o cristão-novo Jorge Fernandes, que veiu para aqui ao tempo do segundo Governador Geral, D. Duarte da Costa, e faleceu em 1567, antes de morrer pediu que lavassem e sepultassem o cadaver segundo os ritos da Sinagoga; o cristão-novo Afonso Mendes, vindo com Mem de Sá, costumava ás escondidas açoitar o crucifixo... Até freiras claustradas judaizavam... (6).

No Reino, as Ordenações puniam com rigor os cristãos-novos judaizantes. Num país bárbaro em vias de colonização, as leis eram, naturalmente, interpretadas com maior benevolencia e liberalidade, permitindo o proprio meio melhor defesa para os acusados, até mêsmo a facilidade da fuga e da ocultação. Fechavam-se os olhos sobre muita cousa (7). "Não admira, pois, que as familias hebréas tivessem emigrado para a America Portuguêsa, onde, livres dos tribunais do Santo Oficio, viviam na mais absoluta tranquilidade, *guardando a lei de Moisés* (8)". Vieram, assim, para o Brasil, nos primeiros tempos, os Guilhens, os Castros Boticarios, os Mendes, os Rabelos, os Antunes, os Valadares, os Bravos, os Nunes, os Sanches, os Diques, os Cardosos, os Coutinhos, os Montearroios, os Cirnes, os Ximenes, os Peres, os Calaças, os Teixeiras, os Rodrigues, os Barros, os Siqueiras. Anos e anos deslisaram sobre muitos dêles sem lhes abrandar a impenitencia talmudista. Con-

---

(5) Chamberlain, "Die Grundlagen des neunzehnten Jahrhunderts".

(6) Rodolfo Garcia, "Os judeus no Brasil Colonial" in "Os judeus na História do Brasil", pags. 13, 14 e 41, ed. do vendedor de livros judeu Uri Zwerling. Êste israelita fez o livro como propaganda judaica, mas, muito ignorante, coitado! aceitou o que lhe quiseram dar e a obra é um repositório de documentação anti-judaica.

(7) Cf. João Ribeiro, "História do Brasil", pag. 78

(8) Solidonio Leite Filho, op. cit., pag. 46.

tinuaram, como rezam os documentos coévos, "convictos, fictos, falsos, simulados, variantes, revogantes, impenitentes, profluentes, diminutos, conflitentes, negativos e pertinazes", merecendo as penas inquisitoriais (9). Rodolfo Garcia (10) acha que "o Caramurú, João Ramalho, Francisco de Chaves, o proprio misterioso bacharel de Cananéa, aquêle castelhano que vivia no Rio Grande do Norte, entre os Potiguaras, com os beiços furados como os dêles, e tantos outros desconhecidos — seriam quiçá dêsse número de judeus, colonizadores espontaneos das terras de Santa Cruz".

Com efeito, "os navios que, enviados pela corôa portuguêsa, aportavam ás nossas plagas duas vezes por ano traziam *somente* judeus e degredados, com os quais se formou o primeiro núcleo de população (11). Isto confirma a suposição de Rodolfo Garcia, da qual só discordamos quanto a Caramurú. A religiosidade de Paraguassú, sua mulher, como que demonstra o espirito profundamente católico do marido, o que se não dá com os cristãos-novos. Vêde como João Ramalho, por exemplo, se obstina em não praticar o culto católico e entra em luta contra os padres da Companhia de Jesus.

O monopólio da madeira de tinturaria, habilmente conseguido por Fernando de Noronha e seu grupo, vivia de alimentar a desatenção do rei D. Manuel quanto ao Brasil, levando-o a só dar tento aos negocios da India. Enquanto isso, por via da proibição do comercio do páu-de tinta com o Oriente, o consorcio judaico se ia enchendo de ouro. Cada quintal de madeira posto em Lisbôa ficava, com todas as despezas, por meio ducado. Era vendido em Flandres

(9) Vide "Primeira visitação do Santo Oficio ás Partes do Brasil" pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, ed. de Paulo Prado, 1922, 1925, 1929.

(10) Loc. cit. pag. 10.

(11) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 40. Cf. W. Sombart "Die Juden in des Wirtchaftsleben, pag. 34.

por dois e meio a tres ducados (12.) Lucro formidavel! Êsse lucro atraiu, naturalmente, "a cobiça dos corsarios europeus", sobretudo diepêses e maloínos. Seus barcos percorreram a costa, arribaram ás abras e enseadas, comerciando com o gentio e carregando o brasil. Não era mais unicamente o judeu luso que exercia a função comercial de *brasileiro.* Outros a disputavam: francêses, alemães, espanhóis, inglêses e, entre êles, muitos judeus dessas procedencias.

Aí, os socios de Fernando de Noronha e êle mêsmo, decerto, compreenderam que era necessario reagir contra os piratas audazes, que vinham de Honfleur, Dieppe, Saint-Malô, San Lucar, Corunha e outros portos para a Terra dos Papagaios, considerada *res nullius.* Para comerciar e lucrar, os judeus do grupo Noronha estavam sempre prontos; mas, para trocar tiros mortiferos de bombarda e arcabuz de navio a navio, no balanço das ondas, ou saltar de terçado em punho nas abordagens furiosas a bordo do barco inimigo, êles absolutamente não tinham sido feitos. Povo eleito para tudo, menos para a luta armada, o judeu segue o preceito do Talmud, que diz: "na guerra, sê o último a partir e o primeiro a voltar"... Todavia, como expelir os piratas que prejudicavam o futuroso negocio da tinturaria? Era preciso apelar para o Rei Afortunado, que perseguia o judaismo, mas se deixava influenciar pelos conselheiros hebreus, entre os quais o sabio Gaspar da Gama. Êle, sem dar por isso, ia servir para defender os inocentes cristãos-novos que ganhavam o minimo de dois ducados em cada quintal de páu-brasil. Era chegada a hora de entrar em cena o cristão velho, afim de derramar seu sangue, batendo-se contra os corsarios que estavam prejudicando grandemente os lucros opimos do Kahal...

---

(12) Peragalo, "Memórias do Centenario", pags. 83-84.

Eis porque, logo, o soberano voltou sua atenção para o Brasil. Os hebreus a desviaram, quando assim era preciso; agora, a solicitavam. "Foi graças aos israelitas — escreve seu panegirista (13) — que Portugal começou, já nos últimos tempos de D. Manuel, a perceber a importancia da Terra de Santa Cruz". O rei observou tambem "os esplendidos resultados colhidos pelos hebreus em *prejuizo do erario* (14)"; e decidiu a colonização do novo país. Dêsde mais ou menos 1516, começou a tomar medidas nêsse sentido, bem como assecuratorias do comercio do páu-brasil. Naquêle ano, Cristovam Jaques vem com dois navios policiar a costa e fundar uma feitoria em Pernambuco, a qual floresce. Nela se faz a primeira experiencia do plantio da cana de açúcar, riqueza que, em breve, vai suceder à da extração da madeira de tinturaria. O ciclo da indústria extrativa vai desaparecer e será substituida pelo da açucareira, cujo emporio enriquecia os judeus e marcava o segundo periodo da história colonial. Em 1530, Martim Afonso de Souza dá caça aos corsarios francêses, reaviva os vestigios do dominio de Portugal, distribúe povoadores, bate a costa até o Prata e traça o primeiro contorno politico da colonia (15). Em Cananéa, encontra, servindo de lingua ou interprete, o judeu Francisco de Chaves; em S. Vicente, no meio dos goianases, o judeu João Ramalho. Aí se lançam os "fundamentos de uma verdadeira colonia, a primeira que se construiu á bôa maneira portuguêsa (16)".

A corôa dava licença a quem quisesse tentar fortuna no Brasil, com a condição de pagar-lhe o quinto dos produtos; a Casa da India fornecia instrumen-

---

(13) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 40.

(14) Idem.

(15) Pedro Calmon, op. cit. pags. 13-15.

(16) Idem, pag. 14.

tos de lavoura e ferramentas a quem desejasse ir povoar a nova terra; favorecia-se com os meios necessarios a quem fôsse capaz de dar principio a engenhos de açúcar (17).

No século XVI, o açúcar era raro e caro. Até o achado do caminho das Indias, pelos portuguêses, o pouco açúcar que chegava á Europa vinha do Oriente, trazido e distribuido pelos venezianos. As populações européas, na sua maioria, contentavam-se com o mel das abelhas para suas comidas e bebidas. Só os ricos conheciam o açúcar oriental. Imagine-se a revolução economica produzida pela entrada á larga do açúcar nos mercados em que antes não aparecia.

Já nas ilhas de S. Tomé, Cabo Verde e da Madeira se cultivava a cana; porém, na mão dos judeus, o Brasil iria ser o verdadeiro instrumento dessa revolução, cujas últimas cenas ainda se estão desenrolando em Cuba.

Morto D. Manuel, D. João III prossegue no intuito de povoar e colonizar o Brasil. Além de fazer várias doações de latifundios a fidalgos ilustres e de confirmar outras de seu antecessor, como a ilha de S. João ao cristão-novo Fernando de Noronha, dividiu o imenso territorio em dose capitanias hereditarias. Êsses feudos de cincoenta a cem leguas de litoral fôram concedidos a escolhidos capitães cobertos de serviços, como Duarte Coelho, Martim Afonso, Pero Lopes, Aires da Cunha, Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho; a homens ricos, como Pero de Campos Tourinho; a altos funcionarios do Reino e outros, como Jorge de Figueiredo Corrêa, Fernando Alvares de Andrade, Antonio de Barros Cardoso e João de Barros.

A cargo dos donatarios das capitanias, deixou o governo real povoação e defensão das novas terras e dos estabelecimentos que montassem, o que não

(17) Varnhagen, "História Geral do Brasil", pag. 145. Solidonio Leite Filho op. cit. pag. 41.

era cousa fácil, pois os piratas costumavam destruir o que podiam. Em 1530, um galeão francês não arrazou o primeiro engenho de açúcar da America, o do capitão Pero Capico, em Pernambuco, fundado em 1516? (18) A fazenda real não se podia consumir nêsse serviço e por isso largava em mãos dos concessionarios todo o peso da colonização. Dois dêles meteram ombros á empresa e suas capitanias progrediram: Pernambuco e S. Vicente. Outros abandonaram as doações. Ainda outros apelaram para os judeus ou lhes venderam suas terras.

"Não podendo recusar trabalhadores, os capitães-móres estenderam ás pessôas de origem hebraica os favores concedidos ás demais. Fundados nos privilegios excepcionais que lhes davam doações e forais, trouxeram algumas familias israelitas (19), tendo um dos donatarios contratado com judeus laboriosos a montagem de engenho em Pernambuco... Quando os capitães-móres chegaram ás suas terras, aí encontraram, exercendo grande influencia sobre o gentio, varios cristãos-novos, vindos durante os trinta anos em que o governo português as deixara em quasi completo abandono. Qualquer perseguição contra êles provocaria o odio dos indios, o que tornaria dificultosissima, senão impossivel, toda tentativa de estabelecimento. Para a colonização das capitanias, seu auxilio era, portanto, precioso e necessario (20)".

O exemplo de João Ramalho é, dêsse ponto de vista, o mais concludente possivel. "Bastaria para demonstrá-lo o odio que sempre teve pelos jesuitas, mantendo contra êles uma luta incessante, o que naquela época de fanatismo e submissão ao clero era de estranhar". O mêsmo autor destas linhas, que é

---

(18) Pedro Calmon, op. cit. pag. 18.

(19) Varnhagen, "Antonio José da Silva" in "Revista do Instituto Histórico", vol. IX, pag. 114.

(20) Solidonio Leite Filho, op. cit. pags. 41-42.

judeu (21), acrescenta: "Mas o que confirma incontestavelmente a origem judaica de João Ramalho deu origem a inúmeras controversias. Grande número de historiadores negava-lhe todo valor, achando que se tratava de um traço sem sentido; outros afirmavam o contrário, sem apresentar, porém, argumentos convincentes. No principio dêste século foi publicado um trabalho em que o Kaf de João Ramalho era apresentado como um signo esoterico, cabalistico, o que, apesar de não se prender bem ao caso, viria indicar que João Ramalho era um estudioso da Cabala, *como a maioria dos judeus daquela época* (!). Hoje, porém, com os recentes estudos do sr. Ben Israel, diretor dêste almanaque (22), podemos afirmar que a questão se acha plenamente esclarecida e pela afirmativa. Trata-se de um Kaf, um verdadeiro Kaf, sem sentido cabalistico e êsse Kaf demonstra que João Ramalho era judeu, do mais puro sangue. O sr. Ben Israel demonstra que todo judeu pertencente á estirpe dos "cohannin", plural de "cohen" (descendentes de Aarão, sacerdotes hereditarios do povo judeu), acrescentam, ainda hoje, á sua assinatura duas letras hebraicas, um Kaf e um Tzedek, iniciais das duas palavras "cohen tzedek", isto é, cohen puro. Destas duas letras formou-se até um nome: Katz, que é hoje o sobrenome de muitas familias israelitas. O cohen que por qualquer modo infringe a religião não pode ser considerado puro e não tem direito a usar o Tzedek. Deve, portanto, limitar-se a assinar com o Kaf, simplesmente. Ora, João Ramalho, que tinha casado com uma gentia, a filha de Tibiriçá, infringira as regras da proíbição (*que racismo!*)

---

(21) Dr. Isaque Izecksohn, "A contribuição judaica na formação da nacionalidade brasileira", *in* "Almanaque Israelita do Brasil", 5695-96, 1935, pag. 5.

(22) "Almanaque Israelita do Brasil". O trabalho sobre o Kaf de João Ramalho a que o autor se refere com essa fingida displicencia é o erudito volume de Horacio de Carvalho "O Kaf de João Ramalho", tip. do "Diario Oficial", S. Paulo, 1903, com prefacio de Teodoro Sampaio. E' uma obra admiravel que revela os segredos da cábala judaica.

e tinha deixado de ser um cohen puro, "cohen tzedek", tornando-se um "cohen" simples, que só tinha direito a assinar com o Kaf. O sr. Israel demonstra, pois, cabalmente, que João Ramalho era um judeu, *tão consciente de seu judaismo que, apesar de isolado num mundo distante, não deixa de cumprir, na medida do possivel, os preceitos de sua religião.* Com isso fica afirmado que o movimento inicial para a formação da grande metropole, que é o S. Paulo de hoje, foi um movimento promovido por um judeu. Êle não foi, porém, o unico. Tangidos pela inquisição, que então era rigorosa em Portugal, inúmeras familias judaicas ou cristãs-novas, como então se chamavam, vieram estabelecer-se na Paulicéa. São de origem judaica os Pintos, Costas, Silvas, Pereiras, Castros, Salgados, Buenos, Mesquitas, etc.".

A citação é um tanto longa, mas preciosa, não pelo estilo, que é horrivel, sim pelo documento que representa. Vemos por ela a infiltração judaica no Sul, através de S. Vicente, subindo ao planalto piratiningano, do mêsmo modo que a vimos no Norte, em Pernambuco. As duas capitanias que prosperavam, chamavam logo a judiaria. Mostra ainda essa página judaica seu racismo até em relação ao gentio, a persistencia dos ritos e dos estudos cabalisticos, o odio ao missionario jesuita catequizador do indigena, que o judeu queria tão somente escravizar para explorar-lhe o trabalho.

A America Meridional era ótimo refúgio para os judeus convictos e para os disfarçados. Vinham aos milhares. Lendo a obra de Argeu Guimarães, verifica-se o perigo social que representavam, infiltrados no proprio cerne do catolicismo. No ano de 1581, a Inquisição queimou em Lima dois padres portuguêses idos do Brasil, porque os mêsmos praticavam o judaismo: frei Alvaro Rodrigues e frei Antonio Osorio da Fonseca. Nos primeiros séculos de nossa história, houve um grande comercio de ouro e prata, por tér-

ra, com o Perú. Os homens que se ocupavam dessa espécie de contrabando de metais preciosos, na maioria judeus, eram até denominados peruleiros (23). Muitos peruleiros judeus ou judaizantes fôram pilhados pela rigorosa Inquisição espanhola, em Lima, e levados á fogueira. Entre outros, Baltasar Rodrigues de Lucena e Duarte Nunes, em 1600; Gregorio Dias, Diogo Lopes de Vargas e Duarte Henriques, em 1605; Diogo de Andrade, João Noronha e Manuel de Almeida, em 1625; Manuel Batista Pires em 1639.

Não se vá pensar que o judeu entrou com entusiasmo na indústria ao açúcar que nascia. Do mêsmo modo que veiu, na sombra dos descobridores, examinar a terra e ver o que nela havia de mais facilmente aproveitavel — o páu-brasil, esperou que o negocio do açúcar fôsse desbravado por outros até chegar a bom ponto. Eis como se explica a falencia dos primeiros edificadores de engenhos. Perdido o capital inicial, o judeu adquiriu os engenhos abandonados e, como nêles não invertera as somas que os cristãos haviam perdido, seus lucros teriam de ser muito grandes. Assim, agiria, mais tarde, com o ouro: o bandeirante audaz descobriria, após mil tormentos, as lavras; êles se apoderariam delas, depois, pela traição. Toda a história do Brasil é assim: uma aparencia — o idealismo construtor do português, do mamaluco e do brasileiro, dos cristãos; uma realidade — o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio. Os agricultores e os guerreiros, diz o imparcial João Lúcio de Azevedo, são os elementos produtores e construtores das pátrias. O judeu não é nem agricultor, nem guerreiro.

---

(23) A obra de Argeu Guimarães intitula-se: "Os cristãos-novos portuguêses na America Espanhola". Sobre os peruleiros e o tráfico da prata, vide "Dialogos das Grandezas", ed. da Academia Brasileira, pag. 57 e 144; Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", ed. de Escragnollo Taunay, I, 245; Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", cap. *O caminho do Perú*, pags. 76 e 77.

Vejam o quadro dos desbravadores, dos bandeirantes do açúcar, pintado por Pedro Calmon (24): "...fracassaram todas as empresas de grandes cabedais, — inicio do desenvolvimento mundial do comercio — que se aplicaram a explorá-los: ou porque os portuguêses só sabiam trabalhar para si, não para capitalistas, que, *á moda da Holanda,* esperavam em Lisbôa o seu provento, ou porque não se antecipára aos trabalhos um reconhecimento da terra e sua efetiva ocupação. Assim, em Ilhéus, Lucas Giraldes, que comprou a capitania ao seu donatario, fez edificar oito engenhos, e tanto foi roubado pelo feitor (que depois se estabeleceu no Recóncavo com engenho proprio) como pelos aimorés, que tudo perdeu... Em Porto Seguro, o duque de Aveiro, que adquiriu a capitania ao seu dono, igualmente mandou construir varios engenhos que pereceram. Vasco Fernandes Coutinho, donatario do Espirito Santo e homem opulento, inverteu a riqueza grangeada na India em engenhos poderosos, e de tal fórma lhes atacou o gentio, que morreu sem lençól para a mortalha. Desgraça maior ocorreu ao capitão da Baía, que gastou numa bôa frota a sua fortuna, começou dois engenhos, teve-os demolidos pelos tupinambás e acabou trucidado por êles..."

A indústria do açúcar, porém, progrediu admiravelmente em duas capitanias: Pernambuco e S. Vicente. Os engenhos eram movidos por agua ou por bois. A lavoura da cana era feita primeiramente pelos indios escravizados; depois, pela escravaria africana. Maquinário simples, de fácil montagem, de mais fácil reparo e de custo relativamente baixo. Mão de obra abundante e barata. O açúcar começou a criar para o judaismo negocio novo e lucrativo: o tráfico dos negros.

---

(24) Op. cit. pag. 16.

O açúcar era negociado com os mercados das Flandres dêsde 1532, quando Martim Afonso de Souza se associára ao *holandês* (25) Erasmo Schetz, cujo engenho sessenta anos mais tarde valeria quatorze mil ducados (26). D. João III via com bons olhos essa nova fonte de riqueza ultramarina e mandava passar ao Brasil varios lavradores de cana das ilhas da Madeira e Cabo Verde (27).

O fidalgo-agricultor, o *gentilhomme-campagnard*, o *hobereau*, riqueza social de todos os paises, ligado profundamente á terra pela tradição, pela alma e pelo interesse, é encontrado sempre, no Brasil colonial, encabeçando todas as iniciativas com sua coragem e seu idealismo. A' sua sombra, caminha agachado o judeu, negaceando, buscando o proveito de suas conquistas com o maior e o menor risco possiveis. Duarte Coelho é quem manda, em 1549, buscar *homens práticos*, isto é, técnicos, no Reino, nas Canarias e na Galiza, á sua custa, para montar os engenhos (28). São homens de pról os que iniciam o plantio da cana na Baia, vencendo todas as dificuldades (29). E o nome usual de *senhor de engenho*, transmitido até nossos dias, tem um sabor de titulo nobiliarquico.

---

(25) De acordo com a documentação reunida por Alcibiades Furtado em "Os Schetz da Capitania de S. Vicente", Rio de Janeiro, 1914, creio que ha um certo *foetor judaicus* nessa dinastia de homens de negócios. Tinham casa bancaria em Antuerpia sob a firma *Erasmus ende Sonen*, Erasmo & Filhos. Erasmo comprou as partes da capitania de S. Vicente de Martim Afonso e do pilo'o Francisco Lobo. Os Schetz estavam ligados ao banqueiro João Ventere ou Wenix de Lisbôa. Um filho de Erasmo, Gaspar Schetz, foi tesoureiro de Filipe II nos Paises Baixos. O Rei o enobrecera com titulos e senhorios, o que os reis costumavam fazer com seus ecónomos judeus. Os filhos de Gaspar manejavam cabedais em Bruxelas.

(26) "Publicações do Archivo Nacional", vol XIV, 20-I; Fernand Donnet. "Notes á l'histoire des émigrations des anversois".

(27) Pedro Calmon, "História da Civilisação Brasileira", pag. 18.

(28) Capistrano de Abreu, *nota* a Porto-Seguro, I, 230-I.

(29) Pedro Calmon, op. cit. 19. Valia a pena vencê-las. Os lucros eram convidativos. Em 1699, um quilo de açucar valia 2 mil reis no porto da Baía, "preço fabuloso para a época". Cf. Escragnolle Taunay, "Na Baía colonial", separata da "Revista do Instituto Histórico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1925, pags. 303.

Diz o "Dialogo das Grandezas" que o soberano o dava em cartas e provisões (30). Assim se formou a nossa primeira aristocracia rural. A êsse novo feudalismo não faltou até uma das mais comuns e interessantes instituições de caráter socialista da Idade-Média: a banalidade. Havia os "engenhos reais", identicos ao "lagar do principe" em Portugal ou ao "moulin banal" de França, destinados a moer a cana da gente pobre, que plantava sem ter engenho (31).

O açúcar espalhava-se por toda a Europa que o consumia com avidez, tantos e tantos séculos fôra privada de cousa tão deliciosa, dependendo a sua pastelaria do mel das abêlhas! Que estupendo país essa Terra dos Papagaios ou do Brasil, surgida do seio do Mar Tenebroso! Dali vinha a madeira corante que tingia os panos flandrenses. Dali vinha mais o dôce, cousa rara, cujo preço dobrava, triplicava nos mercados flandrinos, onde pontificavam, depois dos judeus do páu-brasil, os judeus do açúcar brasileiro. Os Países-Baixos, como Nova York hoje, eram a Judéa da época. Pinta o quadro um historiador que ninguem poderá taxar de anti-semita, mas que conhece a documentação em que alicerça suas afirmativas: "os judeus que vendiam açúcar enriqueciam a termos de estender-se a cultura pelos Açores e Canarias, febrilmente fomentada, a ocupar *grandes organizações financeiras que teciam, entre as várias praças européas, a rêde do credito* (32). Duarte Coelho contou em Pernambuco com o auxilio daquêles capitalistas-comissarios (33); subrogavam-se nas responsabilidades do governo para intensificar, crear uma economia, que *lhes devolveu com altos juros*

(30) Edição da Academia Brasileira, pag. 33.

(31) Frei Gaspar da Madre de Deus, "Memória para a História da Capitania de S. Vicente", ed. Taunay, pag. 171.

(32) Data de longe o internacionalismo do capital judaico...

(33) E' bem claro, manifesto, o papel do judeu como intermediario. Os grifos em toda a citação são nossos.

os cruzados do emprestimo (34). Não houve melhor negocio na época — e *aos impulsos dessa cobiça* resolveu D. João III dar ao Brasil um governo regular. Em 1549, depois de ter comprado aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho a capitania da Baía mandou Tomé de Souza fundar a capital da colonia (35)".

Desta sorte, a primeira cidade e o primeiro governo resultam do comercio açucareiro, que os judeus internacionais manobram das Flandres por meio duma *rêde de credito.*

A emigração israelita, que fugia á Inquisição peninsular, bifurcava-se para as Indias e para o Brasil. Estabelecido o Santo Oficio em Gôa, a corrente veiu toda para nós. A êsse sangue judaico, que inúmeras vezes se misturou ao sangue cristão, deve quiçá a maioria dos brasileiros os defeitos que lhes são apontados: falta de fixidez do caráter, inclinação a não levar nada a serio, capacidade de deformar todas as idéas, indisciplina inata e prazer do despistamento. Muitos judeus permaneceram puros até nossos dias, fingindo-se mêsmo de cristãos, mas conservando ás ocultas a fé talmudica, praticando os ritos, judaizando, como diriam os inquisidores (36). Outros se fundiram na consciência e na raça, exemplo raro, talvez unico no mundo inteiro. O Brasil absorveu-os completamente. Tantos milhares de hebreus se encaminharam para nossa terra que, em 1532, D. João III proibiu a saída dos cristãos-novos do Reino com mu-

---

(34) Velha e conhecidissima técnica A história precisa ser lida, ás vezes, nas entrelinhas. Quanto segredo escondido! "Fundemo-nos todos em haver dinheiro, porque, quer seja nosso, quer seja alheio, é Deus verdadeiro", Gil Vicente "Obras", ed. Mendes dos Remedios, tomo I, pag. 182.

(35) Pedro Calmon, op. cit. pag. 19.

(36) As *Visitações* do Santo Oficio citadas e o livro de Mario Sáa, "A Invasão dos Judeus", demonstram a permanencia do judaismo e do judeu dan'ro das populações de Portugal e do Brasil. Em 1714, o viajanta Frezier observava que a devoção religiosa na Baía servia "para capear o judaismo", pois estava a Baía *repleta de judeus.* "Havia bem pouco, depois de longos anos de falsa devoção exterior, fugira subitamente para a Hollanda um vigario, carregando as alfaias de sua igreja e, uma vez alí, chegado, mostrára o que era, correndo á Sinagoga". Taunay. "Na Baía Colonial", pag. 345.

dança de casa e venda de propriedades, sob graves penas. Êles, porém, continuaram a fugir para aqui, forçando o govemo real a novos alvarás de mais rigorosa proibição, em 1567. Dez anos mais tarde, premido pelas necessidades de dinheiro para a infeliz jornada de Africa, D. Sebastião revogou as proibições por duzentos e vinte e cinco mil cruzados que lhe pagou o Kahal de Lisbôa, o que motivou uma representação da Inquisição ao poder real, em 1578. O cardeal D. Henrique revalidou os átos de D. João III (37).

A enxurrada judaica encheu o Brasil que amanhecia, atirando-se aos negocios de mascate, de açúcar e de escravos. Dia a dia, o número de israelitas crescia nos primitivos núcleos de população. Suas sinagogas, que o povo denominava *esnogas*, multiplicavam-se. Havia-as em casas particulares, como a de Matuim, na Baía, na residencia do cristão-novo muito conhecido Heitor Antunes. Havia nos proprios engenhos, como a do cristão-novo Bento Dias de Santiago, em Camaragibe, "onde, nas luas novas de agosto, em carros enramados, os judeus da terra iam celebrar o YOM KIPPUR e outras ceremonias do rito judaico" (38). As grandezas do Brasil servem aos dialogos judaicos. O *Brandonio* dos "Dialogos das Grandezas do Brasil" era o judeu Ambrosio Fernandes Brandão, ex-feitor do engenho sinagogal de Bento Dias de Santiago, onde tambem fôra empregado o cristão-novo Nuno Alvares, "por ventura o interlocutor *Alviano* dos referidos dialogos" (39), como feitor dos *dizimos* reais que o seu patrão arrematava, consoante o velho hábito dos publicanos hebreus.

Essa judiaria do primeiro século do ciclo de negócios do açúcar, adorava tranquilamente, apesar de batizada, o deus de Israel (40). Eram todos como

---

(37) Solidonio Leite Filho, op. cit. pgs. 47-48.

(38) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 49.

(39) Idem, pag. 20.

(40) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 48.

aquêle Diogo Fernandes, natural de Viana, a quem se referem os documentos, o qual, na agonia, quando lhe diziam que chamasse por Jesus, "virava sempre o focinho e nunca o quis nomear" (41).

Depois de caído Portugal sob o dominio espanhol, o número de familias judaicas no Brasil não cessou de aumentar (42). No reinado de Felipe III, o alvará de 4 de abril de 1601, conseguido pelo Kahal a peso de ouro, e a bula papal de 23 de agosto de 1604, que custou á judiaria um milhão e seiscentos mil cruzados, permitiram aos cristãos-novos deixar as terras peninsulares e sair dos cárceres inquisitoriais. Mal se apanharam soltos, fôram vendendo o que tinham e fugindo. Assim, quando veiu a cobrança do que haviam prometido dar pelo alvará e pela bula, o rei não conseguiu receber nem a metade. Indignado, o soberano revogou a licença de saída e estabeleceu a obrigatoriedade duma provisão real para cada emigrande, com quitação do que á fazenda devia cada israelita pela sua quota (43).

Nada disso impediu a emigração judaica para a America Portuguêsa e Espanhola. No começo do século XVII, os judeus são quasi donos do Brasil através do comercio do açúcar, que manejam; através das profissões liberais, que exercem; através da propria Igreja, na qual se infiltram, fingindo servi-la (44); através da magistratura, que invadem, conseguindo vencer as eleições para os juizados (45); através do professorado, no qual enxameiam, ensinando os moços, embora as desfavoraveis ausencias que de

(41) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 18.

(42) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 49. Os portuguêses da Baía eram geralmente de raça judia, observou o viajante Froger, no fim do século XVII. Cf., Taunay, "Na Baía Colonial", pag. 291. Por isso, antes dêle, dis outro viajante, Pyrard de Laval, eram, na maioria, criminosos ou *falidos*. Como a industria judaica de falencia é antiga! Cf. op. cit. pag. 251.

(43) Idem, idem.

(44) Fortunato Almeida, "História da Igreja em Portugal", t. III, parte II, pg. 112.

(45) Códice dos séculos XVI e XVII, *in* "Revista da Faculdade de Direito" n. 103, pag. 11.

alguns dos professores judeus se fazem (46). Usam de sinais secretos para as suas reuniões secretas. Um guarda do varadouro de Olinda, o judeu Tomás Lopes, vulgo Maniquete, servia, por exemplo, para um dêsses sinais. Quando devia haver reuniões dos *roschim* do Kahal na *esnoga* de Camaragibe, êle andava pelas ruas, com um pé descalço e um pano atado acima do artelho. Os judeus já sabiam o que isso significava (47).

Daí a necessidade das visitações do Santo Oficio dêsde 1593 e as proibições da corôa, em 1624, sobre negócios e ensino. De novo, o ouro judaico tilintou aos ouvidos do monarca espanhol, mundano e dissipador. Uma lei de 1629 permitiu a saída de judeus e conversos, que se derramaram pelo Brasil e Holanda. As ligações entre as comunidades de lá e as de cá vão permitir a conquista e ocupação do Nordeste pela Companhia das Indias Ocidentais e as grandes negociatas de açúcar, como veremos oportunamente. Já os holandêses eram os transportadores do açúcar graças á barateza dos fretes maritimos. "Sob a capa de negociantes de Lisbôa, Porto e Viana", como diz Frei Vicente do Salvador, os judeus portuguêses se entendiam com os das Flandres, tambem de origem portuguêsa, do mesmo modo que com os dos engenhos brasileiros. Da Holanda se mandavam por ano, para o Brasil, 3 a 4 mil biblias em hebraico, como já vimos que eram mandadas para a India, o que documentam as denunciações do Santo Oficio.

Para o Brasil e para a Europa, o século XVI fôra o do páu-de-tinta, das anilinas, por assim dizer; o século XVII foi o do açúcar. Nas primeiras décadas do centenario, o desenvolvimento da indústria açucareira se tornou *impetuoso* (48). Em 1610, segundo

---

(46) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 21.

(47) Idem, pag. 25. Como coxeasse quando assim andava, até hoje em Pernambuco e na Paraíba o povo chama aos côxos *cohens*...

(48) Pedro Calmon, op. cit. pag. 79.

um viajante observador, era o *unico meio de vida* (49). Os preços subiam ao ponto de crear nos senhores de engenho êsse delirio de gastos, grandezas e luxo, que vimos contemporaneamente nos donos de seringais da Amazonia e nos fazendeiros de café...

E' o que dizem os cronistas: Cardim, Soares, Barlaeus, Frei Vicente. Segundo os estudos de J. Lúcio de Azevedo (50), em 1610, a produção de açúcar foi de 735 mil arrobas, no valor de 1.500 contos, soma respeitavel para a época.

O trabalho braçal do escravo, a fortuna dos fidalgos e sua iniciativa, bem como as de outros portuguêses cristãos, crearam no Brasil o Empório do Açúcar (51). Nas trevas, unidos os de Portugal, os da colonia nascente e os da Espanha pelos seus Kahals, os judeus exploram essa riqueza como intermediarios, armadores, especuladores, fornecedores de capitais, onzeneiros crueis (52). Mas isso ainda não é bastante para êles: precisam apoderar-se do empório, dominá-lo completamente, fazer pesar sua mão de ferro sobre os ricos senhores de engenho, orgulhosos de sua linhagem e de sua crença, e tirar vingança dos soberanos peninsulares, arrancando precioso florão de sua corôa. Os Estados Gerais da Holanda, regorgitando de ouro judaico (53), podiam iniciar a desagregação do império colonial luso-espanhol, conquistando o Brasil, terra do açúcar, e Angola, terra do escravo que plantava a cana, aquem e alem Atlantico. Que tem sido sempre o judeu senão o fermento desagregador dos imperios e das civilizações? Êle faltaria ao chamamento de seu desti-

---

(49) Pyrard de Laval, "Voyages", Paris, 1615, pag. 580.

(50) "Epocas de Portugal Economico", pag. 271.

(51) Pedro Calmon, op. cit. pag. 81: "Tornava-se o porto do Recife o maior *emporium* do açucar em todo o mundo".

(52) Vide as acusações ao judeu João Nunes, "largo de conciência", em materia de usura, *in* Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 17.

(53) Pedro Calmon, op. cit. pag. 52.

no, se não tentasse abocanhar o Empório do Açúcar (54), com expedições pagas e companhias organizadas com o dinheiro ganho com o proprio açúcar...

---

(54) "A influência dos negociantes israelitas estendia-se ao engenho produtor, á firma embarcadora, ao intermediario de Lisbôa a quem era consignada a mercadoria, ás praças consumidoras do centro e do sul da Europa. Quando a Espanha se colocou de permeio entre os engenhos do Brasil e os compradores flamengos, êstes imaginaram a organização de uma companhia mercantil da conquista e empreendem a guerra de 1624-1654". Pedro Calmon, "Espirito da Sociedade colonial", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935, pag. 36. Cf. Frei Vicente do Salvador, "História do Brasil", 3.ª ed, pag. 404.

CAPITULO III

O TRÁFICO DE CARNE HUMANA

Depois de haver sido a terra do páu-de-tinta, "o Brasil era o açúcar e o açúcar era o negro", afirma documentado historiador de nossos dias (1). Está de acordo com o velho cronista Antonil que assegura serem os escravos *pés e mãos* dos senhores de engenho (2). E' a mêsma opinião que se encontra no "Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas": sem escravos, os engenhos não podiam moer. Monocultura latifundiaria, a da cana de açúcar exigia enorme massa de escravos (3). Florescia, pois, o comercio de carne humana á medida que prosperava a indústria açucareira. O suor do negro cimentava a riqueza do segundo ciclo da colonização. Ligados, o comercio de escravos e a produção do açúcar, acabariam caraterizando toda a economia ultra-marina (4).

A escravização do indio, tupi ou gé, realizada a principio brutalmente; depois, legalizada pelas famosas cartas-régias, pelos alvarás e provisões das guerras de corso e pelas condenações ao cativeiro (5), não satisfez ás exigencias de mão de obra para o plantio e moagem da cana. O indio furtava-se pela fuga, pela resistencia, pela selvatiqueza e pela propria morte ao trabalho braçal, ao papel forçado de *coolie* a que o colonizador o queria submeter. Era

---

(1) Gilberto Freyre, "Casa Grande e Senzala", 2.ª ed., Schmidt, Rio, 1936, pag. 196.

(2) André João Antonil, "Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas", ed. Taunay, S. Paulo-Rio, 1923.

(3) Gilberto Freyre, op. cit., prefácio, pag. XII.

(4) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pag. 29.

(5) Gustavo Barroso, "Idéas e palavras", Rio, 1917, cap. *Cartas-Régias, Alvarás e Provisões*. D. Domingos do Loreto Couto, "Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco", ed. da Biblioteca Nacional, Rio, 1904, pag. 69.

inadaptavel e indomavel. Morria aos milhões, declara o padre Antonio Vieira. E sua captura custava maior desperdicio de gente e de esforços do que a obtenção e transporte dos negros da Africa (6).

Demais, o catequizador, alçando a cruz, defendia o indigena e o aldeava. Por isso, segundo Gilberto Freyre, os jesuitas eram "inimigos terriveis dos senhores de engenho (7)". A luta entre padres e escravizadores foi longa e áspera. Começou em Piratininga com o judeu cohen João Ramalho e terminou, infelizmente, com a vitória dos escravizadores. Foi mais acêsa em S. Paulo, porque ali o sitio "oferecia melhor acolhida para a imigração judia (8)". No Norte, os senhores de engenho viviam endividados (9), presos á usura judaica. O judaismo os manobrava e forçava a lançar mão do operario africano, que os negreiros, tambem enfeudados a Israel, iam buscar do outro lado do oceano Atlantico.

Assim, dêsde os albores do ciclo do açúcar, começou o emprego da mão de obra negra. O horror á atividade manual e a instituição do trabalho escravo, ambos caraterizadores das colonizações peninsulares, tiveram como primeiros impulsionadores os judeus de Portugal (10). A metropole estava sob o dominio judaico, que se exercia através da rêde de creditos, do giro de fundos, das alianças de sangue, do exercicio dos cargos técnicos, da usura, da agiotagem, da corrupção, da propria influencia dos medicos, na quasi totalidade hebreus, no seio das familias, influencia que contrastava até a dos capelães, curas e confessores (11). Ali, dêsde o recuado tempo das

---

(6) João Lúcio de Azevedo, "Os jesuitas no Grão-Pará".

(7) Op. cit. prefacio, pag. XVIII, e pag. 135. No seu livro "O templo Maçonico", o maçon Dario Veloso tem a desfaçatez de dizer que os jesuitas é que escravisavam os indios...

(8) Paulo Prado, "Paulistica".

(9) Gilberto Freyre, op. cit. pag. 39.

(10) Idem, idem, pag. 165.

(11) Varnhagen, "História Geral do Brasil".

monarquias visigóticas, os judeus se haviam especializado no comercio de escravos (12). O que estava de pleno acôrdo com o códigò judaico CHOSCHEN HAMISCHPOT, em 227,26: "E' permitido explorar um não-judeu, porque está escrito que não é permitido explorar seu irmão (13)". Como negar ainda a intromissão judaica no tráfico de carne humana, quando um judeu de nota declara textualmente que "não ha exagero em afirmar que não ha quasi fáto histórico de importancia nos quatrocentos anos de vida nacional, no qual não tenham influido ou colaborado, ás vezes proeminentemente, elementos de raça hebraica (14)". Ora, que fáto de maior importancia historica para nós do que a escravidão? O comercio de escravos é tão fundamentalmente semita que sempre foi denominado "tráfico fenicio".

Visando os lucros fáceis do comercio de escravaria, por si ou pelos seus prepostos, a judiaria de Espanha e Portugal se entregou ao tráfico. Toda a Europa, depois, seguiu o horrivel exemplo (15). O açúcar exigia braços negros para enriquecer o judaismo sem entranhas, que manobrava a sua produção e o seu comercio, tanto nas praças da metropole lusitana como nas bôlsas das cidades flamengas. Os judeus portuguêses, na quasi totalidade, possuiam cabedais nas companhias mercantis dos Países Baixos (16). Uma simbiose de interesses e finalidades unia as sinagogas de Lisbôa e do Porto ás de Rotterdam, Amsterdam e Antuerpia. As Flandres protestantes e reveis á casa d'Austria eram o refúgio natural do ouro judaico e das pessôas judaicas, as quais tinham suspenso sobre a cabeça, continuamente, na

(12) Chamberlain, "Die Grundlagen des neunzehnten Jahrhunderts".

(13) Werner Sombart, "Le Bourgeois", pag. 323.

(14) Dr. Isaque Izecksom, "A contribuição judaica na formação da nacionalidade brasileira" *in* "Almanaque Israelita do Brasil", ed. Samuel Weiner, Rio, 1935.

(15) A. Cochin, "L'abolition de l'esclavage", Paris, 1851, vol. II, pag. 281.

(16) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pags. 183 e 186.

Peninsula, o gládio vingador do Santo Oficio. Ha uma correspondencia constante entre o judaismo que age no mar do Norte e o judaismo que age no estuario do Tejo. Dentro da história dos tempos coloniais, é impossivel tratar de um sem ter o outro em conta. Ambos se articulam no sentido vingativo de destruir a riqueza, de abater o prestigio e de minar a força dos reis católicos. Um dia, quando as circunstancias se mostrarem favoraveis, com as armas dos mercenarios holandêses, os judeus se lançarão sobre a presa cobiçada. Amsterdam, declara o escritor judeu E. Eberlin, era uma Nova Jerusalem, onde se haviam acolhido os israelitas expulsos da Espanha em 1492, de Portugal em 1497 e 1498, de Napoles em 1519, de Genova e Veneza em 1550 (17). A sua sinagoga chamava-se Casa de Jacob e foi célebre.

O negócio de escravos se torna "o mais lucrativo e amplo da terra" (18). Régulos e sóbas de Dahomey, de Angola, da Serra Leôa, do Congo e da Guiné vendiam os prisioneiros capturados em suas *rázzias* bestiais ou os proprios compatriotas condenados, por certos crimes, á escravidão. Vendiam-nos por buzios que serviam de moeda, por fumo em corda, por galão de aguardente. Tres rólos de fumo bastavam para pagar um negro forçudo. Com essa massa negra se atulhavam os infectos porões dos horrendos navios negreiros. E cada escravo custava no Brasil, nos primeiros tempos, 150 a 200 mil réis.

Na segunda metade do século XVI, começou o infame negocio, que durou tres séculos. Trouxeram negros da Guiné, do Congo, de Angola, do Senegal, do

---

(17) E. Eberlin, "Las juifs d'aujourdhui", ad. Riadar, Paris, 1932, pag. 36.

(18) Pedro Calmon, op. cit. pag. 26. Os judeus não podiam daixar da lado negócio tão amplo e lucrativo. E não o deixaram. Leiam-se êstes trachos dum *Memorial* de 1602, citado de Mario Sáa, "A invasão dos judeus", pag. 75: "Ouverão *os da naçam* (os judeus) mais *o contráto dos negros da Guiné*... feitores *cristãos-novos* que teem arrendando o comercio da provincia da Gniné, Sancto Domingo, Rio Grande; e as:ãa por sanhores destas partes, aonde contratam com os negros, e haverá nestes dois pontos e tarra, de gente perto de mil visinhos *que resgatam negros* para mandarem ás Antilhas...".

Sudão, da Hotentocia e de Moçambique. O grande entreposto era a baía de Cabinda (19). De 1575 a 1591, somente de Angola vieram 52.053, favorecidos por uma redução de direitos (20). Barminnais calcula as entradas de escravos em 15 mil anualmente (21).

Segundo o alvará de D. João III, de 29 de março de 1549, cada senhor de engenho "montado e em estado de funcionar" podia receber 120 negros da Guiné e São Tomé (22). Para mostrar a quantidade de negros introduzida no Brasil, basta dizer que a população total do país, em 1798, era computada em 3.250.000 habitantes, sendo escravos 1.361.000; em 1818, em 3.817.000, sendo escravos 1.728.000!

O comercio judaico de carne africana corre parêlha com o comercio judaico do açúcar. Pero de Magalhães Gandavo alcula, no seu tempo, a produção açúcareira anual de 6 a 10 mil arrobas (23). No seculo XVII, o mascávo valia 20 shillings a arroba (24). Um negocio da China, obtido pelo braço negro com a direção e iniciativa do reinol ou do ilhéu agricola, que encheu de ouro a judiaria luso-flamenga!

Dêsde que o judeuzinho de Gôa, o inconstante e ladino Gaspar da Gama, desceu no primeiro bote da armada de Cabral em Porto Seguro e "foi, talvez, o primeiro a desembarcar (25)", reconhecendo a nossa terra antes de todos e, com certeza, verificando a existencia do lenho que os naturais chamavam ibirapitanga, o páu-vermelho, *já encontrado pelos castelhanos em suas conquistas* (26); dêsde o alvorecer do Brasil, o judaismo o explorava. Primeiramente, to-

---

(19) Visconde de Paiva Manso, "História do Congo", Lisbôa, 1877, pag. 84

(20) Idem, pags. 84 e 140.

(21) "Nouveau voyage autour du monde", Paris, 1728, pags. 111 e 181.

(22) Perdigão Malheiros, "A escravidão no Brasil", tomo III, pags. 6-7.

(23) "História da provincia de Santa Cruz", Rio, 1924.

(24) William Dampier, "Voyages aux Terres Australes, á la Nouvelle Hollande, etc., en 1699", Amsterdam, 1705.

(25) Dr. Isaque Izeckson, loc. cit. pag. 4.

(26) Varnhagen, "História Geral do Brasil", vol. I, pag. 21. Os orientais chamavam ao Brasil *Sapang* segundo diz Marco Polo, V. na ed. Yule,

mou conta da indústria extrativa do páu-de-tinta; depois, dominou a do açúcar e o negocio de escravos, do qual ela dependia. Com êste, alem de se engorgitar de ouro, ainda conseguiu a formação duma sociedade fácil de ser dominada através da depravação social que fatalmente decorre da passividade da escravidão. Quantos proveitos num saco?

Na sua ansia de tirar desforra dos reinos católicos da Peninsula, onde eram, de certa maneira, vigiados e, uma vez por outra, perseguidos, os judeus procuraram firmar-se bem nos países protestantes do Norte e, com suas armadas e soldados, desferir golpes mortais no poderio colonial peninsular. As rivalidades entre Inglaterra e Castela, Holanda e Portugal fôram creadas, desenvolvidas e exploradas pelo judaismo. Enquistados, primeiramente, nos Países Baixos, procuraram, depois, penetrar na Inglaterra, de onde outróra haviam sido expulsos por exigencia dos povos cançados de suas traficancias. Haviam participado da revolução de Cromwell por portas travessas, como sempre, tirando a sardinha com a mão do gato. Aliás, na opinião de grande publicista judeu, foi o espirito judaico que triunfou com o protestantismo (27). As colonias judaicas de Hamburgo e da Holanda, compostas de "marranos escapos á Inquisição espanhola", como escreve Bernard Lazare, acharam meios de se entenderem com o governo do Protetor, afim de poderem os judeus voltar á Inglaterra, de onde havia séculos tinham sido banidos (28).

Encontraram facilidades no caminho. Em primeiro lugar, existiam "incontestaveis afinidades" entre o espirito mercantil do judeu e o espirito positivo do inglês, "cujo caráter, diz Emerson, póde ser reduzido a um dualismo irredutivel, que fez dêsse povo o

(27) Bernard Lazare, "L'Antisémitisme", ed. Crès, Paris, 1934, tomo I, pag. 225.
(28) Idem, idem, pag. 240.

mais sonhador e o mais prático do mundo, o que igualmente se póde dizer dos judeus (29)". Depois, que é o puritanismo, no apogeu com o poder de Cromwell? Sombart diz que é o mêsmo que o judaismo (30). Macaulay considera os puritanos judaizantes fanaticos que se encerravam nas doutrinas e práticas do Antigo Testamento, unica fonte, para êles, da vida religiosa, civil e politica (31). Taine sente nêles o farizaismo estreito (32), embora lhes reconheça a grave e rude energia semi-bárbara dos nórdicos. Aliado ao judaismo, o puritanismo septentrional, na opinião de Vermeil, construirá o mundo moderno. No seu pensamento dogmatico, os bens materiais são um dom de Deus e é a propria religião que inspira e encoraja o espirito empreendedor e aventureiro (33). E, afinal, Cromwell ia se tornar o protetor dos judeus e do judaismo na Inglaterra.

"Nenhum homem no mundo, entre os não-judeus, estava mais imbuído de judaismo do que Cromwell; nenhum terá, talvez, contribuido mais para a judaização da civilização moderna *no mundo inteiro.* Cromwell é o profeta no sentido hebraico da palavra, o profeta que não hesita em se pôr á testa dos descontentes e a dirigir a revolução, buscando suas inspirações e justificações na Biblia, profundamente convencido de ser o eleito de Deus, o instrumento da Divina Providencia (34)".

O maior instrumento da aproximação entre os judeus holandêses e hamburguêses, quasi todos de origem lusa, e Cromwell foi o célebre Manassé-ben-Israel, que se serviu dos bons oficios do cristão Edward Nicolas. Os sentimentos nacionais eram vivamente contrários á entrada dos judeus no país, ape-

(29) Idem, idem, idem.

(30) "Le Bourgeois", cap. XI, VII, pag. 292-295.

(31) Lord Macaulay, "Histoire d'Angleterre depuis l'avènement de Jacques II", trad. Montégut, cap. I.

(32) "Histoire de la littérature anglaise", tomo II, pag. 7.

(33) E. Vermeil, "Etudes sur la Reforme", pag. 907.

sar do puritanismo das hostes do Protetor e das inclinações pessoais dêste. O parlamento opôs-se. Depois de dissolvido, Manassé voltou a insistir. Enfim, os judeus "fixados á margem do Támisa, tinham amigos, parentes e espiões em todas as comunidades (*Kahals*) do continente. Demais, havia-os nas colonias e por toda a parte... Por meio dessas mil inteligencias, toda a diáspora estava a serviço de Cromwell. E, sobretudo, dispunha do poder do ouro (35)".

Outro judeu que muito serviu nas negociações para a entrada dos israelitas na Inglaterra foi aquêle circuncidado natural da terra portuguêsa de nome Manuel Martins Dormido, que emigrára para as Flandres e lá passára a chamar-se David Abravanel. Êle "fez penetrar no convencimento de Cromwell as vantagens em aceitar os judeus naquêle país, dando-lhes todas as liberdades do culto... O judeu errante achou acolhimento na Grã-Bretanha. E é hoje a Sinagoga de Londres que exerce hegemonia em todo o mundo sobre o povo de Israel (36)". Seu descendente, Salomão Dormido, foi o primeiro corretor da Bôlsa de Londres.

O ouro judaico, obtido em maior parte nos comercios e indústrias resultantes dos descobrimentos e conquistas dos peninsulares, mudava de pouso ao sabor dos interesses da gente sem pátria, creando e desfazendo hegemonias. O século XVII é o grande século do comercio negreiro. Os judeus vão exercê-lo, manobrando habilmente por trás do governo inglês conquistado dêsde Cromwell, de cujas bôas graças dispusera á vontade o riquissimo armador judeu Antonio Fernandes Carvalhal, o Rotschild da época. Em 1560, escreve Gina Lombroso, de raça judaica, baseando-se em fontes inglêsas, a Inglaterra toma á Espanha "o comercio que mais lucros lhe iria dar", o

(34) Georges Batault, "Le probléme juif", ed. Nourrit, Paris, pag. 189.
(35) L. Hennebicq, "Génése de l'impérialisme anglais", Paris, 1913, pag. 118.
(36) Mario Sáa, "A invasão dos judeus", 1935, pag. 47.

dos escravos (37)! "Os navios inglêses são os navios negreiros por excelencia e enxameiam a receber a carga infame nas abras e enseadas da costa da Guiné. A moeda inglêsa Guinéu guarda a memória do trafico de carne preta (38). O governo britanico recompensa com titulos nobiliarquicos os grandes negreiros. João Hawkins, por exemplo, é elevado a baronete plo impulso dado ao comercio de escravos (39).

Os cuidados da judiaria inglêsa, alarpadada á sombra do governo real, pelo vil e rendoso negocio, se manifestam a cada passo, durante séculos, nos tratados diplomaticos. Pelo tratado de Utrecht, em 1713 a Inglaterra consegue o monopólio do comercio de escravos por trinta anos. Pelo tratado de Paris, seguido da paz de Quebec, em 1763, a Inglaterra obtem o direito de ancorar navios em Porto Franco e Porto Belo, nas Antilhas, bases de contrabando e do "monopólio do tráfico para a America do Sul (40)". Em 1799, o ministro Canning declara, sem pejo, ao parlamento, com todas as letras, que, efetivamente, a Grã Bretanha "exercia o monopólio do tráfico". Mais tarde, a confissão de Benjamin Disraeli, primei-

---

(37) Gina Lombroso, "La rançon du machinisme", ed. Pavot, Paris, 1931, pag. 136. A respeito do judeu luso Antonio Fernandes Carvalhal, o Rotschild do tempo de Cromwell, citado um pouco antès, V. João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 422. Em 1696, Carlos II de Espanha assinou contráto com a companhia judaico-portuguêsa da Guiné para o fornecimento de escravos á America Espanhola, o qual foi rompido em 1701 por abusos. Os armadores judaico-francêses organisarão a Compagnie Royale de Guinée e contrataram o tráfico com a Espanha. O testa de ferro dos judeus era Bubasse, governador de S. Domingos. Deviam fornecer 4.800 peças por ano. Adeantaram ao Tesouro 200 mil escudos para fornecer mais 800. Em 1712, o negocio foi feito com o próprio Governo Britanico. Como, depois, a Espanha o não quisesse renovar, diz o "Grande Dicionario Universal do Seculo XX", a Inglaterra acendeu a guerra na Europa, obrigando Portugal a entrar nela contra a Espanha, afim de prejudicar o tráfico franco-espanhol. Cf. Taunay, "Na Baía Colonial", pags. 321-322.

(38) Cf. Cunnigham, "The growth of english industry and commerce in modern times", Cambridge University Press, pag. 25. Sobre o comercio de escravos exercido pela Grã-Bretanha é conveniente lêr o cap. I da obra de Anton Zishka, "Der Kampf mundie Weltmacht Baumwolle". Os inglêses chegaram a organizar fazendas de reproducção de escravos na Virginia, verdadeiros *Haras* de negros! De 1680 a 1700, em vinte anos, tiraram á Africa 300 mil pretos. Nos tres primeiros decenios do seculo XVIII, 150 mil. Dizia-se que "Liverpool era calçada com craneos de negros". Era o monopolio da força motriz, então muscular.

(39) Nina Rodrigues, "Os africanos no Brasil", pag. 13.

(40) Gina Lombroso, op. cit. pag. 163.

ro ministro, nos dará a conhecer que não era a Inglaterra, mas os judeus governando-a e servindo-se dela...

No século XIX, mal o Brasil se tornou independente de Portugal, a Inglaterra esqueceu que havia exercido o infamante monopólio do comercio de carne humana, que o havia advogado e defendido com unhas e dentes, que o havia consagrado nos tratados internacionais e nas discussões do parlamento, e começou a fazer de sua supressão, *em nome da humanidade*, "uma questão de honra". Contra o Brasil fraco, desarmado, ameaçou até empregar a força (41). E' que ao judaismo do Kahal londrino, dominador do mundo, não convinha se desenvolvesse na America do Sul um grande imperio, sendo necessario, para entravar-lhe o progresso dêsde logo, diminuir-lhe a mão de obra e desmantelar-lhe a economia.

Nos bons tempos do século XVII, a Inglaterra não fôra tão humanitaria. O judaismo anglo-holandês enchia-se com o ouro do açúcar produzido pelo suor do escravo e com o ouro do preço do escravo. O açúcar vinha de Pernambuco. O negro que o produzia vinha de Angola. Um e outro lado do Atlantico tropical davam o mêsmo resultado: ouro! Não seria melhor, ao invés de continuar ganhando como intermediario e fornecedor de mão de obra, tornar-se o dono incontestado das duas fontes de riqueza? Os ganhos se multiplicariam. A êsse pensamento, a cobiça do judaismo se alvoroçou. Os estados-maiores das sinagogas estudaram a questão e, ajudados da politica européa em que influíam, lançando protestantes contra católicos e vice-versa, decidiram o golpe. A conquista do Nordeste brasileiro e de Angola e

(41) Armitage, "História do Brasil", pags. 189-191. Todas as miserias, infamias e violencias praticadas pelo governo judaico da Inglaterra em materia de tráfico negreiro, que ela explorava, se encontram descritas no panfleto "A liberdade dos mares ou o governo inglês descoberto", traduzido livremente do espanhol, sem nome de autor, tipografia Miranda e Carneiro, Rio, 1833.

Loanda pela companhia das Indias Ocidentais revela um plano judaico de grande envergadura. A documentação historica mostra-se na sua limpidez. O conde de Nassau, fidalgo alemão a serviço do Kahal, quando toma o lugar de preposto ou precónsul da colonia judaica de Pernambuco, traz como escôpo principal, tornar o Recife "o centro distribuidor da escravaria (42)".

Logo em 1640 ou 1641, uma expedição mandada do Brasil holandês se apoderava de São Paulo de Loanda (43). Então, o tal centro distribuidor de escravos pôde funcionar do seguinte modo: as urcas holandêsas saíam dos portos da Zelándia ou do Texel em demanda da Africa, enchiam os infectos porões de escravos e vinham de rota batida para Pernambuco, de onde voltavam á Holanda, carregadas de açúcar (44). Cada viagem redonda, ida e volta, era, assim, admiravelmente aproveitada para os lucros judaicos. O negócio de escravos rendia por ano aos judeus holandêses a respeitavel soma de 6 milhões de florins (45)!

Em 1703, o tráfico judaico de escravos para o Brasil era de tal importancia que, entre a Baía e a Africa, retomada aos holandêses, mais de 200 brigues ou bargantins nêle eram empregados (46).

---

(42) Hermann Watjen, "Das Iudentum und die Aufgang der moderne Kolonisation", *apud* "Der Hollandische Kolonisation in Brasilien", Gotha, 1921.

(43) Barlaeus, "Res Gestae".

(44) Dapper, "Description de l'Afrique", pags. 370-371: David B. Warden, "Histoire de l'Empire du Brésil", Paris, 1832, pag. 425. Cf. Constaucio, "História do Brasil", decalcada da de Warden.

(45) Warden, op. cit. loc. cit. Para se ter uma idéa da maneira por que eram transportados os infelizes negros, basta lêr o horrivel encontro do negreiro "Velox" pela fragata inglêsa "Polar Star" em Walsh, "Voyage au Brésil" *in* "Histoire Universelle des Voyages", de Albert Montémont, ed. Armand Aubrie, Paris, s. d. A necessidade de resumir os assuntos obriga-nos a esta simples indicação.

Ainda hoje, ò judeu continua a comerciar em escravos. Não são mais os pobres negros africanos; mas são moças brancas, na grande maioria de sua propria raça, prostituidas e exploradas por *caftens*, sempre judeus, agrupados em associações secretas internacionais, entre as quais as mais célebres são a "Ziwi Migdal" e o "Askenazum". Para se conhecerem os horrores dêsse comercio de escravas brancas, basta ler o documentado e irrespondivel livro de Julio l. Alsogaray, "La prostitution en Argentine", ed. de Denoël et Steele, Paris.

(46) Taunay, "Na Baía Colonial", pag. 327.

CAPITULO IV

A PIRATARIA E A CONQUISTA

A dinastia de Aviz sossobrou, morrendo devagar e matando, heroicamente, nos fulvos areais de Alcácer-Quibir. A poderosa mão de Filipe II, o grande rei católico, o asceta do Escorial, se estendeu sobre o reino lusitano, e o Brasil passou, em 1580, para o dominio espanhol. Espanha significava a luta aberta contra a heresia protestante e o judaismo. Todos os portos brasileiros fôram logo fechados ao comercio das Provincias Unidas. As sinagogas estremeceram de pavor, encarando os prejuizos que disso adviriam. Apresentava-se a ocasião de conquista, usando a valentia flamenga, os empórios cobiçados do açúcar e do negro.

Já as ambições européas vinham corvejando sobre o vasto Brasil. As tentativas huguenotes da creação duma França Antartica e duma colonia no Maranhão haviam fracassado deante dos esforços de Mem de Sá e Jerónimo de Albuquerque. A pequena nobreza provinciana calvinista da França ensaiára o corso maritimo contra o comercio e as feitorias de Portugal e Espanha (1). Das suas pretensões a estabelecimentos definitivos somente ficaram os nomes duma ilha na Guanabara e da capital maranhense. O espirito empreendedor pre-capitalista europeu se projetava, nos séculos XVI e XVII, no corso e na pirataria, sem que fôsse possivel traçar uma linha nítida de demarcação entre essas atividades. A pirataria protestante, insuflada pelo judaismo, se exercia incessantemente contra os reinos católicos. Na Inglaterra, houve uma verdadeira idade áurea de pi-

(1) H. Pigeonneau, "Histoire du commerce de France", Paris, 1889, tomo II, pag. 170. A pirataria sempre foi eminentemente protestante.

ratas: *sir* Walter Raleigh, o grande Frobisher, os irmãos William e John Hawkins, o último dos quais foi feito baronete, como já vimos, pelos serviços prestados ao comercio negreiro sendo chamado pelos seus contemporáneos "a wonderful hater of spaniards" (2). Entre êles, estavam os que salteavam nos mares e costas do Brasil: Lancaster, "agente duma companhia de Londres" (?), que tomou o Recife em 1595, Drake, "the noble pirate", e Cavendish, principe dos ladrões do mar, o qual, de volta de suas frutuosas expedições, subira o Tamisa com mastros durados e velas de damasco nos seus galeões (3)!

No começo do século XVII, durante o governo de D. Luiz de Souza, entre 1616 e 1621, os piratas inglêses pretenderam estabelecer-se no Espirito Santo e Rio de Janeiro, desistindo do intento, porque, avisado a tempo, o governador tomára providencias adequadas.

A pirataria, eminentemente protestante, serve como reconhecimento das possessões do adversario católico e para a obtenção de recursos para o assalto definitivo. E a técnica judaica da desapropriação forçada em que fôram mestres os judeus bolchevistas. A luta que, então, se travava tinha um que de religioso. Vêde bem os fátos. Os entrelopos huguenotes francêses durante longo tempo percorrem as costas abandonadas do Brasil que acordava, pilhando as naves abarrotadas de páu-de-tinta, até que se estabelecem nas ilhotas de S. Luiz e de Villegaignon. Os corsários puritanos inglêses atacam as povoações litoráneas e tambem pretendem fixar-se. Afinal, os piratas calvinistas holandêsas tomam a frota espanhola da prata, na baía de Matanzas, a qual lhes fornece meios pecuniaros para o equipamento de grandes expedi-

---

(2) *Formidavel obominador de espanhóis.* W. Sombart, "Le Bourgeois", Payot, Paris, 1926, pag. 93. J. M. de Macedo, "Efemérides Histórica do Brasil", typ do Globo. Rio de Janeiro, 1877, pag. 188.

(3) Douglas Campbell, "The Puritans in Holland, England and America", 1892, tomo II, pag. 120. Cf, Hakluyt, "Histoire des Voyages".

ções, e veem saltear nossas cidades, como o fez Paulo Van Ceulen, repelido da Baía de Todos os Santos em 1604. Os proprios bucaneiros e flibusteiros das Antilhas andam de longada até Santa Catarina. Tudo isso preludia a conquista das prósperas capitanias do Norte.

Conforme depõe Gabriel Soares, os moradores do extenso litoral brasilico viviam tão aterrorizados com a pirataria que traziam sempre "a roupa entrouxada", para se fazerem ao mato, mal avistavam o velame de qualquer náu grande. A acometida de Van Ceulen foi a quarta sofrida pela Baía, assegura o autor da "Razão do Estado do Brasil". Os resultados dessas pilhagens são quasi sempre magnificos. Na frota da prata, por exemplo, os holandêses se apoderaram de *quinze milhões de turnêses,* pór certos *libras tornêsas* ou *escudos tornêses,* que valiam muito mais do que os simples *escudos* ou *libras parisis,* nos velhos sistemas monetarios.

O historiador Pedro Calmon andou bem inspirado, quando escreveu: "Por detrás dos marinheiros flamengos, estava o judeu português de Amsterdam e Haia (4)". Adivinhou um pedaço da verdade, mas não a verdade toda. Por detrás de todos os piratas herejes, anti-católicos, estava o judeu internacional, o homem sem pátria, o mamonista adorador do Bezerro de Ouro. Não houve expedição de corso ao Brasil que não contasse com as informações dos judeus residentes no seio da população brasileira. Êsses espiões informavam os navios piratas das condições de defesa das praças, permitindo-lhes dar os golpes com toda a segurança. O maior defensor dos judeus na nossa literatura historica, sr. Solidonio Leite Filho, glorifica-os por êsse papel infame: os israelitas fôram *os mais poderosos* auxiliares dos corsarios es-

(4) Pedro Calmon, op. cit. pag. 60.

trangeiros e se aliaram aos inglêses que pretendiam estabelecer-se entre nós (5).

A pirataria foi o prefácio da conquista. O judeu, que tão poderosamente colaborára no prefácio, melhor ainda colaborou na obra.

Ha um fundo religioso e racial nessa luta de hereticos, açulados e ajustados por judeus, contra católicos, *papistas*, como se dizia, os quais haviam expulso os israelitas da Peninsula, para se não afogarem na sua invasão. O rancôr judaico não conhecia limites contra as corôas de Castela e Portugal, unidas na cabeça dos Filipes. Confessa-o, quasi sem ambages, o judeu Mendes dos Remedios: "A prosperidade dos judeus lusos na Holanda vingou-os do despreso do monarca peninsular que os expulsára (6)". Em capitulo anterior, documentadamente, mostrámos como a Holanda estava abarrotada de judeus e de capitais judaicos. Segundo escrevia, em 1644, o embaixador Souza Coutinho ao conde da Vidigueira, Holanda era a *mãe* dos cristãos-novos, que dali se derramavam para o Brasil. Era ainda a fonte da trindade invisivel do aforisma alemão vulgarizado por Goethe: *Krieg, Handel und Piraterie, dreienig sind sie; nicht zu trenen* (7). O judeu explorava essa trindade *invisivel*, valendo-se das disposições guerreiras e aventureiras que o comercio despertária nos pacatos holandêses, os quais, já agora, ávidos de pecúnia, quando não tiravam grandes lucros duma atividade ou região, se voltavam para outras (8).

Na insuspeita opinião de Oshlow Burrish (9), as grandes companhias de comercio dos séculos XVI e XVII não passavam de companhias de conquistas,

---

(5) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 60

(6) "Os judeus em Portugal", pag. 342.

(7) *Guerra, comercio e pirataria formam uma trindade invisivel...*

(8) E. Laspeyres, "Geschichte der Volkswirthschaftlichen Anschauungen der Niederlander", 1863, pag. 60.

(9) "Batavia ilustrada or a wiew of the Policy and Commerce of the United Provinces", 1728, pag. 333.

providas de privilegios e poderes politicos, que fundavam fortalezas e estabeleciam governos, verdadeiras organizações permanentes de pirataria, a qual, segundo Sombart, formava um ramo de *comercio regular* dessas associações. A das Indias Ocidentais, idealizada por Wilhelm Usselimex, que conquistou o Brasil para os judeus, entre 1623 e 1636, despendeu 4 milhões e meio de florins, armando 800 navios; mas capturou 540, cuja carga somente valia 6 milhões, ganhando ainda 3 milhões com o que pirateou mares afóra aos portuguêses (10). A espoliação dos engenhos dos pernambucanos que se opuseram á conquista rendeu mais 500 mil florins!

Formaram-se duas companhias de comercio e pirataria na Holanda, com capitais israelitas. A primeira, das Indias Orientais, nasceu em 1602 e deu tais lucros que inspirou a segunda, das Indias Ocidentais, em 1621, com privilegio exclusivo do tráfico e navegação na America e na costa d'Africa, isto é, o dominio dos empórios do açúcar e do negro. Os judeus peninsulares forneceram para essa última companhia a soma redonda de 18 milhões de florins (11). De posse a companhia de suas patentes de exclusividade, seus diretores "movidos pelos hebreus", determinaram fôsse o Brasil o alvo da conquista (12).

No capitulo antecedente, fizemos notar como o regime da escravidão, alem de proporcionar grandes lucros aos judeus, permitia o amolecimento da sociedade, facilitando-lhes dominá-la mais adeante. A decadencia moral do Brasil do século XVII chegára ao mais alto ponto. O judeu e o flamengo aproveitaram-se disso. O panorama da corrupção, da venalidade, do escandalo, da desmoralização está pintado

(10) Werner Sombart, op. cit. pag. 94. A companhia, idealizada por Usselimex, foi proposta aos Estados Gerais da Holanda por Jáns Andres Moerthecan, que Frei Rafael de Jesus, no "Castrioto Lusitano", pag. 14, denomina "holandês de capacidade e *esperteza*". Substitua-se *holandês* por *judeu* e dá no vinte...

(11) João Lúcio de Azevedo, "História de Antonio Vieira", tomo I, pag. 135.

(12) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 58.

em muitos autores. Calado resume-o admiravelmente nesta frase: "os ricaços não estavam acostumados a morrer". Foi o que contribuiu para favorecer a conquista (13).

Judeus impeliram e custearam, de fóra, a empresa conquistadora; judeus esperavam, cá dentro, os conquistadores, prestes a desempenhar todos os papeis, de modo a aligeirar-lhes a tarefa. Esperavam melhor sorte, receiosos da Inquisição, declara Solidonio Leite Filho, "que vinha assentar casa naquela capitania" (14). Do mêsmo modo que haviam sido os melhores auxiliares de corsários e piratas, fôram os melhores auxiliares dos conquistadores que lhes sucediam (15). O grave Southey confirma que ou faziam causa comum com o batavo ou fraca resistencia lhe opunham (16).

Os judeus e cristãos-novos do Brasil deram dinheiro, segundo Frei Manuel Calado para "os gastos da conquista de Pernambuco". Ministraram todas as informações destinadas a permitir os ataques, desembarques e marchas dos conquistadores. A invasão ainda se aprestava nos portos zelandêses e já, aqui, informada dos preparativos, a judiaria se entregava á mais terrivel espionagem. "Largas informações sobre as cousas do Brasil" recebia, "por intermedio dos hebreus brasileiros", o almirante holandês (17).

A primeira expedição holandêsa visou a Baía, capital da colonia, em 1624. Portas adentro, os judeus, muito numerosos, espionavam por conta dos generais bátavos (18). Em menos de dois dias, os inimigos se apoderaram da cidade. Segundo documentos do Instituto Historico, a esquadra vinha pejada

---

(13) Rebelo da Silva, "História de Portugal, nos séculos XVII e XVIII, tomo II, pag. 338. Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 59. Manuel Calado, "Valeroso Lucideno".

(14) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 33.

(15) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 61.

(16) Roberto Southey, "História do Brasil", tomo II, pag. 146.

(17) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 60.

(18) Idem, idem, idem.

de judeus e judias. A população israelita da Baía delirou de contentamento e envidou todos os esforços, o que repetiria em outros lugares e oportunidades, para induzir os não-judeus a se submeterem ao jugo estrangeiro (19). Escrevendo a sua "Ánua do Estado da Baía", datada de 30 de setembro de 1626, o padre Antonio Vieira conta que a cidade foi toda saqueada. Na sua maioria, os cristãos-velhos baianos, temendo não poder resistir ao impeto do agressor, devido á grande quantidade de judeus existente na cidade e nos quais ninguem devia confiar, retiraram-se para os matos e, sob a direção do bispo D. Marcos Teixeira, prepararam a reação. Atormentaram os intrusos com guerrilhas e emboscadas contínuas, até que vieram os reforços e auxilios de Espanha, na famosa esquadra de D. Fradique de Toledo, composta de náus lusas, castelhanas e napolitanas. A judiaria deu dinheiro a rôdo para a resistencia flamenga. Tudo em vão, porque, dentro da praça, fermentavam dissenções judaicas (20), como na Jerusalem sitiada de Flavio Josefo. Batidos no mar e sem poder se manter em terra, os ocupantes da Baía capitularam no curto espaço dum mês. Espanhóis, napolitanos e lusos tomaram novamente conta da capital da colonia e sua reação contra os judeus traidores não foi alem da condenação á morte de alguns dos mais comprometidos.

Como os da Baía, os judeus de Pernambuco incitaram a invasão flamenga e contribuiram para ela com fundos (21). Reconhece João Lúcio de Azevedo que êles "cooperaram grandemente para facilitar a conquista (22)". Seria de espantar que, useiros e vezeiros nisso, assim não procedessem. A guerra da

---

(19) Roberto Southey, op. cit. tomo II, pag. 156.

(20) Varnhagen, "História das lutas com os holandêses no Brasil", Lisbôa, 1872, pag. 38.

(21) Frei Manuel Calado, "Valeroso Lucideno", pag. 10.

(22) "Os judeus portuguêses na dispersão", in "Revista de História", tomo IV, pag. 214.

Restauração Pernambucana durou nove anos, em alternativas de derrotas e vitórias, e durante êsse periodo em que se afirmou um verdadeiro espirito de brasilidade, anterior á nossa independencia politica, os judeus empenharam contra nós "vida e fazenda" (23).

A expedição para a conquista de Pernambuco veiu quatro anos depois da da Baía, em 1630. Não se atrevendo a atacar o Recife, diretamente, desembarcou as tropas que trazia, alem de Olinda, na praia do Páu Amarelo, sob o comando do "coronel-de-guerra", Teodorico Weerdenburg, que desconhecia completamente a região onde pisava pela primeira vez. Guiou-o pela costa, pelos mangues e alagadiços, dos quais era prático, o judeu Antonio Dias Paparobalos, o qual vivera muito tempo em Pernambuco e fôra, depois, para a Holanda (24). Outros judeus serviram constantemente de guias e interpretes fieis aos invasores, entre os quais Samuel Cochim, que guiou a primeira expedição ao Rio Grande do Norte (25).

As tropas que a Companhia das Indias Ocidentais pôs em campo durante todo o periodo da conquista e ocupação não eram propriamente do que se poderia chamar o exercito holandês e sim compostas de mercenarios de toda a categoria e procedencia. Nem os proprios comandantes eram todos flamengos. Havia polonios como o famigerado Arcizewski; francêses como Picard, Tourlon e La Motte; alguns judeus como Simão Slecht e o cruel Jacob Rabbi; muitos escossêses, como o Sandalim de João Francisco Lisbôa, quando descreve o combate do Outeiro da

---

(23) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 63. A guerra durou nove anos no seu periodo final; a luta, dêsde o inicio, durou 24! A conquista começa em 1630 e termina em 1637; a posse vai de 1637 a 1642; a restauração, de 1642 a 1654. Cf. Oliveira Lima, "História de Pernambuco", pag. 63.

(24) Varnhagen, op. cit. pag. 51. Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 62. Sobre o nome do "coronel de guerra" ha divergencias. Uns escrevem Teodoro; outros Frederico. Netscher, em "Les hollandais au Brésil" pag. 45, grafa Diederich. Por isso, traduzimos Teodorico.

(25) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 63. Tavares de Lira, "O dominio holandês no Brasil", tip. do "Jornal do Comercio", 1915, pag. 305.

Cruz, no Maranhão, segundo provam as numerosas espadas de *highlander*, as conhecidas e tradicionais *claymores*, da coleção de armas da época da guerra holandêsa no Museu Historico. Nos poucos canhões de bronze que ainda restam dessa epopéa, bem como nas moedas obsidionais de cobre, prata e ouro, nunca figura o barão heraldico das Provincias Unidas, porem o monograma da companhia judaica: um G, um W e um C entrelaçados, iniciais da *Geoctroyeerde Westindische Compagnie*, — Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais. Somente em 1647, segundo diz Netscher, os Estados Gerais resolveram oficializar a guerra.

Os holandêses desembarcados no Páu Amarelo apoderaram-se com relativa facilidade de Olinda e Recife. Sem recursos bastantes para lhes resistir, Matias de Albuquerque viu-se obrigado a retirar, estabelecendo-se no arraial do Bom Jesus, onde se lhe foram juntar os homens do campo, mais proprios para a grande luta que se desenhava e na qual mantiveram acêsa com impavidez a chama da liberdade, do que os da cidade, desacostumados de morrer, como notava Frei Calado. Vieram mais tarde os socorros trazidos pelo almirante Oquendo, os bátavos abandonaram Olinda, incendiando-a, e se encurralaram no Recife durante dois anos (26). Foi a deserção de Calabar, em 1632, que lhes permitiu pôr a cabeça de fóra, atacar Afogados, Iguarassú, Rio Formoso, expelir os lusos-brasileiros do arraial do Bom Jesus e obrigá-los ao exodo para Alagôas. Nessa retirada dum povo, como que se plasmou a futura nacionalidade, na consciência nativista formada pela fraternização guerreira de brancos, indios e negros trazidos pelo heroico Henrique Dias, "governador dos pretos". A tomada de Porto Calvo pelos retirantes entregou Calabar, que foi enforcado.

---

(26) Varnhagen, op. cit. pag. 63.

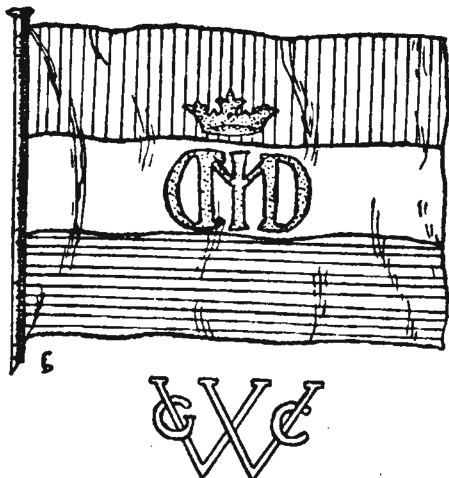
Parece que o desertor era a alma das vitórias dos conquistadores, pois que, após a execução, se encolheram e começaram a perder suas energias em dissenções intimas e estereis. Sendo imprescindiveis pôr-lhes um paradeiro, a Companhia lançou mão dum fidalgo aparentado ao Estatúder de Orange, o conde João Mauricio de Nassau-Siegen, contratado por cinco anos para a governação da Nova Holanda, pago a mil e duzentos florins por ano e nomeado "governador, capitão-general e almirante de terra e mar". Como a conquista não passava dum prolongamento da pirataria, deram-lhe mais 2 % sobre as presas que se fizessem.

Entrando na posse do governo, o conde deu logo toda a liberdade aos israelitas. Pernambuco e as outras capitanias conquistadas a pouco e pouco se tornaram "o paraiso dos judeus" (27). O "amigo do peito" do governador, o "homem de maior valia" enquanto esteve á testa do Brasil holandês foi o judeu lisboeta Gaspar Dias Ferreira, que vivia no Recife dêsde 1618 e se tornára possuidor de "respeitavel fortuna (28). Ao retirar-se do Brasil, o conde levou-o consigo. A cada ano do governo de Nassau mais crescia a imaginação judaica. Só em 1642, quasi ao fim, vieram duma assentada 600, que se faziam acompanhar de seus rabinos (29).

Antes da conquista flamenga, os judeus pernambucanos e os de fóra viviam "paliados com capa de católicos (30)", inveterado hábito dos cripto-judeus de todos os tempos e paises. "Conquistada a capitania, declararam-se publicamente por judeus e com os correligionarios, adventicios de outras nações, fizeram sinagogas, e de tal modo se vangloriavam de suas crenças que principiaram a denominar-se *Santa*

(27) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 33.
(28) Idem, idem, idem.
(29) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 431.
(30) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 71.

Comunidade, KAHAL-KADOSH (31)". Quem conhece os segredos do judaismo sabe que isto quer dizer que organizaram um Kahal ou *governo oculto* para explorar a sociedade cristã com a *hazaka*, ou *meropie* e outras fórmas de espoliação disfarçada, já proficiente e documentadamente estudadas por Brafmann no seu "Livro do Kahal" e Wolski em "La Russie



Bandeira do Brasil Holandês. Na faixa branca da tricolôr flamenga, o monograma da Companhia Judaica ou de Nassau (?), encimado por uma corôa aberta. Nada, como se vê, alem das côres, da nação holandêsa. Em baixo, a marca registrada da Geoctroyed Westindische Compagnie, conforme aparece nas moedas obsidionais, nas chancelas e nas culatras ou nas boladas dos canhões de bronze da conquista que ainda nos restam.

A tricolor flamenga é a mais antiga de todas: vermelho, azul e branco. Vermelho é o sangue que se tem de derramar para atingir ao azul-branco, côres de Israel. Veremos isso, claramente, na simbologia das bandeiras revolucionarias do Brasil, em 1794, 1817 e 1824.

Juive". Do Recife, a judiaria se esparramou para Itamaracá, onde os chefiava o *haham* Jacob Lagarto (32). Segundo D. Domingos do Loreto Couto, na sua obra "Desagravos do Brasil e Glorias de Pernam-

(31) Idem, idem, idem. Solidonio Leite Filho tirou isso de João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses" e êste de Graetz "Volkst. Gesch. der Juden", C. III, pag. 331.

(32) Idem, idem, idem.

buco", ed. da Biblioteca Nacional, Rio, 1904, ás pgs. 234-236, durante o dominio holandês os sacramentos fôram proibidos no Recife e os católicos sofreram torturas de arripiar. Fr. Rafael de Jesus documenta exaustivamente as perseguições judaicas, sob o pseudónimo de holandêsas, contra os naturais: roubos, morticinios, injustiças, forçamento de consciências, sacrilegios, torturas e até o estabelecimento da *chekita*, do açougue judaico, proibindo-se a matança de qualquer rez em qualquer lugar e para qualquer fim. Ninguem podendo abater uma rez, como relata o "Castrioto Lusitano" (pgs. 171-172), toda a gente era obrigada a recorier ao matadouro judaico e pagar o tributo denominado "imposto da caixa" com que se sustentam as escolas judias e se completam os impostos devidos ao governo pelos israelitas, segundo informa Brafmann no "Livro do Kahal".

Graças a essa proteção, dominaram completamente a colonia, tornando-se *logo*, como narra Varnhagen, grandes proprietarios urbanos e rurais, donos dos cargos públicos, notarios, escrivães e procuradores no fôro, corretores dos subornos das venais autoridades flamengas. Os judeus que vieram com os holandêses "não trazendo mais que um vestidinho rôto sobre si, em breves dias se fizeram ricos" (33). Cresceram-lhes a empáfia, o luxo, a ostentação e o despreso pela moral pública e o decôro particular ao ponto de se unirem contra seus desmandos os calvinistas e católicos irreconciliaveis. As proprias autoridades eclesiasticas protestantes comungaram com o povo numa tentativa de reação. O conde de Nassau, porem, não deu ouvidos a ninguem. Quando se retirou, para fazer uma sinagoga de seu palacio, afirma João Lúcio de Azevedo, a Santa Comunidade ofereceu por êle seis toneis de ouro, isto é, 300 mil cruzados!

---

(33) Frei Manuel Calado, "Valeroso Lucideno" pags. 53 e 207.

Lavrava a maior corrupção entre os invasores devida ao judaismo que os empeçonhava. Atingiram a mais de sete e meio milhões de florins, quasi o duplo do que custára a expedição conquistadora, os contrátos lesivos e as negociatas obtidos pelos judeus. O dinheiro dos proprios acionistas da Campanhia das Indias Ocidentais foi roubado de todos os modos. Os documentos da época rezam assim: "Os senhores dêste governo, dêsde o principio até hoje, não procuraram outra cousa senão encher a sua bôlsa, empregando para isso todos os meios e, em particular, o *auxilio dos judeus* e de outros homens inconvenientes e ávidos de lucro tôrpe... zombando da simplicidade dos holandêzes e do máu governo dêste Estado, *cujos segredos todos eram melhor conhecidos a êles* (os judeus) *do que a nós*, e, possivelmente, melhor do que aos proprios senhores, que êles diziam predispôr, por honrarias e presentes, para todas as suas intenções, e até para as cousas mais tôrpes e inconvenientes (34)".

O conde chegára ao Recife a 23 de janeiro de 1637, mostrára-se tolerante, procurava apaziguar os ánimos, promovia melhoramentos e protegia ciências e letras. Era o seu feitio pessoal. No governo, porem, consentia de bom grado ou forcado pelos amos judaicos na grande corrupção. Tambem não se distraiu de seu papel de realizador da conquista dos empórios do açúcar e do escravo por conta de quem lhe pagava mil e duzentos florins anuais. Seu nome ilustre já fôra dado, como anúncio de expansão conquis-

---

(34) Do panfleto: "Brasilsche Gelt Sack waer in dat Klaerlijck Vertoon wort-waer dat de Participanten van de West Indische Compagnie haer Geldt ghebleven is. Gedruckt in Brasilien op't Reciff inde Bree-Bijl. Anno 1647", *in Revista* da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", tomo XXXVII, 1933, pags. 36 e segs. Em português: "A Bôlsa do Brasil e o roubo dos dinheiros dos acionistas da Companhia das Indias Ocidentais, impresso no Recife, no Machado Largo, no anno de 1647". O exemplar em holandês se encontra custodiado no Arquivo Nacional. Foi publicado em 1647, mas escrito em 1643, ainda no governo judaico de Nassau. Traduziu-o para o vernáculo o padre Geraldo Pauwels. Portanto, não somente os conquistados reclamavam contra o judaismo; os conquistadores tambem!

tadora, a uma feitoria fortificada que os flamengos tinham encravado na costa da Mina. Em 1637, êle mandou o coronel João Koen apoderar-se do resto da colonia africana, o que foi feito com a tomada do castelo de São Jorge (35). Ha um certo sabor judaico no nome do chefe da expedição, que a tradução alemã de Barlaeus chama Kühn. Netscher grafa KoKin (36). Todos os entendidos na onomástica israelita sabem de fonte limpa que essas fórmas correspondem ao hebraico Cohen.

No Brasil, Nassau levou por deante a conquista de Alagôas, do Ceará e de Sergipe, tentando mêsmo a da Baía, que redundou em verdadeiro desastre. O Maranhão seria ocupado mais tarde pelo referido Koin, Koen ou Cohen, que fôra á Africa. Em 1644, Antonio Moniz Barreiros ali levantou os povos, expulsando o invasor. A posse do Ceará foi sempre precária. A da Paraiba, obtida antes da vinda de Nassau, durou o mêsmo tempo que a de Pernambuco. A do Rio Grande do Norte se assinalou indelevelmente pelas atrocidades judaicas, á maneira das de Bela Kun, na Hungria, e de Jagoda, na Rússia. O judeu de origem alemã Jacob Rabbi, que Solidonio Leite Filho glorifica com o titulo incomparavel de "feroz israelita" e que Varnhagen apelida "furibundo", capitão de um troço de soldados e levando sob suas ordens os indios aliados do chefe Antonio Paraopéba ou Paraupaba, entre suas façanhas conta a tomada do engenho Cunhaú, em julho de 1646. Traindo as condições estipuladas na capitulação pelos luso-brasileiros refugiados ali, levou os prisioneiros para Uruassú e os entregou á selvageria dos indigenas, deliciando-se em presenciar as torturas que lhes fôram infligidas. A uns ataram em postes, deante dos filhos pequeninos, cortando-os em miúdos pedaços; a outros arran-

(35) Varnhagen, op. cit. pag. 179.
(36) Netscher, "Les hollandais au Brésil", Haya, 1853, pag. 128.

caram o coração pelas costas; muitos dêsses infelizes, afim de escapar ao suplicio em que viam sucumbir os companheiros, mataram-se com as facas de ponta que ainda traziam (37)!

O castigo dêsse monstro, felizmente, não se fez esperar. Numa noite escura do mêsmo ano, Joris Gastrmann, que governára o Ceará e lá sofrera avanias da parte dos selvicolas que o capitão Jacob Rabbi protegia, o mandou matar á traição, por dois soldados do alferes Jaques Boulan, perto de Natal, quando saía da casa de Johan Miller. Foi por isso preso e recambiado para a Holanda. Deus lhe tenha em conta o grande serviço que prestou aos brasileiros! O monstro judaico deixava grande fortuna adquirida em morticinios e rapinagens, documenta Tavares de Lira.

Entrementes, preparava-se a grande insurreição dos naturais contra os abominaveis invasores protestantes-judeus. Da conjura sairia a guerra da independencia, talvez a mais bela página da nossa história, em que um pugilo de heróis apagaria com os altos feitos das Tabocas e dos Guararapes a derrota da Mata Redonda e o incendio de Olinda. A espionagem judaica pressentiu-a e acompanhou-lhe os passos. O opulento cristão-novo da Paraiba, Jorge Homem Pinto, quís peitar Fernandes Vieira por 200 mil cruzados. Tentaram, depois assassiná-lo! O judeu Gaspar Francisco da Cunha denunciou Vidal de Negreiros ao Supremo Conselho dos holandêses, em outubro de 1644 (38). Outros judeus apresentaram outras denuncias, como a de Abraão Mercado, por exemplo.

---

(37) Idem, idem, pags. 303 a 306. Solidanio Leite Filho, op. cit. pag. 64. As horrendas crueldades do judeu Jacob Rabbi estão contadas com o maior luxo de pormenores por D. Domingos de Loreto Couto, op. cit. pags. 238 e 243. Houve cenas somente iguais ás da Tcheka judaica-comunista. São tão revoltantes que não quisemos sobrecarregar o texto com essas monstruosidades daquêle sadismo judaico a que se reportam os irmãos Tharaud, descrevendo a ação de Bela Kun e seus acólitos na Hungria, em "Causerie sur Israel". Cf. Lopes Machado, "História da Paraíba"; Rafael Galanti, "História do Brasil", tomo II, pags. 307 e segs.

(38) Varnhagen, op. cit. pag. 261; Frei Rafael de Jesus, "Castrioto Lusitano", Aillaud, Paris, 1844, pag. 231.

O Conselho não lhes deu importancia. Enfim, a 24 de junho de 1645, a revolução estalou em Ipojuca, num conflito sangrento entre cristãos e judeus, rapidamente se estendendo a Itamaracá e á Paraíba.

Nassau já se retirara para a Holanda com seu valido, o judeu Gaspar Dias Fererira, intermediario de seus negocios. Em 1647, quando a companhia judaica cogitou de mandá-lo novamente, com muita tropa, dominar os insurrétos pernambucanos, alarmado, o embaixador Souza Coutinho, "por intermedio de Gaspar Dias Ferreira conseguiu ter com o conde uma conferencia secreta no bosque da Haia, ás dez horas da noite, chovendo a cántaros, e, depois, pelo mêsmo intermedio, mandou prometer-lhe um milhão de florins, se negociasse um acôrdo com a inclusão de Portugal em trégua larga, e, sem ela, quatrocentos mil florins. A promessa derrubou Nassau, que, para conseguir o objetivo de Souza Coutinho, não se escusou de aceitar a proposta da Companhia e dos Estados, mas pediu tanto, que logo se entendeu que se escusava" (39). Assim, o conde de Nassau se vendeu ao governo português!

Mal Nassau dera as costas, vendo o descalabro em que ia a Nova Holanda, os judeus fôram se raspando do Brasil, em busca de melhor guarida: a propria Holanda, Surinane, as Antilhas, Nova Amsterdam, que hoje se chama New-York e alguns dizem Jew-York! Os que ficaram, á medida que a sorte das armas sorria aos luso-brasileiros, iam desertando dos arraiais holandêses e passando para o outro lado (40), como os ratos abandonam o navio que sentem prestes a naufragar.

Não fôram poucos, todavia, os que, por isto ou aquilo, se viram obrigados a permanecer. Quando da rendição do Recife, última etapa da Restauração de

---

(39) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 34.
(40) Varnhagen, op. cit. pag. 219. Frei Manuel Calado. op. cit. pag. 302.

Pernambuco, lá dentro ainda havia mais de cinco mil (41)! No texto da capitulação, os flamengos condicionaram sua anistia. Não obstante, pouco depois, o Santo Oficio foi sobre os de origem portuguêsa, mas encontrou a impedir-lhe a ação o padre Antonio Vieira, que o panegirista Solidonio Leite Filho considera "o maior defensor que jamais tiveram os filhos de Israel em Portugal". Os rudes batalhadores dos Guararapes é que nunca se fiaram nêles, lembrados das traições com que haviam entregue a terra brasileira ao hereje invasor.

A perda do Brasil holandês obrigou os filhos de Israel a uma diáspora na America. Medrosos da volta do Santo Oficio, fugiram para as Guianas, Curaçáu Barbados, Jamaica, Martinica e Guadalupe, levando consigo a indústria rendosa do açúcar (42) e continuando a explorar por ali, indignamente, o braço dos escravos, que carregaram, sem ao menos dar alimento aos pobres pretos, como costumavam fazer no Brasil, onde o *sistema judaico* era entregar-lhes somente um pedaço de terra para que dêle tirassem seu sustento, cultivando-o com "notável escándalo" nos poucos momentos de repouso ou nos domingos (43). Houve judeus como Benjamin da Costa que chegaram á Martinica, conduzindo 1.100 negros (44)!

Uma expedição ida do Brasil sob as ordens de Salvador Corrêa de Sá e Benevides recuperou Angola, expelindo dali os bátavos. Desta sorte, de novo, as duas margens fronteiras do Atlantico voltaram á corôa de Portugal. Dêsde 1640, o velho reino se libertára da tutela castelhana, aclamando o duque de Bragança D. João IV. Ainda combalido pelos "ses-

---

(41) D. Francisco Manuel de Melo, "Epanaforas", pag. 524.

(42) Dr Isaque Izeckson, loc. cit. pag. 7. M. Sidney, "Histoire de la Martinique", Fort Royal, pags. 46, 118 e segs.

(43) Solidonio Leite Filho, "Dispersão dos judeus brasileiros" in "Os judeus na história do Brasil", pag. 57. D. Domingos do Loreto.

(44) Dr. Isaque Izeckson, loc. cit. pag. 7.

senta anos de letargo" cantados pelo poeta, em guerra com o vizinho e herdando-lhe as inimizades na politica européa, não podia acudir, como se fazia preciso, ás suas terras do Brasil. Foi a energia indomavel dos vencedores dos Guararapes que as conservou libertas do hereje e do judeu, máu grado as fraquezas da metropole, á qual a paz custaria tres milhões de cruzados. Do campo de batalha a luta passou para os biombos da diplomacia, onde continuaram a silvar as serpes dos interesses judaicos. No fastigio do poder, Cromwell, o grande e dedicado amigo do judaismo, arranjava pretextos seguidos contra os direitos de Portugal. Os judeus se intrometeram em todas as negociações. O tal Gaspar Dias Ferreira, que se naturalizára holandês e fôra metido na cadeia por se corresponder com os insurrétos de Pernambuco, evadira-se do presidio e escrevia cartas aos chefes pernambucanos, pretendendo ser seu procurador junto a D. João IV, em Lisbôa (45). Entre os procuradores enviados do Recife á Holanda, em 1652, figurava o judeu Abraão Azevedo. E, no meio de todas essas manobras aparentes e ocultas, vê-se, ás vezes, o perpassar da roupeta negra do padre Antonio Vieira, defensor dos judeus e organizador duma companhia de comercio com capitais judaicos e privilegio do tráfico... Cura-se a dentada do cão com o pêlo do proprio cão; mas o padre errou crassamente, pensando que os males do ouro judaico se curam com o proprio ouro judaico... "Celui que mange du juif en meurt", diz o adagio francês...

O proprio Antonio Vieira tudo conta em carta ao conde da Ericeira, historiando sua missão á França e á Holanda: "O primeiro negócio que propús a Sua Majestade, pouco depois de sua feliz aclamação e restauração, foi: que em Portugal, á imitação de Holanda, se levantassem duas companhias mercan-

(45) Rodolfo Garcia, loc. cit. pag. 36.

tis, uma oriental, e outra ocidental, para que, sem empenho algum da real fazenda, por meio da primeira se conservasse o comercio da India, e por meio da segunda o do Brasil (46), trazendo ambas em suas armadas, defendido dos holandêses, o que êles nos tomavam, e bastaria a sustentar a guerra contra Castela. A isto se ajuntava que, como as nossas companhias ficavam mais perto de uma e outra conquista, seriam menores os gastos seus e maiores os lucros, os quais naturalmente chamariam e trariam a Portugal o dinheiro mercantil (47) de todas as nações, e muito particularmente dos portuguêses (48), que em Holanda estavam interessados nas Companhias e em Castela tinham todos os assentos. E, porque na dita proposta se dizia que o dinheiro aplicado ás Companhias de Portugal estivesse isento do fisco (porquanto de outra maneira nem os mercadores estrangeiros nem os do mêsmo reino, que o trazem divertido por outras partes, o quereriam meter nas nossas companhias sem a dita condição ou segurança), esta condição foi causa de que o Santo Oficio proibisse o papel da proposta, posto que sem nome (49) e que ela por então não fôsse aceitada. Depois que os apertos da guerra (50) mostraram que não havia outro meio igualmente efetivo, não só foi abraçada com a mêsma condição, senão com outras muito mais largas, consultadas e aprovadas pelos letrados mais doutos do reino... Quanto fôsse a utilidade e eficácia dêle bem o mostrou a Companhia Ocidental, a qual foi trazendo sempre do Brasil o que bastou para sustentar a guerra de Castela, conservar o reino, restaurar

---

(46) Equivalia a entregar outra vez o Brasil ao judaismo, que com seus capitais iria dirigir em Portugal as mêsmas duas companhias que dirigia na Holanda.

(47) "Dinheiro mercantil", isto é, capital de especulação; de "todas as nações", isto é, internacional.

(48) Melhor diria: *judeus portuguêses*, o que é bem diferente...

(49) A proposta era anónima, como a companhia ou sociedade, mas o Santo Oficio cheirou-lhe de longe o judaismo, que transparecia das cláusulas.

(50) Mais uma vez se tem de reconhecer que Werner Sombart tem carradas de razão, quando afirma: "La guerre est la moisson du juif!".

Pernambuco, e ainda hoje acudir com prontos e grandes cabedais ás ocorrencias de maior importancia". Vai por deante o padre e narra que, depois da tomada de Dunkerque, Jerónimo Nunes da Costa, judeu e agente do governo luso (!), homem *mui poderoso,* oferecia quinze fragatas a Portugal por 20 mil cruzados cada uma. Quando os holandêses ameaçaram novamente a Baía, fôra êle, o padre, que, com sua "roupeta remendada", arranjára com o cristão-novo Duarte da Silva 300 mil cruzados, e mais um *fulano* Rodrigues Marcos, a troco de seis vintens cobrados sobre cada arroba de açúcar. Negocio grande! (51).

Passaram-se todas essas e outras tranquibernias e, enfim, no ano da Graça de 1654, o Brasil se viu definitivamente livre do judaismo holandês, mas recaiu nas unhas do judaismo lusitano, o que, no fundo, dava na mêsma. Politicamente, porem, a Restauração de Pernambuco e Angola completava a Restauração de Portugal, que somente respira mais desafogado, quando o protetorado de Cromwell desaba na Restauração dos Stuarts.

A companhia de comercio defendida pelo padre Vieira e as que lhe sucederam até o tempo de D. José I, tinham como simbolo a estrela judaica de cinco pontas, e daí ela passou para a heraldica brasileira, designando as Provincias e, mais tarde, os Estados. Hoje, é brazão da Republica... (52).

---

(51) "Cartas do Padre Antonio Vieira", coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, tomo III, pags. 556 e segs.

(52) Varnhagen, "História Geral do Brasil", tomo II, pag. 235. Demonstraremos quando tratarmos da Republica, as origens maçonicas de seus simbolos, que o distico *Ordem e Progresso* camufla de maneira a se penser que vieram do Templo da Humanidade, quando sairam do Templo de Hiram. Aliás, contra a Igreja de Cristo, êsses Templos se' equivalem...

CAPITULO V

A LADROEIRA DO ESTANCO

O Estado do Maranhão, composto por esta capitania e pela do Grão-Pará, imensa região uberrima que produzia grandes riquezas e ficava mais próxima da metrópole, tentára os conquistadores francêses e flamengos, que nela não haviam conseguido permanecer. O judaismo decidiu-se a tomar conta dela por outros meios mais eficazes e menos custosos do que a guerra. Como toda a sua economia repousasse no trabalho do indio escravizado, era necessario desorganizá-la, afim de enfraquecer-lhe as resistencias. Não sei que influencias secretas assopraram ao governo de Lisbôa providencias proibitivas da escravização dos indios, mas estas logo encontraram o bem intencionado apoio dos jesuitas, que catequizavam, aldeavam e defendiam o gentio. Aquelas providencias, de fundamento humanitario e verdadeiramente cristãs, chocavam-se, entretanto, com as crúas realidades da vida colonial e, além de minguarem a mão de obra a fazendas e engenhos, creavam violento dissídio entre agricultores e padres, o qual, com o tempo, cada vez mais se agravaria.

Tal divisão entrava, seguramente, nos planos subterráneos do Kahal de Lisbôa, cujo fim era privar primeiro de união e força as sociedades que pretendia explorar. Os Senados da Camara de Belem e São Luiz desfrutavam de "imenso poder politico", podendo taxar salários e gêneros, regular o curso das moedas, prover sobre a agricultura, a navegação e o comercio, decidir dos tributos, nomear ou suspender as autoridades (1). Os cargos da governação munici-

---

(1) João Francisco Lisbôa, "Obras", tip. Matos. Moreira & Pinheiro, Lisbôa, 1901, tomo II, pag. 46. Em 1551, o Senado da Cámara de Belém representava ao padre

pal eram exercidos privativamente pela gente nobre e dêles se excluiam os "peões-mercadores" (2), meio esse de evitar a infiltração de cristãos-novos ou de quem quer que tivesse sangue de "infecta nação", como rezavam as velhas cartas de brazão d'armas.

Essa autonomia municipal fôra o apanágio da grande liberdade comunal da idade-média. O absolutismo real, depois do século XIV, a corrompera ou dominára. No Brasil vasto e desprovido, ela novamente florescia no grupo natural do municipio, creado em luta aberta contra o meio, o selvicola e o pirata.

No Estado do Maranhão, a corôa procurára estabelecer um estanco, isto é, como define o dicionarista Morais, um monopólio organizado de qualquer ramo de comercio. Êsse devia fornecer aos maranhenses objétos de ferro e aço, produtos manufaturados do reino, especiarias do Oriente, a troco de gêneros da terra, que seriam vendidos na Europa em proveito do erário. Como o negócio não parecesse dar resultado em mãos do governo, formou-se em Lisbôa uma companhia por ações, afim de arrendá-lo. Os acionistas ou assentistas, como então se dizia, eram aquêles mêsmos cristãos-novos com cujos cabedais o padre Antonio Vieira contára para a fundação da companhia de Pernambuco. Mario Sáa enumera-lhes os nomes: Serrão, Botelho, Carvalho, Silveira... O contráto foi passado em 1682 e basta ver-lhe as clausulas principais para se ficar inteirado da obra judaica: privilegio por vinte anos; isenção de impostos; juizo privativo para reclamação e demandas (3); exclusividade do tráfico, devendo im-

---

Antonio Vieira contra a "falta de braços" por estarem desviando os indios a serviço da Ordem; em 1670, o de S Luis tratou da "falta e carestia" de escravos indjos, porque o negócio era "monopolisado por homens poderosos". Cf. J. M. de Macedo, "Efemérida", pags. 30-31.

(2) Op. cit. t. II, pags. 51-53.

(3) O juizo privativo é uma eterna ambição judaica. Está no livro de Ester. Em Roma, ao tempo de Augusto, funcionava o seu tribonal particular, o Bet-Dine. A

portar dez mil negros, sendo as entradas de 500 por ano (4). Deante das noticias dêsse novo estanco, certamente peor que o outro, os brasileiros do Maranhão e do Pará ficaram de sobreaviso, pois que algumas cartas do reino informavam que El Rei sómente o consentiria com "aprazimento dos povos". A condicional do soberano lhes dava alguma esperança de salvação.

Quando veiu tomar conta de seu cargo o novo governador nomeado, Sá e Menezes, trouxe em sua companhia o cristão-novo Pascoal Pereira Jansen, grande assentista e administrador do estanco. Ambos encontraram os povos com pouco aprazimento para engulir a pilula, sendo obrigados a recorrer a manobras, disfarces, peitas e ameças. Dizia o judeu Jansen que, do seu proprio bolso, tivera de gastar em gorgetas mais de um conto de réis (5), quantia apreciavel para o tempo. Antonio de Souza Soeiro, procurador da Cámara, "suspeito de cristão-novo", vendeu seu assentimento por uma patente de capitão de infantaria *com soldo;* o vereador Jorge de São Payo prometeu o seu em troca de fazendas e gêneros.

Segundo todos os documentos contemporáneos e os resultados das devassas ou inqueritos procedidos, o estanco foi estabelecido em São Luiz pelos recursos da "fraude, terror e corrupção". O governador Sá e Menezes envolveu-se em todos êsses "vergonhosos manejos". Já viera de Portugal mancomunado com os judeus. A devassa procedida mais tarde, depois da sublevação dos maranhenses, revelou "escándalos in-

---

legislação justiniana reservou-lhe no *Codex* o capitulo *De Judaeis*. Em muitas das monarquias bárbaras havia o chamado *Foro Judaico*. Hoje, êles teem Bet-Dines em muitas cidades norte-americanas, ukranianas e lituanas, e registram sempre suas companhias nos Estados Iánquis de leis favoraveis a seus interesses.

(4) João Francisco Lisbôa, op. cit. tomo II, pags. 84-85.

(5) Idem, idem pag. 87. Em geral os historiadores, que só vêem as aparencias politicas, insistem em apontar a questão da escravidão dos indios como a causa principal da revolução; mas o exame dos fátos documentados nos mostra que essa causa foi o estanco judaico.

criveis". Havia mêsmo sociedade entre o governador, o judeu Jansen, um tal André Pinheiro e outros.

Os oficiais da Camara chamados á presença de Sá e Menezes e de Jansen, em Belem, para onde ambos se haviam transportado, após o estabelecimento do estanco no Maranhão, ouviram do primeiro que Sua Majestade ordenava a introdução do mêsmo estanco "sem dependencia de consulta ao povo", não admitindo a menor réplica ou a mais leve objeção (6). O rei era, assim, enganado no seu proposito, porque cuidaria que o povo a tudo assentiria de bôa vontade, consoante o silencio dêste pelos seus procuradores naturais e os informes que receberia; o povo tambem era enganado, julgando que o soberano houvesse dado ordens tão terminantes e despóticas. De parceria com o governador venal, os cristãos-novos desenrolariam seu plano de assalto ás riquezas do Maranhão e do Pará.

Certos da impunidade, pintaram o sete. Como houvesse crise de mão de obra e as entradas de negros que se destinavam a atendê-la estivessem ao seu alvedrio, pois possuíam exclusividade do tráfico, vendias os escravos por preço muito acima do comum, obrigando o pagamento á vista, quando anteriormente as vendas eram feitas a prazo, para facilitar a aquisição aos agricultores sempre baldos de cabedais. As mercadorias de que tinham o monopólio e que ninguem poderia obter noutra parte eram de péssima qualidade e alto preço. Usavam, além disso, pesos e medidas falsificadas. O escrupuloso e eminente João Francisco Lisbôa assim descreve a grande roubalheira judaica: "Impedia-se ou dificultava-se aos moradores a remessa de suas drogas para o reino, ou o retorno do que elas lá produziam (7), se alcançavam mandar algumas. O estanco só recebia

(6) Op. cit. tomo II, pag. 88.

(7) Isto é: congelavam os créditos na Europa...

em pagamento cravo e pano (8), recusando o açúcar, cacáu, tabacos e couros (9); e daí resultava que não podendo os moradores dar outras saídas a êstes produtos, viam-se obrigados, para os não perderem de todo, a sacrificá-los por baixos preços a *mal disfarçados agentes do mêsmo estanco,* dos seus administradores, ou de outros potentados, que os comprovam a poder de barato. Os navios não vinham ao Estado com a regularidade afiançada (10); e, para que nenhum gênero de vexação faltasse naquela geral opressão, tinham os administradores uma grande aldeia de indios, ocupados em lavrar farinhas e outros gêneros que, postos á venda em grande escala no estanco, faziam *ruinosa concurrencia* aos demais lavradores já extenuados" (11). Chama-se a isso, em bôa linguagem, um verdadeiro saque organizado!

Levantou-se, pois, o "clamor universal" dos explorados por aquêles *conversos,* os mêsmos que, em Portugal, séculos afóra, costumavam tomar os produtos para os vender, depois, a preços exorbitantes (12). O governador permanecia em Belem e regia o Maranhão em seu lugar um tarimbeiro irresoluto e pusilámine, Baltasar Fernandes. Começaram a aparecer pasquins pregados pelas esquinas, ameaçando de morte ao rapinante Jansen (13). Quando em qualquer roda se falava daquelas vilanías e ladroagens descaradas, os punhos crispavam-se ameaçadores e odientos. A revolução andava no ar. Bastava aparecer um homem que polarizasse o descontentamento e a cólera para ela explodir com todas as suas imprevisiveis consequencias.

Êsse homem ia ser um senhor de engenho que já se insurgira antes contra o miseravel governo de

---

(8) Isto é: a produção menor...
(9) Isto é: a produção maior...
(10) Isto é: transportes e fretes estavam em suas mãos...
(11) Op. cit. tomo II, pag. 89.
(12) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 39.
(13) Oficio de Sá e Menezes á Côrte, de 26 de agosto de 1683.

Inácio Coelho, antecessor de Sá e Menezes e tão bom como tão bom. Por isso, estivera deportado dois longos anos na fortaleza do Gurupá. Da devassa a que fôra submetido, não resultára sua culpabilidade e El Rei o mandára pôr em liberdade (14). Chamava-se Manuel Bekman e aportuguesára seu nome sob a fórma de Bequimão. Filho de pai alemão e de mãe lusa "seus detratores, afirma João Francisco Lisbôa (15), *para o macular*, diziam ser de raça judaica". Isso é hábito dos judeus contra seus inimigos. Não teem o desplante de dizer até que Hitler é judeu? A vida de Bekman, sua franqueza, seu destemor, seu espirito de sacrificio, sua atitude em presença da morte por si só desmentem a calúnia. O judeu Isaque Izeckson, á cata de glórias judaicas na história do Brasil, não se atreve a tal afirmação e se limita a dizer: "Se bem que não tenhamos bases exátas para afirmar que os irmãos Bekman, promotores da revolta do Maranhão, fôssem judeus, essa hipótese não seria descabida, especialmente se nos guiassemos pelo nome, que lembra bem o de judeus holandêses ou alemães. Sobre isso não insistimos" (16).

E' conveniente não insistir, porque a hipótese é descabidissima. Tudo a põe por terra. Bekman é o herói duma reação nativista contra o disfarçado judaismo dos assentistas da maldita Companhia de Comercio, que infelicitou, como vimos, o extrema Norte do Brasil. Entretanto, no "Almanaque Israelita de 1935 (17), os judeus teem o topete de afirmar com todas as letras que o Norte foi, por muito tempo, a parte principal do Brasil, graças *ao trabalho, á iniciativa e á inteligencia judaica.* Felizmente João Francisco Lisbôa nos deixou pintada com mão de

---

(14) Carta-régia de 24 de janeiro de 1680.
(15) Op. cit. tomo II, pag. 92.
(16) Dr. Isaque Izeckson, loc. cit. pag. 20.
(17) Pag. 16.

mestre a espantôsa realidade da ladroeira e da espoliação.

Manuel Bequimão viera moço para o nosso país e chegára a uma certa abastança pelo seu trabalho honrado de agricultor. Nunca se metera em negócios nem com negocistas. Ligára-se á nobreza da terra, aos cristãos-velhos e ao clero. Não gostava dos jesuitas por causa da questão do trabalho servil dos indios. De volta de seu desterro, viu-se quasi arruinado pelo desamparo em que deixára seus teres e haveres. O estanco garroteava-lhe as possibilidades de refazer-se, como a todos os seus contemporáneos. O estanco judaico estancava todas as fontes de produção. Era natural que a revolta lhe lavrasse no intimo contra os opressores; aliás, ela lavrara no coração de toda a gente.

Teixeira de Morais, cronista parcial da revolução e que nela tomou parte, debuxa-lhe o retrato em côres negras, dizendo-o "inspirado pelo odio e pela baixeza" (18). Cúmplice na rebeldia, não se pejou de ultrajar covardemente o sacrificado, não só para fazer olvidar sua participação como para vingar-se das adulações servis com que o cercára, quando estivera no poder. O veneravel João Francisco Lisbôa refuta-o, defendendo aquêle "vulto nobre e grandioso" (19). Os documentos oficiais desfazem todos os aleives e protervias dos inimigos de Bequimão.

Seu irmão mais moço, Tomás, era um tanto turbulento, poeta repentista de veia satirica. Os principais cabeças da revolta, depois de Manuel Bekman, eram o velho vereador Jorge de São Payo, homem ativo, inquieto, inconstante, pouco seguro de lingua e atitudes, que já recebera presentes do judeu Jansen, e um veterano na defesa do povo contra os des-

(18) "Relaçãa historica dos tumultos do Maranhão", parte 2.ª, caps. 3.º e 4.º.
(19) Op. cit. tomo II, pags. 94-95.

potismos e prevaricações das autoridades e dos mercadores, Francisco Dias Deiró.

Bequimão articulou a conjura com sessenta companheiros, que se reuniam á socapa no convento dos capuchinhos. Dêsde tempos que seu irmão vinha colando pasquins em prosa e verso pelas paredes, pois não havia jornais e essa era a imprensa da época, os quais pasquins concitavam o povo á revolta e criticavam a gente do estanco e do governo que o sustentava. Mais violentos e desabusados ataques faziam os frades capuchos e carmelitas nos seus sermões. Todo o clero "aderiu á revolta", menos os jesuitas, por causa das turras com a nobreza rural dêsde o caso da escravização dos indios. O próprio bispo não foi estranho ao sucesso e como que até o favoreceu (20). A incúria do governo do inépto Baltasar Fernandes, que substituía Sá de Menezes ausente no Pará e preocupado com seus ganhos, permitiu ao movimento avançar sem encontrar óbices.

Na noite de 23 de fevereiro de 1684, véspera de sexta-feira de Passos, houve a derradeira reunião dos conjurados na cêrca dos capuchos, lugar ermo e retirado. Bequimão falou com eloquencia, expondo o que pretendia fazer: expelir os assentistas, acabar com o estanco, expulsar os jesuitas e depôr as autoridades. Tudo foi aplaudido, menos a última parte que todos surpreendeu e em todos despertou receios. O prestigio do poder real e o medo da grande responsabilidade que iam asumir assustaram e dividiram aquêles homens. Travaram-se discussões, muitos ameaçaram retirar-se e parecia ir tudo de aguas abaixo. Foi quando o forçudo e decidido ilhéu Manuel Serrão de Castro arrancou da espada e gritou que o seguissem. O arrojo da atitude destemerosa entusiasmou os maranhenses, que o acompanharam pelas sombras da noite rumo ao casario adormecido

(20) Padre Bettendorf, "Crónica da Companhia de Jesus", cap. 1.

de São Luiz. Pelo caminho, os moradores despertados iam se armando e engrossando a turba, que, ao amanhecer, tomou conta da capital, prendendo as autoridades. Não se derramou uma gota de sangue. O corpo de infantaria paga e os próprios meninos das escolas fraternizaram com os rebeldes. Era uma grande aspiração popular que se realizava.

Bequimão nada tinha de cesariano e convocou imediatamente a Junta Geral, composta do clero, da nobreza e do povo, á qual deu contas de todos os sucessos, sendo muito vitoriado. Não houve a menor desordem. Aclamou-se novo governo constituído pela Cámara, tres adjuntos e dois Procuradores do Povo: Bequimão e Eugenio Ribeiro Maranhão. Nomearam-se novos oficiais e creou-se uma Guarda Civica. Máu grado a grande exasperação popular, não se consentiu no ataque dos bens dos espoliadores. Fechou-se o estanco e se arrecadou em bôa fórma o que tinha em depósito. Nenhuma pessôa foi morta ou perseguida (21). A multidão encheu as ruas e largos em regozijo, com músicas, cantos e dansas. Bequimão falava-lhe constantemente da janela do Senado, com eloquencia natural, entusiasmando-a e dando-lhe pormenorizada conta de todas as providencias governamentais.

A revolução triunfante não podia ficar circunscrita a São Luiz. Precisava alastrar-se para se tornar mais forte e impôr a libertação dos povos explorados. Bequimão procurou adesões em Tapuitapéra (22) e Belém. Seus enviados encontraram apoio de palavras quanto á extirpação do estanco, mas a maior frieza quanto á deposição das autoridades reais, áto audacioso que alarmava toda a gente. Foi êsse o primeiro desânimo que turvou a fé do revolucionário maranhense.

---

(21) Compare-se com o que fizeram os judeus mascates e emboabas, triunfantes em Pernambuco e em Minas, e que vem descrito nos capitulos seguintes.

(22) Alcántara.

Enquanto passava o tempo, elementos internos, inimigos intimos, solapavam disfarçada e lentamente a obra da revolução. Os padres da Companhia, a bom recado no seu colégio, manobravam as inteligencias com que contavam lá fóra. Só algum tempo mais tarde fôram embarcados para o reino. O povo, fatigado do serviço da milicia, era habilmente levado a reclamar contra o abandono em que estavam ficando engenhos e roças. Os *vianenses*, bastante numerosos em São Luiz, *conversos* de Viana, em Portugal, espalhavam boatos e semeavam confusões em surdina, desanimando a uns e outros. Foi quando Hilário de Souza, provavelmente cristão-novo, veiu de Belém avistar-se com Bequimão, a quem prometeu da parte de Sá e Menezes, que não queria complicações nem escándalos para a côrte, 4 mil cruzados e o indulto com honras e postos, se se submetesse a êle e ao estanco. O nobre procurador do povo repeliu dignamente a proposta e deu-lhe publicidade (23). Basta êste gesto para tornar descabidissima a hipótese de Isaque Izeckson. Nenhum judeu até hoje recusou dinheiro.

A retidão observada por Bequimão na venda e repartimento dos escravos antes pertencentes ao estanco desgostou a muitos que haviam entrado na rebeldia, não por amor ao povo, mas com a mira na satisfação de interesses imediatos. Êstes começaram a falar mal do novo estado de cousas. Os átos do governo contra o luxo que ostentavam as mulheres mamalucas fizeram com que elas saissem pelas ruas alvoroçando a populaça. Os *vianenses* murmuravam maliciosamente que Tomas Bequimão, nomeado para ir ao reino tratar das reclamações maranhenses junto ao soberano, muito de indústria demorava a viagem, á espera que rompessem corsários

(23) João Francisco Lisbôa, op. cit. tomo II, pag. 110. Sobre a gente de Viana e o seu judaismo, chamamos a atenção do leitor para o que se dis, no capitulo imediato, acerca do chefe emboaba Manuel Nunes, natural de Viana, e a gente dêsse lugar.

do rei de França a quem seu irmão desejava entregar a capitania. A pouco e pouco, tudo isso ia minando o prestigio do governo revolucionario.

Como o povo refugasse o serviço da Guarda Civica, tomou-se a desastrada resolução de dissolver essa milícia, que era a unica garantia da revolução, reorganizando-se o corpo de infantaria paga, cujo comando foi entregue, — erro ainda mais grave, ao sargento-mór Costa Belo, recenvindo da metrópole, para onde, enfim, partira Tomás Bequimão.

Desgostoso com o rumo que as cousas levavam, Manuel Bequimão retraiu-se em casa até a chegada do navio que trazia, com alguma tropa, novo governador, Gomes Freire de Andrade. Num patacho que se atrasára, voltava o irmão como prisioneiro de Estado. Chegava tambem um juiz ou ministro da Alçada que devia julgar os rebeldes. Antes do governador pisar em terra, desembarcou por sua ordem o cristão-novo Jacinto de Moraes Rego, que logo se foi entender com seus patricios *vianenses*. Sómente depois dos entendimentos dêsse enviado com os que trabalhavam para o mêsmo fim dentro da praça, é que Gomes Freire decidiu a sua ação.

Era no mês de maio. Nas noites lindas, o céu se cravejava de estrelas faúlhantes. Numa dessas noites, Bequimão convocou seus partidários á cerca deserta dos capuchos. Não vieram mais os sessenta patriotas animosos que a espada do ilhéu destemido conduzira á vitória. Apareceram pouco mais de vinte, irresolutos, medrosos, assustados. As palavras de fogo do procurador do povo não os galvanizaram mais como outróra, quando lhes arengava da janela do Senado. Todavia, não desanimou de todo. Fez outro convite para a noite seguinte. Não veiu ninguem. Sómente então se desenganou.

Gomes Freire de Andrade apoderou-se facilmente de São Luiz com o apoio da infantaria paga de Costa Belo e dos *vianenses*: mas Bequimão conti-

nuou a mostrar-se em público, como quem anda com a consciência tranquila, até que o governador mandou prender o bravo Manuel Serrão e o trefego São Payo, que levára o cinismo ao ponto de ir beijar-lhe a mão (24).

Todos os funcionarios presos fôram postos em liberdade e restabelecidos em suas funções; reabriu-se o estanco. Os *vianenses*, "introduzindo-se com os rebeldes, rastreavam os seus mais ocultos intentos" e disso davam aviso ao governador. Reinaram, assim, a espionagem e a delação. Por êsses e outros inestimaveis serviços, foi Jacinto de Morais Rego nomeado provedor-mór da fazenda. Os cristãos-novos, ensina o erudito Mario Sáa, teem artes de "preterir todos os concorrentes" e são "particularmente inventivos" nesta materia de impostos (25). Apavorada por tudo iss oe pelos rumores que corriam de graves punições, a gente da povoação começou a evadir-se e ocultar-se pelos matos. As ruas desertas pareciam um cemiterio. Gomes Freire de Andrade alarmou-se com o exodo e publicou um bando de perdão geral, uma anistía, diriamos hoje, exceptuando, porém, os cabeças. Prometia, além disso, recompensas a quem entregasse Manuel Bequimão e castigos a quem o asilasse.

Abandonado ao seu destino, o chefe da reação contra o estanco judaico vagou pela ilha de São Luiz, "repelido de uns, esquivado de outros, e mal recebido por toda a parte; até que uma viuva (26), condoída de sua desgraça, lhe forneceu uma canôa bem remada, na qual se transportou ao seu engenho do Mearim (27)".

Não faltou, contudo, um Judas para entregá-lo ao sinhédrio do estanco. Encarregou-se do infame

(24) Bettendorf, op. cit. cap. 13.
(25) "A invasão dos judeus", pag. 78.
(26) Sempre o generoso óbolo da viuva... Outra viuva esconderia o Tiradentes...
(27) João Francisco Lisbôa, op. cit. tomo II, pag. 120.

papel Lázaro de Melo, seu amigo intimo e que lhe devia beneficios, seguindo para o Mearim, que conhecia bem, com gente armada, numa canôa. Ao avistar a embarcação, Bequimão meteu-se num esconderijo seguro; porém dêsde que soube tratar-se do amigo, voltou confiante e apresentou-se, na "ânsia de saber noticias". O malvado entreteve-o de maneira que um dos sequazes pudesse aproximar-se e amarrá-lo pelas costas. Os escravos do engenho acudiram em armas para defender o amo benquisto, mas fôram intimados a nada fazer em nome de El Rei. Garantido pelo respeito dos pobres negros á autoridade real, Lázaro de Melo levou o infeliz ajoujado para a canôa, onde ainda lhe meteu grilhões. De entrada, Bequimão exprobrou a infámia; depois, solicitou que o aliviassem dos ferros e nós, dando palavra de honra de que não tentaria fugir. Tal era o prestigio de sua lealdade e honradez que o outro o atendeu (28).

O processo contra o chefe revolucionario foi *fulminante*, "mais do que sumário", diz Teixeira de Morais, insuspeito no caso. Acrescenta que Gomes Freire de Andrade assinou a sentença cheio de mágoa e com mão tão trémula que a firma nem parecia sua. Mas o Kahal mandava e as ordens secretas do Kahal tinham de ser cumpridas.

A' página da obra de João Francisco Lisbôa que narra circunstanciadamente o fáto, o grande Odorico Mendes ofereceu esta apostilha que obriga a meditar: "Gomes Freire de Andrade mandou *injustamente* executar Manuel Bekman como *inconfidente;* e passado século e meio, a 18 de outubro de 1817, um descendente do governador e do mêsmo nome, isto é, o general Gomes Freire de Andrade, foi fusilado (?) na esplanada da torre de São Julião, em Lisbôa, como *inconfidente*, tambem *injustamente* (29). Será

(28) Op. cit. tomo II. pag. 121-122.

(29) Op. cit. tomo II, pag. 122, *nota*. Injustamente tambem não. Gomes Freire, grão mestre da maçonaria, era chefe duma conjura contra o regime em vigor. Morreu enforcado e não fusilado.

verdade que a culpa dos pais, recái sobre os filhos até a quarta geração?".

Com Bequimão, fôram condenados tambem á morte Jorge de São Payo e Francisco Dias Deiró, que conseguiu fugir e foi executado em efigie. Muitos outros revoltosos receberam penas de multas, sequestro de bens, açoites e degredo. A forca se ergueu na praia do Armazem, hoje da Trindade, no dia de Finados do ano de 1685. Manuel Bequimão "recebeu a morte catolicamente animoso", pronunciando estas derradeiras palavras: — *Morro satisfeito em dar a minha vida pelo povo do Maranhão* (30).

Deixava viuva e duas filhas na maior miséria, porque seus bens haviam sido confiscados. Conta-se que Gomes Freire de Andrade praticou o áto generoso de mandar arrematá-los em segredos por pessôa segura, doando-os ás infelizes. Muito lhe devia doer a consciência! O Judas-Lázaro recebeu a paga de sua felonia: uma misera patente de capitão. Tambem em vida recebeu a paga da justiça divina: conta o velho Berredo que, uma feita, concertando seu engenho, teve de repente o pescoço envolvido por cordas e morreu enforcado...

Ha quem pense, no Brasil, em comemorar o centenario do desembarque de Mauricio de Nassáu, preposto duma Companhia de judeus portuguêses da Holanda; não houve ainda quem se lembrasse de promover a ereção duma estátua ao nobre e abnegado Manuel Bequimão, vitima dos judeus portuguêses da ladroeira do estanco! Os verdadeiros heróis nacionais andam esquecidos; os *heróis* judaico-maçónicos são sempre lembrados...

A' mocidade, devidamente esclarecida, compete reagir contra isso.

---

(30) Op. cit. tomo II, pag. 123. Cf. Teixeira de Morais, op. cit. parte 2.ª, cap. 18; Bettendorf, op. cit.

CAPITULO VI

A TRAGÉDIA DO OURO

A disputa entre as Corôas de Castela e Portugal sobre a posse das novas terras descobertas na America do Sul forçou ambas a se submeterem ao juizo de Salomão do Papado. O Pontifice traçou na carta do continente o meridiano de Tordesilhas, linha de limite do campo de ação dos litigantes, destinada a ser o eixo geografico em torno do qual giraria a história do Brasil. Ela corria da embocadura do Amazonas a Laguna, em Santa Catarina. Além, tudo era de Espanha; aquem, tudo de Portugal. Quando se olha hoje para o mapa do nosso país é que se vê quanto foi recuado o meridiano papal pela energia dos bandeirantes, construtores da Grande Pátria, e quanto o consagrou a doutrina do *uti possidetis*, habilmente invocada e defendida por Alexandre de Gusmão.

A penetração bandeirante foi realizada aos poucos, aproveitando de inicio os caminhos dos indios, segundo ensina Capistrano de Abreu; depois, os sertanistas se internaram mais, na caça do indio que escravizavam; afinal, o ouro e a pedraria incendiaram-lhes a cobiça. Ao principio, as instruções reais, pelo receio de invasão das possessões espanholas que o desconhecimento do territorio fazia pressupôr mais próximas, peavam os avanços para o interior (1). Era inteiramente desconhecido aquilo que Pero de Magalhães Gandavo chama, com grande propriedade, a "largura" do Brasil para o sertão. Dos indios que a enchiam vinha uma tradição da existencia de

(1) Diogo de Vasconcelos, "História antiga de Minas Gerais", Imprensa Oficial, Belo Horisonte, 1904, pag. 6.

metais e de esmeraldas, um sonho amarelo e um sonho verde, que a nossa bandeira perpetúa e que aqueceriam a mente de muitos homens intrépidos pelo tempo além. Circulavam "noticias vagas, mas "insistentes" de "grandes riquezas naturais jacentes no sertão", "serras de ouro e prata" (2). Por lhes dar credito, já no meado do século XVI, em 1553, conforme narra Aspicuelta Navarro, o castelhano peruleiro Francisco Bruza Espinhosa se internou até o rio Jequitinhonha.

Os primeiros impulsos bandeirantes partem da Baía. Dali saíra Bruza Espinhosa; dali sái o vereador D. Vasco Rodrigues Caldas, nas suas pegádas, o qual é desbaratado pelo gentio bravo. Ao mêsmo tempo, por todos os lados, os jesuitas iam entrando na catequése, aldeando a indiada confiante na sua palavra evangelizadora.

Narra Gandavo que, em 1570, Martim de Carvalho penetrou 200 leguas na largura do sertão e colheu amostras de metais e pedras, que fôram perdidas no naufrágio duma canôa. Em 1572 e 1573, Sebastião Fernandes Tourinho subiu o rio Dôce e apanhou pedrarias e pepitas. Entrada mais digna de nota foi a de Antonio Dias Adorno, neto de Caramurú e Paraguassú por sua mãe, filho de italiano, que se meteu pelo rio das Caravelas, fez ampla colheita de esmeraldas e turmalinas, adoecendo no Jequiriçá, em casa de Gaspar Soares. O cunhado dêste, João Coelho de Souza, sabendo dos achados de Adorno, encheu-se de desmesurada ambição, seguiu-lhe a trilha e encontrou "preciosas amostras". De volta, salteado pela morte, entregou seu roteiro ao sobrinho Gabriel Soares, filho do cunhado (3).

---

(2) Op. e pag. cit. e Domingos do Loreto Couto, "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco". Diogo de Vasconcelos não é um historiador que mereça inteira fé; por isso, somente o citamos quando comprovadas em fontes mais seguras as suas informações.

(3) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pag. 15. Urbino Viana, "Bandeirantes e sertanistas baianos", ed. da Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1935, pags. 17 e 133.

Do episódio nasce a lenda historica das famosas Minas de Prata. Gabriel Soares foi á Espanha e, depois de muitas delongas, conseguiu falar com Filipe II, em 1586. Obteve provisões e mercês, regressando em 1591 com mais de 300 pessôas. Naufragou na costa do Vasa-Barris, perdendo tudo, menos a gente. Não desesperou por isso e fez a sua entrada, morrendo das fadigas que ela lhe custou. Depois, Belchior Dias Moreira, tambem descendente do Caramurú, "faz ao sertão baiano, abrangendo vasta área franciscana, a sua notavel viagem de oito anos, a começar em 1595", diz Urbino Viana. Afinal, aparece o herdeiro do roteiro célebre, Roberio Dias, que quer o título de marquês das Minas, que vai á côrte, que volta em companhia de D. Francisco de Souza, que o extravía pelas veredas invias do sertão largo e leva para o túmulo o seu segredo...

Para se ter uma idéa nítida do valor dêsses homens que entravam pelos sertões hostís, sem fazer literatura, recorro a um historiador circunspecto e documentado. Leiamo-lo: "Eram homens ousados e intrépidos que se embrenhavam pelos sertões das Minas em busca de ouro; de vontade firme, pertinaz, inabalavel. Cégos pela ambição, arrostavam os maiores perigos; não temiam o tempo, as estações, a chuva, a sêca, o calor, os animais ferozes, reptis que davam a morte quasi instantánea, e mais que tudo o indómito e vingativo indio antropófago, que lhes devorava os prisioneiros, e lhes disputava o terreno palmo a palmo, em guerra renhida e encarniçada. Muitas vezes viajavam por êsses desertos, descuidados e imprevidentes como se nada devessem recear. Para êles, não ha bosques impenetraveis, serras alcantiladas, rios caudalosos, abismos insondaveis. Se não tinham o que comer, roiam as raizes das árvores;

Gabriel Soares foi o autor do "Tratado Descritivo" e teve o titulo de "capitão-mór e governador da conquista e descobrimento do rio de São Francisco".

serviam-lhes de alimento os lagartos, as cobras, os sapos, que encontravam pelo caminho, quando não podiam obter outra alimentação pela caça ou pesca; se não tinham o que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam fôlhas silvestres ou as fructas acres dos campos (4)". O retrato, em largas pinceladas, do conquistador sertanejo deve ser guardado de memória para o compararmos mais adeante com o do mercador interesseiro e hipócrita, que lhe vái tirar das mãos as minas, depois de conquistadas pela sua bravura. Êsse foi o grande drama brasileiro das Minas, — a tragédia do ouro.

Os sertanistas alcançaram a chamada serra das Vertentes no fim do século XVI, em 1579, descobrindo as minas de Jaguamimbaba e denominando áquela região, de acordo com o falar do indio, Amantikira, que se corrompeu em Mantiqueira. Começava o século XVII, quando Marcos de Azeredo Coutinho, partindo do Espirito Santo, subira o rio Dôce, achando o primeiro diamante e penetrando no chamado sertão das Esmeraldas (5). Depois dêle, João Corrêa de Sá e Benevides faz uma tentativa de bandeira, que se malogra ao choque dos indios bravíos.

Pelo lado de São Paulo, a penetração começára dêsde os albôres do sêculo XVI, quando a gente de São Vicente principiou a se estender pelo litoral até Laguna e a escalar os primeiros pendôres da serra do Mar. Transposta a montanha, iriam pelo Tietê aos sertões do Paraná e do Paraguai; por Sorocaba, aos campos da Vacaria e do Prata; por Taubaté, á Mantiqueira e aos Cataguases. Os rumos estavam traçados, esperando a energia bárbara dos bandeirantes paulistas, que só se vái afirmar de fáto com a volta do Brasil á corôa portuguêsa pela aclamação de D.

(4) Joaquim Felicio dos Santos, "Memórias do distrito diamantino", Tipografia Americana, Rio de Janeiro, 1868, pags. 8 e 9.

(5) "Diogo de Vasconcelos", op. cit. pags. 22-23.

João IV. O século XVII é o grande século das bandeiras.

São Paulo estava fundado no planalto piratiningano e seus sertanistas batiam os matos e serranias, escravizando a indiada. A progénie dos cristãos-novos, sangue de cohens como João Ramalho e outros, vivia sempre em luta aberta, por causa dessa escravização, com os jesuitas. Em 1645, um de seus opulentos moradores, Felix Jaques, procurador da condessa de Vimieiro (6), funda o arraial de Taubaté e entra pelo sertão de Cataguases até o rio Verde, debandando os indios e abrindo o caminho para o interior de Minas Gerais. Agostinho Barbalho, que era pernambucano (7), para seguir-lhe o exemplo uns vinte anos depois, traz cartas-régias de D. Afonso VI, mas morre no Espirito-Santo, antes de lograr o seu intento.

As cartas-régias demonstram que já El Rei esquecera os escrúpulos acerca do meridiano e estava resolvido a impedir a avançada para Oeste. E' o sexagenario morador paulista, mistura de sangue brabanção e luso, Fernão Dias Pais Leme, quem toma aos ombros, com oposição de todos os de sua casa, a tarefa cometida a Barbalho, conseguindo na primeira investida vencer e aldear os goianases. Recebeu as cartas-patentes em 1792, preparou a bandeira em 1674 (8), levando consigo o genro Borba Gato e o filho natural José Dias Pais. Longa foi a trajetoria da gloriosa bandeira Mantiqueira acima, sertões do Cataguases adentro, toda ela "crivada de sepulturas, cortada de combates e misérias", até as margens do Paraopeba, onde se viu, no fim de dois anos de jornada, abandonada e sem recursos. Era grande

---

(6) O nome, a opulencia, a procuradoria permitem certa suspeita de cristão-novo... Aliás, "na psiquê coletiva das tribus de Israel e do povo paulista ha aspétos duma impressionante semelhança", depõe Paulo Prado, "Cristãos Novos em Piratininga" *in* "Os judeus na história do Brasil", pag. 77.

(7) Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", ed. Taunay.

(8) Diogo do Vasconcelos, op. cit. pag. 34.

humilhação tornar de tão longe a São Paulo de mãos vazias. Fernão Dias preferiu ficar pesquisando a prata e o ouro pelos ribeirões e córregos da região de Sabarábussú, fundando o arraial do Sumidouro. Mas os seus companheiros murmuravam descontentes e o seu proprio filho participou duma conjuração contra êle. Mandou executá-lo sumariamente.

Quando voltaram os portadores que mandára a São Paulo buscar recursos, fazia já tres anos que êle andava pelo sertão. O que veiu custára as joias de sua mulher. A miragem, porém, do metal precioso que êle adivinhára naquelas brenhas o aguentava nas marchas penosas pelos ermos e socavões. No fundo longinquo do horizonte, o cume azul do Itambé balisava a sua rota em busca da lagôa Vupabussú, onde dormia o velho segredo das esmeraldas. Descobriu-a, mas apanhou a palustre e foi morrer de regresso, tristemente, á vista do arraial do Sumidouro. Os restos da bandeira, guiados por Garcia Rodrigues, fôram encontrar, em 1681, D. Rodrigo de Castelo Branco, governador ou administrador das Minas, no velho arraial de Santa Ana do Paraopeba. Garcia Rodrigues entregou-lhe metade das esmeraldas trazidas por Fernão Dias.

D. Rodrigo, castelhano e cheio de empáfia de seu cargo, já embriagado pela ambição das minas lendárias, ainda não achadas, dirigiu-se ao Sumidouro, afim de entender-se com Borba Gato, que lá ficára com um troço de gente. Da discordia e intriga que houve entre ambos, resultou a morte do fidalgo castelhano a tiros, por dois pagens do bandeirante, numa entrevista com êste. A gente que acompanhava o administrador voltou temerosa para São Paulo. Os paulistas dispersaram-se por aquela imensidão de terras, estabelecendo as primeiras fazendas de gado. E Borba Gato, receando a justiça de El Rei, afundou-se no sertão.

No ano da Graça de 1640, quando Amador Bueno fôra aclamado rei de São Paulo, se escondeu no mosteiro de São Bento e mandou chamar Lourenço Castanho Taques, sangue dos Taccen do Brabante, a quem pediu dissuadisse o povo daquela aclamação. Lourenço Castanho Taques era homem opulento, maioral da vila e peruleiro (9). Sustentava, como bom cristão-velho, os padres da Companhia de Jesus contra os escravagistas e cristãos-novos. Em 1675, entrou pelo sertão e foi até o Araxá, aniquilando o gentío cataguás e descobrindo o ouro de Goiás, de que se falava já e Antonio Pedroso buscára até o Paraopeba.

Guiando-se pelos picos azúes que emergem do oceano coagulado das cordilheiras, pelo Itambé ou pelo Itacolomi, os buscadores de ouro e pedras descortinavam o sertão imenso e fôram os primeiros a ter a inolvidavel sensação de grandeza do interior do Brasil. Uns fôram sucedendo aos outros no mêsmo anseio de conquista, na mêsma ambição do metal precioso e, por que não dizê-lo, na mêsma emulação de glória. Vêde a sua incomparavel teoria na "História Geral das Bandeiras Paulistas" de Taunay. Alinham-se em série os Souza, os Gomes, os Arzão, os Bueno, os Garcia, um Furtado de Mendonça que atinge o Ribeirão do Carmo e um Antonio Dias, que, no fim do século XVII, em 1698, funda Ouro Preto. O século termina com o reaparecimento de Borba Gato, que é indultado e nomeado tenente-general. O velho sertanista assenta no Sabarabussú o arraial do Rio das Velhas. Então, pára o vai-vem das bandeiras e começam os estabelecimentos definidos e definitivos das lavras. As minas haviam sido encontradas. Borba Gato apanhára as primeiras pepitas de ouro ás margens do rio das Velhas (10). Agora, era fruir

---

(9) Pedro Taques, op. cit. pag. 245.

(10) W. L. Eschwege, "Pluto Brasiliensis" de 1833, — "Dissertação sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamates e outros metais", trad. do judeu Rodolfo Jacob *in*

os resultados daquilo que custára tanta canceira, tanta luta e tanta privação.

Mas, consoante o dizer do povo, o bôlo não é para quem o faz e sim para quem o come. Devassado o sertão, localizadas as catas, o bandeirante não recebe o premio de seu esforço heroico, porque o judaismo dos emboabas ou *pintos-calçudos*, com sua organização e sobretudo seu dinheiro, vai expulsá-los pela fôrça. Êsse conflito entre paulistas e emboabas, simboliza na opinião de Pedro Calmon, no "Espirito da sociedade colonial", a luta pela apropriação do Eldorado interior travada pelo advena contra o brasileiro. A carta régia de 18 de março de 1694 dava aos descobridores a plena propriedade dos achados, mas os que se queriam aproveitar das conquistas de seu heroismo lhes roubariam o fruto de mil sacrificios. Os guerreiros odiavam os mercadores ou mascates, acrescenta o mêsmo historiador, porque com o seu dinheiro se enobreceriam, vencendo-os, realizando "a idéa brutal de lançarem pela violencia fóra das Minas os seus adversarios" (11).

Dêsde 6 de fevereiro de 1648, quando foi baixado em Portugal o alvará isentando de confiscação a fazenda dos cristãos-novos que emigrassem, o qual resultava daquêle contrato da Companhia do Brasil, organizada com capitais judaicos, contráto ao principio condenado pelo Santo Oficio, que o padre Antonio Vieira agenciára e defendera, crescera para cá a emigração de *individuos ativos*, na maioria judeus, ansiosos de se enriquecerem nas minas de ouro de que já muito se falava. Certos autores até a isso atri-

---

"Coletánea de Cientistas estrangeiros", Belo Horizonte, 1922. Na opinião de Joaquim Felicio dos Santos, op. cit. pag. 13, a descoberta do ouro das Minas data de 1695, quando Antonio Rodrigues Arzão, de Taubaté, que andava á caça de escravos, apresentou tres oitavas, que extraíra, ao capitão-mór do Espirito-Santo. Todavia, o alvará que estabeleceu a cobrança dos quintos data de 18 de agosto de 1618. Essa cobrança, segundo o mêsmo Joaquim Felicio dos Santos, loc. cit., somente começou nas Gerais em 1700.

(11) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pags. 200-207.

buem o inicio da decadencia de Portugal (12). Êsses forasteiros e mais os da Baía, — ninho de cristãos-novos, correram em aluvião para as minas entrando os últimos sobretudo pelo Espirito Santo, caminho mais desembaraçado, porque os de São Paulo e Rio eram de algum modo vigiados pelas autoridades. A árdua conquista bandeirante do Oeste ia, assim, servir ás ambições inescrupulosas do cosmopolitismo litoráneo. "Das cidades e lugares maritimos, diz Simão Pereira Machado, sobreveiu *inumeravel multidão*... viu-se em breve tempo transplantado meio Portugal a êste empório já célebre por todo o mundo (13)... Assegura Taunay que os moradores "despejavam as vilas, afundando-se no sertão" (14). Emigração colossal (15)!

A afluencia dessa gente ás catas e garimpos determinou, como sempre em casos análogos, a desordem social: vinganças, roubos, furtos, vexações, especulação, jogo, luxo e gastos desenfreados. As Minas tornaram-se o paraiso de aventureiros de toda a casta e de toda a parte, *vadíos* que extorquiam de todos os meios e modos o ouro aos que o bateavam nos córregos e rios.

Quem eram os principais dêsses adventicios baianos ou reinóis? Diz a história que as Minas se encheram de mercadores, sobretudo *mascates ambulantes*, exploradores de vicios e luxúria. A mascateação e a exploração de mulheres são até hoje profissões eminentemente judaicas. Dêsses e outros motivos a profunda ogeriza do paulista guerreiro contra êsses homens de negócio a que aludem todos os historiadores dos acontecimentos. A acepção atual da pala-

---

(12) Eschwege, op. cit. pag. 401.

(13) Simão Pereira Machado, "Triunfo Eucaristico".

(14) Escragnolle Taunay, "Na era das bandeiras", pag. 89.

(15) José Pedro Xavier da Veiga, "Efemérides mineirais" — 1664-1897, Imprensa Oficial, Ouro Preto, 1897, tomo I, pag. 231. Cf. Rocha Pita, "História de America Portuguesa", Imprensa Economica, Baía, 1878, pag. 358; "Memória sobre o Estado da Baía", publicação oficial, 1896.

vra *tratante* trái na linguagem usual o vestigio dêsse rancôr antigo. Sente-se o judaismo emboaba na descrição de Diogo de Vasconcelos, em que vão grifados os pontos essenciais: "Acima dos paulistas *gozavam da vantagem de ser conhecidos e amparados pelos compatriotas das praças maritimas que lhes forneciam a crédito instrumentos e escravos africanos* (16), obreiros êstes unicos que podiam suportar as fadigas medonhas de tal indústria deshumana e cruel como foi a das minas. Em tais condições e em breve tempo, as terras mais ricas, as regiões mais férteis, ficaram pertencendo aos reinóis; e algumas outras tambem aos baianos que dispunham de tais elementos" (17). Azevedo Marques revela o que êles pretendiam: a fortuna das minas *sós e sem partilha* (18). Tomavam judaicamente o resultado do heroismo alheio!

Espoliados e decadentes, os paulistas lançaram-se á procura de novos lavradíos de ouro ou se refugiaram nas roças, vendo, com a mais justa indignação, "o dominio do país passar ao poder de seus competidores". Naturalmente, os partidos se extremaram e a luta que se ia travar assumia um caráter nitidamente nativista. Mais uma vez, do mêsmo modo que na guerra holandesa a consciência brasileira se insurgira contra a inominavel espoliação judaica, que se consumou, porque, como o faz notar Pedro Calmon, na "História da Civilização Brasileira", o emboaba, enriquecido pelo negócio, possuía a "superioridade da cooperação" e com o dinheiro podia pagar mais escravos para o trabalho das lavras e os exercitos mercenarios de mamalucos e indios.

Rebentára na Europa a guerra da Sucessão de Espanha em que Portugal se envolveria contra a

---

(16) A eterna "rêde de crédito" a que aludiu Pedro Calmon quanto aos judeus do açúcar pernambucano...

(17) Diogo de Vasconcelos, op. cit, pag. 120. O processo é o do judaismo de todos os tempos...

(18) Azevedo Marques, "Apontamentos Historicos", pag. 243.

França, não podendo, por isso, dispôr de tropas para impôr ordem na colonia sul-americana, que os corsarios de Luiz XIV atacavam. Os judeus eram amigos dêstes, tanto que houve no Rio de Janeiro cristãos-novos que se abraçaram á bandeira de Duguay-Trouin e fôram embora nas suas náus (19).

A nomeação dum paulista, Pedro Morais Raposo, para capitão-mór das Minas pareceu dar um instante ganho de causa aos brasileiros.

Estalaram os primeiros conflitos entre as duas facções em Caeté, onde o principal dos reinóis ou emboabas era o potentado Manuel Nunes Viana, filho de Antonio Nunes Viegas, natural de Viana, em Portugal, antigo caixeiro na Baía, mercador e monopolista, possuidor de 50 arrobas de ouro. Dizem os historiadores que era insinuante, amavel, mêsmo amaneirado com a freguesia e que procurou fugir da luta, "que lhe não convinha", procurando apaziguar os ánimos (20).

Numa *história secreta,* nem sempre é possivel achar a documentação concludente do que se afirma, sobretudo porque os historiadores estavam desprevenidos em relação á questão judaica; por essa razão, muitas vezes é necessario recorrer ás provas circunstanciais e ler nas estrelinhas, em busca do mistério. O caso de Manuel Nunes obriga a êsse recurso. Todas as circunstancias levam a crer que se tratava de homem de sangue judaico, embora cristianizado, senão sinceramente, pelo menos na aparencia: o oficio de mercador, que o trouxera do balcão á riqueza e florescia um monopólio, como veremos adeante; o apelido Nunes, muito comum aos cristãos-novos; o acrescimo do nome da localidade de nascimento, hábito inveterado nos judeus de to-

(19) Monsenhor Pizarro, "Memórias do Rio de Janeiro".

(20) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pags. 215-217. Cf. Xavier da Veiga, op. cit. pags. 229 e segs.

dos os países; o amaneiramento e o jeito insinuante; a hesitação em face da luta armada; a procedencia de Viana, cidade de onde veiu grande número de judeus para o Brasil. Os do Maranhão eram os *vianenses.* Diz Urbino Viana, á pg. 51 do livro "Bandeirantes e sertanistas baianos" que, para Capistrano de Abreu, Manuel Nunes era *uma interrogação.* O homem já fôra preso na Baía e enviado a Portugal, de onde voltou feito alcaide-mór de Maragogipe. Que força! Houve na Baía tradição de que até matára uma das filhas...

Manuel Nunes Viana participava do odioso contráto das carnes, que dava "rios de dinheiro". Êsse monopólio de açougues, cousa em que, como sabem os entendidos, são provectos os judeus e que deteem onde quer que se encontrem em quantidade, pois dêle fazem rendosa especulação, tanto contra os cristãos, com a carne *fret* ou da rez abatida de maneira comum, quanto contra os proprios israelitas, com a carne *kosher* ou da rez sangrada de acôrdo com as prescrições talmúdicas, levantava a indignação dos paulistas. E' a *chekhita,* que ainda agora está preocupando os legisladores da Polonia e Dantzig. Eram sócios de Manuel Nunes o reinol Francisco do Amaral Gurgel, cujos sobrenomes e cuja atuação o fazem suspeito de judaismo, tambem senhor do monopólio do fumo e da aguardente, e o frade goliardo e aventureiro Francisco de Menezes, religioso da Santissima Trindade, que Diogo de Vasconcelos denomina "o maior dos apóstatas que então andavam nas Minas".

Já tinha havido grandes e vigorosos protestos contra o açambarcamento judaico dêsses ramos de comercio. Uma rez que custava no sertão de 3 a 9 oitavas de ouro (5$280 a 15$840) era vendida no Rio das Velhas, no Ribeirão do Carmo e Ouro Preto de 70 a 90 mil réis! Os interessados não corriam perigo

França, não podendo, por isso, dispôr de tropas para impôr ordem na colonia sul-americana, que os corsarios de Luiz XIV atacavam. Os judeus eram amigos dêstes, tanto que houve no Rio de Janeiro cristãos-novos que se abraçaram á bandeira de Duguay-Trouin e fôram embora nas suas náus (19).

A nomeação dum paulista, Pedro Morais Raposo, para capitão-mór das Minas pareceu dar um instante ganho de causa aos brasileiros.

Estalaram os primeiros conflitos entre as duas facções em Caeté, onde o principal dos reinóis ou emboabas era o potentado Manuel Nunes Viana, filho de Antonio Nunes Viegas, natural de Viana, em Portugal, antigo caixeiro na Baía, mercador e monopolista, possuidor de 50 arrobas de ouro. Dizem os historiadores que era insinuante, amavel, mêsmo amaneirado com a freguesia e que procurou fugir da luta, "que lhe não convinha", procurando apaziguar os ánimos (20).

Numa *história secreta,* nem sempre é possivel achar a documentação concludente do que se afirma, sobretudo porque os historiadores estavam desprevenidos em relação á questão judaica; por essa razão, muitas vezes é necessario recorrer ás provas circunstanciais e ler nas estrelinhas, em busca do mistério. O caso de Manuel Nunes obriga a êsse recurso. Todas as circunstancias levam a crer que se tratava de homem de sangue judaico, embora cristianizado, senão sinceramente, pelo menos na aparencia: o oficio de mercador, que o trouxera do balcão á riqueza e florescia um monopólio, como veremos adeante; o apelido Nunes, muito comum aos cristãos-novos; o acrescimo do nome da localidade de nascimento, hábito inveterado nos judeus de to-

(19) Monsenhor Pisarro, "Memórias do Rio de Janeiro".

(20) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pags. 215-217. Cf. Xavier da Veiga, op. cit. pags. 229 e segs.

choeira do Campo e Ribeirão do Carmo. Frei Simão de Santa Teresa foi feito secretário do novo governador e o mestre de campo Antonio Francisco da Silva, "aventureiro de primeira linha", como declara um cronista, assumiu o comando militar. Em geral, os historiadores elogiam Manuel Nunes, talvez confundindo sua habilidade e disfarce com verdadeira bôa intenção. O conde de Assumar, porém, chama-o, em carta ao marquês de Angeja, categoricamente "facinoroso".

Deante do rumo que as cousas tomavam, os paulistas fortificaram-se em Sabará. O ditador mandou incendiar o arraial pelos indios a seu serviço. Na confusão causada pelo fogo, os emboabas deram o ataque, pondo os brasileiros em fuga. E lá se fôram êles, vencidos, sertões afôra, alarmando os moradores inseguros deante daquêles novos conquistadores albergados em suas terras e que delas de repente se apoderavam, visando unicamente o ouro!

Inferiores na proporção de um para dez, os paulistas de Cachoeira do Campo, se entrincheiraram e esperaram o choque de seus inimigos. Mas vieram os emboabas de Ouro Preto em auxilio dos outros e forçaram a entrada do arraial pelo lado menos defendido. Ferido, Manuel Nunes passou o comando ao apóstata frei Francisco. Sobrevindo a noite, cessou a luta. Pela madrugada, quando os paulistas exaustos estavam mergulhados em profundo sono, o frade lançou sobre êles mamalucos e indios mercenarios, obtendo completa vitória (23). Na própria igreja do arraial conquistado, Manuel Nunes foi *sagrado* ditador, com as insignias do governo. Aboletou-se em Ouro Preto e mandou atacar o Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, mas a indiada a seu serviço fugiu ao primeiro contáto com os descendentes dos bandeirantes.

---

(23) Claudio Manuel, "Memória historica da capitania de Minas". Cf. Diogo de Vasconcelos e Xavier da Veiga, ops. cits.

Ainda não estava de todo quebrada, como se vê do episodio, a resistencia dêstes. Valentim Pedroso de Barros ajuntou os fugitivos de Sabará e Cachoeira no rio das Mortes. Muitos eram veteranbs das epopéas sertanistas e da conquista de Palmares, dispostos a uma resistencia tenaz. Amaral Gurgel mandou atacá-los pelo capitão Gonçalo Ribeiro Corço, nome de cristão-novo, que mal os avistou se pôs em fuga. Então, Amaral Gurgel avançou com mais gente e cercou-os em um capão, obrigando-os a se renderem pela fome e pela sêde. Prometeu-lhes a vida salva, mas violou a capitulação, como seu émulo do Nordeste, o feroz judeu Jacob Rabbi, fazendo matar friamente trezentos dêles. Chamou-se áquêle local Capão da Traição, em lembrança dessa façanha judaica.

Por êsse tempo, já o poder de Manuel Nunes vinha sendo minado pelas dissenções entre os forasteiros reinóis e baianos. Foi quando o governador D. Fernando de Mascarenhas resolveu ir do Rio de Janeiro ás Minas pôr côbro ao que lá ocorria. De muito longe, a vinda da autoridade foi anunciada a Manuel Nunes pelas fogueiras que os espiões indios acendiam nas quebradas dos montes e se reproduziam pelas serranias silenciosas. Os emboabas estavam, pois, prevenidos para recebê-la, de maneira que, quando chegou ao arraial de Congonhas, encontrou um exercito de 4 mil homens a dar-lhe "morras". O "pusilánime" D. Fernando, como o qualifica Xavier da Veiga (24), voltou para o Rio, de onde escreveu a El Rei, dando-lhe conta de tudo. Pela primeira vez, no Brasil, a autoridade capitulava deante da sedição. E da sedição judaica!!!

O esperto Manuel Nunes queria que sua gente se apoderasse das lavras dos paulistas, mas não lhe convinha desafiar as iras do rei, contra cujas forças

(24) Op cit. pag. 288.

não se poderia manter. Por isso, quis mostrar-se fiel á corôa, arrecadando escrupulosamente os quintos do ouro extraído e mandando frei Francisco de Menezes a Lisbôa, pela Baía, carregado de dinheiro, presentes e protestos de submissão, afim de obter seu indulto.

Em junho de 1709, a capitania de Minas Gerais foi desanexada da de São Paulo, e para ela veiu como capitão-mór Antonio de Albuquerque, homem cheio de serviços a Portugal. Chegando a Caeté, avistou-se com Manuel Nunes, que se lhe submeteu com *abjéto servilismo e vileza,* diz o historiador baiano Borges dos Reis, próprios dum judeu, e exilou-se voluntariamente na sua fazenda de Jequitaí, em pleno sertão. Sua obra de expropriação forçada dos paulistas estava finda e só lhe restava esperar socegado a ação de frei Francisco na capital da metrópole.

O frade apóstata não perdera tempo. Ajudado pela burguesia opulenta da Baía, toda ela composta de cristãos-novos (25) e que dispunha de "todo prestigio na côrte" (26), despejando ouro e angariando empenhos, conseguiu do soberano, em novembro de 1709, um alvará de *indulto geral.* Com êle, o poder real sancionou a espoliação dos sertanistas pelo judaismo dos emboabas.

Os últimos paulistas expulsos das Minas fôram recebidos em São Paulo como covardes. Suas mães, mulheres e filhas nem os quiseram ver. Então, de novo se aprestaram para a guerra sob o comando de Amador Bueno da Veiga, neto daquêle outro Amador Bueno que não quisera ser rei. Em número de mil e duzentos sitiaram os emboabas no arraial da Ponta do Morro; mas, cheios de desánimos e apoquentados

---

(25) Cf. "Denunciações da Bahia", ed. Capistrano de Abreu, pag. 216; Pyrard de Laval, "Voyage, etc.", pag. 539; Escragnolle Taunay, "Na Baia colonial", pag. 291; Paulo Prado, "Paulistica", pag. 18

(26) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pag. 250.

de dissenções, ao saberem que contra êles marchavam do Rio de Janeiro as tropas realengas, retiraram-se precipitadamente. Desta sorte terminou a guerra civil e os unicos que com ela ganharam fôram aquêles forasteiros, mascates (27), tratantes e açambarcadores, chamados emboabas. Dê-se a palavra a Werner Sombart: "A guerra é a seára do judeu!".

O sacrificio sangrento dos paulistas produziu quasi um milhão de quilos de ouro (28), que se escoaram para Portugal, de onde fugiram para a India, nos gastos que lá se faziam, e para a Inglaterra pelas mãos do judaismo. Até 1820, do Brasil se extraira em ouro o valor de 974.324.040 cruzados (29)! O ouro confiscado aos contrabandistas se elevou a 1.136.093.900 cruzados! Avalie-se o que passou sem ser confiscado, sobretudo ali por 1750, quando atingiu sua maior florescencia a extração do precioso metal (30), feita em Goiás, Mato Grosso, Baía, Minas, São Paulo e até no Ceará! A produção aurifera do Brasil até a independencia foi de 45.700 arrobas e seu rendimento até 1801, de cinco milhões de contos (31). João Lúcio de Azevedo calcula em 100 milhões esterlinos a "totalidade do ouro exportado para a metrópole no espaço dum século! (32).

Toda essa esplendida riqueza que o judaismo emboaba queria a "sós e sem partilha", custou as dôres da grande tragédia dos paulistas mortos á traição na defesa do que haviam conquistado!

Não contente com isso, a judiaria ainda retirava o ouro em circulação, como soia fazer dêsde o tem-

---

(27) A mascateação era privativa dos judeus. Cf. Jorge Guerreiro, "Os judeus no Rio de Janeiro" *in* "A Universal", ano 11.º, n.º 53, pag. 311.

(28) Eschwege, op. cit. pags. 401-402: ao certo, 931-446 quilos!

(29) Eschwege, op. cit. loc. cit.

(30) Idem, idem, idem.

(31) Pandiá Calogeras, "Formação historica do Brasil", pag. 75.

(32) João Lúcio de Azevedo, "Epocas de Portugal Economico", pags. 377 e segs.; Pedro Calmon, op cit, pag. 94 *in nota* (I).

po dos romanos (33), em "farta colheita", exportando-o, do que resultou "o empobrecimento geral". A creação, pelo governo português, em 1694, antes da vitória emboaba, da *moeda provincial*, exclusiva para o Brasil, mais fraca do que a do reino e proibida de ser exportada, obedeceu á necessidade da defesa contra êsse golpe judaico (34). E êsse ouro arrancado do Brasil mais tarde veiu a ser emprestado ao mêsmo Brasil, com avultado lucro (35), escravizando-o dêsde a sua independencia politica á burra dos prestamistas judaicos do Kahal de Londres...

---

(33) Cicero, "Pro Flacco".

(34) Padre Antonio Vieira, "Cartas", ed. de 1885, tomo I, pag. 350; Pedro Calmon, op. cit. pags. 95-96.

(35) General Abreu e Lima, "História do Brasil", ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1861, pag. 155; G Barraso, "Brasil-colonia de banqueiros". "O ouro da America arruinou a Espanha, o ouro do Brasil produziu o mêsmo efeito em Portugal", dis a "Memória analitica acerca do comercio de escravos" de F. L. C. B. ed. da Tip. Comercial Fluminense Rio de Janeiro 1837.

CAPITULO VII

O DRAMA DOS DIAMANTES

Além de conquistar e definir o amplo território, o heroismo bandeirante achára o ouro das Gerais de Goiás e Cuiabá; além de achar o ouro, encontrára os diamantes. Adeante da Vupabussú de Fernão Dias, o sertão se estendia vestido de cerrados e matas, e, muito longe, o pico solitario do Itambé desafiava a curiosidade dos aventureiros reinóis, mamalucos e paulistas. Êles batiam aquelas solidões povoadas de feras e de miasmas, lavando a cangica dos ribeirões á cata das pepitas de ouro. A cada descoberto, como se dizia, avançavam mais, pelo Rio Grande, pelo Piruruca, pelo Jequitinhonha, fundando os arraiais do Tijuco e do Burgalháu. Na última década do século XVII, a fama das riquezas auriferas atraía áquela remota região "grande número de aventureiros" (1). Fôram até a serra do Ibiturni, ás montanhas frias, varridas de ventos gélidos, onde estabeleceram o arraial de Nossa Senhora da Concelção do Serro Frio, depois Vila do Principe e hoje cidade do Serro.

As brenhas inóspitas povoaram-se de colmados de mineradores, que se derramavam sobretudo pelas devezas do ribeirão do Inferno, bateando nos caldeirões. As lavras do Tijuco fôram auriferas até 1729 e não se conhece, ao certo, o lugar onde foi achado o primeiro diamante. Mas, nessa época, os cristais começam a dar que falar de si e uma portaria de D. Lourenço de Almeida, em 1729, se refere a "pedrinhas brancas *que se entende* ser diamantes"

(1) Joaquim Felicio dos Santos, op. cit. pag. 7.

(2). Em 1731, ainda a busca do ouro alterna com a das pedras e, como um contrachoque da tragédia do ouro tomado pelos emboabas, os mineiros são despejados pela violencia de suas lavras.

Como a região longinqua e hostil começasse a se despovoar, o comercio de diamantes tornou a ser franqueado, sómente se proibindo aos escravos participar dêle. Os negros trabalhavam nas catas com mordaças de ferro, afim de não furtar as pedras, engolindo-as. O Museu Historico Nacional possúe um exemplar dessas mordaças. Só na mina de Mandanga se empregaram 1.200 escravos. Em 1735, o governo, decerto tangido por influencias ocultas, resolveu que a mineração diamantifera passasse a ser feita "por meio de contráto com alguma companhia" (3). E' o primeiro passo do judaismo para se apoderar dos diamantes como se apoderou do ouro.

Solidonio Leite Filho diz que os judeus "contribuiram para a florescencia da indústria das pedras preciosas" no Brasil (4). Veremos qual foi a verdadeira natureza dessa contribuição. A descoberta das minas brasileiras, trazendo ao mercado pedras mais belas do que as do Oriente, fez correr risco ao comercio das mêsmas, cujo monopólio os judeus detinham dêsde os mais antigos tempos. Então, organizaram, em Londres e Amsterdam, "um conluio, afim de aniquilar toda concorrencia, continuando na posse exclusiva do monopólio" (5). Um negociante londrino de diamantes, técnico no assunto, João Mawe, pinta claramente a ação dos monopolistas judeus, que fizeram *extensas especulações* na Europa com os diamantes brasileiros. Espalharam o boato *propositał* de que o diamante do Brasil era em tudo inferior ao oriental, mantendo nas bôlsas a sua depreciação, afim

(2) Op. cit. pag. 21.
(3) Idem, pag. 39.
(4) "Os judeus no Brasil", pag. 102.
(5) João Lúcio de Azevedo, "O marquês de Pombal", pag. 180.

de comprá-lo por baixo preço. Negaram a procedencia dós que apareciam e apresentaram os mais ordinarios, afirmando que eram refugio dos da India. Compravam barato os que caíam nas mãos de pessôas que não entendiam do negocio, remetiam-nos para Gôa e, ao recebê-los de torna-viagem, garantiam que eram indús e os vendiam pela mais alta cotação (6).

O distrito diamantino, como as Gerais auriferas, se encheu de adventicios de todo quilate, denominados *traficantes,* os mascates judeus de sempre; de individuos que se diziam munidos de *licenças vocais* para a compra das pedras preciosas (7). Fôram tantos os tais traficantes judeus que acorreram ao Tijuco, que a vila tomou uma fisionomia absolutamente oriental. Em 1799, essa povoação, "a mais linda, em outro tempo, de Minas", parecia "o retrato dum pequeno bairro de Constantinopla" (8).

Em 1729, Bernardo da Fonseca Lobo achou as grandes lavras do Serro Frio.

O primeiro contráto dos diamantes foi celebrado em 1739, dez anos depois, entre a Fazenda Real, o desembargador João Fernandes de Oliveira e Francisco da Silva, que formaram uma sociedade com o nome de Companhia dos Diamantes, pelo prazo de 4 anos. Se fôsse possivel encontrar a escrita da mêsma, se poderia vêr a origem dos capitais que nela entraram. O segundo contráto foi dado ao mêsmo contratador, em prorrogação. O terceiro e o quarto couberam aos irmãos Caldeira Brant. Ao tempo do marquês de Pombal, o mais notavel dêles, *vitima de intrigas,* foi dar com os ossos na prisão do Limoeiro. E' bom não esquecer que, no tempo do marquês, judeus e maçons dominavam em Portugal. O quinto e o sexto contrátos tornaram a ser de João Fernandes de

(6) John Mawe, "Travels in the interior of Brasil".

(7) Joaquim Felicio, op. cit. pag. 71.

(8) Dr. José Vieira do Couto, "Memória da capitania de Minas Gerais", 1799.

Oliveira, que parecia protegido *da sombra* pelas influencias poderosas que talvez houvessem afastado os Caldeira Brant.

O desembargador João Fernandes de Oliveira era um verdadeiro principe, que se tornou célebre pelos seus esbanjamentos e pela influencia que sobre êle exercia sua amante, a famigerada Xica da Silva, "Dominadora do Tijuco", ex-escrava de José da Silva Rolim, sem beleza, sem espirito e sem educação. Êle satisfazia-lhe todos os caprichos, deslumbrando a toda a gente com o fausto de jantares e representações, chegando a mandar construir grande tanque com um navio em miniatura, para que ela gozasse a sensação de embarcar (9).

O último contráto expirou em 1771. Antes, porém, já o contratador João Fernandes de Oliveira, cheio de dívidas para com os judeus, abandonado de seus deuses tutelares, morrera louco em Lisbôa (10).

Findo o prazo do contráto, a extração dos diamantes passou a ser feita pelo governo real, que contratou a venda das pedras *diretamente com os judeus*. Ao terminar o século XVIII, o contráto de venda foi passado com os irmãos Benjamin e Abraão Cohen, de Amsterdam, os quais, em virtude das crises politicas oriundas da Revolução Francêsa, produtoras do desemprego e paralização dos negocios na Europa, baixaram os preços ao seu talante (11), certos de ganho liquido e vultoso, quando voltasse o bom tempo. Apesar dos pesares, Portugal apurou da venda de diamantes, até o começo do século XIX, 16 milhões de cruzados (12). Nove milhões de esterlinos é o cálculo de João Lúcio de Azevedo para a exportação diaman-

---

(9) Joaquim Felicio dos Santos, op. cit. pag. 143.

(10) Op. cit. pag. 135. Cf. Xavier da Veiga op. cit.

(11) Idem, idem, pags. 229-230.

(12) Eschwege, op. cit. pag. 402.

tifera no periodo de um centenario (13). Isso produziu para a corôa portuguêsa um lucro real de 5.040 contos de réis (14). Os controladores do contrabando de diamantes do Brasil eram os judeus de Amsterdar; até o começo do século XIX, os Hoppe (15), que compravam por 45 francos o quilate de diamante bruto e vendiam por 197 lapidado (16).

Enquanto Portugal, até o começo do século XIX, apurava 16 milhões de cruzados nos diamantes do Brasil, os judeus, segundo cálculos de 1858, apuravam anualmente, incluindo o contrabando, 25 milhões de francos (17). Imagine-se o lucro nos 20 primeiros anos em que a produção diamantifera fôra de 3 milhões de quilates, isto é, cerca de 15 quilos anuais (18).

O judeu apoderou-se, como vimos, dos resultados das lavras de diamantes achadas pelos sertanistas. Essa expropriação não custou o sangue dos brasileiros, como a conquista do açúcar pelos flamengos, seus sócios de empreitada, ou a das minas de ouro pelos emboabas, seus mercenarios traiçoeiros; nem as dôres duma raça infeliz, como o infame comercio de escravos pelos inglêses, seus parceiros no tráfico. Saíu mais barato: custou sómente o drama oculto que levou á miseria e á loucura o faustoso contratador João Fernandes de Oliveira...

---

(13) "Epocas de Portugal economico", pags. 377 e segs.

(14) Idem, idem.

(15) D'Orbigny, "Voyage pittoresque dans les deux Amériques", Paris, 1936, pag. 180.

(16) Charles Barbot, "Traité complet des pierres précieuses", ed. E. Lacroix, Paris, 1858, pag. 221.

(17) Charles Barbot, op. cit. pag. 222.

(18) Op. cit. pag. 220.

CAPITULO VIII

A GUERRA JUDAICA

Na primeira década do século XVIII, o judaismo atacou, ao mesmo tempo, os possuidores da riqueza no Brasil, afim de se apoderar delas, no Sul e no Norte. Atacou os paulistas, donos das minas de ouro, e os pernambucanos, donos dos engenhos de açúcar. Emboabas em Minas Gerais, mascates no Recife, êsses inimigos dos brasileiros não eram mais do que judeus portuguêses disfarçados na grande maioria proveniente do Minho. A voz geral denominava-os *forasteiros* e os historiadores, todos êles cégos em relação á questão judaica, rotulam-n'os como *europeus*. Todos êsses israelitas ou cristãos-novos se ocultavam sob a capa de católicos e usavam velhos nomes portuguêses, como o gangster judeu Abraão Finckelstein se orna com o antigo nome russo de Máximo Litvinof. Tambem desfiguravam os nomes judaicos; por exemplo: Misael se mudava em Miquel, Hisneque em Henriques, Fungeca em Fonseca, Jacob em Diogo, Barrosh em Barros. Mas os processos de que lançaram mão, as artimanhas de que usaram e a força oculta de que dispuseram os revelam à distancia. Tanto emboabas como mascates eram meros aventureiros, mercadores enriquecidos sem escrúpulo, açambarcadores de gêneros, gente corrompida e corruptora.

"O assalto á riqueza, escreve Mario Sáa (1), é a primeira condição de todos os assaltos; daí descendem naturalmente os outros: *assalto ao Estado, assalto á Religião, assalto á Vida mental*". Já vimos na guerra dos emboabas como o judaismo procedeu

(1) "A invasão dos judeus", pag. 70,

ao assalto á riqueza, afim de preparar os outros; veremos o desenrolar de identico plano na guerra dos mascates. Esta é a réplica daquela. O que se passou em Pernambuco reproduziu ponto por ponto, exatamente, o que se passou nas Minas. Uma guerra é a cópia perfeita da outra. Tem-se até a impressão de que estão em cena os mêsmos personagens.

A' guerra desoladora dos mascates, "que infelicitou tantos pernambucanos", o documentado e seguro historiador Fernandes Gama denomina: "movimento sedicioso dos *europeus portuguêses*" (2). Ora, nêsse tempo, "os portuguêses dividiam-se politica e *nitidamente* em duas facções: *cristãos-novos* dum lado, e *cristãos-velhos* do outro. Não havia dúvidas, toda a gente o sabia; o proprio Pombal o confirmou no decreto que abolia as distinções, afirmando que na familia portuguêsa não havia mais divergencia do que aquela. Nem era possivel havê-la: os hebreus judaizantes ou católicos, olvidados ou agarrados ás tradições, tinham entre si uma enorme *coesão* (3); desta maneira, em Portugal, não havia oportunidade para mais apartações sociais ou politicas: cristãos-novos dum lado, cristãos-velhos do outro. O livro "Sentinela contra judeus" (4), em referencia á conhecida *coesão* entre cristãos-novos, define um vocábulo: "porque entre os marranos ou marrões (que em Portugal quer dizer porcos), quando se queixa algum dêles todos os demais acodem a seu grunhido, e como assim são os judeus, que ao lamento de um acodem todos, por isso lhes deram titulo e nome de marranos" (5).

Consultemos a história para saber se, com efeito, eram cristãos-novos, isto é, judeus, ou cristãos-velhos,

---

(2) José Bernardo Fernandes Gama, "Memórias historicas da provincia de Pernambuco", tip. Faria, Recife, 1848, tomo IV, pags. 54-55.

(3) Aquela *cooperação* que lhes deu a vitória na guerra dos emboabas, como o nota Pedro Calmon.

(4) Ed. de 1732, cap. IX.

(5) Mario Sáa, op. cit. pags. 110-111.

os tais *europeus portuguêses* que acenderam essa guerra injusta. Pernambuco fôra restaurado do dominio judeu-heretico dos holandêses pelo proprio esfôrço de seus filhos, que se cobriram de glória numa luta heroica. Seus homens de pról, sua nobreza rural, que defenderam e retomaram a terra ao invasor, que a aravam e fecundavam, entendiam manter seus fóros e privilegios. Havia *portuguêses limpos, honrados e bem educados,* assegura o admiravel Fernandes Gama, que compreendiam isso e tratavam *fraternalmente* os pernambucanos. Mas — acrescenta — "o turbilhão de aventureiros *aurisedentos* que, todos os anos, aportavam a Pernambuco", que "viviam de vender pelas ruas e freguesias do interior, arvorados em mascates", "tornavam-se capitalistas" e se julgavam "superiores á nobreza do país" (6). Aqui está excelentemente situada a diferença entre o português sério, decente, cristão-velho, amigo dos pernambucanos, e o português aventureiro, inescrupuloso, cristão-novo, explorador e inimigo da terra.

Essa cainçalha avançava sobre as posições e distinções com a conhecida avidez judaica pelas honrarias e pelo mando, avidez de quem longamente foi privado dêsses gozos. Chegavam até a arranjar hábitos de Cristo e comendas, "com juramentos falsos, justificando-se parentes (sem o sêrem) daquêles pernambucanos, que por terem caído em pobreza por pouco mais de nada lhes cederam seus serviços". Não contentes ainda com isso, "tentaram abater e aniquilar a nobreza do país, para *só êles* (7) gozarem das honras e isenções adquiridas com o sangue pernambucano" (8).

---

(6) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pag. 57.

(7) "A sós e sem partilha", disse Azevedo Marques que os emboabas queriam as minas dos paulistas; "só êles", os mascates, queriam gozar fortuna e honras dos pernambucanos. E' bom comparar...

(8) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pag. 58.

Recorro á pintura feita por Fernandes Gama (9) da ação nefasta dêsses novos invasores de Pernambuco, tão vorazes como os da Holanda e mais perigosos por se infiltrarem com avenças de paz. Ninguem viu melhor nem melhor reproduziu o quadro judaico da mascatearia, conjurada para empobrecer a nobreza rural pernambucana, "fôsse por que meios fôssem". Todo o comercio *residia* "em poder dêsses forasteiros ou mascates (10), que supriam os senhores de engenho, adeantando-lhes dinheiro ou vendendo-lhes a prazo mercadorias. Eram, além disso, os intermediarios, os comissarios de todas as vendas de açúcar. "No fim das safras, cada senhor de engenho devia uma soma consideravel ao mascate que o tinha suprido, e então êste inflexivel credor instantaneamente o apertava, dando-lhe a escolher, ou pagar-lhe no ano seguinte o *duplo* do que devia, ou entregar-lhe o açúcar a 400 réis cada arroba, açúcar êste que êle remetia aos seus correspondentes na Europa, á razão de 1$400. Qualquer dêstes dois negocios arruinaria infalivelmente o miseravel agricultor; mas, tendo os mascates monopolizado a compra dos açúcares, outro remedio não tinham os tristes pernambucanos que se sujeitarem á vontade do opressor *europeu!*" Substitúa-se esta última palavra *europeu* pelo termo verdadeiramente justo deante dessa caraterizada usura, o termo *judeu,* e se verificará que vai como uma luva.

Êsses tubarões dos negócios de açúcar, "que só do comercio cuidavam", reza o documento, resolveram intrometer-se nos negócios públicos. Assaltada a riqueza particular, queriam assaltar a riqueza pública. Essa é a eterna marcha do judaismo em todas as

(9) Idem, idem, pags. 57-58.

(10) Forasteiros ou mascates, alem de emboabas, em Minas. E' bom comparar... Os dicionarios definem *mascate* como *vendedor ambulante*. E' o que chamamos *vendedor a prestações*, oficio inteiramente judaico.

épocas e em toda a parte. Vêde a reprodução exatissima do que aí está num autor sério e fundamentado como Heman: "A riqueza móvel da Peninsula Hispanica residia toda nas suas mãos; os bens de raiz pouco a pouco passaram para as mêsmas mãos pela usura e compra das propriedades da nobreza endividada. Dêsde o lugar de secretario de Estado e de ministro das Finanças, todas as funções que se relacionavam com impostos ou negócios de dinheiro estavam na posse dos judeus" (11). Aconteceu, assim, na Espanha medieval; assim aconteceu em Portugal dêsde os primordios do reino, depõe Mario Sáa; precisamente a mêsma cousa teria de acontecer em Pernambuco nos anos que já anunciavam o advento de Pombal, o grande amigo dos pedreiros-livres e dos judeus. O empobrecimento dos nobres pernambucanos, senhores de engenho, era de tal modo visivel, motivado pela usura judaica, que os proprios mascates lhes puseram uma alcunha depreciativa e simbolizadora de sua triste decadencia: *pés-rapados* (12).

O governador da capitania de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, "homem despótico, imoral e sem religião", privava com os capitalistas e onzeneiros judeus, que o cumulavam de presentes e lhe davam gordas propinas nas arrematações dos contrátos reais, os quais eram principalmente os de fornecimentos e cobrança de dizimos, cizas e outros impostos. Dêsde o tempo dos romanos que os israelitas se haviam especializado nêsses negócios, com os quais escorchavam as populações e construiram fortunas colossais. Em França, ao tempo da guerra dos mascates, por exemplo, o judeu Cerfber monopolizára os fornecimentos dos exércitos de Luiz XIV e uma récua de judeus sem escrúpulos se apoderára da *ferme* ou

---

(11) "Die Historische Weltstellung der Iudan", 1882, pags. 24 e segs.

(12) Varnhagen, "História Geral do Brasil", 3.ª ed. integral, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, tomo III, pag. 400.

arremadação dos tributos e fintas. Tiveram fama terrivel êsses *fermiers-généraux!* Conta-se que em Ferney, em casa de Voltaire, uma noite, anos mais tarde, os visitantes contavam histórias de ladrões e roubalheiras. Instado para que tambem contasse a sua, Voltaire pronunciou sómente estas palavras: "Era uma vez um arrematante de impostos..."

Para têrem, sozinhos, *sem partilha* e com segurança, essas arrematações, seria preciso que se realizassem no Recife e não em Olinda, capital da capitania. Nesta vila antiga e tradicional, as familias nobres, os cristãos-velhos, dominavam de modo incontestavel. Ciosos de seus fóros, os fidalgos olindenses haviam pela provisão de 8 de março de 1705 conseguido impedir que do Senado da Cámara participassem mercadores de "loja aberta" (13). No Recife, povoação mais nova, cheia de judeus, cabeça do heretico e judaico dominio holandês, os cristãos-novos formavam talvez a maioria e poderiam constituir o Senado da Cámara a seu talante. Erigido o Recife em vila, a arrematação dos contrátos seria logo para ali transferida e isso era o que sobretudo importava. Composto o Senado da Cámara de mascates ou de criaturas suas e sendo mascates os arrematadores, os judeus seriam juizes e partes ao mêsmo tempo em esplendidas negociatas. Demais, aos almotaceis, nos antigos municipios, competia taxar ou tabelar, como se diz hoje, o preço dos géneros alimenticios. Senhores da Cámara, o almotacé seria indicado pelos judeus e, magistrado obediente a seus senhores ocultos, taxaria a preço baixo os géneros que os matutos agricultores apresentassem nas feiras e a preço alto os das vendas dos cristãos-novos (14). O plano era, em verdade, *mascatal,* como diria Videant, o planfletario da época...

---

(13) Idem, idem, pag. 893.

(14) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pag. 60.

"Dêsde a época dos holandêses, nota Varnhagen, Olinda havia decaído, á medida que levantava o Recife, crescendo muito em população" (15). Nassau dera grande prestigio e impulso á capital da Nova Holanda com as obras que ali fez e com o movimento cultural que gerou. A propria posição do povoado, que gozava de ancoradouro abrigado e seguro, o número de fortalezas que o defendiam, tudo isso contribuía para essa predominancia crescente. A mudança da capital tornára-se questão de vida e morte para a mascatearia. Despejaram ouro ás mancheias, mobilizaram todos os empenhos possiveis e usaram á sua vontade do governador Sebastião de Castro Caldas até conseguirem a execução de seu intento. O Recife foi erigido em vila, com direito ao pelourinho simbólico. A gente de Olinda sapateou, enraivada, e não era para menos, enquanto os judeus se tornavam "insuportaveis" e levavam a ousadía (16) ao ponto de quererem excluir todos os nobres, os *pés-rapados*, das funções da governança (17).

Naturalmente, os ánimos pernambucanos começavam a fermentar e não se faria esperar a reação nativista. Apressou-a a repartição dos termos das vilas de Recife e Olinda, demarcados no territorio que antes pertencera unicamente á última. O governador começou a influir para que, nessa divisão, Olinda fôsse grandemente prejudicada (18). Pouco e pouco, os ódios fôram se exacerbando até que se formaram dois partidos: o dos mascates, tendo á frente o governador, e os dos *pés-rapados*, a cujo lado se pusera o ouvidor José Inácio de Arouche. Então, Sebastião de Castro Caldas irritou-se e começou a *vexar os povos*

---

(15) Varnhagen. op. cit. tomo III, pag. 398.

(16) A *insolentia judeorum* a que se referia o bispo Agobard em plena Idade-Média...

(17) Fernandes Gama, op cit. tomo IV, pag. 59.

(18) Filipe Lopes Neto, "Guerra civil ou sedições de Pernambuco" *in* "Revista do Instituto Historico e Geografico do Brasil", Imp. Nac., Rio, 1894, tomo XVI, pag. 8.

para favorecer aos forasteiros. Mandou agarrar por qualquer pretexto e meter na cadeia homens das mais nobres familias de Pernambuco: Barbalhos e Cavalcantis. Outros nobres fugiram para evitar os desacatos.

Foi quando o braço da vingança se estendeu da sombra e o governador se viu ferido a tiro, de surpresa, na rua da Agua-Verde, sem que fôsse possivel identificar os autores do atentado (19). Mas as suspeitas começaram a valer como provas e as grades das prisões se fecharam sobre homens conceituados e dignos como o capitão-mór Lourenço Cavalcanti Uchôa e o capitão André Dias de Figueiredo. Aproveitando a raiva e o medo do governador, a audácia dos mascates levou-os a acusar o proprio ouvidor, que correu a refugiar-se na Paraiba.

Sebastião de Castro Caldas e os judeus mascatais tinham, contudo, intimo pavor dum motim popular que vingasse tantas violencias e afrontas. Resolveram desarmar o povo, como hoje se fecham as organizações patrioticas e as ligas fascistas antes de dar certos golpes. Reconhece Fernandes Gama que tirar as armas áquele brioso povo nordestino equivalia á "entregá-lo ao dominio estrangeiro" (20).

Cansados de insolencias e insultos, os pernambucanos sublevaram-se a 5 de novembro de 1710. O capitão-mór Pedro Ribeiro não se quis sujeitar á prisão que lhe era imposta pelo parcial governador e aprisionou o capitão João da Mota, encarregado de prendê-lo (21). Cerca de dois mil homens bateram a infantaria de linha do governo e a fizeram recuar para o Recife. Os terços de Auxiliares e Ordenanças, milícia territorial do país, na sua maioria fraterni-

---

(19) Idem, idem, pag. 9.

(20) Op. cit. tomo IV, pag. 64. Ao *dominio estrangeiro!* Não é o dominio da metropole, natural no tempo da colonia. E' outra cousa. O conceituado historiador sentiu o mêsmo perigo que sentimos hoje sob a ameaça do comunismo judaico.

(21) Varnhagem, op. cit. tomo III, pag. 396.

zaram com seus patricios em armas (22). Os defensores dos mascates fôram impotentes para deter o avanço dos rebeldes, que tomaram a vila. Sebastião de Castro Caldas fugiu por mar para a Baía, levando em sua companhia os principais cabeças dos forasteiros, entre os quais talvez o peor dêles, que pelo nome se não perca, Simão Ribeiro Ribas. De posse do Recife, com a nobreza comum aos cristãos-velhos, os pernambucanos não praticaram a menor violencia contra seus adversarios, limitando-se a arrancar as insignias de cargos e postos aos judeus que as ostentavam com alarde e empáfia (23). O sargento-mór Bernardo Vieira de Melo propôs que Pernambuco se declarasse em República, "semelhante á de Veneza"; mas a idéa não foi aceita (24).

Entre os documentos de Sebastião de Castro Caldas, encontrados numa secretaria, havia uma carta-régia provendo sobre a vacancia do governo. Vinha nomeado nela em primeiro lugar o mestre de campo João de Freitas Cunha, já falecido, e, em segundo, o bispo D. Manuel Alvares da Costa. Para demonstrar categoricamente que não estava em rebeldia contra o poder real e sim contra o bando de mascates, o kahal judaico, conluiado com o injusto e cruel governador, a gente de Pernambuco deu posse ao bispo no dia 18 de novembro. D. Manuel restabeleceu a ordem e publicou um perdão, em nome d'El Rei, indultando todos quantos tinham participado da justa rebelião (25).

Os mascates judeus não se deram por vencidos. Êles não largariam sem mais aquela a cobiçada presa. Concertaram a desforra, prevenindo-se *cuidadosamente!* Dos que fôram para a Baía, com seus testa-de-ferro governador, um, Joaquim de Almeida, se-

(22) Idem, idem, idem.

(23) Fernandes Gama, op. cit. pag. 68.

(24) Rio Branco, "Efemérides Brasileira", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918, pag. 526.

(25) Filipe Lopes Neto, op. cit. pag. 14.

guiu para a Paraíba, em missão especial, os outros ficaram maquinando planos. Urdiram uma conspiração nitidamente judaica pelo que narra Fernandes Gama: "Apenas chegaram aos seus destinos, êstes conspiradores começaram *sob o titulo de especulação mercantil*, a comprar a todo preço mantimentos, principalmente farinha, servindo-se nestas compras de seus agentes no interior; e posto que os comprassem por maior quantia, nem com tudo perdiam, porque as fazendas que davam em troco eram tambem vendidas por subido preço; assim se fôram preparando os conspiradores, enquanto os pernambucanos *descansados em suas consciências* se entregavam ás suas privadas ocupações" (26). O plano até parece decalcado dos famosos "Protocolos dos Sábios de Sião..."

Caso típico de açambarcamento judaico para perturbar a normalidades da vida e irritar o povo, afim de provocar desordens e levá-lo aonde se quer. Na opinião de Mario Sáa, "fôram sempre os cristãos-novos os *únicos açambarcadores* de funções e cousas, que tem havido em Portugal" (27). Segundo João Lúcio de Azevedo, as matanças ou *pogroms* de judeus em Lisbôa, fôram precedidas de "enormes carestias da vida" que os açambarcamentos causavam e que faziam o povo estourar de raiva. O atravessamento de gêneros de primeira necessidade por parte de tal gente, para crear dificuldades, fomentar revoltas e empobrecer os inimigos, está documentado por historiadores dignos de respeito (28) e por si só é suficiente para denunciar o espirito judaico dos mascates.

Com vagarosa tenacidade, levaram seis mêses açambarcando os viveres, despendendo com êsse fito o dinheiro "com mão larga" e passando os gêneros

---

(26) Op. cit. tomo IV, pag. 69.

(27) Idem, pag. 76. "Embora encareças o pão e uma medida de trigo custe uma moeda, tudo é boa condição para uma revolução", Henri Barbusse (*judeu*), "Jesus", *in fine*, 58-59.

(28) Filipe Lopes Neto, op. cit. pag. 15.

escondidos dentro de caixas de açúcar, afim de evitar qualquer suspeita. Mostraram-se, dessa maneira, premeditados, fementidos e cautelosos. Compraram, tambem, infamemente, todos quantos se curvaram ao ouro judaico, traindo a causa sagrada de seus irmãos: o capitão João da Mota, por 6 mil cruzados; o negro Domingos Ribeiro Carneiro, mestre de campo do terço de Henriques (29), por 400 mil réis; o Governador dos Indios, D. Sebastião Pinheiro Camarão, descendente do herói da guerra holandêsa (30), por 3 mil cruzados; o capitão-mór do Cabo, pelo perdão do que devia aos usurarios; Atanásio Gomes e mais alguns fuões de Goiana, por 14 mil cruzados; o capitão-mór da Paraíba, João da Maia (31) da Gama, que usava êste último nome sem direito a êle, como soíam fazer os cristãos-novos, tanto que o historiador Fernandes Gama repele qualquer parentesco com o vilão, por alguns milhares de cruzados (32).

A reconquista de Pernambuco pelos mascates estava preparada para quando rompesse a frota que anualmente vinha de Portugal. Os infames forasteiros temiam a valentia pernambucana e queriam todas as seguranças. Afim de preparar os ánimos para o que ia acontecer, de acordo com a velha técnica dos golpes judaicos, já aplicada com exito pelos emboabas com a atoarda da pretensa matança de seus comparsas, espalharam o boato de pretenderem os brasileiros impedir a tomada de posse do novo governa-

---

(29) Nas nossas antigas milicias territoriais, até 1831, se guardou religiosamente a brilhante tradição dos soldados pretos de Henrique Dias, nos terços e regimentos de Henriques. Houve Henriques e, depois, Caçadores-Henriques em Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro. Cf. Gustavo Barroso e J Wasth Rodrigues, "Uniformes do Exercito", ed. of., Ferroud, Paris, 1922.

(30) D. Sebastião era filho de D. Diogo Pinheiro Camarão, primo e sucessor do Grandé Camarão, Cf. Rodolpho Garcia, nota 19 á pag. 398 do tomo III da 3.ª ed. da "Historia Geral do Brasil", de Varnhagen.

(31) Maia é nome comunissimo entre os judeus portuguêses. Foi êle que deu, na dispersão dos sefardim pela Europa, os Mayer e os Meyer.

(32) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pag. 70; Filipe Lopes Neto, op. cit. pag. 16.

dor, esperado na frota, caso não trouxesse confirmação real do indulto concedido pelo bispo. Para isso — diziam — se apoderariam de quarteis e fortalezas, entregando a capitania aos corsarios do rei de França, com quem Portugal se achava em guerra (33). O fim disto era causar indignação á tropa e as pessôas fieis á corôa.

Como a frota tardasse a aparecer e temessem fôsse descoberta a conjura, decidiram dar o golpe de surpresa, assegurando-se pela traição da pessôa do bispo-governador. Seus cúmplices convidaram-no para uma visita ao forte do Mar, onde seria aprisionado; mas, como as ondas se encapelassem no dia marcado, D. Manuel desisitiu do embarque, escapando por felicidade á cilada.

Urgia, porém, uma resolução e, a 18 de junho de 1711, os conjurados sairam pelas ruas, á frente de soldados amotinados, gritando cinicamente: — *Viva El Rei D. João V! Morram os traidores!* com o fito de fazer crêr á população que os pernambucanos queriam atraiçoar o governo (34). O bispo e o ouvidor Arouche tentaram apaziguá-los, prendendo até o sargento-mór do terço dos Palmares, Bernardo Vieira de Melo, homem prestigioso, não só para salvá-lo de suas garras como para "tirar qualquer pretexto" de sublevação. Mas os chefes militares vendidos guarneceram logo os fortes com oficiais e soldados europeus, suspenderam o bispo das funções do governo, custodiando-o em companhia do ouvidor, e nomearam "um governo intruso e monstruoso", verdadeiro soviete, composto do negro mestre de campo e do capitão Mota, que se pôs a expedir ordens. Depois, forçaram o bispo prisioneiro a assinar cartas, que enviavam para o interior, dizendo que tudo se

(33) Fernandes Gama, op. e loc. cit. O mêsmo disseram os *vianenses* de Bequimão.

(34) Idem, idem, pag. 71.

estava passando com sua anuencia, de modo á evitar o revide da gente da terra (35). Afinal, proclamaram novamente governador a Sebastião de Castro Caldas, ainda na Baía, e declararam o Recife cidade. A artilharia abocada para as ruas impedia qualquer reação. Êsse "pronunciamento" custou aos judeus 70 mil cruzados (36).

Todavia, a 21 de junho, o bispo conseguiu fugir num escaler para Olinda, avisando a gente dos engenhos e do sertão do que em verdade ocorria. Os capitães-móres mobilizaram seus terços de Auxiliares e Ordenanças marchando contra o Recife a vingar o agravo. O bispo organizou os comandos militares e sitiou a cidade judaica. O Senado da Cámara de Olinda intimou os mascates á rendição. Repetia-se, embora em menor escala, a luta travada contra o dominio judaico-flamengo.

A guerra desenrolou-se no meio de traições, revezes e vitórias. Camarão sublevou os indios e João da Maia levantou os paraibanos em favor dos que lhes pagavam. "Confusa e revolta andava toda a terra; os homens inquietos e aruinados". A "falsa fé" dos mascates espalhava desconfianças por toda a parte, mêsmo dentro de seus muros, onde estalaram motins de soldados. As sortidas dos sitiados e as ameaças dos indios e do lado a Paraiba obrigaram á convocação do clero e dos proprietarios de fazendas e engenhos, que se apresentaram com seus escravos e acostados em armas. Após a derrota do Cabo, Camarão foi aprisionado num combate, entre Garapú e São José. Mais tarde, logrou fugir. Felizmente, o governador geral do Brasil, D. Lourenço de Almada, prendeu na Baía Sebastião de Castro Caldas, quando se preparava para vir a Pernambuco, remetendo-o

---

(35) Idem, idem, pags. 72-73.

(36) Varnhagen, "História Geral do Brasil", tomo IV, pag. 123.

para Lisbôa. Essa GUERRA JUDAICA, como todas as que se tinham travado no nosso país, menos a expulsão dos francêses e a destruição de Palmares, resultára, conforme diz o autor duma carta anónima ou panfleto, escrito contra os mascates do Recife, em 1711, da "cavilação mais odiosa que póde inventar a maldade humana!". Será preciso mais alguma cousa para caraterizá-la?

Emfim, um dia avistaram-se em alto mar as treze velas da frota de Portugal! Trazia novo governador, Felix José Machado de Mendonça Eça e Castro e Vasconcelos. Era uma esperança de justiça e paz! Por uma jangada, recebeu fóra da barra longa missiva do bispo, expondo tudo o que acontecera e estava acontecendo. Tambem recebeu a visita de João da Mota, enviado dos forasteiros. Fingindo-se cioso do prestigio da autoridade, mas querendo, realmente, tomar as rédeas do poder sem oposição dos pernambucanos em armas, mandou que as fortalezas fôssem entregues ao bispo, de quem desejava receber regularmente o governo. Os mascates submeteram-se. Então, desembarcou e foi empossado do cargo na sé de Olinda. Mandou recolher a artilharia e desmanchar as trincheiras: porém não impôs o menor castigo aos provocadores judaicos da luta, nem mêsmo quando tentaram novo tumulto em novembro.

No dia 18 dêsse mês, foi erigido o pelourinho, simbolo municipal, no Recife, com grandes festas e regozijos por parte dos mascates. Os chefes militares vendidos aos seus cruzados, como Camarão e outros, voltaram sem ser incomodados e viram-se recebidos sob ovações e flôres. O novo governador, apesar de seus nomes ilustres e numerosos, não soube resistir ao ouro israelita, *familiarizou-se* logo com os mercadores, concedeu-lhes privança em sua casa e aquêle

que mais lhe pagava o tinha de seu lado (37). Vieram com êle, outros dois flagelos para os "tristes pernambucanos": o ouvidor João Marques Bacalháu, nome de cristão-novo, e o juiz de fóra Paulo Carvalho, tambem, os quais puseram "a justiça em almoeda", declarando-se "inteiramente pelos mascates".

Êstes peitaram mais em seu favôr grandes trunfos e empenhos em Lisbôa, tal qual os emboabas, por mediação dum êmulo do apóstata frei Francisco de Menezes, frei Jácome, franciscano intrigante, que satisfazia aos judeus pelo que com êle despendiam "para á larga viver escandalosamente fóra do seu convento" (38).

Sob a égide dos *tres flagelos* — governador, ouvidor e juiz, fez-se uma devassa, que concluiu como era de esperar que concluisse, declarando ter sido JUSTO o procedimento dos mascates, o qual merecia premio e não castigo! Os patriotas começaram a ser vilmente perseguidos. André Dias de Figueiredo, Bernardo Vieira de Melo e outros mais fôram humilhados e presos. Alguns fugiram, amedrontados daquela justiça parcialissima. A intrigalhada judaica cindiu Pernambuco em "parcialidades rivais". A' solta, campearam abusos, traições, delações e crimes. Reinou o terror judaico. A propria frota retornou ao reino, levando abundante documentação forjada contra os pernambucanos; mas, por castigo divino, naufragou nas costas da Galiza e os hespanhóis despojaram de tudo os mascates judeus que iam nela intrigar em Lisbôa!

A "confusão geral" provocada por êsses sucessos durou até 1714. Encadearam-se ininterruptamente devassas e prisões. O bispo foi afastado para os sertões do São Francisco. Houve muitas deportações,

(37) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pag. 177.

(38) Idem, idem, pag. 179.

inclusive para Angola. Bernardo Vieira de Melo, levado a ferros, em 1713, para Lisbôa, lá morreu nos calabouços da torre de São João (39). Os pernambucanos, vencedores leais pelas armas, fôram vencidos deslealmente pela insídia judaica e pela corrupção do ouro de Israel. Os hebreus, que haviam explorado o empório do açúcar e o tráfico negreiro, que tinham entregue traiçoeiramente a terra pernambucana aos piratas flamengos, iam desfrutar ainda suas riquezas, como almejavam, "a sós e sem partilha". Como temos visto e continuaremos a ver, essa expropriação, segundo observa João Lúcio de Azevedo (40), não se realiza dum momento para outro e sem encarniçada luta. Começa pelas restrições legais, pelas coligações ocultas, pela força do maior poder monetario e vão "em derradeira instancia á violencia contra as pessôas e propriedades". Verificámos todas essas fáses na guerra judaica dos mascates.

Por causa dela, máu grado a heroica restauração do século XVII, feita com lágrimas e sangue, Pernambuco, coberto de glórias, recaía outra vez, no século XVIII, nas garras do Kahal! O povo ia gemer no ecúleo das extorsões. Ficava muito peor do que na época mais despótica do dominio holandês (41). El Rei ordenou pelo Conselho Ultramarino nova devassa pelos fátos posteriores ao motim contra o governador e seus comparsas mascates, pois para êsse confirmára já a anistia dada pelo bispo. As súplicas das vítimas haviam penetrado na côrte, apesar das "intrigas dos mascates", cujo corifeu em Lisbôa era o cristão-novo desembargador Cristovam Reimão (42).

---

(39) Varnhagem, ed. integral, tomo IV, pag. 405; Borges dos Reis, "Historia do Brasil", Baía, 1915, pags. 155-156.

(40) "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 33.

(41) Varnhagen, op. cit., ed. primitiva, tomo II, pag. 181.

(42) Borges dos Reis, op. cit. pag. 155.

A Cámara de Olinda festejou naturalmente com estrondo a resolução de El Rei. A judiaria mascatal aproveitou-se disto para, adulterando os fátos de acôrdo com as nórmas da Sinagoga, dizer que era uma afronta aos moradores do Recife (43)! A afronta dos *vadíos* e *pés-rapados* senhores de engenho aos *esforçados, honrados* e *ativos* comerciantes da praça...

---

(43) Varnhagen, op. cit. ed. primitiva, tomo II, pag. 182.

CAPITULO IX

O NINHO DO CONTRABANDO

O meridiano de Tordesilhas foi recuado para Oeste graças á audacia sem par dos bandeirantes. Como tocava na Laguna, naturalmente no extremo meridional do territorio brasileiro se travaria uma luta tenaz que durou séculos e permitiu a flutuação das fronteiras até que as circunstancias historicas trouxeram sua fixação definitiva.

A oeste do meridiano se estendia a enormidade dos sertões que iam esbarrar na muralha dos Andes, onde ficava o vice-reinado espanhol do Perú, estourando de prata (1). Ao sul da Laguna se alongava o pampa com seus gados alçados, aberto ao côrso dos preadores de rebanhos, cuja cobiça era despertada pela aventura pastoril e que logo se transformavam em criadores. O preador de gado fixava-se ao sólo como estancieiro (2).

A róta do poente fôra procurada antes da do meio-dia. Dêsde 1550 se falava, nos incidentes núcleos de população do Brasil, nos famosos *peruleiros* ou homens que *faziam* o Perú. Eram, em grande maioria, judeus aventureiros que iam buscar a prata das minas do Potosi, a qual, fundida e lavrada na metrópole e devidamente contrastada, passava a chamar-se prata do Porto. A quantidade de prata contrabandeada nessas viagens clandestinas foi colossal. Em 1622, só Antonio Castanho Taques trouxe 40 ar-

---

(1) A prata era a riqueza quasi exclusiva do Perú, Cf. Carlos Corrêa Luna, "Ensayos de historia colonial — D. Baltasar de Aranda", Buenos Aires, 1914, pag. 109; Antonio de Ulloa, "Noticias Americanas", Madrid, 1792, pag. 225.

(2) Pedro Calmon, "História da civilização brasileira", pag. 72.

robas, isto é, 600 quilos (3)! Até as moedas espanholas eram trazidas por essa gente e corriam, recunhadas, no Brasil, dando um lucro formidavel pela diferença de valor. Deviam ser muito grandes os ganhos para os cristãos-novos se arriscarem a frequentar o Vice-Reinado, porque a Inquisição de Lima era por demais rigorosa para a judiaria de origem portuguêsa (4), que penetrava á cata de metais preciosos até no Mexico (5), desafiando os familiares do Santo Oficio, as delações e a fogueira, com aquela perseverança passiva, "teimosia de môsca do judeu" a que alude Mario Sáa (6). Do Perú, os judeus se espalharam pela audiencia de Charcas, a provincia de Tucuman e o estuario do Prata, desaguadouro natural das riquezas do Potosi (7). Em 1754, já residiam em Buenos Aires de 5 a 6 mil judeus portuguêses (8), dando pleno curso á sua *geiteira* para os bons *negocios*, que "póde não revelar inteligencia alguma, mas apenas a indole gananciosa" (9).

A Inquisição de Lima começou a funcionar em 1579 e já em 1581 levava ao auto da fé dois religiosos lusos judaizantes, os freires Alvaro Rodrigues e Antonio Osorio. Daí por deante, o número de cristãs-novos portuguêses que figuram nos mêsmos autos, para abjurações *leves* ou *veementes*, para serem relaxados, açoitados ou queimados por herezia, falso testemunho, latrocinio, bigamia e até por dizerem missa sem o poderem, mostra a força da corrente peruleira encaminhada em busca da prata. Em 1595,

---

(3) Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", ed. Taunay, pag. 245.

(4) Argeu Guimarães, "Os judeus portuguêses e brasileiros na America Espanhola" *in* "Journal de la Societé des Americanistes", XVIII, pag. 302.

(5) Op. cit. loc. cit.; João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 439.

(6) "A invasão dos judeus", pags. 60-61.

(7). Carlos Corrêa Luna, op. cit. pag. 109. Em 1700, segundo Isaque Izeckson, loc. cit. havia 6 mil judeus refugiados no Prata!

(8) "A invasão dos judeus", pag. 50.

(9) Op. cit. pag. 91.

são condenados os *judeus judaizantes* João Fernandes das Heras, Francisco Rodrigues, Jorge Nunes e Pedro Contreiras. Em 1605, Gregorio Dias, Diogo Lopes de Vargas e Duarte Henrique. Narrando êsses e outros fátos, o grande escritor peruano Ricardo Palma chega a exclamar: "Mala suerte tenian los portugueses con la Inquisición de Lima (10)!" Em 1625, Diogo de Andrade, João da Cunha Noronha e Manuel Nunes de Almeida. Êsse tal Diogo de Andrade fôra agarrado e punido pela Inquisição do Mexico era o que hoje se chama um elemento perigoso; já por vários delitos; seu verdadeiro nome era David e dizia-se descendente de Abraão. Dessa vez, foi queimado como relapso (11).

No ano de 1639, quando ainda o Brasil continuava com Portugal ligado á Espanha, conta o cronista Pelliza y Tovar que as autoridades espanholas se apoderaram de vasta correspondencia cifrada dirigida aos judeus portuguêses, pela qual se descobriu que as sinagogas da America estavam em intima ligação com as da Holanda (12). O fito era a destruição do imperio colonial luso-castelhano pela conquista e desagregação, sendo os agentes diretos da obra os países maritimos protestantes: Inglaterra e Holanda. Os Kahals forneceriam subsídios e fomentariam as traições e espionagens. Naturalmente, a Inquisição teve de proceder com o maior rigor contra a judiaria potuguêsa que se irradiava pela America Espanhola, seguindo o caminho dos peruleiros, contrabandistas de prata. As rêdes inquisitoriais colheram nessa grande conspiração de caráter internacional avultado número de cristãos-novos e judeus lusos: João Rodrigues da Silva, Diogo Lopes da Fon-

---

(10) Ricardo Palma, "Anales de la Inquisición de Lima", 3.ª ed., Madrid, 1897, pag. 24.

(11) Op. cit. pags. 113-114.

(12) Cf. D. Fernando de Montesinos, "El castigo de los portugueses"; Ricardo Palma, op. cit. pags. 34 e segs.

seca, João Azevedo, Luiz de Lima, Rodrigo Vas Pereira, Sebastião Duarte, Tomás Quaresma, Domingos Montesid, Simão Osorio, Francisco Vasques, Luiz Valéncia, Pedro Farias, Rodrigo de Avila o Moço, Manuel Gonçalves, Antonio Cordeiro, Antonio Balseira da Costa, Amaro Diniz, Bartolomeu Leão, Henrique Nunes de Espinhosa, Henrique Lourenço, Francisco Mendes, Francisco Luiz Árias, Francisco Montesinos, Francisco Fernandes, Fernando Espinhosa, Fernando Esteves, Jerónimo Azevedo, Gaspar Fernandes Coutinho, Jorge Silva, Gaspar Nunes Duarte, Luiz Veiga, Manuel da Rosa, Manuel Alvares, Melquiades dos Reis, Manuel Matos, Mateus Henriques, Pascoal Dias, Mateus da Cruz (I), Pascoal Nunes, Paulo Rodrigues e Tomás de Lima. A enumeração dêstes quarenta réus é fastidiosa, mas serve para mostrar, além da importancia da trama sinagogal descoberta nas cartas em chave, que a legislação manuelina, permitindo aos conversos o uso de nomes dos cristãos-velhos lusitanos, fez com que a rafaméa judaica se embiocasse nêles afim de passar despercebida.

Além dêsses quarenta, figuravam ainda um tal João da Costa, judeu que, diz o processo, já nascera no Brasil; o cirurgião Francisco Maldonado da Silva, filho de judeus portuguêses, nascido em Tucuman, que Ricardo Palma classifica "o maior judeu que já houve no Perú (13)"; "e o chefe de todos, chamado o *Capitão Grande*, verdadeiro "oráculo da religião hebréa", Manuel Batista Péres, velho negocista e contrabandista, possuidor de várias minas de prata, cuja fortuna era calculada em meio milhão de pesos, que morava em Lima no famoso paço até hoje conhecido pelo nome de Casa de Pilatos, e que podia, com justiça, ser chamado o Rei dos Peruleiros.

Perseguidos pelo Inquisição limenha, os judeus portuguêses desceram para o Rio da Prata e daí seu

---

(13) Op. cit. pag. 39.

afluxo a Tucuman, centro da vida interior daquela região, e a Buenos Aires, núcleo da vida exterior. Vimos qual foi sua invasão pelo avultado número dêles que, já no meado do século XVIII, existia nessa última cidade. Na linguagem colonial platina se conservou a memória dos castelhanos de velho tronco racial, descendentes dos conquistadores germanicos da Peninsula, chamando-os *gôdos*, em contraposição aos *crioulos*, que eram os nascidos na terra, e aos *marranos*, que eram quem nós sabemos (14). Nessa designação poreja a diferenciação étnica do ariano e do judeu, que o hitlerismo agora põe em fóco. O problema é muito mais velho e mais profundo do que pensam os ignorantes e os mal avisados.

Os bandeirantes paulistas tambem haviam continuado a buscar o Oeste em novas e audazes entradas pelos sertões ignotos, mêsmo depois da traição dos judeus emboabas. Lançaram-se ainda para o Norte, fundando as primeiras fazendas de gado do Piauí e os primeiros estabelecimentos agricolas do Maranhão. Na segunda década do século XVIII, Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, achou as minas de ouro de Goiás e Pascoal Moreira Cabral, as de Cuiabá, cujas riquezas, "arruinando o Estado, iam pejar os cofres *extrangeiros*" (15). Depois do Oéste e do Norte, desceram para o Sul, onde, no fundo dos vastissimos pampas verdes, as reduções jesuíticas erguiam faustosas igrejas e colégios de pedra. Para lá chegar, era necessario transpôr os campos da Vacaria, onde vagueavam indios cavaleiros preando gados bravios. Era o *caminho dos conventos* de que fala Cristovam Pereira, por onde já se arriscára o paulista Manuel Mendes, em trato com os indigenas e os castelhanos.

---

(14) Pe. Luis Gonçalves dos Santos, "Memórias do Reino do Brasil", Imprensa Régia, Lisbôa, 1825, tomo I, pag. XXXV, *in* nota: "Espanhóis, francêses e inglêses tratam os filhos dos europeus, porém, nascidos na America, de crioulos; somente os portuguêses é que souberam aplicar devidamente o nome de crioulo, que em Latim se diz *verna*: isto é, escravo nascido na casa de seu senhor, ou nela criada de pequeno".

(15) General Abreu e Lima, "História do Brasil", pag. 155.

Os jesuitas procuravam ganhar terras, estendendo-se para o Norte, pelo interior; os paulistas, pelo Sul, avançando ao seu encontro e tambem tomando o caminho do litoral. O núcleo da Laguna, fundação dos Brito Peixoto, era um fóco de irradiação bandeirante; a feira de gado de Sorocaba, outro. O choque entre bandeirantes e padres repercutiria, depois, nas órbitas oficiais, traria guerras e viria até nossos dias com o litigio das Missões, num dos pontos nevralgicos da politica do continente. Os dois avanços determinaram uma série enorme de acontecimentos historicos, no meio dos quais os judeus refugados do Perú viriam meter-se com o unico fito de ganhar dinheiro.

Segundo as "Noticias utilissimas á corôa de Portugal e suas conquistas", todo o territorio compreendido entre o Rio Grande e o Paraguai chamava-se, nas últimas décadas do século XVII, "país dos paulistas (16)". Êles haviam penetrado nêle dêste 1614 (17). De 1620 a 1640, as bandeiras ferozes rodopiaram pelas regiões do Guaira, de Xerez e de Vila Rica, dentro do proprio Paraguai, arruinando 22 missões guaranis (18)! No sub-consciente dos conquistadores piratininganos, palpitava o sentido da necessidade de pôr uma barreira natural de permeio ás possessões das corôas rivais: grande serra ou grande rio. Daí o anseio de atingir a cordilheira do Maracajú e o Apa, por dentro, o estuario do Prata, por fóra. "A posse do Rio Grande, reconhece um joven sociólogo de talento, é uma questão de vida ou morte para a conquista lusa (19)". Essa necessidade dita o pedido da Camara da Laguna para a vinda de casais açorianos, afim de ser povoado o territorio. Veem 160,

---

(16) "Anais da Biblioteca Nacional", doc. n.° 1.981.

(17) Escragnolle Taunay, "Na era das bandeiras", pag. 91.

(18) Alfred de Brossard, "Considérations sur les Républiques de la Plata", Guillaumin, Paris, 1850, pag. 34.

(19) Jorge Salis Goulart, "A formação do Rio Grande do Sul", Livraria do Globo, Porto-Alegre, 2.ª ed., 1935, pag. 161.

agricultores e católicos, gente sedentaria, trabalhadora e prolífica que vai permitir a existencia de uma base povoada na constante flutuação das fronteiras, a qual acaba sendo a linha do Rio Pardo, eixo de sustentamento da possessão do Rio Grande. Ainda a mêsma necessidade leva os portuguêses á fundação dum estabelecimento á margem esquerda do Prata, um tanto esquecida dos espanhóis, afim de garantir futuramente a sua posse.

Êsse marco avançado para o extremo-sul será a Colonia do Sacramento, destinada ao controlo da embocadura do Prata e a concorrer com Buenos Aires, fundada por Garay na margem fronteira (20). A importancia daquela fóz era muito grande. Servia de entrada para todo o comercio das possessões espanholas meridionais e centrais, e de escoadouro para os seus produtos. Ali se poderia erguer um magnifico empório, no futuro. Se a corôa portuguêsa houvesse cuidado de povoar com certa rapidez as terras compreendidas entre a linha riograndense e a margem oriental platina, o Brasil hoje se debruçaria sobre as aguas turvas do grande rio. "Fundada a Colonia do Sacramento em 1680, nota-se uma faina desusada no sentido de se abrirem caminhos terrestres do Norte para o Sul. Estretanto, estabelecido o presidio do Rio Grande, em 1737, o caminho maritimo toma uma predominancia enorme sobre o terrestre (21)". Foi isso, sem dúvida, o que mais contribuiu para que, com o tempo, perdessemos toda a região em que o elemento povoador luso-brasileiro não penetrára com força. Todavia, não é possivel deixar de compartilhar a insuspeita opinião de Bermejo, de que Portugal "foi sempre uma sentinela vigilante, que esperou sua hora com paciencia e cautela" (22).

---

(20) Alfred de Brossard, op. cit. pags. 34-35.
(21) Jorge Salis Goulart, op. pag. 161 in nota.

Em 1676, o Papa Inocencio XI creou o bispado do Rio de Janeiro e lhe deu jurisdição até o Prata (23). Dois anos depois, em 1678, o governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, recebia instruções de El Rei para fundar um estabelecimento no estuario platino. Passaram-se mais dois anos e, em janeiro de 1680, eram lançados os alicerces do ousado baluarte que "deu origem a tantas guerras, a tantos cuidados, a tantas intrigas, a tantas negociações feitas e desfeitas, e a tantos "gastos", como diz Varnhagen. Fôra destinado a "palestra das armas", declara um cronista coberto de razões (24).

A fundação da Colonia despertou os zelos do governador de Buenos Aires, D. José de Garro, que pediu reforços ao Vice-Rei do Perú e mandou sitiá-la por D. Antonio de Vera Mujica, o qual a atacou depois de renhida luta (25). A metrópole, porém, não quis assumir a responsabilidade do feito e mandou restituir a praça aos portuguêses em 1683. Nêsse interim, D. Manuel Lobo morrera prisioneiro em Buenos Aires. Us dos seus principais companheiros, Jorge Soares de Macedo, fôra levado para Lima, onde ainda se achava em 1628 (26). Vê-se que as relações entre o Prata e o Perú eram seguidas. De lá vinham as ordens e auxilios para a guerra; para lá se mandavam os prisioneiros de marca.

Foi êste o prólogo duma grande tragédia politica, nascida dêsse pomo de discordia plantado no limite que a natureza como que traçára para o Brasil. Durante o drama secular, veremos como foi infatigavel a obstinação portuguêsa em conservar a conquista. Aliás, fomos já nós, os brasileiros, que a perdemos de vez.

---

(22) Antonio Bermejo de la Rica. "La Colonia del Sacramento" Madrid, 1920.
(23) Fernando Nobre. "As fronteiras do Sul". S Paulo, 1922.
(24) Simão Pereira de Sá, "Nova Colonia do Sacramento", Lisbôa, 1737.
(25) Francisco Bauzá, "Historia de la dominación española en el Uruguay".
(26) "Anais da Biblioteca Nacional". doc. n.º 1.485.

Reconstruida e abaluartada em 1683, a Colonia prospéra e começa a inquietar o governo de Buenos Aires (27), cujo *cabildo* pedia ao rei de Espanha o castigo da ousadía portuguêsa. O rei não o atendeu e, em 1701, Filipe V, querendo obter as simpatias da côrte lisboeta, cedeu os direitos que porventura tivesse sobre o territorio e praça da Colonia. O mestre de campo D. Alonso Juan de Valdez Inclán, capitão general das Provincias do Rio da Prata, quando a politica mudou a obtenção de simpatias em guerra aberta, recebeu em 1703 ordem para acometer a fortaleza lusitana. Os judeus manobravam os paízes protestantes, sobretudo a Inglaterra, contra os países católicos, e a Inglaterra instigava Portugal e Espanha (28), ateando a guerra entre ambos, na Europa e nas colonias, para ir recolhendo os despojos. Nas colonias transatlanticas que "buscavam estender-se uma á custa das outras", como era o caso do Brasil *versus* Prata, a luta se tornou mais violenta, depois que "o comercio se apoderou quasi exclusivamente do politica, multiplicou e engrandeceu todas as combinações" (29), isto é, todas as intrigas e conchavos. Isto equivale a dizer que os interesses comerciais judaicos, porque são êsses, efetivamente, os que manobram a politica, intervinham na luta, em torno do pomo de discordia da Colonia. Veremos oportunamente as razões.

Não podendo resistir por falta de munições e recursos á investida inimiga, o governador da Colonia, o valente Sebastião da Veiga Cabral, depois de "formidables y bravos combates (30)", viu-se obrigado a incendiar e abandonar a praça. As armas espanholas conquistaram ruinas que a diplomacia espanhola iria

---

(27) Fernando Capurro, "La Colonia del Sacramento", Montevidéu, 1928, pag. 19; Pedro Calmon, "História da civilização brasileira", pag. 77.

(28) Fernando Nobre, op. cit. pag. 29.

(29) Visconde de São Leopoldo, "Anais da Provincia de São Pedro", 1839.

(30) Fernando Capurro, op. cit. pag. 25.

perder em breve prazo. O tratado de Utrecht, em 1715, restituiu-as de pleno direito aos lusitanos. A 11 de novembro de 1716, de novo, sob os baluartes refeitos, tremulou ao vento a bandeira de Portugal. Outro periodo de prosperidade logo começou para aquela feitoria comercial e posto militar, em 1722, chegando sua gente a querer apoderar-se do sitio de Montevidéu, no ano de 1724.

Em derredor da cidadela, desenvolvia-se a futura cidade, que se enriquecia pelo comercio e sobretudo pelo contrabando (31), aumentando mais sua população em "viandeiros" do que em agricultores (32). Os "viandeiros" são os mêsmos mercadores, mascates, forasteiros, que vimos em ação em Minas, Baía, Recife e Maranhão, enchendo-se de ouro "fôsse como fôsse". O contrabando principiára na Colonia logo que crescera a população com os judeus refugados de Lima, vindos de Tucuman e da outra banda do Prata, em ligação constante e oculta com os milhares dêles que iam infestando a nascente Buenos Aires. Êle arruinava o comercio dos estabelecimentos espanhóis, penetrando com suas mercadorias até o Chile e o Perú (33). E' o que diz, explicitamente, O. Araujo: "o contrabando se fazia em grande escala com *gente pouco escrupulosa* de Buenos Aires. Enviavam para ali tabaco, açúcar, bebidas e escravos negros, recebendo em troca farinha, carne sêca, pão e outros artigos de que os intrusos tinham falta. A importancia dêsse comercio ilícito se manifestou em Buenos Aires pela diminuição das rendas públicas e pelo luxo que ostentavam *algumas familias* que faziam praça de fortunas de origem absolutamente desconhecida" (34). Como se vê, com o *comercio ilícito,*

---

(31) Op. cit. pags. 27-28.

(32) Ferreira da Silva, "Terceira povoação da Colonia do Sacramento". ed. de 1722.

(33) G. Keith, "A voyage to South America and the cape of Good Hope". Londres, 1810.

(34) O. Araujo "Resumen de la Historia del Uruguay".

nem ganhava a futura capital da Argentina, nem a propria Colonia do Sacramento, mas os eternos intermediarios judaicos com sua geiteira para os bons negócios.

Todos os historiadores estão de acordo em proclamar o contrabando da Colonia, dêsde os primeiros tempos até sua entrega definitiva aos espanhóis, com Oliveira Lima á frente (35). Aquilo era, em verdade, segundo um dêles, "o ninho do contrabando" (36). O conde de Moncloa, Vice-Rei do Perú, julgava oficialmente "muito lesivos ao monopólio peruano" o comercio e o contrabando que ali se desenvolviam (37). O governo de Buenos Aires declarava aquêle "gran canal predispueto por la natureza para el comercio de contrabando". Além do contrabando, os judeus praticavam os maiores abusos no tráfico de negros, por trás dos inglêses, a quem uma cédula real de Felipe V o permitia no estuario, em virtude duma cláusula imposta pela liberal e judaica Inglaterra no tratado de Utrecht (38). Para o mistér de contrabandista, que o judeu praticava, dirigindo e estipendiando, raramente tomando parte diréta por causa do perigo, eram empregados aventureiros capazes de recorrer ás armas em caso extremo (39). O contrabando que ainda hoje se pratica nas fronteiras meridionais mergulha suas raizes nessa época e nas dinastías de contrabandistas fronteiriços ainda se podem achar alguns nomes de judeus que travaram conhecimento com a Inquisição de Lima...

Sómente os interesses do contrabando explicam as vitórias da diplomacia portuguêsa, obtendo as restituições da colonia tomada pelas armas castelhanas.

---

(35) "D. João VI no Brasil", tomo I, pag. 112: "admiravel ponto de contrabando".

(36) Alfred de Brossard, op. cit. pag. 36.

(37) Fernando Nobre, op. cit. pag. 31.

(38) Eduardo Asevedo, "Manual de Historia Uruguaya", Montevidéu, 1916, tomo I, pag. 33.

(39) Fernando Nobre, op. cit. pag. 33.

Para haver o rendoso contrabando, era necessario que fôsse uma cunha portuguêsa enfiada na porta de entrada das possessões espanholas. Nas mãos da Espanha, para que serviria? O comercio de Mato Grosso não existia e era o unico lugar do Brasil para onde se poderia ir por aquêle canal. Assim, as forças ocultas manejavam sempre de maneira a Colonia tornar ao poder de Portugal. Uma pequena reflexão sobre êsse ponto permite compreender claramente as razões secretas dos fátos ocorridos na nossa corrida para o Prata.

No comercio ilícito da Colonia, que se irradiava pelo interior das audiencias espanholas e era exercido pelos antigos peruleiros e seus descendentes, tangidos de Lima pela Inquisição, entrava continuamente muita prata, como já o declarava em 1694 o governador português D. Francisco Naper de Lencastre. (40). Era tambem grande o comercio de couros, pelos quais se cobravam fortes dízimos (41), o que fazia a judiaria fugir ao seu pagamento por meio do contrabando, de tal modo generalizado e corruptor que, no ano de 1700, até os proprios governadores da Colonia dêle participavam (42). Acontecia mais ou menos a mêsma cousa no comercio de madeiras (43). Outra fonte de rendas ilícitas deviam ser as famosas verbas secretas destinadas a comprar amizades e inteligencias entre os castelhanos (44)...

O governador espanhol D. Bruno de Zabala combatia com todas as forças o contrabando que lhe mingúava as rendas da administração para a engorda de cristãos-novos. De 1724 a 1725, êle expulsou os portuguêses que se queriam estabelecer no local onde hoje está Montevidéu e fundou Maldonado, pondo,

---

(40) "Anais da Biblioteca Nacional", doc. n.º 1.988.
(41) Idem, n.º 2.063.
(42) Idem, n.º 2.363.
(43) Idem, n.º 2.630.
(44) Idem n.os 4.494-4.495.

assim, um anteparo entre a Colonia e o Rio Grande, isolando-a no estuario platino de tal modo que chegou a ficar sem um palmo de terreno além dos fóssos da circunvalação, o que, com o tempo, motivou sua perda definitiva. Daí por deante, não passou mais dum navio de pedra ancorado na praia platina. A expansão lusa pelo interior das terras estava "burlada" (45). Em 1735, rôtas as relações entre os dois reinos rivais da Peninsula Iberica, D. Alvaro de Salcedo, governador de Buenos Aires, põe cerco á Colonia durante dois anos, sem dela conseguir apoderar-se, graças á heroica resistencia da guarnição. O armisticio de Paris, em 1737, pôs termo ás hostilidades.

A questão, porém, só foi resolvida de vez em 1750, pelo tratado de Madrid, no reinado de Fernando VI sucessor de Filipe V, cedendo Portugal a Colonia em troca das Missões jesuiticas do Uruguai. A ordem de Santo Inácio entrava em decadencia e as sociedades secretas, de parceria com o judaismo, lançavam contra ela todas as suas forças. Publicavam-se o *Anti-Cotton* e as *Monita Secreta,* que excediam a tudo quanto os protestantes haviam dito e escrito contra a Companhia de Jesus (46). Porém "a execução do pacto suscitou tais dificuldades que se teve de renunciar a êle e os pobres indios vencidos de Caybaté e os jesuitas expulsos acabaram, embora tardiamente, vencendo as combinações diplomaticas. Demais, enquanto os indios missioneiros se rebelavam contra as autoridades empenhadas em realizar o combinado, os portuguêses não abandonaram a Colonia, *onde o contrabando prosseguia descaradamente.* O resultado foi que o tratado não entrou em vigor e, em 12 de fevereiro de 1761, se celebrou novo pacto, o de Pardo, que anulou o de 1750 e fez tudo retornar ao estado anterior (47). A resistencia dos padres ven-

---

(45) Fernando Capurro, op. cit. pag. 27.

(46) H. Boehmer, "Les Jésuites", trad. de G. Monod. Paris, 1910. pag. 165.

(47) Fernando Capurro, op. cit. pag. 31.

cera os esforços de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, que se retirára descoroçoado para o Rio de Janeiro. Ia reacender-se a luta travada pela posse da margem do Prata, que começara em 1682.

Governava Portugal o pulso forte de Sebastião José de Carvalho, marquês de Pombal, que entendera usar dos judeus na sua politica dominadora, esquecendo-se dos perigos que representa a sua simples aproximação, quanto mais a intromissão dêsse fermento de decomposição em qualquer Estado. O padre Vieira acercára-se dêles e máus fôram os resultados. Os jesuitas francêses associaram-se a êles e disso resultou aquêle escandaloso processo Lavalette, que tão grandes danos causou á ordem, afastando dela a gente culta no momento em que Pombal em Portugal, Aranda na Espanha e Choiseul em França lhe vibravam os grandes golpes que a enfraqueceriam para sempre (48). Combate-se o judeu, não se usa do judeu; usá-lo equivale a cair-lhe nas unhas mais hoje, mais amanhã. Por isso, Portugal se aviltou sob o dominio do marquês. A judiaria portuguêsa, tão ferrenha que, mal chegava a terras estranhas de maior tolerancia, voltava aos ritos ancestrais e impunha a circuncisão á prole (49), inundou as companhias de comercio por êles formadas, como antes havia inundado todas as anteriores.

Em todos os capitulos desta história secreta, temos provado com documentação abundante a verdade do que afirma Houston Chamberlain: "Quando os judeus se acham em grande número em país estranho, julgam a ocasião propicia para realizar as ameaçadoras promessas de seus profetas e se dispõem, com a melhor consciência dêste mundo, a devorar as na-

(48) H. Boehmer, op. cit. pags. 268-274.
(49) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 358.

ções (50)". Pombal não tinha ainda recebido essa lição da experiencia e, em 1773, aboliu as últimas separações e distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos. O judeu, triunfante em toda a linha, cheio do ouro conseguido no páu-brasil, no açúcar, no tráfico, na pirataria, na mineração e no contrabando, entrava de cabeça erguida na vida pública da nação. Pombal, amigo dos pedreiros-livres, protetor dos judeus, não poderia ver os resultados de sua politica. Teve todo o apoio secreto até o fim. Portugal, porém, no futuro, pagou na anarquia judaica dos últimos tempos da Monarquia e dos atribulados tempos da República as suas concessões.

No ano da Graça de 1763, para melhor atender á defesa do sul do Brasil, o marquês mandou transferir a capital da Baía para o Rio de Janeiro. E' que, em setembro de 1762, D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires, depois de receber uma "ordem secreta" (51) para atacar os estabelecimentos portuguêses, investira a Colonia do Sacramento e dela se apoderára, invadira o nosso territorio e ocupára a vila do Rio Grande. Era com toda a certeza sócio da judiaria portenha nessa pirataria, porque vivia de fraudes e ladroagens do cargo, sendo o contrabando sua *especialidade* (52). Saqueou o quanto pôde na invasão.

O tratado de Paris, de 10 de de fevereiro de 1763, mandou restituir novamente a praça aos lusitanos e outra vez judeus e inglêses voltam a ganhar rios de dinheiro no contrabando (53). Carlos III, rei de Espanha, entendendo ser necessario arrancar de vez aos

---

(50) Houston Chamberlain, "La Génèse du XIXme. Siècle". Payot, Paris, 1913, tomo I, pag. 346. Cedamos a palavra a uma observação atual, em 1936, do dr. G. A. Pfister, na Inglaterra: "A Inglaterra vai se tornando dia a dia o paraiso dos judeus. Chegam como mendigos perseguidos, obteem hospitalidade e, logo que tomam pé, passam. a comportar-se como verdadeiros senhores!...

(51) Carlos Corrêa Luna, op. cit. pag. 52.

(52) Op. cit. pags. 55 e segs.

(53) D. Antonio Alcedo, "Diccionario geográfico-historico de las Indias Occidentales", 1778, art. "La Colonia del Sacramento".

vizinhos a margem esquerda do Prata, ordenou que o mêsmo Ceballos se preparasse o melhor possivel para a reconquista. Com efeito, uma expedição espanhola, formidavel para o tempo e o lugar, conquistou em 1777 a nossa base da ilha de Santa Catarina e retomou a disputada fortaleza do estuario. Seus bastiões e revelins fôram arrazados; os canais do porto, entupidos com os barcos cheios do entulho das demolições (54). No territorio riograndense, a guerra duràra mais ou menos dez anos e só em 1776 os invasores haviam sido expulsos pelo esforço conjugado de lusos e brasileiros sob o comando do grande general João Henrique Bohm. O tratado de Santo Ildefonso entregou a plena posse da margem septentrional do Prata e da Colonia do Sacramento á Espanha. O Rio Grande, evacuado, ficou em nosso poder até o Chuí.

O Brasil-Reino conquistaria mais uma vez a Colonia, com toda a Banda Oriental. O Brasil-Imperio a perderia para sempre numa guerra infeliz, manietado pela politica interna, depois de dez anos de dominio. Todas essas tomadas e retomadas haviam custado o esforço e o sangue dos homens de vulto ou ignorados que constituiram nossa pátria. Israel enriqueceu-se no contrabando, sem derramar uma gôta de suor ou sangue...

---

(54) Pedro F. Xavier de Brito, "Memória sobre o assédio e rendição da Colonia do Santissimo Sacramento".

CAPITULO X

A ENTRADA EM CENA DA MAÇONARIA

Vimos até agora todos os meios postos em prática pelo judaismo no Brasil, afim de se apoderar da riqueza e ter aquela pecúnia — nervo das guerras — a que se referia Rabelais (1). A acumulação da fortuna e o assalto ás fortunas públicas e particulares fôram levadas a efeito pelo monopólio do páu-brasil, a especulação sobre os açúcares, o tráfico negreiro, a piratária, a conquista, as companhias de comercio e navegação, o açambarcamento de géneros, o estanco de produtos, a expropriação forçada das minas, o contráto dos diamantes e o contrabando. Possuindo os meios pecuniarios, a força do ouro, o judaismo atacará o segundo sector da sua luta, o Estado. Aí já se não apresentará tão a descoberto e se valerá das sociedades secretas, que organizará em compartimentos estanques e superpostos, tornando-as fontes de iniciação nas doutrinas cabalistas-talmúdicas, as quais teem o dom de transformar os cristãos em "traidores da propria pátria e da propria fé, em proveito do judeu cabalista, cuja ambição é conquistar pela astúcia e pela traição o dominio universal (2)".

---

(1) "Les nerfs des batailles sont les pécunes", François Rabelais, "Oeuvres", Garnier. Paris, pag. 89.

(2) L. Dasté; "Les societés sécréts et les juifs", ed. da Renaissance Française, Paris, 1912, pag. 63. "O fim social da maçonaria é a reconstrução do Templo de Salomão; o Templo de Salomão é a Terra Gloriosa, os homens reunidos em uma unica e só familia, pela ciência, pela fraternização consciente. Extingue, pois, os preconceitos de raças, de classes", diz o grande maçon Dario Velaso, em "O Templo Maçónico", Curitiba, 1924, pag. 223. Todo êsse ideal utopico escande simplesmente a construção do Templo Salomonico do Talmudismo, do judaismo de hoje, a construção do dominio judaiço. E' o mêsmo grande maçon Dario Velaso quem o confessa no op. cit. pag. 44: "Delaunay provou que os misterios Maçonicos eram originarios do Egito e fôram trazidos para a Europa pelos judeus". A tolerancia religiosa da maçonaria não passa de disfarce do seu materialismo positivo. O proprio Dario Veloso nos assegura que o Templo Maçónico é meramente a terra (pag. 24), no qual se professa tão só o "dogma da humanidade" (pag. 39).

A mais importante de todas as sociedades secretas é, sem dúvida alguma, a maçonaria. Seu verdadeiro papel é estudar, investigar e dar curso ás ordens recebidas, fazer adeptos, realizar a propaganda, ás vezes sutil, das idéas, emfim procurar e preparar a fôrça de que carecem os judeus na grande massa do povo. Para isso, o envenenam com idéas de aparencia liberal e filantrópica, verdadeiras utopias na maior parte dos casos, todas, sem excepção, destruidoras dos lineamentos da ordem social e geradoras de odios. Com tais ideologias, o Governo Oculto de Israel pretende dominar o mundo. Os que servem á maçonaria ignoram que, atingido êsse desideratum, êles, meros instrumentos e intermediarios do judaismo, desaparecerão na voragem (3). Assim aconteceu na Rússia bolchevista, onde a maçonaria foi terminantemente proibida após o triunfo judaico, sómente sendo permitida a abertura das lojas recentemente, em virtude da pressão de novas necessidades politicas.

A' sombra dêsse maravilhoso agente preparatorio, a dominação judaica se estabelece e vai passando despercebida do comum dos mortais (4). O segredo maçónico disfarça, esconde e protege o Poder Oculto Internacional, que, por meio dêle, vai provocando em todos os organismos governamentais e sociais as divisões de que devem resultar todas as suas fraquezas. *Divide et imperas.*

A conspiração judaica contra o mundo inteiro é antiquissima e parmanente. Dêsde o cativeiro de Babilónia até o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, durante cinco centenarios, os judeus viveram numa "conspiração contínua (5)". Contra os persas, contra os egipcios, contra os sírios, contra os roma-

---

(3) Duque de la Victoria. "Israel Manda", Madrid, 1935, prólogo, pag. 10. Cf. "Os protocolos dos sábios de Sião," caps. IV, X, XI e sobretudo XV.

(4) Duque de la Victoria. Op. cit. pag. 87.

(5) L. Dasté. op. cit. pag. 7.

nos. No seio da Igreja Católica nascente, infiltraram as divisões das heresias (6), multiplicando-as num "labirinto diabólico". Toda a Gnóse dos primeiros séculos do cristianismo proveiu da cábala judaica; quasi todos os grandes heresiarcas fôram judeus; as sociedades secretas gnósticas se espalharam pelo Oriente e pelo Ocidente (7), sobretudo as sociedades secretas maniquéas a que a bula *Humanum genus* de S. S. Leão XIII mui acertadamente compára a maçonaria. Catáros, patarinos, brabantinos e albigenses sáem em plena idade-média dessa fonte maniquéa e cobrem a França com "uma rêde invisivel de sociedades secretas (8)".

"Por necesidade ou natureza, os judeus sempre procuraram, utilizaram e amaram o ministerio"; e, dêsde o tempo dos romanos, tem um governo oculto organizado (9). Diretamente para os judeus, êsse é o Kahal; para os cristãos judaizantes ou judaizados, é a maçonaria, que usa o sistema dos cabalistas talmúdicos, o qual data do exilio de Babilónia (10). A cábala viveu e vive sempre no mais profundo seio dos mistérios da maçonaria, destinada á propagação de seus ensinamentos (11). Michelet, o historiador mais anti-católico dêste mundo, confessa que a doutrina maçónica nada mais é do que o *judaismo cabalista* (12).

A história afirma intima ligação entre a célebre Ordem dos Templarios e o judaismo. *O fim secreto* dessa ordem de cavalaria, fundada na Palestina em 1118, era "a reconstituição do templo de Salomão, em

---

(6) Op. cit. pags. 9-10.

(7) Adolfo Frank (judeu). "La Kabbale", Hachette, Paris, 1843, pags. 341-353; L. Dasté, op. cit. pags. 11-12; Amelineau, "Essais sur le Gnosticisme", pag. 323.

(8) L. Dasté, op. cit. pag. 42.

(9) Jean Berger, "De l'initation chez les juifs", pag. 30.

(10) Matter (protestante), "Histoire critique du Gnosticisme", Paris, 1843, tomo I, pag. 154.

(11) Ad Frank, op. cit. pag. 1.

(12) "Histoire de France", tomo II, pag. 393.

Jerusalem, de acordo com o modelo da profecia de Ezequiel"; seu exemplo, os mações guerreiros de Zorobabel; suas tradições, as "judaicas do Talmud"; sua regra, "a cábala dos gnósticos"; seu ideal, "adquirir influencia pela riqueza, intrigar e se assenhorear do mundo". Tinha duas doutrinas: uma oculta, *reservada aos mestres;* outra pública, a católica-romana, "enganando, desta sorte, aos adversarios que pretendiam suplantar". Obedecia a esta palavra de ordem: "enriquecer para comprar o mundo (13)". Queria, assim, derrubar a autoridade do Papado e o poder da Realeza. Havia traído São Luiz nas Cruzadas e preparava vasta conspiração em toda a Europa (14), quando Filipe o Belo e Clemente V a dissolveram de surpresa. "Os sectarios de toda a espécie teem, dêsde muito tempo, acumulado mentiras sobre mentiras, tentando inocentar a Ordem do Templo, destruida pelo Papa e pelo rei de França. Todavia, quanto mais se aprofunda a questão, mais aparece a culpabilidade dos Templarios, que, *em toda a cristandade,* sofrem condenações infamantes, depois de longos e minuciosos processos, segundo as confissões pormenorizadas, *identicas todas elas nos países os mais diversos* (15)".

E' aos Templarios, cujos ritos são os mêsmos da maçonaria, que esta se liga em primeira mão (16). Outra corrente formadora da maçonaria foi a dos ocultistas Rosas-Cruz do século XVII, derivados *diretamente* da *cábala judaica* (17). No século seguinte, êles se infiltraram nas antigas corporações de pe-

---

(13) Eliphas Lévi, (autor insuspeitissimo: ocultista, apóstata e maçon). "Dogme et rituel de la haute magie", Baillière, Paris, 1861, tomo II, pags. 22 e seg. Lembre-se o que disse Dario Veloso sobre a construção do Templo de Salomão.

(14) Henri Robert Petit, "Le drame maçonique", Nouvelles Editions Latines, Paris, 1936, pags. 35-55.

(15) L. Dasté, op. cit. pag. 54.

(16) Claude Jannet, "Les précurseurs de la Franc-Maçonnerie", Palmé, Paris, 1887, pags. 1-2; Lecanu, "Histoire de Satan". Paris, 1861, pag. 413; Cyr, "La Franc-Maçonnerie dans sa véritable organisation, etc.", Liège, 1854.

(17) C. Jannet, op. cit. pag. 47; L. Dasté, op. cit. pag. 58.

dreiros-livres, muito poderosos pelas franquias de que gozavam como construtoras dos edificios públicos e das catedrais góticas. Delas veiu o nome de pedreiros-livres ou franco-mações (18). Na Inglaterra, destinada a ser, no século XVIII, a mãe da maçonaria, a infiltração nos pedreiros-livres ocorreu em 1703 (19).

A maçonaria surgiu em França no reinado de Luiz XV, em 1737, com grande aceitação de parte dos fidalgos fúteis e cortezãos. Relata um cronista coévo que mantinha "inviolavel segredo" quanto ás suas "assembléas ocultas e *perigosas* para o Estado (20)". Vinha importada da Inglaterra e o cardeal de Fleury, primeiro ministro, mandou fechá-la *manu militari* (21). Imputavam-lhe, como se vê, o mêsmo propósito dos Templarios: destruir a Religião e o Trono, destruindo o Estado (22). Iniciava a preparação do terremoto social de 1793. Porque nenhuma revolução, confessa o maior dos técnicos revolucionarios modernos, póde triunfar sem antes haver destruido os fundamentos do Estado (23).

Tres lustros depois, com o marquês de Pombal, principiava no reino lusitano a *era dos maçons*, que não passavam de *cristãos-novos*, "tanto as duas palavras eram sinônimos e, no campo, pedreiro-livre era sinônimo de judeu (24)". No Brasil, as lojas maçónicas datam dos últimos tempos do regime colonial. Precederam de um quarto de século a transladação da côrte. Umas fôram instaladas sob os auspicios do

---

(18) Pe. Barbier, "Infiltrations maçonniques dans l'Eglise"; L. Dasté, op. cit. pags. 61-63; C. Jannet, op. cit. pags. 22-23.

(19) Pretton, "Illustration of Masonry", Londres, 1712.

(20) Barbier, "Chronique de la Régence et du régne de Louis XV, 1718-1763", Paris, 1885, tomo III, pag. 65.

(21) Albert Lantoine, "Histoire de la Franc-Maçonnerie française". Nourry, Paris, 1935, tomo II, pag. 4.

(22) Larudan, "Les francs-maçons écrasés", Amsterdam, 1746, pag. 63.

(23) Albert Sorel, "L'Europe et la Révolution", tomo II, pag. 3.

(24) Mario Sáa, "A invasão dos judeus", pag. 12. Cf. Mario Sáa, "Portugal-cristão-novo".

Grande Oriente português; algumas sob os do de França; outras, independentes dêles. Todas do rito adonhiramita. Fundaram-se no Rio de Janeiro, na Baía e em Pernambuco (25).

Embora não tendo á mão o documento maçónico de que extraímos êstes dados, o consciencioso historiador Joaquim Felicio dos Santos declara não saber, ao certo, como se introduziu a maçonaria no nosso país; mas, afirma, com razão, que, no meado do século XVIII, "já funcionava na Baía o Grande Oriente", começando seu "trabalho lento, oculto, persistente, para a nossa independencia (26)". Essa independencia dos países sul-americanos, na opinião dum dos homens que melhor estudaram a questão nas suas causas e efeitos, não era propriamente *um fim* para a maçonaria, porém *um meio de enfraquecer Espanha e Portugal*, isto é, os dois maiores inimigos do judaismo: latinidade e catolicidade (27).

Os próprios judeus abertamente confessam que, "em todas as grandes revoluções do pensamento, se encontra *a ação judaica*, ora visivel e retumbante, ora muda e latente, de modo que *a história judaica* corre paralela á *história universal* e a penetra por *mil tramas* (28)".

Até aqui, verificámos na nossa *história pública* os traços inconfundiveis dessa *história secreta*. Vamos avivá-los nas conspirações que primeiro tentaram movimentos de independencia, em Minas e na Baía, regionais e, portanto, separatistas, com o fim *visivel e retumbante* da libertação dos brasileiros das garras da metrópole, mas com o fim *mudo e latente* do esfacelamento do império colonial português, o mês-

---

(25) Manuel Joaquim de Meneses Drumond, "Exposição historica da maçonaria no Brasil" *in* "Arquivo Maçonico", ano 2.º, n.º 13 e segs., Recife, setembre, 1907.

(26) "Memórias do distrito diamantino", pag. 253.

(27) Marus André, "La fin le l'empire espagnol d'Amérique", Nouvelle Librairie Nationale, Paris, 1922, pag. 81.

(28) "Univers Israélite", 26 de julho de 1907, pag. 585.

mo fim da conquista flamenga, e do esfacelamento do novo imperio que, decerto, com o tempo, se constituiría na America latina.

Na capitania de Minas, dêsde a guerra dos emboabas, haviam ficado a "arder ás surdas" as chamas revolucionarias. Certo nativismo orgulhoso se misturava ao regulismo dos descendentes dos cristãos-novos mascates e forasteiros que se haviam apoderado pela força e pela traição das lavras de ouro, os quais detestavam o fisco minguador de seus proventos. A cobrança dos impostos reais e as repressões do contrabando determinavam contínuas agitações. A extração do ouro aumentava sem que aumentassem os quintos de El Rei (29). O Estado via-se ali pobre e fraco deante dos particulares fortes e ricos. Por isso, se estabeleceram as *casas de fundição*, ás quais deveria ser levado todo o metal precioso, o que grandemente prejudicava os magnates da mineração. Daí o levante trágico de 1720, chefiado por Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Musqueira da Rosa e Filipe dos Santos (30), que o conde de Assumar reprimiu duramente com o incendio e o cadafalso (31).

O restôlho, porém, ficára a "arder ás surdas". Oportunamente, a maçonaria se encarregaria de habilmente soprar o borralho, para de novo atiçar as labaredas (32). Os exemplos de outras obras maçónicas, lá fóra, contribuiram para o exito da empresa. A repercussão do grito da independencia dos Estados Unidos deveria ecoar no sul do continente. Em Portugal, se sentia isso e se temiam mais os inimigos internos do que os externos, das colonias, que eram, como o reconhecia o proprio Conselho Ultramarino,

---

(29) Pedro Calmon, "História da civilização brasileira", pag. 142.

(30) Ha sabor de cristão-novo no nome de Musqueira da Rosa...

(31) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", Imp. Nacional, Rio de Janeiro, 1918, pags. 346-347.

(32) Joaquim Felicio dos Santos, op. cit. pag. 258.

"tesouros mal guardados" (33). Os moços brasileiros que estudavam na Europa, sobretudo nas universidades de Montpellier e Paris, regressavam aos lares cheios de entusiasmo pela grandeza da terra brasileira comparada com a exiguidade européa, e cheios de maior entusiasmo ainda pelo exemplo norte-americano e pela figura do grande maçon Benjamin Franklin, que fôra ao Velho Mundo levar o angustiado pedido de socorro dos Filhos da Viuva de sua pátria ás lojas adonhiramitas ou do rito francês, escossêsas e iluminadas. Cá dentro do Brasil, afirmavam-se já alguns vislumbres de consciência nacional, embora ainda adstrita a localismos, no descontentamento dos brasileiros mais cultos vendo seu paraiso, tão gabado *judaicamente* dêsde os "Dialogos das Grandezas", conforme o notava, de passagem, o francês Parny, prêso á corôa de Portugal. Em França, começava a lavrar aquela febril agitação, assoprada pelas forças ocultas, prenunciadora da Grande Revolução, a qual ia incendiando os nossos patricios em contáto com a juventude revolta das escolas francêsas.

Levados por essas idéas e entusiasmos, houve estudantes brasileiros em França que procuraram entabolar negociações para a nossa independencia com potencias estrangeiras, como José Joaquim da Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Mariano Leal e José Pereira Ribeiro (34). Maia, de nome certamente herdado dos *forasteiros* de 1709, escreveu, em 1786, a respeito de seus propósitos libertadores, a Tomás Jefferson, embaixador dos Estados Unidos, o qual lhe concedeu uma entrevista romantica nas arenas de Arles (35). Foi bem um quadro em puro estilo do século

---

(33) Antonio Rodrigues da Costa, "Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade, no ano de 1732" in "Revista do Instituto Historico e Geografico do Brasil", tomo VII, pag. 489.

(34) J. Norberto de Souza e Silva, "Historia da Conjuração Mineira", Garnier, Rio de Janeiro, pags. 39-40.

(35) "Extrátos da correspondencia de Tomás Jefferson" in "Revista do Instituto Historico e Geografico do Brasil", tomo pag. 289.

XVIII: os conspiradores da liberdade no meio das ruinas classicas! Jefferson recusou-se polidamente a entrar na combinação, alegando que seu país não estava ainda em condições de arcar com as responsabilidades de complicações com outras nações. Maia morreu mais tarde em Lisbôa, sem nada haver conseguido.

A opressão metropolitana fazia-se sentir duramente em Minas, com a venalidade da magistratura, os vexames do fisco, o monopólio do sal e a proibição dos teares para favorecer a indústria do reino. A idéa da independencia andava, como se diz, no ar. As idéas que andam no ar nunca nasceram por si. Alguem as sopra de qualquer parte. Não ha geração espontánea na natureza e tambem não ha na vida das sociedades. Corriam boatos desencontrados, como sóe acontecer sempre, quando as atmosferas sociais estão sobrecarregadas pelas toxinas que agem á socapa. As esperanças de libertação polarizavam-se em torno da figura prestigiosa do tenente-coronel Francisco Freire de Andrade, não pelo seu valor inteletual ou pelas suas convicções politicas, mas porque era o segundo comandante dos famosos Dragões das Minas e os poderia arrastar a um pronunciamento. Em Vila Rica, séde do governo da capitania, havia uma roda de homens cultos, participantes duma Arcadia Literaria, a qual facilmente se tornaria o centro diretor de qualquer movimento de idéas a se objetivar em ação. Tornou-se, com efeito, e "envolto em tanto misterio que mal sabiam os conjurados do que nêle se tratava, nem, ao certo, as pessôas de que se compunha (36)".

Filtra-se o segredo maçónico nesta revelação historica, que vem comprovar de modo incontestavel o que afirma o probo Joaquim Felicio: "A inconfidencia de Minas tinha sido dirigida pela maçonaria

---

(36) J. Noberto, op. cit. pag. 60.

(37)". Um autor judeu assegura que os judeus "tiveram muita influencia no preparo material e *espiritual*" da conspiração (38). Nessa primeira tentativa republicana no Brasil, "o esforço judaico é inegavel (39)". Vimos, anteriormente, que o Grande Oriente se estabelecera na Baía. Pois bem, num capitulo das "Memórias do distrito diamantino", escrito, segundo confessa, em grande parte, com informações hauridas do senador Teofilo Ottoni, Joaquim Felicio declara, textualmente: "Tiradentes e quasi todos os conjurados eram pedreiros-livres. *Quando Tiradentes foi removido da Baía* (?), *trazia instruções secretas da maçonaria para os patriotas de Minas.* Em Tijuco, o primeiro que se iniciou foi o padre Rolim, depois o cadete José Vieira Couto e seus irmãos (40)".

O referido cadete faleceu no Tijuco, hoje Diamantina, em consequencia de enfermidade contraída na cadeia de Vila Rica. Em 1868, ainda viviam pessôas que tinham asistido ao seu enterro e o viram, no caixão mortuario, fardado e revestido das insignias maçónicas de mestre (41).

Da roda arcadiana de conjurados faziam parte o ouvidor Tomás Antonio Gonzaga, já promovido a desembargador; o velho Claudio Manuel da Costa, que possuia muitas *obras proíbidas*, que estudára e comentára a "Riqueza das Nações" de Adam Smith (42) e que se encarregára de preparar os "códigos fundamentais" da futura república; o poeta Inacio José de Alvarenga Peixoto; Diogo Pereira de Vasconcelos; o intendente Francisco Gregorio Pires Monteiro Ban-

---

(37) "Memórias do distrito diamantino", pag. 253.

(38) Isaque Izeckson, "Os judeus na Independencia" *in* "Almanaque Israelita", 1935, pag. 20. Cf. Bartolomeu de Almeida, artigos no jornal católico "A Ordem".

(39) Isaque Izeckson, loc. cit.

(40) Joaquim Felicio, op. cit. pag. 253.

(41) Op. cit. loc. cit. A revelação é notavel, devido ao alto conceito de quem a faz.

(42) Januario da Cunha Barbosa, "Parnaso Brasileiro", tomo II.

deira; os padres Miguel Eugenio da Silva Mascarenhas e Carlos Corrêa de Toledo, que liam versos e propagavam a idéa do republicanismo separatista, porque sua atenção não estava voltada para o todo brasileiro e sim para o torrão natal. As influencias judaico-maçónicas manobravam seu idealismo patriotico.

O anúncio duma *derrama*, finta geral do fisco cobrando tributos atrasados, certamente descontentaria muita gente e aumentaria o número dos prosélitos. A revolução deveria estalar nêsse momento e entre seus planos figurava a *queima dos cartórios* (43), para fazer desaparecer os titulos de propriedade. Disso, todas as rebeldias assopradas da sombra teem cuidado com o maior empenho: circuncélios, albigenses, jaques, camponios de Maria da Fonte, em Portugal, balaios e quebra-quilos do Norte, comunistas russos. Outros revolucionarios, como os de 1930, se apoderam dos cartórios, onde põem gente sua.

José Joaquim da Silva Xavier, alcunhado o Tiradentes, por exercer a profissão de dentista, que se tornaria a figura principal da inconfidencia por todos os titulos, nascera em São João d'El Rei e principiára a vida como *mascate* nas Minas Novas, onde estivera preso e ficára "sem crédito". Era filho do boticario Domingos da Silva Santos e de Antonia da Encarnação Xavier. Em lugar do nome paterno, usava o materno. Tinha dois irmãos, ambos sacerdotes, que traziam nomes diferentes: Francisco Ferreira da Cunha e Daniel Armo Ferreira. Entrára, como recurso de vida, para a carreira das armas e, sem proteção, estacionára no posto de alferes da 6.ª companhia dos Dragões das Minas. As preterições lhe amargavam a alma. Tentára a mineração, sem proveito, e fizera a campanha do Sul, contra os invasores castelhanos. No Rio de Janeiro, procurára obter da indi-

(43) J. Norberto. op. cit. pag. 70.

ferença do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos a concessão do abastecimento de agua e dos trapiches (44). Fazia o que se chama biscates em medições de terras. Era pouco ou nada simpático de aparencia, "feio e espantado", disse dêle Alvarenga Peixoto. Quando no Rio, o populacho o vaiara por causa do físico descomum e por viver perguntando a êsmo o que faria Minas feliz, depôs na devassa o sargento-mór José Joaquim da Rocha.

Diz Isaque Izeckson que era possivelmente judeu, porque entre seus nomes ha o de Silva, "preferido pelos judeus portuguêses, como o de Costa e Pinto" (45). Indicio vago. Maiores se encontram na versatilidade de sua vida, na leviandade fanfarrona de seu temperamento, na inquietação constante de seu caráter, nas tentativas desatinadas de ganhos e concessões, na onomástica mutavel de sua familia, na profissão do pai (46) e no seu primeiro meio de existencia como mascate. Nada disso, porém, é bastante para se fazer em sã consciência a afirmação de que fôsse de raça judaica. O papel que assumiu na derradeira etapa da malfadada conspirata demonstra, pelo contrário, um espirito de sacrificio, um amor da responsabilidade e uma resignação altamente cristãs, sem nada de comum com as atitudes dos judeus nessas ocasiões. Se o sangue de Israel porventura lhe corria nas veias, de tal modo o meio o purificára através das gerações que pôde praticar átos que o imortalizaram, tornando-o uma figura simbólica.

No Rio de Janeiro, Tiradentes pusera-se em contáto com um moço mineiro que regressava formado da Europa, o dr. José Alves Maciel, o qual, segundo

---

(44) Op. cit, pag. 71.

(45) Loc. cit.

(46) "E' sabida a predileção dos judeus pela arte de curar e sua derivada, a farmacia. Mendes dos Remedios, Castro Boticario e muitos outros são cognomes que denunciam ainda hoje, pelo profissão ancestral, a origem judaica de seus portadores" — Rodolfo Garcia, "Os judeus no Brasil colonial" *in* "Os judeus na história do Brasil", pag. 12.

o depoimento de Domingos Vidal, estivera na Inglaterra, buscando apoio para o levante de Minas Gerais. Durante a ausencia do alferes, a 11 de junho de 1788, tomára posse, em Vila Rica, do governo da capitania, o visconde de Barbacena, munido de autorização real para a cobrança da derrama, que os conspiradores esperavam ansiosamente para se manifestarem.

De torna viagem, Tiradentes passou na fazenda do opulento José Aires Gomes, coronel da cavalaria auxiliar, na Borda do Campo, em companhia do ouvidor que ia substituir Tomás Antonio Gonzaga, Pedro José de Araujo Saldanha. Em conversa, expandiu-se sobre as novas idéas. Fez o mêsmo na fazenda do Registro Velho, com o padre Manuel Rodrigues da Costa. O dr. Maciel, que fôra antes dêle para Vila Rica, iniciára-o no mistério da conjura, afirma Joaquim Norberto (47), o que vai de encontro á referencia de Joaquim Felicio sobre as instruções secretas ou a *prancha* trazida da Baía. E' impossivel deslindar o segredo maçónico das origens da conpiração sem consultar os arquivos secretos da maçonaria. Por onde andarão os papeis dêsse tempo, se é que houve alguma cousa escrita?

O primeiro pensamento de Aires Gomes, medroso de complicações, porque as leis ordenavam a delação, foi levar o que ouvira ao conhecimento das autoridades. Tentou-o, sem resultado, por intermédio do desembargador Luiz Beltrão. Por causa de seu involuntario silencio, posteriormente se viu envolvido nas teias do processo. Tiradentes continuou a falar no assunto. Falou ao proprio tenente-coronel Freire de

(47) Op. cit. pag. 12. E' preciso respigar nos historiadores, todos êles desavisados da questão judaico-maçonica, os vestigios das atuações das forças ocultas. Sobre o dr. José Alvares Maciel, lê-se o seguinte, em Antonio Augusto de Aguiar, "Vida do marquês de Barbacena", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896, pag. 7: "... organizou sociedade em Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo com o intuito de por meio delas faser a propaganda das idéas e preparar elementos, que na hora oportuna fisessem a revolução". Esse informe foi dado ao marquês de Barbacena na sua mocidade, quando serviu em Angola, por um dos inconfidentes ali desterrados, que êle conheceu.

Andrade, seu comandante, que não gostou disso, e ao capitão Maximiano de Oliveira Leite, seu superior hierarquico, que o repeliu.

Enquanto isso, a derrama que devia servir de pretexto que anunciava e todos os conjurados iam se deixando levar por informes aéreos que os persuadiam da adesão do Rio de Janeiro. A *sombra* punha em prática, tecnicamnte, um de seus truques costumeiros: animar uns com o pretenso apoio de outros. Tem-se visto o resultado dessa técnica em grande número de revoluções falhadas, mêsmo nas mais recentes.

Estava tudo mais ou menos combinado. Na noite marcada para o levante, Tiradentes deveria sair á rua com alguns companheiros, aos gritos de *Liberdade!* O povo naturalmente se ajuntaria alarmado. Freire de Andrade viria com a tropa saber o que havia, como se tudo ignorasse. Os conjurados arengariam aos soldados, que os seguiriam. Povo e milicia, fraternizando, dirigir-se-iam a Cachoeira do Campo, onde o visconde de Barbacena assistia, e trariam a sua cabeça (48).

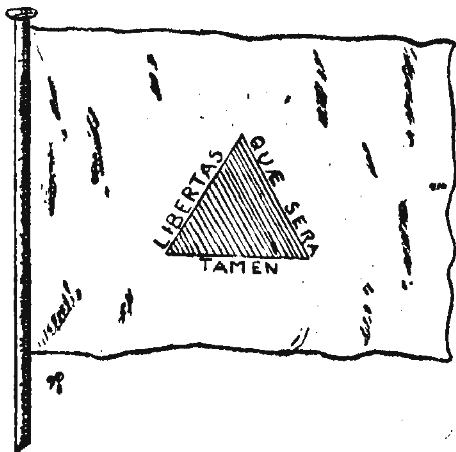
Em importante reunião, na casa de Freire de Andrade, tomaram-se as últimas providencias. Qual seria a bandeira da futura república? Tiradentes propôs, em campo branco, o *triangulo maçónico*, como significando as tres pessôas da Santissima Trindade. Estaria de bôa ou má fé? Ter-lhe-ia alguem assoprado a idéa sob essa fórma *despistadora*, afim de ser aceita por êle e pelos outros, todos católicos, ou recorrera a ela de motu proprio? O problema não é de fácil solução. Fale a propósito o judeu Isaque Izeckson: "o triangulo da sua bandeira corresponde a uma metade da estrela hexagonal de David, *Magsen David* (49)". O triangulo maçónico é o triangulo dos Pen-

---

(48) Op. cit. pag. 113.

(49) Loc, cit.

taculos cabalisticos, o Triangulo de Salomão dos ocultistas, o Infinito da altura ligado ás duas pontas do Oriente e do Ocidente, o triangulo visivel da razão revelando o triangulo invisivel, isto é, o ternario do Verbo, "origem do dogma da Trindade" para os magistas e cabalistas judaicos, o que justifica maçonicamente a explicação dada por Tiradentes. É, afinal, um "supremo mistério" da cábala: "imagem simbólica do Absoluto", "a um tempo o emblema da Força Creadora e da Materia Cósmica", "o simbolo maçónico do Livre Pensamento"; pela significação *li-*



Bandeira da Inconfidencia proposta por Tiradentes, com o Triangulo, do qual a *Linguagem Maçonica*, no "Livro Maçónico do Centenario", pag. 161, diz unicamente o seguinte: "Emblema da Divindade. Em sentido literal — chapéu". Em certas reproduções da bandeira dos Inconfidentes, a Triangulo aparece encarnado. Clovis Ribeiro, na sua obra sobre bandeiras e brazões do Brasil pinta-o verde.

O triangulo, na posição em que aí está, póde ser visto no capitel da coluna J. (Jakin) uma das colunas do Templo de Salomão, no Tapete Rosa-Cruz publicado á pag. 112 da obra "Compass der Weisen" de Ketmia Vere, o barão Proeck, Berlim e Leipzig, 1779.

teral, é um simples *delta* ou *triangulo;* pela significação *figurada*, é o Equilibrio, a Perfeição; pela significação *esoterica*, é Energia da Cábala, Trindade na Mistica e Deus na Teurgia (50). Como admiravel-

(50) Eliphas Lévi, "Dogme et rituel de la haute magie", tomo II, pags. 135 segs. Dario Veloso, "Templo Maçónico", pags. 217-218, 225, e 228. Esse simbolo do Trian-

mente se combinam e se completam as opiniões do judeu Isaque Izeckson com as do ocultista Eliphas Levi e do alto maçon Dario Veloso, a quem recorremos para estas explicações do simbolo da Inconfidencia! Dir-se-ia gente da mêsma igrejinha, loja, sinagoga ou doutrina...

A verdade é que o simbolo em questão faz revelações mais preciosas do que muitos documentos...

Ao Triangulo judaico-maçónico-cabalistico, Alvarenga Peixoto acrescentou o mote LIBERTAS QUAE SERA TAMEN, a Liberdade, posto que tardia, o que não exprime a verdade, porquanto é inegavel que a capitania mineira ainda não estava preparada para ser livre, quanto mais antes...

Tinha havido, antes, reuniões com muito falatório inconsequente no escritório do guarda-livros João Rodrigues de Macedo, pessôa "altamente protegida" pelas autoridades, reuniões a que sempre comparecia Tiradentes com o cónego Luiz Vieira. Tambem ia ali o *irlandês* (?) Nicoláu Jorge, nome de sirio ou judeu, empregado da Junta Real dos Diamantes e mo-

---

gulo, apesar de não parecer, exprime o disfarçado materialismo das concepções maçónicas. Quer dizer a *Energia* e *Deus*, a *Força Creadora* e a *Trindade*, a *Materia Cósmica* e o *Absoluto*, porque o Deus da maçonaria, segundo o proprio Dario Veloso, cuja autoridade dentro da seita é notoria, no op. cit. pags. 208-209, se enquadra nêste conceito, que é conveniente ler com a maior atenção:

"A maçonaria, sintese das tradicões superiores, reunindo sob as mêsmas abóbadas homens de todas as crenças e pátrias, soube conservar em seu simbolismo a história dos Deuses e das Ciências, respondendo consoladamente ás interrogações das almas inquietas que aprendem a conhecer num símbolo do Absoluto a imagem do Eterno. Ensina aos homens que as diversas imagens e fórmas representativas de Deus, os diversos Deuses, são atributos da VERDADE UNICA, recordada em o TRIANGULO PERFEITO, símbolo do Grande ARQUITETO, do GRANDE ARCANO, da CAUSA COSMICA. Assim, concilia os mitos teogonicos das mais antigas religiões, proclamados nos cultos da Natureza, e o conceito de ENERGIA e MATERIA dos filosofismos contemporaneos".

Se isso não é materialismo,..

O mêsmo materialismo maçónico se disfarça nestas palavras do maçon Mario Gitahy de Alencastro: "A formula do Grande Arquiteto do Universo envolve possivelmente (*sic!*) a afirmação da Divindade. Mas o que a não aceitar poderá ver em seu enunciado o simples reconhecimento da *força cósmica natural* (o grifo é nosso,) de que promanou a existencia do Universo, ou pelo menos (*sic!*) sua organização", *in* "A Constituição Adotada", no "Livro Maçónico do Centenario", ed. do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, 1922, pag. 252. Segundo o Catecismo do grau de Cavaleiro Escossês, o Grande Arquitéto é a Naturesa. Cf. R. Leforestier, "Les Illuminés de Bavière et la Franc-Maçonnerie", Hachette, Paris, 1915, pag. 277.

**ador no Tijuco, que costumava, nas discussões, defender os inglêses contra os norte-americanos, cujas idéas os conjurados aprovavam totalmente. João Rodrigues de Macedo andava apavorado com aquelas conversas e desabafava seus medos com o tenente-coronel Basilio de Brito, "o mais dissimulado de todos os homens dêste mundo (51)", o qual, com toda a certeza, levou logo o caso com todas as minúcias ao conhecimento do visconde de Barbacena. O governador ouviu-o em silencio, mandou chamar João Rodrigues á Cachoeira e deu-lhe, como hoje vulgarmente se diz, um *vomitório.* E sua desconfiança já despertada ficou mais atiçada ainda.

O velho contratador ou arrematador dos dizimos, Domingos de Abreu Vieira, compadre de Tiradentes, viu-se tambem envolvido na conjura sómente por ter hospedado o padre José da Silva de Oliveira Rolim, do Tijuco, maçon, mandante de crimes de morte e contrabandista de diamantes (52). O padre era homem de grandes posses e podia ser muito útil ao projetado movimento. Andava muito despeitado com o governo por não lhe despachar um requerimento de seu interesse. Ligou-se a Tiradentes, maçonicamente, segundo Joaquim Felicio; porque o alferes, segundo Joaquim Norberto, "não hesitava em falar do levante fôsse onde fôsse e com quem fôsse". A êste último historiador não passou nem de longe pela cabeça a idéa da maçonaria. Se êle e outros houvessem orientado suas pesquizas nêsse rumo, muita cousa interessante se poderia saber.

Tomás Antonio Gonzaga, de partida para a Relação da Baía, noivava com a formosa orfã Dona Maria Joaquina Dorotéa de Seixas, que se imortalizou nas suas endeixas arcadianas sob o pseudónimo de Marilia de Dirceu. Dir-se-ia que mais tangia a

(51) Joaquim Norberto, op. cit. pag. 127.
(52) Op. cit. pags. 129-131

lira e pensava no amor do que na trama da conjuração, que pagou com o desterro.

Subiam a mais de 3 mil contos, soma "enorme para a época", os quintos do ouro em atraso (53). A maior parte dos magnates das minas estava em alcance para com o erario. Alguns historiadores dizem que o povo murmurava. O povo é uma hipótese que, nas histórias politicas, serve para cobrir muita cousa. Na verdade, os graúdos é que andavam murmurando e provocando adesões, conforme iam se espalhando pelos vários rincões das Gerais.

Avolumavam-se os boatos do levante por ocasião da derrama. Foi quando entrou na conjura, procurando sondar os ánimos, o coronel Joaquim Silverio dos Reis. Tiradentes partira outra vez para o Rio de Janeiro, afim de tratar de seus requerimentos de aguas e trapiches. Durante sua ausencia, o coronel deu a denuncia ao visconde que, logo, para evitar qualquer pretexto de sedição, suspendeu a derrama, fingindo ignorar de todo o que se estava passando. O traidor era natural de Leiria, em Portugal, e possuira grande fortuna, feita *rapidamente*, mas estava em grande atraso com o fisco. Era um dos "maiores maganões que tinham passado para a America (54)". Tornou-se espião com "a máscara da amizade".

Os judeus que procuram chamar a si vultos famosos de nossa história bem poderiam ficar com êsse Iscariote. O cognome dos Reis, que usava, era comunissimo nos marranos portuguêses. Depois da tragédia, repelido de todos, disfarcou-se, tomando mais um cognome inteiramente judaico: Montenegro. Passou a assinar Joaquim Silverio dos Reis Montenegro, no Maranhão, para onde se transferiu (55). Todo o

---

(53) "Instruções do ministro Martinho de Melo a Barbacena" *in* "Revista do Instituto Historico e Geografico do Brasil", tomo VI, pag. 36.

(54) Joaquim Norberto, op. cit. pag. 189.

(55) Documento autógrafo, datado de 1818, existente no Museu Histórico Nacional, na sala da República, oferecido pelo desembargador Colares Moreira.

seu procedimento foi judaico em contraposição com a do infeliz Tiradentes, que morreu cristãmente no cadafalso, levando a sua humilhação ao ponto de oscular o verdugo. O descendente de Judas recebeu os trinta dinheiros da traição.

Outro denunciante foi o dissimulado Basilio de Brito Malheiro do Lago, cujos negócios andavam muito perturbados (56). Serviu tambem de espião e de terceiro delator o mestre de campo Inácio Corrêa Pamplona.

Joaquim Silverio prestou-se ao infame papel de vir ao Rio de Janeiro para ser "a terrivel sombra do pobre Tiradentes", morando em frente á casa onde se hospedára e pondo-se em comunicação com êle. Barbacena e o Vice-Rei queriam, com toda a certeza, conhecer quais os elementos de que dispunham os conjurados na capital e aos quais a gabolice do alferes não se cansava de aludir. Os esbirros da policia vigiavam e acompanhavam os passos do leviano, que, aconselhado pelo delator, a quem se abrira confiante, pensou em fugir. Depois de procurar desesperada e infrutiferamente refúgio seguro, acolheu-se á casa de Domingos Fernandes, na rua do Latoeiros, atual Gonçalves Dias, de onde mandou recado a Joaquim Silverio pelo padre Inácio Nogueira, ignorante da alhada em que se metia. Foi a viuva Inácia Gertrudes de Almeida quem arranjára refugio para o pobre Tiradentes. Sempre o óbolo da viuva...

D. Luiz de Vasconcelos, de acordo com o visconde de Barbacena, esperava o estouro da revolta na capital, mas nada ocorria. O padre Inácio foi preso e confessou onde o alferes estava. Então, foi êste preso e bem assim todos quantos tinham tido com êle a menor ligação.

Na noite de 17 para 18 de maio, um vulto misterioso, todo embuçado, percorreu as ruas escuras de

---

(56) Joaquim Norberto, op. cit. pag. 192.

Vila Rica, e, batendo á porta dos conjurados, os preveniu de que tudo estava descoberto, decerto para que se pusessem a bom recato e queimassem documentos comprometedores (57). Era o *poder oculto* que procurava salvar o segredo do movimento e a melhor gente que dêle participava, no intuito de reservar forças para melhor oportunidade. Nunca se conseguiu saber que vulto foi êsse, quem o mandou e de onde veiu...

No dia 22, os conspiradores fôram presos e postos em rigorosa incomunicabilidade, em Minas. Prendia-se no Tijuco o *irlandês* Nicolau Jorge. Apreendiam-se todos os seus livros e papeis. O padre Rolim meteu-se pelos matos, mas foi, afinal, agarrado. Atulharam-se as masmorras de gente de pról e de gente obscura. Abriram-se devassas, que agora se chamariam inquéritos, no Rio de Janeiro e em Vila Rica, devassas imperfeitas, demoradas e cheias de "proteções escandalosas". E' impossivel com a documentação existente verificar essas proteções do *mistério.* Longos interrogatórios e longas acareações. Limitou-se quanto se pôde limitar a defesa oculta. Á maior parte da gente a conspiração parecia um sonho de poetas; espalhou-se talvez propositalmente, essa opinião; porém os ministros do reino nela pressentiam a ameaça contra os tronos, que rosnava soturnamente no século da Enciclopédia. Instintivamente, portanto, redobraram os rigores. O terrivel processo durou mais ou menos dois anos.

Transido de pavor, o velho Claudio Manuel suicidou-se no cárcere. Fôra o codificador das constituições fundamentais da futura república. Ha quem desconfie que sabia de mais e precisava emudecer para sempre. Talvez não resistisse aos interrogatorios e revelasse o que mais valia calar. Por isso, *o suicidaram*... Tomás Antonio Gonzaga negou sempre

(57) Op. cit. pag. 248.

tudo, formalmente. Alvarenga desmandou-se em jeremiadas, culpando os amigos que o haviam metido no cipoal. Houve quem fizesse versos laudatorios ao taciturno Barbacena, para movê-lo a compaixão. A covardia amesquinhou aquêles homens. Mas, quando todos assim se abaixavam, a figura de Tiradentes se exalçou na história de maneira inconfundivel. Herói ou doido, já alguem o havia julgado. Todo herói tem alguma cousa de doido por ser fóra da craveira comum. Impávido, êle assumiu inteira responsabilidade, descarregando sobre os proprios ombros as culpas dos demais.

A 6 de junho de 1790, D. Luiz de Vanconcelos, carregado de serviços ao Brasil e sobretudo ao Rio de Janeiro, passára o cargo a D. Luiz José de Castro, conde de Rezende, cujo caráter estava mais de acôrdo com a maneira de proceder do visconde de Barbacena. O governo real, querendo acabar com as delongas do processo e unificá-lo mandou que fôsse feito na capital da colonia, onde os réus deviam ser setenciados para escarmento dos povos. Veiu de Lisbôa uma Alçada na fragata *Golfinho*, em dezembro de 1790, quando já se espraiava em França a maré revolucionaria em caminho para o Terror. A Alçada condenou quatorze dos principais conjurados á morte, comutando-lhes, depois, a rainha D. Maria I a pena em degredo para as possessões da Africa. Alguns fôram mandados para Fernando de Noronha, a carpir saudades no presidio maritimo. Outros sofreram penas menores. A soberana queria perdoar a todos, levada pela piedade de seu coração; os ministros, ressequidos pela razão de Estado, impediram-lhe o gesto magnánimo (58). O canhão maçónico da Bastilha e da Ponte Nova retumbava nos seus ouvidos de guardas fieis do trono, apavorando-os.

(58 Southey, "História do Brasil", tomo III, pags. 678 e segs.

As honras de "primeira cabeça" do levante teve-as Tiradentes. Foi o unico que a comutação não alcançou. Enforcado. Esquartejado. A casa de moradia arrazada e seu terreno salgado. A memória declarada infame para que a punição continuasse no tempo. Uma forca de altura desmarcada. Execução aparatosa com baraço, pregoeiro, procissão e tropa formada. Morreu com grande resignação cristã (59). Ao carrasco, o negro Capitania, que se emocionára, beijou as mãos e os pés, em sinal de humildade (60).

Vítima das forças ocultas que se aproveitaram do idealismo dos inconfidentes para impeli-los á revolta, subiu sózinho os ingremes degráus do patibulo. Não o acompanharam os mestres das lojas com seus aventais e bandeiras, nem os judeus que se aninhavam nas trevas da conjura e o querem reclamar para seu sangue (61). Calados, afundaram-se no mistério dos embuçados noturnos, afim de preparar outras conjuras e novas vítimas. Os consolos da religião cristã é que não desampararam o Grande Mártir na hora extrema em que o homem passa dos enganos do mundo para a Verdade das auroras eternas.

Veremos que Tiradentes tinha razão em afirmar que contava com elementos para sublevar o Rio de Janeiro. Êles falharam; mas existiam.

Mal se passavam quatro anos e as autoridades deitavam a mão á meada maçónica que se tecia no Rio de Janeiro. Foi a Inconfidencia de 1794, cujos autos estão guardados na Secão de Manuscritos da Bibliotéca Nacional. Segundo o depoimento do denun-

---

(59) Joaqnim Norberto. op. cit. pags. 409-410, 416.

(60) Idem, idem, pag. 413.

(61) Vimos que é um autor judeu quem faz questão dêsses dois pontos. Nas trevas de todas as conjuras, na verdade, sempre estão os judeus. Como não estariam na brasileira, se haviam participado da norte-americana ou a inspiraram? Salamão Pinto e Jacob Pinto, dois judeus portuguêses de New Haven, no Cannecticut, desempenharam relevante e *Oculto* papel na guerra de independencia iánqui. V. J. Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portuguêses", pag. 434. Veja-se no "Livro maçónico do Centenario" o retrato de Washington revestido das altas insignias de pedreiro-livre.

ciante principal testemunha, José Bernardo da Silveira Frade, em casa do mestre de Retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga era costume reunir-se uma *academia* (62), a qual, depois de ser proibida pelo Vice-Rei, passou a realizar assembléas particulares. Concorriam a êsses conciliabulos bacharéis, médicos, professores. Entre êles, o cristão-novo Amarante, boticario, nos fundos de cuja botica se realizavam as sessões maçónicas, em que se liam papeis, afirma a citada testemunha, "na lingua francêsa aonde se tratava da Revolução de França, e havia varios discursos sobre sua liberdade, sobre os quais fizeram os mêsmos assistentes varias reflexões tendentes a fazer odiosas as monarquias, mostrando grande paixão contra elas e inclinação ás repúblicas, encarecendo a felicidade que os povos gozam nas mêsmas (63)". Os frequentadores do conventiculo costumavam louvar o estado da França revolucionaria e atacar a Religião (64). Os principais dêles eram os médicos Jacinto e João Marques, e o boticario Agostinho Martins (65). A medicina e a farmácia eram as grandes profissões judaicas da época.

A tal *academia*, cujo verdadeiro nome era Sociedade Literaria do Rio de Janeiro e que se tornára suspeita ás autoridades, que determinaram seu fechamento, tinha estatutos, antes oficialmente aprovados pelo Vice-Rei. "Por êles não iria nem um academico á cadeia (66)". Mas, entre os papeis sequestrados a Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta e retorico, havia êstes *estatutos secretos*, que dão o que

(62) Quando tratarmos das conspirações e revoluções pernambucanas, de 1801 a 1817, veremos como a maçonaria começou a trabalhar ali sob a mêsma fórma de academias, areópagos, sociedades literarias.

(63) "Anais da Biblioteca Nacional", tomo XLIII-XLIV, pags. XLIV-XLV.

(64) Op. cit. pag. XLVI.

(65) Depoimento de Diogo Francisco Delgado, nos Autos da Devassa guardados na Seção de Manuscriptos da Biblioteca Nacional.

(66) "Anais da Biblioteca Nacional", tomo XLIII-XLIV, Introdução escrita pelo grão mestre da maçonaria brasileira, sr. Mario Bhering, pag. XLV.

pensar: I) A bôa fé e o segredo, de modo que ninguem saiba do que se tratou na Sociedade; II) Não deve haver superioridade alguma nesta Sociedade, e será dirigida igualmente por modo democratico; III) O objéto principal será a filosofia em toda a sua extensão, no que se compreende tudo quanto póde ser interessante; IV) Não se trabalhará sómente sobre matérias novas, mas tambem sobre as já sabidas; porque será útil conservar e renovar as idéas adquiridas e comunicá-las aos que tiverem falta dêsses conhecimentos. As demais clausulas são de somenos importancia (67). As que citámos caraterizam bem a natureza da associação.

Essa pequena inconfidencia carióca, que parece sem grande valor histórico, é todavia um magnifico ponto de ligação entre os acontecimentos de Minas e os da Baía que lhes vão suceder. Os de Pernambuco se seguirão aos da Baía. E, assim, temos em mão toda e série das seguidas tentativas maçónicas dum clima para realização, não de uma Independencia do Brasil, mas duma "Independencia Maçónica", como declarava com todas as letras e a sua assinatura o Patriarca José Bonifacio de Andrada e Silva, em 1832 (68).

E' ainda a prova de que as forças subterráneas que haviam agido em Minas contavam com elementos no Rio de Janeiro e, depois de abandonarem os Inconfidentes á forca e ao degredo, prosseguiam infatigaveis no desenvolvimento de seus planos, mascarando-se com rótulos literários, como os comunistas e maçons de hoje ainda se escondem em bibliotécas populares, sociedades de cultura e centros estudantís ou *comités* anti-guerreiros e anti-fascistas... Essa gente, se tivesse um pouco mais de imaginação, mudaria de tática...

(67) Autos da Devassa já citados.

(68) Documentaremos a afirmação oportunamente, quando tratarmos da nossa independencia.

CAPITULO XI

O DIABO CÔXO E O BODE PRETO

A maçonaria entrou em cena na Inconfidencia mineira, disso resultando o suplicio de Tiradentes, em 1790. Oito anos depois, levou mais gente ao patíbulo, na Baía, onde primeiro se estabelecêra o Grande Oriente e de onde fôra mandada a *prancha* para a conspiração mineira. O povo baiano tambem já havia sofrido o assalto á riqueza pelos mercadores judaicos, do mêsmo modo que os maranhenses e pernambucanos, embora em menor escala. Ao tempo da guerra dos mascates e logo após a dos emboabas, rebelára-se, tendo á frente um magistrado municipal, contra os *portuguêses*, isto é, os cristãos-novos portuguêses, "que monopolizavam o comercio em grosso e eram acusados de levantar os preços ao seu arbitrio (1)", queimando-lhes as casas e só se aquietando com a promessa da anistía e de melhorias do custo da vida. Imagine-se que, nessa ocasião, o sal, por exemplo, foi levantado de pataca e meia a duas patacas e um quarto, de 480 réis a 720. Em 1798, muitos homens dêsse mêsmo povo tentariam rebelar-se para a conquista do Estado, proclamando a república, sugestionados da sombra pelo mêsmo poder oculto que sugestionára os inconfidentes.

A história denomina essa conjura a conspiração dos alfaiates, porque a maioria de seus membros exercia essa profissão. Melhor seria denominá-la a conspiração das coincidencias, porque, além da reunião de tantos profissionais da tesoura e da agulha, todos os denunciantes se chamavam Joaquim José e ela coincidiu com a estadia de francêses na Baía e

(1) Pedro Calmon, "História da civilização brasileira", pag. 138.

com a passagem dum estrangeiro misterioso, do qual mal se fala de relance.

A Pedro Calmon parece "que alguns homens poderosos se agitavam por trás dos alfaiates e era *maçónico* o segredo que os unia (2)". Os homens de mais valía implicados no conluio, misteriosamente protegidos, como se sente examinando o processo, safaram-se sem perigo; a ralé foi degredada para a Africa ou pendurada da fôrca, como instrumentos humanos que de nada mais serviam, já que fôra a trama descoberta. Houve mêsmo quem morresse no cárcere, quasi como o velho Claudio Manuel da Costa.

Se o movimento da independencia norte-americana influíra no ânimo dos mineiros, a influencia da Revolução Francêsa é ainda mais visivel no dos baianos, embora suas tendencias se afirmassem, segundo a documentação existente, "mais socialistas do que politicas (3)". Os conspiradores agarrados e condenados eram, na grande maioria, humildes homens de côr, fôrros, libertos ou escravos. Suas proclamações não se referiam ao povo brasileiro, mas ao *povo baiense*. Pretendiam implantar a *República Baiense*. Datavam-nas da *Baía Republicana*. Tudo demonstra que não estavam imbuídos de um espirito nacional e sim regional, insuflado pelos que, jogando para o futuro, já achavam conveniente a secessão do todo brasileiro, sonho antigo e pertinaz das forças ocultas que palparemos por êste livro afóra. Usavam de fórmulas nos cartazes de propaganda, como se diz hoje, denunciadoras de maçonismo gaulês rousseauniano: "A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre de abatimento... A França está cada vez mais exaltada... O Pontifice já está abandonado e desterrado (4)". Sente-se até a má tradução do francês: aquêle *abatimento* quer, com certeza, dizer constran-

(2) Op. cit. pag. 146.
(3) Varnhagen, "História Geral do Brasil", tomo II, pag. 292.
(4) Op. cit. pags. 293-295.

gimento, mas a língua não ajudou. Demais, que tinha a Baía com o Pontifice, que mal lhe fizera o Papado, tão longe? O Santo Padre aí denuncia a distancia o *foetor judaicus*. Em quasi todos os papeis apreendidos se repetia a divisa maçónica: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Referiam-se, além do mais, ao "socorro estrangeiro". O palavreado não podia ser de simples artezãos e soldados milicianos, todos ignorantes, que fôram indigitados como seus autores. Êle pressupõe necessariamente uma mão oculta e cavilosa, que se retirou com todas as cautelas, silenciosamente, logo que a rêde policial pescou os pobres conjurados.

Tiveram a honra de cabeças os soldados Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, e o alfaiate e cabo de milicias João de Deus do Nascimento. Êstes e os demais fôram espionados e denunciados pelo capitão de Henriques, Joaquim José de Sant'Ana, pelo soldado de granadeiros de 1.ª linha, Joaquim José de Siqueira e pelo pardo fôrro, oficial de ferrador, Joaquim José da Veiga. Tres Joaquins a somar ao Joaquim Silverio de Vila Rica...

Em agosto de 1798, o governador D. Fernando José de Portugal, marquês de Aguiar, ordenou as prisões e a abertura do processo. Lendo a documentação do mêsmo, impressa em dois volumes pela Bibliotéca Nacional, sente-se pesar um silencio tumular sobre as causas fundamentais da conspirata, mas com certa atenção se vão identificando os elementos circunstanciais da prova da ação de qualquer cousa secreta. No seu depoimento de testemunha-denunciante diz o pardo Joaquim José da Veiga que o alfaiate João de Deus do Nascimento o convidára para a trama, porque convinha que "todos se fizessem *francêses* para viverem em igualdade e abundancia". Acrescenta que os conjurados tinham em vista matar o governador, destruir todas as *pessôas públicas*, certamente as autoridades e notaveis do lugar, pôr os



O Bofomet, Bafomet ou, melhor BAPHOMET dos Templarios, que o povo acredita ser o Bóde Preto da maçonaria, segundo as estampas das obras de Eliphas Lévi e de Stanislas de Guaita. E' um símbolo da Cábala. Seus cornos, orelhas e barba formam a estrela invertida de cinco pontas, que figura em vermelho na bandeira da Revolução Baiense de 1798. A mêsma estrela está de ponta para cima na sua testa. E' a que os positivistas e maçons de 1889 impuseram como brasão á nação brasileira, arrancando-lhe a esfera armilar e a cruz de Cristo. No ventre do Bafomet, vê-se, por trás do caduceu de Hermes, de Mercurio, o AZILUTH, o arco-iris da bandeira dos revolucionarios de 1817. No braço que se ergue, a palavra SOLVE; no que se abaixa, a palavra COAGULA. Albert Poisson explica-as no seu livro "Théories et symboles des alchimistes": SOLVE, isto é, dissolve, abre, tortura, fere, destrói as resistencias; COAGULA, isto é, reune, assemelha, condensa, constrói sobre o que foi vencido. E' uma verdadeira síntese da ação judaico-maçónica no mundo, ferindo e destruindo pelas revoluções, para construir o dominio universal de Israel. Segundo a posição dos braços — *solve*, destrói o que está em cima; *coagula*, condensa o que está em baixo...

presos em liberdade e saquear os mosteiros, para todos ficarem ricos, saindo da miséria (5). Até parece que haviam recebido uma diretiva atual do Komintern. Da maçonaria daquêle tempo á Terceira Internacional de hoje, a técnica judaica dêsses golpes não creou nada de novo...

Segundo a denúncia do capitão de Henriques, com toda a certeza de raça negra, Joaquim José de Sant'Ana, os conspiradores prometiam a libertação dos escravos e pretendiam "reduzir o povo a uma igualdade sem distinção de qualidade" (6). Sente-se aí o cheiro socialista das teorias maçónico-revolucionarias de Baboeuf. Além dos tres espiões, depuseram muitas testemunhas, na maioria acórdes em atribuir aos réus o desejo de estabelecer "um governo democratico". Uma delas, pessôa prudente e de pról, o ex-ouvidor Francisco Vicente Viana, aludiu com segurança ao "levantamento com saques e morticinios (7)".

Dos acusados, que eram numerosos, exerciam a profissão de alfaiate os seguintes: o pardo livre e cabo de milicias, João de Deus do Nascimento; o pardo livre, Manuel Faustino dos Santos Lira; o pardo livre e soldado de granadeiros de linha, Inácio da Silva Pimentel; o pardo livre e soldado da mêsma tropa, Romão Pinheiro; o pardo escravo, Luiz de França Pires; o pardo livre e soldado de milicias, José do Sacramento; o pardo escravo, José Pires; o pardo livre, Gonçalo Gonçalves de Oliveira; e um unico homem branco, João Fernandes de Vasconcelos. Além dêsses, vários sargentos, soldados, artezãos, escravos, geralmente homens de côr. E, por trás, o bacharel cirurgião Cipriano Barata, o professor Francisco Mo-

---

(5) "A inconfidencia da Baía", ed. da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1921, tomo I, pag. 8.

(6) Op. cit. tomo I, pag. 12. Varnhagen, "História Geral do Brasil", 3.ª ed. integral, tomo V, pag. 24.

(7) Op. cit. tomo II, pag. 27.

niz Barreto de Aragão, o tenente de artilharia José Gomes de Oliveira Borges e o tenente de 1.ª linha Hermógenes de Aguilar (8). Mais atrás, quem?

O exame dos autos de sequestro do que possuíam os infelizes *alfaiates* enche os olhos de agua. Pobreza extrema! Cadeiras velhas, roupas usadas, botões de metal, míseros instrumentos de oficio, pequenas arcas ou baús, potes e canecos, retalhos de fazenda. O unico que tinha algum dinheiro estava com 8 mil réis no bolso! Do proprio Cipriano Barata, homem formado, sómente arrecadaram livros, entre os quais um volume do "infame Volney". Um dos tenentes era mais abastado: livros, fardas, dois ou tres móveis de jacarandá, meia duzia de pratos de pó de pedra e dois escravos. O negro mina, coitadinho! guardava um vale de 100 mil réis que depositára em mãos alheias, suadas economias de seus trabalhos nas folgas para completar os 300 mil réis de que carecia para se alforriar. Dos mais, rezam os documentos: "não possuíam bens de qualidade alguma". Outros eram tão miseraveis que sómente tinham a roupa do corpo e viviam da caridade pública. A liquidação da arrematação dos bens sequestrados produziu para a justiça 36 mil réis (9)!

Fôram os panfletos de propaganda que despertaram a atenção das autoridades, causando reboliço no povo pela sua linguagem absolutamente inédita. Atribuía-se a autoria dêsses "papeis libertinos" ou "libelos revolucionarios", destinados a ir pouco a pouco acostumando a plebe "ás idéas de liberdade (10)", ao soldado Luiz Gonzaga das Virgens. Na verdade, a justiça viu, com certa agudeza, ao que tendiam aquêles manifestos pregados pelas esquinas e verificou que a letra era a do citado soldado; mas não

(8) Op. cit. tomo I, pags. 90-91.

(9) Op. cit. tomo I, pags. 97 e segs.

(10) Op. cit. tomo I. pag. 169. Na tecnologia de hoje a isso se chamaria *creação dum clima revolucionario*. Os termos mudam; a cousa é a mesma.

pôde procurar, ou não o quis, de onde viera o original que lhe fôra dado a copiar. Aquela mais do que conhecida literatura rousseauniana e maçónica não podia brotar espontaneamente do cérebro dum pobre granadeiro de 1.ª linha daquelas priscas eras...

E' curiosissimo encontrar no depoimento de João de Deus do Nascimento a confissão de ligações com um oficial *inglês* e côxo, que, de passagem do Rio de Janeiro para Lisbôa, estivera na Baía, hospedado em casa do sargento Joaquim Antonio da Silva (11). Mais curioso é isso aparecer incidentemente e pôr-se uma pedra sobre o caso, sem que ninguem se lembrasse de indagar quem era êsse *asmodeu* e o que viera fazer da Baía. Como o vulto embuçado dos avisos de Ouro Preto, mudo incógnito, sumiu-se para sempre na sombra de onde saíra um instante...

Tambem o pardo escravo Luiz Pires tinha *um livro manuscrito, traduzido do francês para o português, com o qual tratava de desabusar os rapazes religioso, afim de os conspiradores adquirirem número suficiente para uma revolução* (12). Êsse manual maçonico, digamos a cousa sem ambáges e circunlóquios, peça essencial da acusação, não figura nos autos, desapareceu como o *inglês* e o vulto, sem que ninguem conseguisse pôr-lhe os olhos em cima. Era, certamente, com êle que se faziam as iniciações dos rapazes que *se desabusavam,* conseguindo o aumento de número para o projetado levante.

Aos ajuntamentos, que se realizavam sempre á noite, em lugar deserto ou na casa dum dos principais, parece que compareciam alguns oficiais francêses prisioneiros, transferidos da ilha de São Tomé para o forte do Barbalho e que tinham a cidade por menagem. O pretexto dessas reuniões era a bebedei-

(11) Op. cit. tomo I. pag. 275.

(12) Op. cit. tomo II. pag. 77; J. C. Fernandes Pinheiro, "A conjuração de João de Deus" *in* "Revista Popular", Rio de Janeiro, tomo VIII, pags. 219 e segs.

ra e a rapazeada (13). Os banquetes — é bom não esquecer — fazem parte do ritual maçónico e possúem uma linguagem liturgica especial. A casa que mais se prestava a essas reuniões era a de Lucas Dantas, porque êle "gostava do sistema dos francêses". Aliás, os pobres republicanos baíenses, coitados! como ressalta dos depoimentos, queriam ser todos francêses...

Por causa dos "papeis libertinos", que puseram a pacata cidade colonial em polvorosa, foi logo preso o soldado Luiz Gonzaga das Virgens. Temendo que denunciasse a trama, o pardo João de Deus do Nascimento, que era "petulante e soberbo" (14), quis precipitar o movimento para libertá-lo e entornou o caldo.

As garras da justiça real largaram facilmente cirurgiões, professores e oficiais, que sofreram sómente os vexames do cárcere e da devassa. Fecharam-se, porém, cruelmente, sobre os miúdos. Na forca do largo da Piedade, balançaram-se os corpos dos pretensos cabeças da intentona: Luiz Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas e Manuel Faustino dos Santos Lira, que contava apenas 16 anos de idade.

Vitimou-os a idéa que lhes meteram na cabeça de párias que sonhavam com uma ordem social nova e melhor. Os inspiradores maçónicos da idéa nada sofreram. Os judeus, inspiradores dos inspiradores, nem fôram ao menos suspeitados. O tal *inglês*, apesar de capenga, já andava longe... Asmodeu, sócio de Bafomet, o Diabo Côxo, comparsa do Bóde Preto... (15).

Um dos mais interessantes documentos sobre a conspiração dos alfaiates que nos chegou ás mãos foi

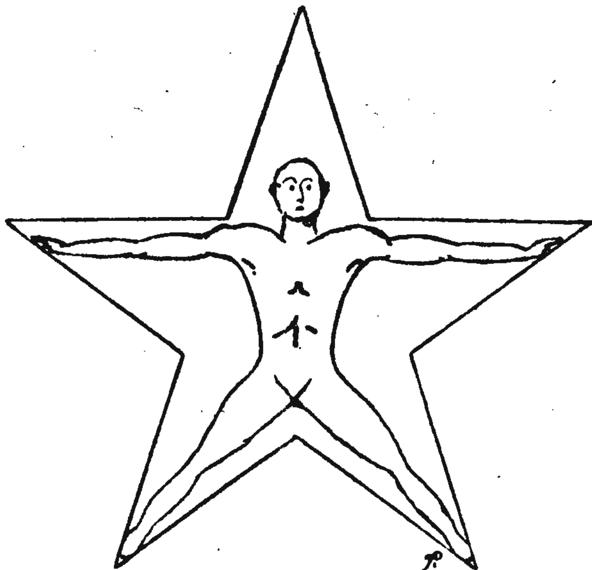
---

(13) Op. cit. tomo II, pag. 78; Braz do Amaral, "A conspiração republicana da Baía em 1798" *in* "Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro", tomo 99, pags. 344-402.

(14) Op. cit. tomo II, pag. 175.

(15) A tradição popular que afirma o culto dum Bóde Preto nas lojas maçónicas provem da do idolo denominado *Bophomet*, adorado nos "capitulos secretos" dos Tem-

decerto o modelo ou projéto de sua bandeira. Por ela se vê, quando se entende o simbolismo maçónico, quem inspirava os conspiradores. Basta saber lê-la para compreender os fundamentos judaico-maçónico-



Estrela de Cinco Pontas, símbolo do ser humano, que é delimitado pelo seu contorno. Vermelha e invertida, é a estrela da bandeira da conjuração dos alfaiates baianos. Vermelha e de ponta para cima, é a estrela da Rússia sovietica. Rodeada de raios, é a Estrela Flamejante que hoje serve de brasão á Republica dos Estados Unidos do Brasil. A Estrela de Cinco Pontas, símbolo do ser humano, tal qual aí está, foi tirada da obra de Henri Durville, "Os misterios da maçonaria e das sociedades secretas", pag. 63.

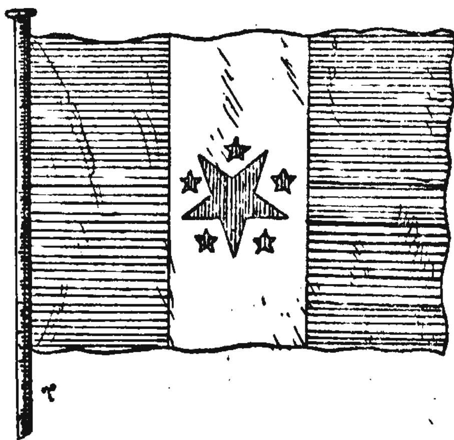
socialistas da conjura. Consta de tres palas, duas azúes e uma branca no meio. Nesta, uma grande estrela encarnáda de cinco pontas, com a ponta im-

---

plarios. V. Raynouard, "Monuments historiques relatifs á la condamnation des Chevaliérs du Temple", Paris, 1813, pags. 84 e 231; Th. de Cauzons, "La magie et la sorcellerie en France". Paris, tomo II, pag. 245. O idolo era moustruoso e os seus adoradores deveriam beijá-lo, segundo o ritual, *in virga virilis et in fine spinae dorsalis*. V. Jules Gavirol, "Histoire de la magie en France", e Gustavo Barroso, "O Quarto Imperio", José Olimpio, Rio de Janeiro, 1935, pags. 100-101. A palavra cabalistica Bophomet ou, melhor, Baphomet dá ao contrário TEM-O-H-P-A-B, que se explica da seguinte maneira: TEMPLIOMNIUM HOMINUM PACI ABBAS, e significa "O Pai do Templo — Paz Universal dos Homens". E' o Bóde de Mendés. V. Henry Robert Petit, "Le drame maçonnique", pag. 72.

par voltada para baixo. Entre as pontas da grande estrela, cinco estrelinhas, tambem vermelhas, mas de pontas voltadas para cima (16).

E' a mêsma estrela do brazão atual da Rússia sovietica, porém invertida. Quando essa estrela não é invertida, tem raios entre as pontas, denomina-se



Bandeira da revolução maçónica-socialista dos Alfaiates. Vê-se na pala branca central a estrela vermelha de ponta para baixo. Dis a propósito Eliphas Lévi em "Les Mystéres de la Kabbale", pag. 51: "De cette étoile renversée et déchue on a fait le chef des démons Lucifer"; Rempham ou l'étoile flamboyante renversée, dont on a fait depuis une tête d'âne". Tudo isso justifica perfeitamente o titulo que demos ao presente capitulo.

na cábala judaica REMPHAM, a Estrela Flamejante, a Estrela Flamigera, como escrevia José Bonifacio (17), ou a Estrela Fulgurante. E' o sinal do Microcosmo, do Universo Pequeno contido no homem, emblema do homem divinizado sobre a terra que deve dominar. Sem raios, é simplesmente o simbolo do Homem em si, porque o contém, corporalmente, dentro de suas linhas (18). A côr encarnada significa que

---

(16) F. Borges de Barros, "Anais do Arquivo Público e Museu da Baía", vol., IX; Clovis Ribeiro, "Brasões e bandeiras do Brasil", S Paulo, 1933, pags. 134-135.

(17) Manifesto do Grande Oriente, publicado em 1832.

(18) Henri Durville, "Os misterios da maçonaria e das sociedades secretas", ed. do "O Pensamento", S. Paulo, 1929, pag. 63, V. gravura.

suas conquistas se realizarão pela violencia, pelo fogo e pelo sangue. Dada á revolução baiense, mostra bem as tendencias socialistas que nela fôram observadas. Está, porém, de ponta para baixo e, assim é o hieroglifo cabalistico do Bofomet templario-maçonico-judaico, exprimindo alegoricamente Lucifer, chefe das legiões infernais. E' a expressão do absoluto cativeiro do espirito na materia. E' o espirito que desce para a satisfação unicamente das cousas materiais, seja como fôr, sendo isso o ideal da existencia (19).

Naturalmente, na bandeira baiana, a grande estrela invertida e rubra representa a massa e as pequeninas, de ponta para o ar, os seus dirigentes.

Os simbolos, para quem os saiba discernir, ensinam mais do que muitas páginas de história. O autor maçónico Dario Veloso escreve sobre o simbolismo de modo a não deixar dúvidas de que devemos invocá-lo para explicar os pontos de nossa história em que as forças secretas, que dêle usam, tomaram parte. Citemo-lo abundantemente. "O simbolo é a afirmação discreta da verdade não revelada". "Os simbolos da maçonaria encerram verdades profundas, maravilhosos segredos, ensinamentos que só devem ser conhecidos pela iniciação sistematica e progressiva". "A franco-maçonaria conserva a ciência dos santuarios e os simbolos do esoterismo, que recebe e transmite por iniciação". "E' pelo simbolismo que a maçonaria conserva e transmite a ciência da antiguidade, o segredo das tradições, a moral dos santuarios, a nórma social dos homens livres e de bôa vontade". "Na maçonaria os objétos que se nos apresentam á contemplação teem simbolismo carateristico, sinteti-

(19) Todas essas explicações cabalisticas pódem ser estudadas na importante obra do ocultista e maçon Eliphas Lévi, "Les mystéres de la Kabbale", ed. Nourry, Paris, 1920, pag. 51. O autor é das maiores autoridades sobre o assunto. Quanto á côr vermelha, diz Adolf Franck, judeu, na sua obra célebre "La Cabbale" que é, de acordo com o livro cabalistico *Zohar*, a sintese cromatica da vida natural, o dominio dos instintos.

co, a um tempo velando e revelando principios, verdades cientificas ou morais, em seu silencio eloquente, insinuante e vitorioso através dos tempos, das iniciações, dos misterios. São simbolos: o sol, a lua, as estrelas, o triangulo esplendente... (20)".

Temos, no decorrer desta história secreta, de interpretar constantemente muitos simbolos e alegorias do judaismo-cabalista-maçónico. Somos por isso obrigados a documentar fartamente o assunto, afim de que não haja suspeita de que inventamos cousas do arco-da-velha. Recorramos além do sr. Dario Veloso, que é autoridade nacional, a autoridades maçónicas estrangeiras. A "Bibliotéca Maçónica", por exemplo, diz: "Devem-se entender por simbolos certas figuras ou imagens alusivas a um sentido moral. O triangulo, o esquadro, o compasso, a regra, o Sol, a Lua, as estrelas, as estátuas são simbolos de que usaram os primeiros sábios persas para ocultar o sentido real de seu pensamento". Na opinião de Barlet, "o simbolismo é verdadeiro pela grande lei da analogia, que repete em todos os gráus da civilização um mêsmo principio sempre fecundo (21)". Para Papus, "o simbolo pertence originariamente á escrita da linguagem: designa uma idéa (22)". Segundo Eliphas Lévi, "os simbolos maçónicos constituem em seu conjunto uma sintese religiosa (23)". E o citado Dario Veloso ainda acrescenta: "Todo simbolo, qualquer que seja a espécie, a obra, a idade e o tempo, uma vez concebido por um iniciado, contém tres sentidos, tres interpretações distintas: *literal, figurada e esoterica.* No *sentido literal,* exprime o objéto que representa, em suas analogias e generalidades. No *sentido figurado,* representa idéa, principio, em suas analogias com o pensamento que o mêsmo objéto desperta, pe-

(20) Dario Veloso, "O Templo Maçonico", pags. 52, 53, 141, 204 e 206.
(21) "Essai sur l'evolution de l'idée".
(22) "Traité méthodique des sciences occultes".
(23) "Le livre des splendeurs".

las propriedades que lhe são inerentes. No *sentido esoterico*, encerra verdade profunda, é *chave*, variavel em seu significado convencional, apenas sabido pela revelação iniciatica, de Iniciado a Iniciado, confidencial, cabalisticamente... O simbolo, quando compreendido, grava no espirito e recorda ao iniciado os ensinamentos mais complexos e transcendentes (24)".

Recorremos á interpretação dos simbolos maçónicos pelas poderosas razões expostas e mais porque "o simbolismo se baseia nas idéas mais racionais, mais profundas, misteriosas e evidentes, ao mêsmo tempo (25)".

Um ano antes da conjura baiense, em 1797, estabelecera-se na velha cidade do Salvador a sociedade secreta dos Cavaleiros da Luz, entre os quais pontificava o padre Agostinho Gomes, que se tornou famoso em todos os movimentos ocultos da época e escapou ao cadafalso, graças ás suas bôas artes e dos comparsas (26). Os infelizes alfaiates pagaram sózinhos o pato. A grande estrela vermelha invertida foi sacrificada. As estrelinhas pequenas, tambem vermelhas, salvaram-se com armas e bagagens para tentarem novos golpes... Com certeza, "papeis libertinos" e simbolos cabalisticos tinham sido assoprados pelos Cavaleiros da Luz, que agiam nas trevas, aos pobres pardos milicianos que liam os cadernos do tenente Hermogenes (27), intimo dos oficiais francêses, "sobre principios liberais", cuja linguagem empolada e ressoante de palavras como *liberdade*, de expressões como *liberdade do homem* e *direitos do cidadão*, lhes deslumbrou as mentes primarias e os pendurou da força...

(24) Dario Veloso, op. cit. pags. 207-208.

(25) Landriot, "Le symbolisme", pag. 85.

(26) Mario Bhering, Introdução ao tomo XLIII-XLIV dos "Anais da Biblioteca Nacional", pag. XL. Cf. Braz do Amaral, op. cit.

(27) Braz do Amaral, op. cit.

CAPITULO XII

O TROVÃO DE FRANÇA

O "trovão de França", escreveu Oliveira Martins, veiu rolando e chegou a Portugal, que o tratado de Methuen, de 1703, ao raiar o século, transformára "numa *fazenda,* numa *vinha* da Grã Bretanha" (1). A economia nacional andava desvairada, dêsde o tempo dos jesuitas, com os processos livre-cambistas. A vida social entrava em franca decomposição nas futilidades de *peraltas* e *sécias,* na janotice afrancêsada. *Livros perigosos e incendiarios* (2) punham em deliquescencia as idéas tradicionais do país e lhe impunham o fermento de pensamentos importados (3). E o pavor do jacobino, do revolucionarismo francês, que se erguia rubro de incendios e sangueira contra o trono e o altar, fomentava o terror policial do intendente Pina Manique, que, com as suas *môscas* (4), farejava o pedreiro-livre por toda a parte.

Que era o "trovão de França"?

Era a Grande Revolução, iniciada com a tomada simbólica da Bastilha em 1789, que assombrava a Europa e fazia a velha realeza absoluta estremecer nos seus tronos seculares. Quem assoprára o fogaréu, que lavrava em Paris, iluminando o vulto sinistro da guilhotina regicida? O judaismo revolucionario, manejando as sociedades secretas. Entre elas, no primeiro plano, a maçonaria, da qual diz o imparcial Cauzons: "O século XVIII viu aparecer uma associação desti-

---

(1) Oliveira Martins, "História de Portugal", Lisbôa, 1917, tomo II, pag. 143.

(2) Op. cit. loc. cit.

(3) Op. cit. tomo II, pag. 236.

(4) Op. cit. tomo II, pags. 234-235.

nada a gozar de enorme influencia no nosso tempo, em primeiro lugar pelo número crescente de seus membros, em segundo pela habilidade de *crear uma opinião pública sobre os assuntos que ela propria escolhe* e em terceiro pela multiplicidade dos agrupamentos saídos de seu seio, dirigidos por seus membros e inspirados pelo seu espirito, tais como sindicatos, mutualidades, associações musicais, gremios esportivos, sociedades de tiro, clubes, circulos de antigos estudantes, etc. (5)". A famosa sociedade apareceu á luz nessa data, mas de muito longe se vinham sucedendo os seus trabalhos ocultos contra a civilização cristã ocidental. Aliás, o mêsmo autor reconhece que os deuses vencidos pelo cristianismo se dissimularam, "constituindo uma religião subterránea (6)". Esta continuamente praticou os mêsmos ritos condenáveis que já Tertuliano registava (7). Todos os antigos códigos de leis puniram sempre severamente as práticas em segredo. Já Platão condenava as "capelas secretas" (8). Nos primeiros séculos do catolicismo medieval, as Capitulares de Carlos Magno proscreveram as confrarias ocultas, que denominam *Diabolo Gilde*, guildes ou corporações do diabo (9). Não está no plano dêste livro desenvolver um estudo circunstanciado da origem, formação e desenvolvimento da franco-maçonaria, mas simplesmente mostrar a ação do judaismo sobre ela para o desencadear da Revolução e as consequencias desta sobre Portugal e Brasil. Eis por que nos limitaremos a traços gerais sobre a história das sociedades secretas antes do século XVIII, destinados unicamente a facilitar a compreensão geral do assunto.

---

(5) Th. de Ceuzens, "La magie et la sorcellerie en France". Dorbon, Ainé, Paris, tomo III, pag. 410. O grifo é nosso.
(6) Op. cit. tomo III, pag. 23.
(7) "Apologetica", XIII.
(8) Platão, "Les lois", ed. Saisset, Paris, tomo II, pag. 238.
(9) Saint-León, "Histoire des corporations de métiers", Felix Alcan, Paris, 1909, pag. 38,

A Revolução Francêsa foi, inegavelmente, o resultado duma conjura maçónica, afirma de modo categórico Gustavo Bord (10). Os proprios maçons acodem em apoio dessa opinião. "A franco-maçonaria póde, com legitimo orgulho, considerar a Revolução como obra sua", assegurou o *irmão* Sicard de Plauzoles no *convent de* 1913 (11). Em 1860, o *irmão* Amiable declarava que o fim precípuo da maçonaria era "construir *insensivelmente* uma república universal, cuja rainha será a Razão (12)", o que combina com os ideais jacobinos e com sua Deusa Razão. Em 1889, êle confessava a cousa com toda a clareza. Para afirmar a grande ação maçónica na Revolução, bastariam a conhecida confissão do famigerado Cagliostro e as palavras de Louis Branc (13). As ligações de Mirabeau com as lojas dos Iluminados judeus da Alemanha são por demais sabidas e basta acrescentar que dos 605 deputados do Terceiro Estado, que para ela poderosamente contribuiram, 477 eram maçons (14).

O proprio Robespierre se referia á existencia duma *facção* que dirigia ocultamente a marcha dos acontecimentos (15). A maioria dos maçons, como ainda hoje acontece, cuidava tão somente participar duma sociedade filantrópica (16); porém as *lojas de retaguarda,* mais secretas e poderosas, tocavam as outras para deante, no rumo que entendiam (17). Delas partia a orientação impiedosa e invariavel: exterminar todos os reis e a raça dos Bourbons, des-

---

(10) "Le complot maçonnique de 1789", *passim*.

(11) Tourmartin, "La Franc-Maçonnerie demasquée".

(12) "Moude Maçonnique", pag. 42.

(13) "La Révolu:ion Française", tomo II, cap. II.

(14) Pouget de Saint-André, "Les auteurs cachés de la Révolution Française", Perrin. Paris, 1923, pags. 14 e 27.

(15) Mallet du Pan, "Mémoires", tomo II. pag. 69.

(16) Pouget de Saint-André, op. cit. pag. 13.

(17) L. Madelin, "La Revolution", pag. 24. "A franco-maçonaria quer impôr as suas idéas e impô-las por meios insolentes", diz Henri-Durville, "Os misterios da maçonaria e das sociedades secretas", pag. 15.

truir o poder do Papa, pregar a liberdade dos povos e fundar uma república universal (18). Os judeus haviam inspirado os ritos maçonicos e dirigiam secretamente as suas obediencias. O rito de Clermont, creado em 1754, fôra espalhado em toda a Alemanha, pelo escandaloso pastor protestante, o judeu de origem portuguêsa Samuel Rosas. Os tres ritos em que se dividia a chamada maçonaria egipcia provinham de fontes judaicas: o Copta, do judeu siciliano José Balsamo, que usava o pseudónimo de conde de Cagliostro; o de Misraím, nome do Egito na Biblia, dos tres irmãos Bedarride, judeus de Avinhão; o de Ménfis, de Samuel Honis, judeu do Cairo (19). O judeu de origem lusa, Martinez de Pasqualis, fundou o rito dos Cohens-Eleitos. Seu discipulo, Luiz Claudio de Saint-Martin, cognominado o Filosofo Desconhecido, fundou o dos Martinistas e foi o creador do mote que devia correr o mundo e se tornar como que o símbolo intangivel do liberalismo moderno: Liberdade — Igualdade — Fraternidade (20).

Dêsde 1781, o judeu Samuel Morin era o Grande Inspetor Geral da franco-maçonaria em Paris. Mirabeau, quando estivera na Alemanha, frequentára o salão do famoso israelita Moisés Mendelssohn, onde tomára contáto com os iluminados do judeu Weishaupt. A judia portuguêsa Henriqueta Lêmos, casada com o judeu Hertz, atraíu-o ao gremio do judaismo, do qual seria uma dos cornacas revolucionarios. As sociedades secretas estabeleceram as necessarias ligações e articulações por meio de dois aventureiros misteriosos, que espalhavam ouro ás mancheias: o conde de Cagliostro, judeu siciliano, e o conde de São

---

(18) Cadet de Gassicourt. "Le tombeau de Jacques Molai ou le secret des conspirateurs", Paris, l'an 4e. de l'ére française, pag. 11.

(19) Th. de Cauzons, op. cit. tomo II, pags. 421-423.

(20) Menendez y Pelayo, "Historia de los heterodoxos españoles", tomo III, pag. 358; Matter, "Saint-Martin, le Philosophe Inconnu", Paris, 1862; Ad. Frank, "La philosophie mystique en France", Paris, 1866.

Germano, judeu português. Os infames panfletos contra Maria Antonieta vinham de Londres, onde eram feitos pelo judeu italiano Angelucci, disfarçado com o nome de W. Hatkinson. Organizava a campanha de difamação da rainha em França o judeu Efraim (21).

O consciencioso La Tour du Pin reconhece que "nas grandes destruições sociais que marcaram o fim do século e terminaram pelo afundamento do trono e o reinado do carrasco, não é possivel distinguir qual a parte do judaismo, do calvinismo, de Rousseau ou do franco-maçon, de tal modo estiveram de mãos dadas, com o mêsmo espirito e sob a mêsma bandeira, a da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (22)". O jornal judaico *Haschopet* é mais explicito e reivindica a Revolução Francêsa como "obra puramente judaica (23). Ha suspeitas de ser Danton, que se chamava Jaques, judeu. Certos autores afirmam que o proprio Robespierre não passava dum judeu de nome Rubinstein. Marat era um aventureiro judeu fugido da Suiça. E a célebre Guarda Nacional de Paris, uma das alavancas do movimento, estava infestada de israelitas, que a manejavam nas ocasiões propicias (24).

Claviére, ministro das finanças em 1792, era um judeu expulso de Genebra por falcatrúas, que fizera fortuna especulando na Bôlsa de Paris (25). Os judeus fermentaram em todos os sectores da Revolução: Haller, o grande agiota; Bidermann, orador da Comuna; Pereyra, cujo verdadeiro nome era Judá de Jacob; os dois irmãos Clootz, milionarios, um dos quais Anacharsis, o convencional, se dizia barão;

---

(21) Pouget de Saint-André, op. cit. pags. 35-36.

(22) "Vers un ordre social chrétien" *in* Léón de Poncins, "La mystérieuse internationale juive". Gabriel Beauchesne, Paris, 1936, pags. 77-78.

(23) Monsenhor Delassus, "La question juive", pag. 18.

(24) Morin, "Les juifs de Paris", *passim*.

(25) Pouget de Sain-André, op. cit. pag. 41.

Isaías Spire, fornecedor do exercito; Isaque Calmer, presidente dum dos clubes revolucionarios; Benjamin Calmer, liquidatario dos bens do duque de Orleans, cuja vaidade fôra aproveitada pelos maçons; Heyemen, que agia nos meios forenses; Isaías Beer Bing, espirito-santo de orelha do maçon La Fayette; Cerf Beer, juiz do Tribunal Revolucionario; Hagen, membro da Junta de Vigilancia; Da Costa, português, comandante da Guarda Nacional; Rosenthal, chefe da guarda do Templo, onde estava encarcerada a Familia Real; Simão, o sapateiro verdugo do pequeno Delfim de França; Calman, comissario de distrito; Kermen, membro proeminente do Clube das Tulherias; Boyd e Ken, banqueiros e agentes secretos da Inglaterra; Hourwitz, lituano, conservador dos manuscritos da antiga Bibliotéca do Rei, de posse dos melhores arquivos do país; Mayer, o grande especulador; Jacob dos Reis, outro português, Leon Azur, Fould e Weisweiler, membros da Junta Revolucionaria; Goldsmith, Laguna, tambem português, Benjamin Fernandes, idem, Lévi, Jacob, Trenelle, Elias, Delcampo, Brandon ou, melhor, Brandão, Mardoché, Silveyra, ainda outro português, enviados á Assembléa Constituinte.

No clube dos jacobinos, figuravam os seguintes judeus de procedencia inglêsa, holandêsa, belga, suiça, espanhola, italiana, alemã: Abbema, Bidermann, Bitaubé, Cabarrus, Doppet, Desfieux, Dufourni, Erdmann, Fougolis, Halem, Hesse, Klispich, Loen, Miles, Oelsner, Pio, Schalendorf, Schasvatv, Joung, Bolts, Coitam, Hanker, Kauffmann, Knapen, Mendoza, Mermilliod, Pulcherberg, Raek, Schluter, Scnutz, Signi, Stourm, Walwein (26). Será necessario acrescentar mais alguma cousa? Complete-se a lista com os irmãos Emanuel e Junius Frey, terriveis agitadores, membros da Junta de Insurreição, judeus da Mora-

(26) Op. cit. loc. cit. e mais pags. 291-292; cf. Aulard, "Le club des jacobins".

via, cujos verdadeiros nomes eram Jacob e Moisés Dobruska, os quais agiam geralmente por trás dum *fac-totum*, o judeu Diederichsen (27); e o misteriosissimo Falc, grande rabino da sinagoga parisiense, alma danada das sociedades secretas, cuja atuação silenciosa sómente agora começa a ser devidamente estudada (28).

Os resultados do terremoto fôram exclusivamente favoraveis aos judeus, que, além de darem grande passo para sua equiparação aos cristãos-velhos com o reconhecimento da igualdade de direitos politicos, açambarcaram os móveis e riquezas dos castelos confiscados, os tesouros dos mosteiros e igrejas, e a maior parte da propriedade rural (29).

O trovão de França, trovão judaico-maçónico, viéra rolando para o sul e chegára a Portugal. A repercussão das "transformações sociais" que se processavam em Paris, passando por cima do velho reino lusitano, atingiriam, depois, sua grande colonia ultramarina. Deante do "trovão", Portugal se achava em situação muito delicada pela sua fraqueza em recursos e armas. A *furia francesa* ameaçava-o por terra; a talassocracia britanica dominava-o pelo mar, podendo entupir-lhe os portos, parar-lhe o comercio e arruinar-lhe as colonias. Dêsde 1703, Portugal passára, pelo tratado Methuen, a satélite da mercancia e da finança do judaismo inglês. A influencia francêsa, que se afirmava nos espiritos, fôra desbancada pela influencia inglêsa, que se afirmava nos negócios e na politica. Portanto, não era dificil sómente a posição do país como nação, era-o tambem como alma, dilacerado por essas duas influencias rivais. O espirito nacional estava dividido.

As sociedades secretas, existentes dêsde o tempo de Pombal, andavam instigando as vontades e inte-

(27) G. Lenôtre, "Le baron de Batz", pags. 45 e segs.
(28) P. Monique, "La France en péril".
(29) Capefigue, "Histoire des grandes opérations financiéres".

ligencias no rumo das idéas do século e o dêdo dos agentes francêses se descobria nos bastidores de todas as tramas (30). Se era assim dificil a situação fóra do paço real, não era menos dificil lá dentro. O principe-regente D. João, casado aos 18 anos com uma princesa espanhola "desenvolta e inquieta", diz Oliveira Lima, "palreira e azougada", diz Rocha Martins, via diariamente o triste espetáculo da mãe louca, a uivar desgrenhada pelos corredores em visões dantescas de labaredas infernais. As intrigas da politica repetiam-se no seio da familia, onde a joven esposa, Dona Carlota Joaquina, lhes servia de aparelho receptor e transmissor. Ao Principe foi preciso ter grande habilidade e malicia para navegar no meio de tantos escolhos e morrer sem que conseguissem tirar-lhe a corôa da cabeça. Foi mais fácil tirar-lhe a vida...

A Europa Real e Imperial coligára-se contra os terroristas de 1793. Portugal aderiu a essa primeira coligação, mandando seus navios se incorporarem á esquadra britanica e uma divisão do exercito coöperar com os espanhóis na campanha do Rossilhão até 1795. Sómente males lhe desabaram sobre a cabeça com essa colaboração. Os corsários francêses prearam mais de 200 milhões de francos de cargas levadas do Brasil (31). A Espanha fez a paz em separado com a França, aproximando-se do Diretório. Entre a cruz e a caldeirinha, D. João foi forçado ao tratado de 1797 com o mêsmo Diretório, conseguindo muitas *bôas vontades* em Paris, graças a uma farta distribuição de diamantes do Brasil. Êsse tratado conservou, não obstante, todos os privilegios do comercio judaico in-

(30) Oliveira Lima, "D. João VI no Brasil", tip. do "Jornal do Comercio". Rio do Janeiro, 1908, tomo I, pags. 6 e 9. Póde-se dizer que a maçonaria entrou no reino antes mêsmo do Pombal, em 1733, quando o escossês Gordon fundou a primeira loja de pedreiros-livres, segundo documento conservado na Torre do Tombo.

Cf. Borges Grainha "Historia da Maçonaria em Portugal".

(31) Op. cit. tomo I, pag. 10.

glês (32), acentuando-se dia a dia o predominio da Inglaterra na politica do reino, em cujas altas esferas se chegava a falar em pessôas do *partido francês* e do *partido inglês.*

Em 1801, a França consular impeliu a Espanha, sua aliada, a declarar guerra a Portugal. Pela paz de Badajoz, a primeira, que pretendia até a livre navegação do Amazonas, aceitou uma equiparação alfandegaria com a Grã Bretanha (33). Cresceu mais o *partido francês* dentro do país e o general Lannes, futuro marechal e duque do Imperio, representante de Bonaparte em Lisbôa, arrastando o recurvo sabre oriental pelos assoalhos dos ministerios, influia até nas composições do governo. No fundo, porém, vivendo do mar e pelo mar, por causa de seu comercio e de suas possessões ultramarinas, o velho reino continuava "feitoria do comercio britanico (34)". Naturalmente, quando Napoleão pusesse sobre a cabeça a corôa imperial e precisasse, para dominar o continente, reduzir a pó a Inglaterra, Portugal teria de sofrer, porque estava ligado aos destinos inglêses de longa data por uma como que fatalidade histórica.

O relámpago revolucionário fôra o incendio da velha e simbólica Bastilha; o trovão, o canhão de alarma da Ponte Nova, troando a rebate, acompanhado do rolar soturno dos tambores de Santerre, o general-cervejeiro, abafando as derradeiras palavras do neto de São Luiz sobre o taboado infame da guilhotina; o raio, Bonaparte levando a guerra aos quadrantes do Velho Mundo e espalhando, com seus exercitos vitoriosos, o espirito revolucionário no coração das antigas monarquias. O Primeiro Consul acabára cingindo a corôa de Carlos Magno e sua espada começou a riscar novas fronteiras na carta da Europa.

---

(32) Op. cit. loc. cit.

(33) Op. cit. tomo I, pag. 20.

(34) Op. cit. tomo I, pag. 20.

Em volta do trono erguido sobre a glória militar do Grande Exercito, feita da fumaça das batalhas, intrigas ambiciosas cochichavam nas sombras. Todos os Bonapartes, todos os Talleyrands, todos os Fouchés se moviam nos bastidores da Epopéa. Através do ótimo conduto do ministro Godoy, Principe da Paz, pretendente a um reino ou ao ducado do Algarve, pelo menos *dux algarbiorum*, como fez cunhar nas moedas, a intrigalhada penetrou na Peninsula Iberica. Presos o soberano espanhol e seu herdeiro em Baiona, o Corso resolveu apagar Portugal do mapa das nações, como se a nação fôsse unicamente um territorio e não um espirito imortal, retalhando-o entre os protegidos e guardando o melhor pedaço.

O general Junot, futuro duque de Abrantes, recebeu ordem para invadir o reino e moveu-se rumo ás fronteiras. O que foi essa entrada Raul Brandão descreve com mão de mestre no "El Rei Junot". Sem fôrças militares para lhe opôr, com as mingúadas tropas a guarnecerem a costa no receio dos inglêses aborrecidos com a mole aquiescencia portuguêsa ao bloqueio continental, era impossivel deter a invasão. Ao Principe Regente só restava uma alternativa: entregar-se á humilhação de ser prisioneiro ou procurar refúgio além mar, onde tambem era soberano. O oceano era inglês e a Grã Bretanha lhe protegeria a fuga. No ultramar, poderia com certa facilidade arredondar os dominios á custa da Espanha e da França, uma vizinha pelo Oeste e pelo Sul, a outra pelo Norte. Mais tarde, conforme as circunstancias, reconquistaria o territorio europeu (35).

A idéa duma mudança da côrte para o Brasil não era nova nem abstrusa. Outros a haviam tido. Pensára-se nisso no tempo de D. João IV, quando perigára a restauração. Em 1803, o ministro D. Rodrigo

---

(35) "Memória" de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nos papeis da Coleção Linhares, na Biblioteca Nacional.

de Souza Coutinho a propusera, falando da creação dum *grande imperio* do outro lado do Atlantico. Em 1806, quando as ameaças do raio napoleonico começaram a se anunciar, a propria Inglaterra sugerira diplomaticamente a mudança, com a mêsma idéa de Souza Coutinho, *to found a new Empire* (36). O proprio Hipólito da Costa, judeu e maçon, manifestar-se-ia, depois, favoravelmente a ela no jornal que publicava em Londres e no qual criticava todos os sucessos de Portugal e do Brasil (37). Chamar ao Principe fujão e condená-lo por isso é grande injustiça contra quem se não podia defender das consequencias do trovão que viera rolando da França. Raros soberanos europeus não se achavam exilados, naquela época, dos países pequenos e fracos, pelos mêsmos motivos? As baionetas revolucionarias transformadas em baionetas imperiais tinham feito desocupar apressadamente muitos tronos.

A invasão francêsa encontrava a ajudá-la as sociedades secretas dentro do país. Traidores pretenderam até cortar as comunicações, afim de ser a familia real agarrada (38). O embarque teve de ser ás pressas e em confusão, sob a chuva, a 27 de novembro (39). A esquadra inglêsa de Sidney Smith cruzava em frente á barra, para proteger o comboio real. A 29 todos os navios iam se fazendo ao largo. Junot forçára as etapas e entrára em Lisbôa humilhada, com seus soldados em petição de miseria. A côrte, debrucada das amuradas das fragatas, contemplava, além do listão azul do Tejo, sobre as colinas verdejantes, os granadeiros francêses apreciando a partida.

Na sua óde a Napoleão, o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães diz que "nós um bem lhe devemos que gozamos". Com efeito, a vinda de D.

---

(36) Maria Graham, "Jaurnal of a voyage to Brasil", Londres, 1824.
(37) "Correio Brasiliense", n.º 15, de agosto de 1809.
(38) Thomas O'Neil, "A concise and accurate account, etc". Londres, 1809.
(39) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 48.

João foi para nós um grande bem. "Para o Brasil, o resultado da mudança da côrte ia ser, em qualquer sentido, uma transformação. A politica estrangeira de Portugal, que era essencialmente européa, tornar-se-ia de repente americana, atendendo ao equilibrio politico do Novo Mundo, visando ao engrandecimento territorial e valia territorial do que, dêsde então, deixava de ser colonia para assumir fóros de nação soberana. E, á nova nacionalidade que, assim, se constituia, foi o áto do Principe Regente em extremo propicio, pois que lhe deu a ligação que faltava e com que só um poder central e monárquico a poderia dotar (40)". D. João foi, desta sorte, "o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira" e o verdadeiro fundador do Imperio". (41). E, quando mais tarde a elevou a Reino, não fez mais do que a "afirmação solene de sua integridade territorial (42)".

A colonia jubilosa, como que antevendo o futuro que lhe ia sorrir, recebeu-o com festas. A popularidade cercou o Principe, que a tudo correspondeu, dedicando tão grande simpatia ao país onde ia viver em plena segurança que enciumou a metrópole. Ao desembarcar, lembrando-se talvez da "Memoria" de Souza Coutinho e dos conselhos inglêses, declarou que vinha fundar um imperio (43). Trazia material e gente para isso: 15 mil pessôas, alfaias e dinheiro. "O que fugira de Portugal pelo estuario do Tejo, tremendo de pavor das baionetas francêsas que pareciam coroar as colinas da velha capital das navegações e das conquistas, não foi, como se pensa vulgarmente, tão só um rei medroso e uma côrte de parasitas apavorados; mas, com êsse rei e essa côrte, todo

(40) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 57. Cf. Haudelmann, "Geschichte von Brasilien", Berlim, 1860.

(41) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 3; Frei Francisco de Monte-Alverne, "Obras oratorias", tomo I, "Discurso Preliminar", pag. VI, Laemmert, Rio de Janeiro, 1853.

(42) Op. cit. tomo I, pag. 528.

(43) Op. cit. tomo I, pag. 59; Manifesto de guerra á França, 1.º de maio de 1808; Carta de lei da Torre e Espada.

o aparelhamento de uma nação. Mudou-se, nêsse dia, o conceito de nação da margem européa para a margem americana. Tanto assim que o Principe a organiza do outro lado com arsenais, bibliotécas, escolas, academias, bancos, arquivos, fábricas, instituições, tropas e bandeira (44)".

Os caluniadores da realeza, creadores das opiniões convenientes á maçonaria e ao judaismo, procuraram tornar ridicula a figura de D. João. Mas o que o historiador consciencioso encontra em todos os documentos, dêsde os átos de caráter oficial aos relatorios confidenciais dos diplomatas estrangeiros aqui acreditados, são provas de suas altas virtudes de governante (45). Não lhe faltavam agudeza, sensibilidade, chiste, amor ao trabalho, cuidado com a cousa pública, carinhos pelas manifestações intelectuais, gosto pelas artes, sobretudo pela música, e grande bondade pessoal. Não era um guerreiro, porém um homem pacato e sedentario, amante de seu povo. Sabia cercar-se de homens eminentes, bastando citar para ilustrar-lhe a escolha o grande estadista conde de Linhares. Sua tolerancia era sem limites. O "Correio Brasiliense" de Hipólito da Costa, que combatia veementemente o governo real e ao qual respondia o "Investigador Português", pago pela embaixada de Londres, era proíbido de circular na metrópole, não no Brasil, onde o Principe queria ser o primeiro a lê-lo (46). Só depois das conspirações maçónicas de 1817 é que se modificou e com razões de sobra para isso.

No alicerce dos grandes serviços públicos que hoje possuímos, encontraremos sempre as fundações do Principe Regente e do Rei do Brasil. Veja-se rapidamente a lista do que creou: Tribunal do Desembargo, Conselho de Fazenda, Junta do Comercio, Me-

---

(44) Gustavo Barroso, "História Militar do Brasil", São Paulo, 1936, pags. 114-115.
(45) Varnhagen, "História Geral do Brasil", Imprensa Nacional, 1917, pags. 32-33.
(46) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 241.

sa de Despachos Maritimos, Academia de Marinha, mais tarde transformada em Escola Politécnica, Intendencia de Policia, Arquivo Militar, Tipografia Régia, hoje Imprensa Nacional, Fábrica de Pólvora, Provedoria de Saúde, Escola de Belas Artes, Bibliotéca Nacional, Banco do Brasil, Jardim Botanico, o Museu Nacional com a coleção do barão Oheim, e, se o Museu Histórico possúe esplendida coleção de numismática, a base em que assenta é o medalheiro deixado por D. João VI. Chegou a pensar na creação duma Universidade. Como apresentar êsse soberano sob a aparencia unicamente burlêsca, senão para diminuir o valor de quem, no combate contra as forças secretas, acabou perdendo a vida pelo traiçoeiro veneno maçónico?

De passagem para a Baía, antes de aportar ao Rio de Janeiro, José da Silva Lisbôa convenceu-o da necessidade de abrir nossos portos *ás nações amigas*, o que se efetuou pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. A produção brasileira subira de valor devido ao bloqueio napoleonico. Abrir os portos ás nações amigas era, no momento, um eufemismo. Mais tarde, sim, isso se tornou realidade. Então, o áto sómente aproveitava á Inglaterra, dona dos mares. A colonia ultramarina havia sido até a data daquela abertura um campo de exploração da metrópole, do qual vimos como os judeus se aproveitaram nos seus diversos sectores. Passava agora a ser um mercado (47). O judaismo inglês saberia aproveitar-se admiravelmente dessa mudança, afim de obter o tratado comercial de 1810, que o duque de Wellington reconhecia ser "a ruina de Portugal". Êle instituiu um verdadeiro monopólio em favor da Grã Bretanha (48). O Rio de Janeiro tornava-se um centro comercial de primeira ordem, graças á situação de guerra em que vivia a Europa com Napoleão, ligando-se a

(47) Pradt, "L'Europe et ses colonies", *passim*.
(48) Oliveira Martins, op. cit. tomo II.

todo o Brasil, a toda a America e ao proprio Oriente. As especulações comerciais avultavam (49). Era um ponto onde se poderia ganhar muito dinheiro. Daí o interesse da sinagoga de Londres em nos deitar a mão.

O tratado foi assinado a 19 de fevereiro de 1810 e seus efeitos perduraram longamente. Firmaram-no D. Rodrigo de Souza Coutinho e lord Strangford. Por sua causa, até 1814 o Brasil constituiu verdadeiro monopólio do judaismo britanico. Fazia-se para nós a transplantação do protetorado inglês que sugára o reino (50). Creava-se até aquilo que já fizemos notar ser uma das grandes aspirações de Israel por toda a parte, dêsde os romanos: o juizo privativo. Tal juizo, custa crer, porém é verdade, sómente foi abolido na época da Regencia, em 1832, quando se sancionou o Código Criminal! Todavia, o governo de Londres ainda protestou contra a abolição (51)! Como houvesse perdido as treze colonias da America do Norte e não precisasse mais de transportar negros pelo Atlantico, podendo escravizá-los á socapa, hipocritamente, de varios modos, nas possessões africanas, a Inglaterra mostrava-se liberal e filantrópica, introduzindo no tratado uma cláusula contrária ao tráfico, reduzindo-o com promessa de gradual abolição, a que D. João resistiu o quanto pôde. Em vista de não haver emigração, reconhecia em Londres lord Castlereagh que estancar o tráfico negreiro era o mêsmo que tornar o Brasil improdutivo (52). O principe sabia que essa era a triste realidade e defendia o interesse do Brasil.

O artigo 12 do referido tratado é uma disposição verdadeiramente judaica e é curioso ter sido in-

---

(49) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pags. 355-356.

(50) Op. cit. tomo I, pag. 383. O texto integral do tratado pode ser lido no Apendice do 2.º volume de Henry Koster, "Voyages dans la partie Septentrionale du Brésil", Gide, Paris, 1818.

(51) Pereira Pinto, "Apontamentos para o Direito Internacional", vol. I.

(52) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 419.

tercalada num instrumento que só devia dizer respeito, pela sua propria natureza, ás relações de comercio e navegação. Estatúe que nenhum estrangeiro residente nas possessões portuguêsas podia ser perseguido ou inquietado por materia de consciência. Isso impossibilitava o estabelecimento da Inquisição no Brasil, coíbia a ação governamental em muitos casos e abria as portas ao judaismo. Se a Grã Bretanha quisesse proteger sómente seus súbditos, a condição do pacto se referiria aos inglêses; mas o texto diz *qualquer estrangeiro*, o que demonstra claramente o fundo judaico da medida. Aliás, o artigo 9 proíbe textualmente a Inquisição.

A despeito de tudo, "o imperialismo americano de Portugal" se exerce no continente, após a chegada do Principe. Para até certo ponto desforrar-se dos francêses que lhe haviam tomado e devastado a pátria, êle resolve conquistar a Guiana. Em meados de 1808, o capitão-general do Pará ocupou a margem do Oiapoc, territorio então litigioso. Em outubro, seguiu uma expedição ao mando do tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas, nos navios inglêses do comodoro James Yeo, a qual se apoderou de Caiena, em janeiro de 1809, quando o governador Victor Hughes, cujos soldados tinham sido batidos por toda a parte, capitulou. "Estabelece-se o nosso dominio naquela parte do continente que olha para o mar das Antilhas. A dominação do Brasil-Reino dura até 1817 e cobre de beneficios aquela terra (53)". O tratado de Paris de 1814 determinou sua restituição á França, bem como a volta de Olivença, tomada pela Espanha, a Portugal. Mas D. João manobrou diplomaticamente, através do Congresso de Viena, ga-

(53) Gustavo Barroso, op. cit. pag. 117. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pags. 21 e 300. No seu livro livro "Coupe d'oeil sur Cayenne", Paris, 1823, Vignal diz o seguinte: "Os conquistadores tra'aram o país com resguardos que formam singular contraste com os usos e costumes da administração francêsa que lhes sucedeu". Derrama-se, depois, nos mais rasgados elogios á colonização luso-brasileira, pormenorizando os seus átos de benemerencia. Diz que, embora inimigo, sente-se moralmente obrigado a declarar a verdade.

nhando tempo, e só fez a entrega, forçado pelas circunstancias, em 1817. Êle compreendia tanto a vantagem do Brasil se prolongar para o Norte e atingir o mar das Antilhas que dizia preferir Caiena a Olivença. Dali, os brasileiros, que vêem as constelações do hemisfério meridional, poderiam avistar, sem sair do territorio da pátria, as dos hemisfério septentrional!

Ao sul, as provincias do Prata entravam em ebulição. Toda a America, possuída de espirito legitimista, se rebelava contra a Espanha de José Bonaparte, afirmando sua lealdade á Espanha dos Bourbons. Mais tarde, a obra das lojas maçónicas foi justamente a transformação dêsse espirito no de libertação com idéas republicanas. Então, "nas revoluções emancipadoras, já não era a tradição nacional que se reatava, porém eram *idéas estrangeiras* que se adotavam (54)". Ao sôpro dessas idéas, que vinham dos subterráneos da história, o dominio colonial espanhol se desagregaria, enquanto que, sob a corôa real, o de Portugal no Brasil creava a nossa futura coesão nacional. Foi a realeza quem deu o Brasil o sentido imperial que ainda não perdeu de todo. As forças secretas, assoprando a república á America Espanhola, mataram o sonho de Bolívar. Nem a Grande Colombia pôde ser construida e um rosario de pequenas nações anarquizadas pelo caudilhismo rodeou o colosso tranquilo do Imperio. Cada um dêsses caudilhos era mais tiránico, cruel e infame do que os peores entre os peores reis, mas falavam constantemente em liberdade. O Imperio expulsaria os mais nocivos dos seus tronos de sangue. Esta é que é a verdade historica. O mais que se diz não passa de maçonismo ou de despeito contra a obra imperial nascida com D. João VI.

---

(54) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 69.

Dona Carlota Joaquina, esposa de D. João, antes de tudo princesa espanhola, até certo ponto uma espécie daquelas *hommasses* de que nos fala Brantôme, que já andára, devido á sua grande ambição de governar, metida numa conspiração em Portugal contra o marido (55), alimentava o desejo de obter a regencia do Rio da Prata, cujos pro-homens não estavam muito de acôrdo com a Junta de Sevilha, representante de Fernando VII prisioneiro, na Espanha insurgida contra Napoleão. Pretendera, antes, a propria regencia da Espanha, substituindo-se á Junta (56). A Inglaterra afagava os projétos emancipadores dos revolucionarios sul-americanos, não pelos seus bons olhos, mas para acabar de vez com o imperio colonial espanhol em que o sol se não punha e que era o seu grande rival. O judaismo que manobrava a Grã Bretanha aproveitava a ensancha para enfraquecer mais uma grande monarquia católica.

A princesa começou a agir, estabelecendo articulações no Rio da Prata por meio dos aventureiros, talvez judeus, a seu servico, Presas e Contucci. Em 1809, D. João enviou ao Uruguai o general Joaquim Xavier Curado, em missão de reconhecimento politico, e foi deixando a esposa intrigar, ás vezes até como que, com certo disfarce, acariciando-lhe o sonho. Os platinos chegaram a autorizar Belgrano a negociar com Dona Carlota Joaquina (57). Em 1810, porém, alteia-se no pampa oriental a figura cavalheiresca de Artigas, el Padre Artigas, como dizia a indiada; alteia-se contra a absorção de Buenos Aires e seus manejos politicos. Enovelaram-se, então, os fios de todas as tramas e só a espada poderia cortar êsse nó gordio. As maravilhosas habilidades diplomaticas do duque de Palmela seriam empregadas, depois

---

(55) Op. cit. tomo I, pags. 264 e 275.

(56) Op. cit. tomo I, pags. 335-336.

(57) Bartolomeu Mitre, "História de Belgrano", tomo I; Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pag. 297.

que a guerra tivesse resolvido o caso *in loco*, quando fôsse necessario garantir perante a força das potencias européas a manutenção das terras conquistadas.

Ao reconhecimento politico de Curado segue-se o reconhecimento militar de D. Diogo de Souza. Em 1811, êste general, á frente de tropas brasileiras, marcha de Bagé para Montevidéu e ocupa Paisandú, realizando verdadeiro passeio militar, quasi sem derramamento de sangue. Atendia a um pedido do governador castelhano Élio, para impôr ordem aos argentinos de Rondon e aos gaúchos uruguaios de Artigas que tornavam aquêles "miserables paises desolados por la anarquia", como diria a áta do *cabildo* de Montevidéu, quando entregou a cidade ás tropas do general Lecôr, em 1817. Deante dos soldados de D. Diogo de Souza, os argentinos levantaram o cêrco da capital uruguaia e Artigas exilou-se em Entrerios. De Paisandú, o general voltou tranquilamente para o Rio Grande.

Em 1815, o caudilhismo estendia de novo na Banda Oriental sua anarquia sanguinolenta. Em 1816, os exercitos reais a invadiram, executando admiravel plano estrategico. Beirando o mar, rumo de Montevidéu, seu objetivo, a divisão dos Voluntarios Reais, tropas veteranas da guerra peninsular, soldados do Bussaco e do Vimieiro, sob o comando de Lecôr. Pelo interior, na direção do sul, as tropas brasileiras de Curado. Enquanto as duas pontas de tenaz assim avançam, o brigadeiro Chagas Santos e o general Abreu cobrem a fronteira com seus milicianos. Durou quatro anos a campanha, de 1816 a 1820. As colunas atingiram seus objetivos. A esquadrilha de Sena Pereira estabeleceu sua ligação pelo rio Uruguai. As investidas de Artigas e seus tenentes, manobrando entre as duas alas invasoras, contra nossas fronteiras, foram sempre repelidas. E, batido em todos os recontros, exausto, traído, fugitivo, o caudilho acabou indo refugiar-se no Paraguai, onde ficou

sepultado em vida pela desconfiada tirania do Dr. Francia e foi sepultado morto (58).

D. João VI, rei pela morte da mãe dêsde 1816, engrandecia seus dominios com mais uma provincia. O Brasil de seu tempo ia do Prata ao mar das Antilhas. Seu sentido imperial se afirmava muito grande para que as forças ocultas se não esforçassem para diminui-lo e dividi-lo, trabalhando fóra e dentro dêle, de todos os modos e por todos os processos.

A dominação luso-brasileira no Prata foi inteligente, declara-o um escritor insuspeitissimo: Zorrilla de San Martin, panegirista de Artigas. "Fôram envidados todos os esforços para cimentar a conquista nas simpatias daquêle povo, respeitando-se as leis e os costumes, conservando-se nos seus lugares os funcionarios civis nacionais, *mêsmo os militares*". Assim procedia uma monarquia com um país estrangeiro conquistado pelas armas, depois duma resistencia de quatro anos. Temos visto como procedem os revolucionarios republicanos com seus proprios patricios, quando vitoriosos, tomando-lhes os empregos, sobretudo os cartórios. Sabemos como procedem os revolucionarios comunistas com os seus compatriotas, tirando-lhes a vida para satisfazer a vingança de Israel.

---

(58) Zorrilla de San Martin, "La Epopeya de Artigas", 2.º vol., *in fine*; Carta do ditador Francia a Velasco, comandan'e do forte Borbon, *in* Gustavo Barroso, "A guerra de Arigas", Companhia Editora Nacional, São Panlo, 1930, pag. 169; op. cit. pags. 171 e segs. Cf. Eduardo Acevedo, "Manual de História Uruguaya".

CAPITULO XIII

MAÇONS AQUEM E ALEM MAR

As revoluções que deveriam cercear o poder real com a constituição, bem como separar o Brasil de Portugal e ir semeando as primeiras idéas republicanas, etapas da grande marcha mundial para o dominio de Israel, estavam decididas nos conluios secretos da maçonaria e da sinagoga. Os movimentos e perturbações se manifestariam aquem e alem mar, nos dominios da corôa portuguêsa, ás vezes até de maneira contraditória, o que serve para estabelecer a confusão nos espiritos desprevenidos. E' preciso compreender que o judaismo está fóra dos povos e quer o esmagamento de todos. Por isso, lança uns contra os outros, lucrando com todas essas lutas. Seus agentes de qualquer espécie, portanto, pódem figurar nos campos os mais opostos.

A ação da maçonaria em Portugal recrudesceu no fim do século XVIII, aquecida pelas chamas do grande incendio revolucionario francês. Em 1797, a divisão auxiliar inglêsa, que viera defender o reino contra os jacobinos, espalhára por todo êle as lojas de pedreiros-livres (1). Dentre elas, a mais ativa talvez fôsse a *Filantropica* de Santarem, fundada sob os auspicios do duque de Sussex (2). Já em 1798 vimos a maçonaria agindo na Baía. Antes, agira em Minas. Em 1801, pôs as manguinhas de fóra numa conjuração alinhavada entre Portugal e Brasil, aproveitando a guerra com a Espanha. O plano era vasto e visava a proclamação da república em Pernambuco, sob a proteção de Bonaparte, Primeiro Consul. Nunca se pôde penetrar bem "os esconderijos dêsse

(1) Oliveira Martins, "História de Portugal", tomo II, pag. 235.
(2) Rocha Martins, "A independencia do Brasil", Lisbôa, 1922, pag. 46.

mistério", confessa um historiador de peso (3). Estavam implicados na meada os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, os irmãos Arruda Cámara e os irmãos Suassuna da famosa academia de seu nome, no Cabo. Os documentos mais comprometedores desapareceram como que por encanto dos autos da devassa. Pela mão dum religioso, frei José Laboreiro, correram rios de dinheiro para a soltura dos presos e a

---

(3) Pe. Joaquim Dias Martins, "Os mártires pernambucanos", pag. 12. Um dos Arruda Cámara, o botánico, medico formado em Montpellier, partidario exaltado das idéas francêsas, fundára o Aréopaga, sociedade secreta intencionalmente posta nas limites de Pernambuco e Paraíba, que doutrinava para a democracia e a revolução maçónica, sementeira de onde brotaram os grandes movimentos revolucionarios do Brasil, no século XIX. Do Aréopago provem a Academia dos Suassuna, a Academia do Paraiso, a Universidade Secrata de Antonio Carlos, a Escola Secre'a de Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, a Oficina de Iguarassú, etc. Cf. Mario Melo, "A loja maçónica seis de março de 1817", Recife, 1921, e "As academias secretas de Pernambuco"; Pereira da Costa, "A maçonaria em Pernambuco" e "Dicionario de pernambucanos ilustres"; M. L Machado. Introdução á "Historia da Revolução de 1817", de Muniz Tavares.

O segredo do que se passava nêsses gremios era tão importante que, antes de morrer, Arruda Cámara escrevia ao padre João Ribeiro Passôa, mais tarde corifeu da revolução de 1817 e que se suicidou para conservar talvez o silencio, ordenando-lhe que mandasse para os Estados Unidos ao amigo N. a sua *obra secreta*, "por conter cousas importantes que não convem o feroz despotismo ter dela o menor conhecimento". E acrescentava: "Remeta logo a minha circular aos amigos da America Inglêsa e Espanhola. Sejam unidos com êsses nossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um; e quando não for assim, sustentem uns aos outros". Cf. Pereira da Costa, "Dicionario de pernambucanos ilustres" e Mario Bhering, Introdução ao tomo XLIII-XLIV dos "Anais da Biblioteca Nacional".

M. L. Machado, na citada Introdução, escreve: "Era o Aréopago uma sociedade politica, secreta, intencionalmente colocada na raia de Pernambuco e Paraíba (*sic*), frequentada por pessôas salientes de uma e outra parte e donde sairam, como de um centro para a periferia, sem assaltos nem arruidos, as doutrinas ensinadas. Tinha por fim tornar conhecidos o estado geral da Europa, os estremecimentos e destraços dos governos absolutos, sob o influxo das idéas democraticas. Era uma espécie de magisterio que instruia e despertava entusiasmo pela república (*sic*), mas em harmonia com a natureza e dignidade do homem e ao mêsmo tempo inspirava odio á tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinada que traria a independencia e o governo republicano a Pernambuco".

Tudo está comprovado pelo escriptor maçon Mario Melo, "A maçonaria no Brasil" *in* "Livro Maçónico do Centenario", ed. do Grande Oriente do Brasil, 1922, pag. 191: "A maçonaria surgiu no Brasil, como havia aparecido em Portugal; uma associação secreta, movida pela liturgia, COM FINS POLITICOS-SOCIAIS... A primeira loja maçónica, COM FINS POLITICO-SOCIAIS, fundada no Brasil, foi o Aréopago de Itambé (Pernambuco). Instalou-o o botanico Arruda Cámara, ex-frade carmelita, medico pela faculdade de Montpellier, no último quartel do século XVIII, em 1796.

Decerto as organizações secretas de Pernambuco tinham ligações no Rio de Janeiro, onde já a maçonaria se estabelecera. Leia-se esta efeméride de Rio Branco, do dia 29 de julho de 1800: "Uma divisão naval francesa, comandandada pelo capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro, fez algumas prêsas e seguiu nesta data para o Norte. Na altura do Porto Seguro encontrou-se com a esquadra do comodoro inglês Rowley Bulteel, e no combate renderam-se duas fragatas francêsas. Os prisioneiros fôram entregues no Rio de Janeiro ao vice-rei conde de

restituição dos bens sequestrados, "sem se saber de onde vinha tanto ouro (4)"!

Em 1803, já funcionavam no Rio de Janeiro tres lojas: *Reunião, Constancia* e *Filantropia*. A última quasi repetia o nome da famosa de Santarem. A Inquisição andára farejando êsses conciliábulos, metendo na cadeia, em Lisbôa, o judeu e maçon Hipólito da Costa e um dos Vieira Couto, iniciado no Tijuco, em Minas, ao tempo da Inconfidencia. Hipólito, de quem Vieira Couto era íntimo, conseguira livrar-se da entaladela e escafeder-se para Londres, onde fazia no "Correio Brasiliense" a politica da nossa independencia, não como meio de nos engrandecer, porém como fim de diminuir Portugal. Vieira Couto só foi posto em liberdade com a entrada dos soldados de Junot. Conta-se que, quando se apresentou ao general francês, êste, *que o conhecia de nome* (?), lhe disse:

— "Seu crime é ser maçon, e tambem é maçon o Imperador meu amo (5)".

Um especialista na matéria escreve o seguinte: "Certos autores pretendem que Napoleão foi feito maçon. E' possivel que o Imperador tenha recebido um gráu inteiramente honorifico. A maçonaria devia-lhe essa gentileza, afim de obter a sua benevolencia. Se por acaso assistiu á sessão de alguma loja, decerto evitaram tratar em sua presença assuntos subversivos (6)". A verdade historica é que, na sombra colossal do Imperio, que impusera uma disciplina e um grão-mestre á franco-maçonaria, forçando-a

---

Rezende. Refere o commandant Landolphe que foi bem tratado, porque era pedreiro-livre. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma festa maçónica. "Introduzido no recinto do templo (diz êle em suas "Memória"), ouvi com muito prazer o discurso do veneravel; mas o que me encheu de admiração foi ver nêsse lugar, entre os primeiros chefes militares e administradores da colónia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja".

Como o Brasil já começava a ser minado pela seita!

(4) Francisco Muniz Tavares, "História da revolução de Pernambuco em 1817", ed. anotada por Oliveira Lima, Recife, 1917, pag. XXII.

(5) Joaquim Felicio, "Memórias do distrito diamantino", pags. 254-255.

(6) Henry Robert Petit, "Le drame maçonnique". pag. 88 in nota.

de certo modo á submissão (7), formou-se outra maçonaria que, vinda das sinagogas da Inglaterra e dos Estados Unidos, manobrada pelos Rotschild, preparou lentamente Waterloo e Santa Helena. Todos os marechais que trairam o Imperador, todos os áulicos que o abandonaram e todos os politicos que o venderam eram maçons. Basta uma pequena lista: Augereau, Marmont, Murat, Talleyrand, Fouché... A nova maçonaria não era mais do que a repetição do Rito Escossês Perfeito, com o aumento dos gráus até 33. Fôram seus organizadores os judeus Moisés-Cohen, Hyes Franken, Morin e Spitzer. O primeiro conselho supremo realizou-se em Charleston, nos Estados Unidos, a 31 de maio de 1801, sob a presidencia do judeu Isaque Long. Sua instituição em França data de 1804, ano da coroação de Napoleão I. Com essa arma oculta, a Inglaterra de Rotschild apunhalou pelas costas o Imperio (8). A queda da *maior potencia politica da época* ia permitir que se erguesse *a maior potencia financeira dos nossos tempos* (9). Podemos acrescentar: *a maior potencia financeira de todos os tempos!*

Durante todo o governo de D. João VI, as potencias ocultas trabalharam com afinco, sem que cessassem as inteligencias entre as maçonarias de Portugal e do Brasil (10). Dêsse trabalho pertinaz resultaram os movimentos de 1817 nos dois países, quasi simultáneos, manobrados pela "infame facção de mortandade e roubo", como rezam alguns documentos (11). A cousa ia rebentar em Lisbôa, intentada pela maçonaria, assegura Varnhagen, quando as denúncias che-

---

(7) Léon de Poncins, "La guerre Occulte". Os aventais e faixas maçónicas de Napoleão figuram na coleção de reliquias do Principe Napoleão, em Bruxelas. V. Gérard Harry, "Un trésor napoleonien", *in* "L'Illustration". Paris, 12 de novembro de 1910, n. 3533, pags. 337 e segs.

(8) Henry Robert Petit, op. cit. pags. 87-89.

(9) G. Barroso, "Brasil — colonia de banqueiros", pag. 27.

(10) Francisco Muniz Tavares, op. cit., *notas* de Oliveira Lima, pag. 81.

(11) Rocha Martins, op. cit. pag. 36.

garam ao general inglês Beresford, que ocupava o reino devoluto com suas tropas. Pretendia-se proclamar D. João VI rei constitucional (12), primeira etapa para a república. Antes de subir ao cadafalso, Luiz XVI jurára a constituição. O plano era mais ou menos o da Inconfidencia de Vila Rica, seguindo o modelo da antiga tática judaica do golpe de Estado. Surpreendiam-se e matavam-se as autoridades. Provocava-se um motim. O general Gomes Freire, grão mestre da maçonaria, fingindo-se alheio ao combinado, seria aclamado chefe e convocaria as côrtes para proclamarem a monarquia constitucional (13). Beresford mandou efetuar prisões, funcionaram tribunais de emergencia em processos sumários e dez cabeças da conjura, militares e paisanos, fôram enforcados. Um dêles, porém, estrangeiro suspeitissimo, o barão Frederico de Eben, foi sómente expulso (14). Quando o general Gomes Freire caminhava lentamente para o patíbulo erguido no Alqueidão, em frente ao Tejo azul, um oficial das tropas inglêsas, a única farda vermelha presente á lúgubre cerimónia, o tenente-coronel Haddock, avançou para êle, estendeu-lhe a mão e deu-lhe os toques maçónicos (15).

A' conspiração descoberta e dominada de Gomes Freire em Lisbôa correspondeu dêste lado do Atlantico a revolução de Pernambuco, no mêsmo ano de 1817. Êste movimento foi "gerado nas sociedades secretas, que passaram a funcionar no Brasil", sendo outro motivo importante "o impulso português no intuito de determinar pelo ressentimento o regresso de D. João VI (16)".

Dêsde alguns anos, as atividades maçónicas recrudesciam no nosso país. "Antes da famosa loja *Co-*

---

(12) Varnhagem, "História da Independencia", Imprensa Nacional, 1917, pag. 32.

(13) Rocha Martins, op. cit. pag. 50.

(14) Op. cit. pag. 46.

(15) Op. cit. pag. 52.

(16) Oliveira Lima, D. João VI no Brasil", tomo I, pag. 537.

mercio e Artes, que data de 24 de junho de 1815, teriam existido outras no Rio, Baía e Pernambuco, que continuaram, sob o governo de D. João VI, a desenvolver sua atividade *silenciosa*, fundando-se mêsmo uma, *composta em parte de empregados do paço*, com conhecimento do então Principe Regente, cujo fervor religioso nunca foi grande e menos ainda de caráter ultramontano. Drummond contesta formalmente que D. João VI tivesse ciência dessa loja (17), mas o fáto dela denominar-se, como êle proprio escreve, São João de Bragança (18), depõe contra a sua negativa (?). A perseguição ás lojas maçónicas só ocorreu quando a revolução pernambucana de 1817 patenteou seu caráter politico anti-monarquico. O alvará de penas foi até mandado transitar pela chancelaria do Reino, o que, escreve Drummond, já caíra em desuso. Houve por algum tempo o pânico da maçonaria, alimentado por espias e delatores, e não só as lojas fôram mandadas dissolver, como se creou um juizo da inconfidencia, que cometeu arbitrariedades (19).

Vê-se bem que o rei pouca importancia deu ás lojas até se descobrir sua atuação revolucionaria e só então, deante das provas irrecusaveis, se determinou a agir. Antes de funcionar na Praia Grande (Niteroi), onde era sua séde, a *Comercio e Artes* realizava suas seções no Rio de Janeiro, na Pedreira da Gloria, em casa do dr. José Joaquim Vahia. Depois da perseguição, passou a reunir-se na residencia do capitão de mar e guerra Domingos de Ataide Mon-

(17) Meneses Drumond, "Autobiografia" in "Anais da Biblioteca Nacional", vol. XIII.

A propria maçonaria confessa que, em 1809, José Maria Rebelo, brigadeiro da Guarda Real da Policia do Rio de Janeiro, entregou ao Principe Regente D. João "consideravel lista de maçons". Cf. "Livro Maçónico do Centenario", ed. do Grande Oriente do Brasil, Rio, 1922, pag. 116.

(18) Podia ser para *despistar* os famulos do paço. E' bom não esquecer que os maçons se ligam á tradição gnóstica, aos cristãos ditos joanitas, sendo São João Evangelista para êles figura cabalistica venerabilissima.

(19) Oliveira Lima, "Movimento da Independencia", pag. 238. Sobre movimento maçónico dêsse tempo, V. Pedro Calmon, "História da civilisação brasileira", pags. 115 e segs.

côrvo (20). Foi dessa loja que surgiu a idéa da instalação dum *poder maçónico* brasileiro. Em 1821, ela estava solenemente montada no Rio e batia-se pelo liberalismo politico e *economico*. Em 1822, quando se fundou o Grande Oriente do Brasil, dividiu-se em tres. Dela nasceram duas oficinas maçónicas céle-bres em nossos anais: *União e Tranquilidade*, e *Esperança da Vitória*, de Niteroi (21).

As lojas judaicas da Grã Bretanha haviam mandado dois emissarios para a America do Sul, afim de conhecerem os progressos revolucionarios do continente: o general Miranda, que comandára exercitos francêses na Revolução, para a Venezuela, e Domingos Martins, natural do Espirito Santo, que acudia tambem pelo nome de Dourado, homem de aventuras e negócios, para o Brasil. As filiais comerciais do último deviam fornecer os meios pecuniarios para o movimento, cujos planos os dois haviam longamente discutido nos conciliábulos presididos em Londres, por Miranda. A missão cometida a ambos era de "portentosos efeitos (22)". Domingos Martins veiu acompanhado pelo capitão de artilharia Domingos Teotonio Jorge, acreditado perante o Grande Oriente da Baía. Em 1815, o primeiro voltou a Londres e "a revolução começou a mover-se (23)". Ficou combinado que seus chefes no Recife esperariam o aviso dos *mestres* do Sul, os quais o dariam depois de receberem aviso dos *mestres* da Europa, conforme refere um manuscrito do padre Teles de Menezes.

A preparação maçónica vinha sendo lenta e seguramente feita. Diversos pedreiros-livres, enviados para aqui e para ali, dêsde 1809, fundavam lojas nas cidades de seu domicilio, de acôrdo com o Governo

(20) Os nomes de localidades são geralmente preferidos pelos cristãos-novos. Segundo os estudos de Mario Sáa, Moncôrvo, em Portugal, é berço tradicional de judeus.

(21) Oliveira Lima, op. cit. loc. cit.

(22) Pe. Joaquim Dias Martins, op. cit. pag. 258.

(23) Op. cit. pags. 258-259.

Supremo, exercido pelo Grande Oriente da Baía, onde residia maior número dos maçons "que tinham sido iniciados e elevados aos altos gráus na Europa (24)". Em 1816, já Pernambuco contava uma Grande Loja provincial e 4 regulares (25), todas articuladas com as baianas e fluminenses, uma das quais, a *Distinta* ou *Distintiva* de Niteroi, era frequentada por um dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque (26), que participára da conjura de 1801 e participaria da de 1817.

O governo real recebia denúncias anónimas da trama. Diziam-lhe que os revolucionarios pretendiam deixar-lhe unicamente o titulo de D. João de Bragança (27). O processo, aliás, estava nos moldes da maçonaria, que já crismára o infeliz Luiz XVI como Luiz Capeto *tout court*. Talvez por isso houvessem dado aquele nome de São João de Bragança á loja da gente do proprio paço. Êsses jogos de palavras simbólicas são uma das muitas especialidades da seita.

Aproximava-se em Pernambuco a época fixada para o estouro do movimento que o governador Cae-

---

(24) Francisco Munis Tavares, op. cit. pag. LXXXV.

(25) Op. cit. loc. cit. Nota á mêsma, de Oliveira Lima, pags. 78. As 4 lojas regulares eram: *Pernambuco do Oriente*, fundada por Cruz Cabugá; *Pernambuco do Occidente*, por Domingos Martins, *Restauração e Patriotismo*, e *Guatimozin*. E' a primeira vez que o nome de Guatimozin surge na maçonaria brasileira. Veremos a importancia que tomou mais adeante.

(26) Rocha Martins, op. cit. pag. 13. Alguns historiadores escrevem *Distinta* e outros *Distintiva*. Parece que, a última versão é a certa. Na sua "Historia do Brasil Reino e do Brasil Imperio", ed. de 1871, diz Melo Morais: "No ano de 1812, na freguesia de S. Gonçalo da Praia Grande ou Niteroi, se organizou uma loja maçonica, denominada *Distintiva*, com sinais, toques e palavras simbólicas, diversos dos toques, sinais e palavras das outras instituições dêste gênero, tendo por emblema no sêlo grande um indio vendado e manietado, com grilhões, e um genio em acção de o desvendar e desagrilhoá-lo. Esta loja, verdadeiramente republicana e revolucionaria, era dominada pela influencia de dois membros mui proeminentes, que eram José Mariano Cavalcanti de Albuquerque, que tinha vindo de Pernambuco para êste fim (o qual foi um dos principais colaboradores da revolução de 6 de março de 1817, e que assassinou o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa, comandante do regimento de artilharia, do qual era secretario, para auxiliar o capitão José de Barros Lima, Leão Coroado, de quem era genro). e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, então oculto por causa da imputação de morte feita na pessôa do negociante José Joaquim da Cunha da vila de Santos", pag. 16. Acrescenta Melo Morais que a papelada dessa loja foi roubada e levada ao intendente de policia Paulo Fernandes Viana, que mandou chamar os implicados e os advertiu, prometendo êles não mais faserem nada.

tano Pinto de Miranda Montenegro, tolerante, descuidoso e indolente, não era homem para reprimir com a energia necessaria. No "Correio Brasiliense", Hipólito da Costa atribuiu-o, depois, ao descontentamento do povo pelas contribuições e conscrições forçadas para a guerra da Banda Oriental contra Artigas (28). O duque de Palmela replicou-lhe, esmagando-lhe os argumentos de arranjo, com as provas de que não fôra lançado tributo algum, porque as tropas em campanha estavam sendo pagas pelo erário de Lisbôa! Além disso, as milicias nacionais operavam no Sul eram na quasi totalidade do Rio Grande, Santa Catarina e São Paulo: gaúchos da fronteira, guaranis missioneiros, o regimento dos Barriga-Verdes e a formidavel Legião dos Paulistas. Havia, na verdade, carestia de vida, mas não por culpa de impostos do governo. Ela fôra provocada por especuladores que açambarcavam os carregamentos de géneros e "os revendiam a retalho ao público de maneira a mais arbitrária (29)". O que ofendia ao povo miseravel não era nenhum arrôcho do governo real que foi, na opinião da João Ribeiro e Oliveira Lima, sempre paternal, mas a ostentação de luxo e de empáfia dos comissarios de algodão em maré de fartura, *novos mascates*, cheios de dinheiro pela alta do produto, consequencia ainda da cessação do bloqueio continental e da guerra entre a Grã Bretanha e os Estados Unidos, de 1812 a 1813. Havia certa rivalidade entre brasileiros e portuguêses. A insolencia dos ricaços cristãos-novos aumentava-a.

A maçonaria aproveitou habilmente a carestia e a situação, atribuindo a primeira ao governo e a segunda aos portuguêses, quando ambas eram resultado da atuação da mêsma casta judaica. O proprio

---

(27) Rocha Martins, op. cit. pag. 12.

(28) "Correio Brasiliense" n.º 108, de maio de 1817.

(29) *Oficio* de Maler sobre a revolução de 1817 *in* "Revista do Instituto Arqueologico de Pernambuco".

Caetano de Miranda Montenegro, na ordem do dia de 4 de março de 1817, apesar de ter sido até então iludido pelos que mais de perto o cercavam (30), reconhecia que se havia lançado mão de tais meios. Toda a gente estava farta de saber que a conspiração se forjava nas lojas maçónicas (31). Hipólito da Costa apelava para a explicação do descontentamento popular, porque isso lhe convinha como maçon Rosa-Cruz que era (32). Se fomes e carestias por si sós determinassem revoluções, cada sêca no Ceará seria um apocalipse social, entretanto, nenhum povo sofre mais resignado do que o cearense. As fomes e as carestias são sempre adrede provocadas pelas forças ocultas para crear climas revolucionarios, em que os agitadores demagogos possam mover as massas desatinadas. Em geral, "os *filosofos* e intrigantes são sempre os autores das revoluções (33)". O povo não passa de pretexto ou de força bruta posta em movimento para se conseguirem certos fins. A revolução de 1817 não foi absolutamente feita pelo povo, nem teve o apoio do povo, como o reconhecia o brigadeiro Lima e Silva, em 1824, antes pelo contrário, pois o interior, mais tradicionalista do que o litoral e livre das influencias cosmopolitas, ou não aderiu a ela ou contra ela se insurgiu de armas na mão. A revolução foi feita unicamente pela maçonaria, servindo-se da tropa, indisciplinada de antemão, cujos inferiores tinham chegado ao ponto de atentar contra a vida de seus superiores e dentro dos quarteis!

A 6 de março de 1817, houve motim no corpo de artilharia da guarnição, transpassando um dos oficiais o comandante com a espada. O governador man-

---

(30) L. F. de Tollenare, "Notas dominicais", trad. de Alfredo de Carvalho, Recife, 1908, pag. 176.

(31) Oliveira Lima, "D. João VI no Brasil", tomo II, pag. 791.

(32) No retrato de Hipólito, em ponto grande e colorido, que se acha na sala das sessões comuns da Academia Brasileira de Letras, tirado de gravura da época, se vê, pendente dum fitão, ao pescoço, a insignia do gráu 18, cavaleiro Rosa-Cruz.

(33) L. F. de Tollenare, op. cit. pag. 185.

dou prender o culpado e mais outros colegas, bem como o agitador Domingos Martins Dourado (34), de volta de Londres, onde quebrára dizem uns que *fraudulentamente* (35), mas êle defendeu-se da imputação. Tais prisões determinaram o levante, decerto antes do tempo, o que fez gorar a revolução geral, ainda não de todo articulada nas outras provincias. As unidades rebeladas abriram fogo de fusilaria contra os elementos fieis á legalidade e o governador se recolheu á fortaleza do Brum, onde não tardou a capitular, sendo remetido para o Rio de Janeiro. Soltaram-se os maçons presos e todos os criminosos da cadeia pública, que vieram engrossar as fileiras revolucionarias, meio técnico de todas as revoluções judaicas para espalhar o terror e *entocar* a burguesia, como preceituam as diretivas atuais da Internacional. Essa gente cometeu os mais horriveis excessos (36). Arengaram ao populacho desenfreado, pelas esquinas, Domingos Martins, o padre João Ribeiro Pessôa e, a dar crédito aos oficios governamentais e consulares da época, o ouvidor de Olinda, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que alguns papeis dizem *de Abreu*, acusado até de homicidio na pessôa dum negociante de Santos (Vide a nota 26). Segundo Muniz Tavares, o mêsmo era um dos que anteriormente peroravam com veemencia nos conciliábulos maçónicos. Todavia, nos interrogatórios a que mais tarde foi submetido, o irmão de José Bonifacio defendeu-se, ao que dizem, com algum fundamento, dessas increpações e "verberou o movimento (37)". Era, entretanto, maçon e de alto bordo!... Foi, segundo o manifesto maçónico de 1832, assinado por José Bonifa-

(34) O nome, a vida, os meios de que lançava mão, a agitação constante fazem suspeitar que fôsse cristão-novo. Negociante-revolucionario, só judeu.

(35) Oliveira Lima, op. cit. tomo II, pag. 792. A casa commercial era Barroso, Martins, Dourados e Carvalhos. A quebra é exáta, o que não é de pasmar com um chefe revolucionario...

(36) Todos êsses excessos estão pormenorizadamente escritos no cap. IV da obra citada de Francisco Muniz Tavares, historiador dos mais conscienciosos.

(37) Francisco Muniz Tavares, op. cit. *notas* de Oliveira Lima, pag. 155,

cio, o 1.º Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil. Fundára em Pernambuco uma Universidade Secreta, nos moldes do Areópago de Arruda Cámara.

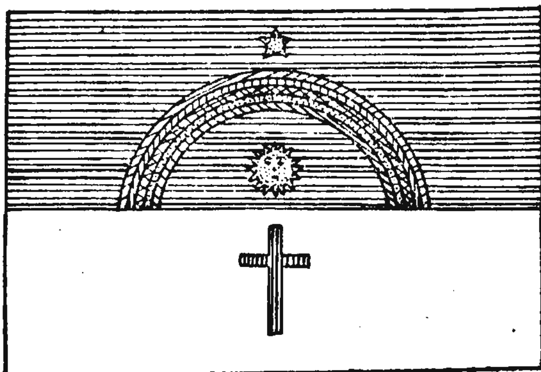
Deu-se a interessante coincidencia de estarem surtos no porto do Recife varios navios francêses, entre os quais "La Felicité", cujo imediato Luiz Vicente Bourges, isto é, Borges, descendente dos cristãos-novos emigrados de Portugal para Bordéus, não perdeu a oportunidade de fazer grande carga de géneros da terra, sobretudo algodão, a preços vís, graças ao movimento revolucionario (38). Repitamos ainda a frase sacramental de Sombart: "A guerra é a seara do judeu!".

Constituiu-se um governo provisorio, composto de 5 membros: Domingos Martins, José Luiz de Mendonça, Manuel Corrêa de Araujo, o coronel Domingos Teotonio Jorge e o padre João Ribeiro Pessôa. Para captar simpatias, essa junta aboliu certos impostos e aumentou o soldo da tropa, praticando "átos politicos repassados de moral jacobina (39)". Preparou-se para resistir a qualquer reação ou para coadjuvar outros pontos rebelados, montando navios armados, com tripulações estrangeiras. Os oficiais e soldados rebeldes arrancaram das fardas e barretinas as armas e tópes reais. Pensaram, ao principio, em conservar a bandeira portuguêsa sem o escudo, porque, sendo branca, de longe haveria confusão e os navios de passagem ou arribada, vendo-a tremular nos fortes, não notariam a mudança de situação e não levariam a noticia a outros portos, o que daria tempo de se aperceberem melhor para a luta. Quiseram, depois, adotar a tricôlor francêsa (40). E acabaram aceitando o projéto de bandeira maçónica apresentado pelo padre João Ribeiro Pessôa: "bicolôr, azul-escuro e branca, sendo as côres partidas horizontal-

---

(38) Oliveira Lima, op. cit. tomo II, pag. 794.
(39) Op. cit. tomo II, pag. 801.
(40) L. F. Tollenare, op. cit. pags. 203-205.

mente; a primeira em cima e esta por baixo, e tendo, no retangulo superior azul, o arco-iris com uma estrela (41) em cima e o sol por baixo, dentro do semi-circulo; e no inferior, branco, uma cruz vermelha (42)". Entregues á tropa, as novas bandeiras fôram solenemente abençoadas no campo do Erario (43), numa espécie de *reprise*, em ponto pequeno, da Fes-



Bandeira da revolução maçónica de 1817, em Pernambuco. Sobre a Cruz ensanguentada, o Sol, o Arco-Iris e a Estrela de cinco pontas. Leiamos êstes símbolos cabalisticos: O sangue que se vê na cruz, em baixo, segundo Eliphas Lévi, "La science des esprits", pags. 213-215, é "o grande agente simpático da vida, o moter da imaginação e o fluido universal", ao mêsmo tempo que exprime a violencia contra a cruz. O resultado disso é o Arco-Iris, o Azilnth, sintese produzida pela fonte de vida material, o Sol, e dominada pela Estrela. Isto é: ensanguentando a Cruz se constrói uma nova sintese social de fundo materialista, dominada pelo homem divinizado. Não ha na leitura dos hieroglifos maçónicos a menor dóse de imaginação. Ela resulta somente da interpretação dos seus simbolos como preceituam as sumidades na materia.

ta da Federação do Paris revolucionario, no Campo de Marte.

Dizem os historiadores da revolução de 1817 que o arco-iris significaria, nas suas tres côres fundamen-

(41) Certas versões dão 3 estrelas, correspondendo ás tres provincias levantadas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; mas os modelos oficiais trasem somente uma, de acordo com esta descrição.

(42) Varnhagen, "História Geral do Brasil", 2.ª ed., Rio de Janeiro, pags. 1133-1134.

(43) Francisco Muniz Tavares, op. cit. pags. 99-101 da 2.ª ed., Recife, 1884.

tais, Paz, Amizade e União. Êste é o significado demotico, aparente. O significado verdadeiro e profundo sómente o póde revelar a cábala maçónico-judaica que êsses historiadores desconheciam. O arco-iris é o AZILUTH cabalistico do Grande Pentaculo da Luz Eterna sob os atributos do Sol, que não foi esquecido e está posto em baixo, como seu gerador. O AZILUTH é a sintese da Unidade a que correspondem as 7 vozes ou côres da análise (44). Sobre essa sintese, dominando o mundo, a Estrela de cinco pontas do Microcosmo salomonico, o Homem Divinizado. Todos êsses simbolos, note-se bem, estão *sobre* a Cruz ensanguentada! Afirma-se que esta relembra o primitivo nome do Brasil, — puro engôdo dos simbolistas sibilinos. A hermeneutica cabalistica ensina que arco-iris, sol e estrela dominam e ensaguentam a cruz! As côres das duas faixas repetem as das palas da bandeira maçónica da revolução baiana de 1798, azul e branca, côres de Israel, que figuram no pavilhão sionista da Palestina com a Magsen David em traços de ouro. A leitura exáta dêsses símbolos cabalisticos mostra o verdadeiro caráter do movimento de 1817. Os ignorantes poderão sorrir desta interpretação. Pouco importa! Os judeus cabalistas e os maçons que conhecem os seus símbolos sabem que ela é absolutamente verdadeira.

---

(44) Eliphas Lévi, "Les mystéres de la Kabbale", Nourry, Paris 1920, pag. 158. Êsse simbolismo não passou despercebido ao brigadeiro Inácio Madeira, que, a 17 de março de 1822, escrevia a D. João VI, historiando os sucessos que ocorriam na Baía e relembrando os de 1817, e dizia: "... o escudo de suas armas foi substituido pelas pinturas do sol e da lua e alguns outros hieroglifos..." O velho soldado teve a clara intuição da importancia dos simbolos. Entre os hieroglifos, não estava a lua, mas o arco-iris, o AZILUTH cabalistico, cujas sete côres se resumem em tres côres irredutiveis. A respeito, explica Dario Veloso, em "O templo Maçonico", pag. 174, referindo-se ao arco-iris: "Arte, Ciência e Misterio são os tres veiculos, os três fócos iniciaticos, que irradiam a luz branca, a vermelha e a azul, luzes que se harmonizam em esplendor unico: o esplendor do Verdadiro: da Causa: Energia: Essencia: Deus". Esse Deus-Causa-Energia é o Deus-Materia da maçonaria. A respeito da significação do sol, escreve ainda o referido autor maçónico á pag. 208 do op. cit. que, "interpretado *literalmente*, póde significar astro, luz, calor, vida, força: *figuradamente*, Creador dos Seres, imagem de Deus, simbolo do Eterno, luz do Universo". As nossas interpretações estão, portanto, de pleno acordo, segundo se vê, com uma grande autoridade da propria maçonaria brasileira: o sr. Dario Veloso.

A revolução logo se estendeu á Paraíba e ao Rio Grande do Norte; mas seus emissarios ao Ceará e á Baía, o sub-diacono José Martiniano de Alencar e o padre Roma, José Inácio de Abreu Lima, nada conseguiram. José Pereira Filgueiras, o grande caudilho sertanejo, levantou em pról da realeza o interior do Ceará (45). O Sul de Pernambuco insurgiu-se contra os republicanos maçons do Recife. A contra-revolução estalou nos sertões de Alagôas. As outras provincias proximas ou remotas conservaram-se indiferentes. Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, enviado aos Estados Unidos, nenhum socorro obteve oficialmente e mal conseguiu algumas provisões de guerra por meio da "especulação particular", as quais nem chegaram a tempo. Parece que se pensou em nomear Hipólito da Costa ministro da nova República em Londres, mas a idéa, se existiu, não foi avante.

Alguns fugitivos de Pernambuco, chegando em breve prazo á Baía de tudo informaram o governador conde dos Arcos, que tomou providencias energicas e imediatas com os recursos de que dispunha. O padre Roma foi preso. Aprestaram-se expedições para atacar por mar e terra o fóco da rebeldia. Lá dentro, lavraram dissenções. Muitos dos revoltosos haviam sido iludidos, como sói acontecer, quanto aos verdadeiros intuitos da maçonaria. Tinham-se levantado contra impostos e vexações, não contra o poder real. Demonstra isso a proposta de José Luiz de Mendonça ao Governo Provisorio de que participava, que vem na obra de Muniz Tavares (46). Identica traça fôra posta em prática na Inconfidencia mineira.

E' digno de nota o grande número de sacerdotes que tomaram parte ativa na revolução: Alencar, Roma, Miguelinho, Caneca, João Ribeiro. Além dessas figuras principais, muitos frades, conegos, vigarios e

(45) Barão de Studart. "O movimento de 17 no Ceará", pag. 85.
(46) Op. cit. pag. CX.

coadjutores. Diz Mario Melo que tinham sido enfeitiçados pelo liberalismo (47). Eram todos maçons! O padre Miguelinho, Miguel Joaquim de Almeida Castro, iniciára-se em Lisbôa, no ano de 1807 (48). O padre João Ribeiro era iniciado, segundo Oliveira Lima, nos "misterios da democracia". Todos êsses religiosos, homens mais ou menos cultos, não podiam ignorar que incorriam na maior penalidade da Igreja, — a excomunhão maior, *ipso facto*, que pesa sobre a cabeça de todo católico que se fizer maçon. Não vale dizer, como assoalham os ignorantes no assunto, que a maçonaria, nessa época, ainda não tinha sido condenada pela Santa Sé, porque isso absolutamente não é verdade. A primeira condenação foi feita pela bula de Clemente XII, IN EMINENTI, em 1738, e a segunda, pelo breve PROVIDUS, de Bento XIV, em 1751 (49). Os eclesiasticos maçons de Pernambuco fôram vitimas do que Valéry-Radot denomina "paródia demoniaca da mensagem evangelica da fraternidade (50)". Já nêsse tempo, 1817, a maçonaria punha em prática no Brasil-Reino o processo que, vinte e nove anos mais tarde, em 1846, figura nas INSTRUÇÕES SECRETAS da Alta Venda Carbonária de Roma, documento preciosissimo apanhado pela policia de Sua Santidade o Papa Gregório XVI: "O clero deve marchar sob o vosso estandarte, julgando sempre que está marchando á sombra da bandeira das chaves apostólicas (51)". Estavam, na verdade, *enfeitiçados*, como diz o maçon Mario Melo,

---

(47) "A maçonaria e a revolução pernambucana de 1817" *in* "Revista do Instituto Arqueologico de Pernambuco", *passim*. Na lista da devassa procedida na Baía e publicada por Muniz Tavares, figuram nada menos de 35 eclesiasticos!

(48) Pereira da Costa, "A maçonaria em Pernambuco, *passim*.

(49) Vieram, depois, mais cinco condenações: em 1821, pelo breve ECCLESIAN, de Pio VII; em 1825, pela bula QUO GRAVIORA, de Leão XII; em 1832, pela bula MIRARI VOS, de Gregorio XVI; em 1865, pela bula MULTIPLICES INTER, de Pio IX; em 1884, pela bula HUMANUM GENUS, de Leão XIII, Cf. Raich, "Kirchenlexicon", art.° "Freimaurer".

(50) "Le temps de la colére", B. Grasset, Paris, 1932, pag. 270.

(51) Crétineau-Joly, "L'Eglise Romaine en face de la Révolution".

ilustre jornalista e historiador. O termo não poderia ser melhor empregado.

As providencias do conde dos Arcos puseram rapidamente termo á revolução pernambucana. A frota de Rodrigo Lobo bloqueou o Recife e restabeleceu a ordem em Natal, de onde o governo revolucionario fugiu para a serra do Martins. O marechal de campo Cogominho de Lacerda marchou contra os rebeldes com alguma tropa da Baía, pelo interior. Sem apoio no sertão conflagrado o Governo Provisório da República Maçónica procurou negociar um capitulação com o comandante da esquadra, que se recusou a qualquer entendimento. Então, Domingos Teotonio Jorge, com os *irmãos* do Rio Grande do Norte, buscou refúgio fóra da capital, levando a guarnição e os cofres que no inicio da revolução estavam "bastante cheios (52)".

Ao aproximar-se Cogominho, Rodrigo Lobo deu um desembarque. O Recife foi ocupado sem resistencia. O padre João Ribeiro Pessôa suicidou-se. Os republicanos dispersaram-se. Alguns dos que fôram apanhados seguiram presos para a Baía (53). O governador nomeado para Pernambuco, Luiz do Rego, sequestrou os bens dos réus e fêz julgar varios por uma comissão militar. Mandaram-se alguns para os cárceres de Lisbôa; degredaram-se outros para a Africa; arcabuzaram-se outros. Fôram passados pelas armas na Baía, com horrivel aparato, Domingos Martins, José Luiz de Mendonça e o padre Miguelinho. Mais tres vitimas oferecidas pela maçonaria aos seus deuses ocultos! O padre Roma havia sido fusilado a 23 de março.

O movimento terminou a 20 de maio de 1817, dominado com relativa facilidade, porque "estalou pre-

---

(52) Francisco Muniz Tavares, op. cit. cap. XVII; Varnhagen, "História Geral do Brasil", 3.ª ed. integral, tomo V, pag. 192.

(53) Op. cit. cap. XVIII.

maturamente" e os maçons da Baía, "desorientados com a iniciativa do conde dos Arcos, nada puderam fazer (54)". Durante a rebeldia e o processo, os anónimos preveniam D. João VI que os "presos eram abundantemente socorridos e protegidos abundantemente segundo os capitulos da seita (55)". Denunciavam mêsmo os maçnos da sua *entourage,* como o conde do Parati, o marquês de Angeja e o barão de São Lourenço. Os dois primeiros abjuraram, penitenciaram-se e receberam o perdão do soberano indulgente. O último era mais ladino e perigoso. Chamava-se Francisco Bento Maria Targini e exercia o cargo de conselheiro da fazenda. Filho dum italiano astuto, sem eira nem beira nem ramo de figueira, judeu disfarçado pelos moldes e modos, alçára-se de mero guarda-livros duma comandita ou sociedade anónima lisboeta aos altos postos do Estado. Enriquecia no que hoje se denomina advocacia administrativa e corrompia toda a gente que rodeava o monarca, a poder de ouro. As denúncias apontavam-no como "chefe dos traidores (56)".

O judaismo maçónico fôra vencido á luz do sol em Lisbôa e no Recife. Voltaria á carga pelos subterráneos e já tinha plantado suas daninhas sementes dentro da propria casa de El Rei!

Mal decorrera um semestre dêsde o término da revolução pernambucana e já se preparava outra, com a mêsma finalidade, disfarçada na idéa da constitucionalização do reino, afim de não ferir susceptibilidades e angariar maior número de adeptos, em Portugal. Em janeiro de 1818, o desembargador Manuel Fernandes Tomás, o advogado-poeta José Fer-

---

(54) Carta de D. Carlos de Alvear, então no Rio de Janeiro, a D. Matias Irigoyen, datada de 25 de abril de 1817, que se encontra nos papeis do Foreign Office de Londres, traduzida para o inglês.

(55) Rocha Martins, op. cit. pgs. 12-13.

(56) Op. cit. loc. Entre os conspiradores de 1817, encontra-se um David Targini. O nome dá que pensar. Aliás o Targini barão andou pelo Nordeste em funções da fazenda. Esteve até no Ceará, onde fez versos...

reira Borges, raça de cristãos-novos, e outros constituiram um SINHÉDRIO, — que evocava, diz acertadamente Rocha Martins, o "supremo conselho dos judeus". O judaismo-maçónico é o eterno gato escondido com o rabo de fóra. Como o avestruz, julga que ninguem o vê, porque ocultou a cabeça e não está vendo ninguem...

Em tal SINHÉDRIO figuravam *negociantes* abastados e práticos: João Ferreira Viana (?), Lopes Carneiro, Duarte Lessa, José Gonçalves dos Santos e Silva, José Pereira de Menezes. Apoiavam-nos os militares maçons, sobretudo os da loja *Liberdade*. A voz do povo apontava todos os constitucionalistas como maçons e herejes (57). Foi daí que partiu e se avolumou a revolução portuguêsa de 1820, que creou as Côrtes, arrancou D. João VI ao seu querido Brasil e levou-o a morrer na Bemposta da agua-tofana dos mistérios... (58).

---

(57) Op. cit. pags. 56-57, 62 e 66.

(58) Pedro Calmon, "O Rei Cavaleiro", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935, pag. 183; "No dia 3 fôra á quinta do Belem ver uma procissão. A 4, na Bemposta, comera umas laranjas: sobreviera-lhe o acidente, meia hora antes do despacho, e como se nenhuma peça daquêle organismo túrgido resistisse á corrosão, em cinco dias acabou entre terriveis padecimentos". Pedro Calmon, "O Rei do Brasil", José Olimpio, Rio de Janeiro, 1935, pag. 321: "O embaixador A. Court, dois meses depois, em audiencia que Carlota Joaquina lhe deu, ouviu dos lábios da rainha viuva a acusação de terem envenenado o seu marido com *dóses successivas de agua tofana, um composto de arsénico*. "Ela poderia mêsmo precisar quando foi propinada a primeira dóse". Cf. Alberto Pimentel, "D. Miguel", Lisbôa, 1905.

Rocha Martins, "A independencia do Brasil", Lisbôa, 1922, pags. 343-344; "...a doença fôra subita e violenta, ou muito poderoso o veneno ingerido. E' certo que ninguem duvidou de que o rei morresse empeçonhado e á volta do finamento da negra, sua dedicada, a que provava a sua comida e não estivera em Belem, grande atoarda soara. O imperador-rei falecera em março; em novembro acabára o fisico-mór do reino e relacionou-se tudo isto, falava-se em personagens misteriosas emistelando a laranja, dôce e sumarenta, em filtros raros muito secretos que não deixavam vestigios, uma tática nova a substituir as revoltas, adotada pelos conspiradores".

Depois disso, Rocha Martins dá curso á balela maçonica de que o veneno viera das mãos de Carlota Joaquina, quando a declaração desta a A' Court a desmente, pois, se fôsse ela, não precisaria afirmar ao diplomata estrangeiro, que nada lhe perguntára, que estava certa da peçonha e de quando haviam começado a aplicá-la. A maçonaria tem grande experiencia da *agua tofana* e sabe habilmente lançar a desconfiança sobre as pessôas que lhe convêm... Dona Carlota Joaquina foi uma inimiga terrivel da maçonaria, a qual acumulou sobre a memória da rainha todas as calúnias imaginaveis. Basta lembrar que o Manifesto Maçanico de 1831, publicado em 1832, redigido por Gonçalves Lêdo e assinado por José Bonifacio, denomina-a textualmente: "o Dragão que cavou o abismo em que correram risco de ser tomados todos os maçons brasileiros".

Na "Linguagem Maçónica", constante do "Livro Maçónico do Centenario", á pag. 148 se lê: "AGUA TOFANA — Preparado quimico de um toxico destinado aos perjuros

A maçonaria, que parecia ter perdido a cartada, acabou ganhando o jogo. As lojas, os sinhédrios, as sinagogas, os kahals daquem e alem mar, marchando ao som do "trovão de França" que ainda se não apagára na história, caminhavam, com a lentidão de quem anda apalpando as trevas, para o Dominio Universal! Que lhes importava o cadáver do bonissimo rei que o veneno estendera no leito mortuario? Envenenariam mais ainda do que o corpo a sua memória, cobrindo-o de ridiculo imerecido.

---

e aos traidores nas antigas iniciações e entre os Iluminados. Hoje é apenas um simbolo que representa o despreso que teem os maçons para o Irmão perjuro". Apesar do disfarce, a propria maçonaria em publicação oficial do Grande Oriente reconhece a existencia da *agua tofana*, que é um veneno, que se empregou contra perjuros e traidores, e que ainda a palavra permanece como simbolo... Para assunto tão grave, a confissão não podia ser mais explicita.

Sobre o preparo e aplicação da Agua Tofana, v. A. Z. Mueller, "Entdekte Illuminatenrecepte von Aqua Tofana und anderen geheimen Mitteln", Berlin, 1788.

CAPITULO XIV

GUATIMOZIN Á SOMBRA DA ACÁCIA

"Os raios da Grande Luz, que dêsde as mais remotas épocas iluminára a Asia e o Egito, e fulgura hoje na Europa, não podiam deixar de penetrar um dia na Terra de Santa Cruz", diz textualmente o Manifesto do Grande Oriente do Brasil, escrito em 1831 por Gonçalves Lêdo e assinado por José Bonifacio, publicado em 1832, historiando a ação da maçonaria no nosso país. A Grande Luz, levava-a Lúcifer, o Arcanjo Revel, até quando, num assomo de orgulho, pronunciou o *Nom serviam!* Dêsde êsse momento, o espirito de revolta nascera no mundo e começára a refulgir a "famigerada estrela", a que alude José Bonifacio no mêsmo documento, estrela que vimos no simbolismo das bandeiras maçónicas de 1817 e 1798, exprimindo a grandeza do homem livre da sujeição a Deus sobre a terra confusa e ensanguentada. A linguagem simbólica dêsse manifesto é digna de nota e de comentário. Ela demonstra a união da maçonaria ao judaismo, na citação já feita e em outros pontos. A Grande Luz iluminára a Asia e o Egito, terras onde vivera o povo de Israel. Fulgurára, depois, na Europa, aonde a diáspora o havia levado e acabára vindo brilhar na terra brasileira. Afirma ainda que a primeira Loja Simbólica do Brasil, filiada ao Grande Oriente de França, fundára-se no ano da *Verdadeira Luz* de 5.801, era judaica e não cristã. Essa loja fôra a Reunião. Mais tarde, haviam sobrevindo as perseguições, em 1815 e 1817, ou, melhor, em 5.815 e 5.817. Voltando á tona, quando se findaram, as lojas tinham feito a "Independencia maçónica" (sic); mas, "nos planos do IMORTAL JEOVÁ", a época de 1822 "ainda não estava assinalada como aquela que devia marcar a es-

tabilidade. O que o Patriarca denominava "planos do Imortal Jeová", na vida dum povo fundamentalmente católico, é, sem dúvida, o que hoje, de ciência certa, chamamos Planos ou Protocolos dos Sábios de Sião. A interpretação do notavel documento, para quem está ao par dos segredos maçónico-judaicos, é absolutamente clara, não podendo dar lugar a nenhuma controversia, senão para quem queira argumentar de má fé (1).

Dêsde o século XVI, o trabalho de destruição do mundo cristão vinha sendo realizado com habilidade demoniaca. Nêsse século, nascera o panteismo rabinico e o direito da força nas concepções filosoficas judaicas de Espinosa. A Carta de Colonia, primeiro documento maçónico que se conhece, assinada por Melanchton, amigo de Lutero, traz a data de 1535. A revolução religiosa devia desencadear a revolução politica, para esta, por sua vez, desencadear em consequencia a revolução social. A quebra da unidade espiritual do cristianismo traria com as guerras de religião do século XVII e com a Revolução Francêsa do século XVIII o liberalismo burguês dissolvente e desmoralizante. Depois, teria de surgir o socialismo, proprio para penetrar as camadas ingénuas do povo fechadas ao liberalismo. Em 1646, o judeu Elias Ashmole fundaria a maçonaria escossêsa. As sociedades secretas iriam ser, na frase do grão-mestre Goblet d'Aviella, o laboratorio onde se combinariam as idéas que *convinha* espalhar no mundo de fórma prática. Que idéas? Êle mesmo responde: "Nós somos a filo-

---

(1) O aludido manifesto acha-se estampado integralmente nos "Anais da Biblioteca Nacional", tomo XLII-XLIV, Introdução do Grão Mestre da Maçonaria Brasileira, Mario Bhering, pag. V, *passim*. O Manifesto foi feito a 5 de dezembro de 1831; mas somente foi divulgado em principio de 1832.

Fazemos notar a era judoica de suas datas. A propósito diz o "Livro Maçónico do Centenario", publicação oficial do Grande Oriente, pag. 152: "A era maçónica parte do principio do mundo, segundo a cronologia hebraica, que é a adotada pela maçonaria".

Maçonaria e judaismo veem a dar no mêsmo...

sofia do liberalismo (2)". Eis por que assiste toda a razão a Draper para afirmar que "o antagonismo de que somos testemunhas é a continuação duma luta que começou no dia em que o cristianismo se tornou uma potencia politica (3)".

Raízes e ramos da Acácia Simbólica de Hiram estenderam-se pelo mundo e chegaram até nós. Vale a pena ler a confissão de Lêdo subscrita por José Bonifacio, no precioso Manifesto: "Crescia á vista d'olhos nova vergóntea dessa árvore maravilhosa (?), cujos ramos de um verdor eterno (?) cobrem com sua dôce sombra todas as nações, e cujas raízes carregadas com o peso dos séculos alcançam o seio misterioso da natureza (4)". A sombra da acácia espalhava pelo mundo "pseudo-idéas liberais, nobres e generosas, cuja realização gradual ia modificando insensivelmente, em proveito dos elementos revolucionários, em cuja primeira plaina devemos pôr os judeus, a face do mundo cristão e a estrutura intérna da sociedade (5)". A' sombra da acácia se elaborava "um meio mundial dominado pelo capitalismo, anemiado pela democracia, amalucado pelo socialismo e dividido pelos nacionalismos, incapaz de opôr a menor resistencia ao ataque do maçonismo e do judaismo (6)". Porque "a revolução e a democracia, a

---

(2) Gougenot des Mousseaux, "Le juif, le judaisme et la judaisation des peuples chrétiens", Paris, 1869.

(3) W. Draper, "Les conflits de la science et de la religion".

(4) "Anais da Biblioteca Nacional", tomo cit. pag. VII. Quanto ao simbolismo da Acácia, consul'emos o "Rituel Maçonnique Françals": "A Acácia, cujas fôlhas se dirigem para o sol e se inclinam para o poente, era considerada pelos egipcios e árabes uma árvore sagrada. Era dedicada ao deus do dia, isto é, á luz. No simbolismo da franco-maçonaria moderna, preenche o papel que preenchia nos Misterios da Antiguidade a palmeira dos indianos, o salgueiro dos caldeus, o lotus dos egipcios, o mirto dos gregos, o visgo dos druidas. A Acácia é ramo de ouro da iniciação moderna". Consultemos o "Templo Maçónico" do maçon Dario Veloso, ás pags. 150-151: "Simbolicamente, acácia — que floresce no tumulo dos mestres — significa a imortalidade e a pureza. O verdadeiro maçon colhe-a com meiguiçe, guarda-a com sereno carinho, porque a acácia perpetúa o misterio das iniciações perfei'as". O "Livro Maçónico do Centenario", pag. 147, acrescenta: "ACÁCIA — arvore cujo atributo misterioso não é conhecido senão pelos mestres".

(5) Emmanuel Malynski e Léon de Poncis, "La guerre occúlte", Beauchesne, Paris, 1936, pag. 2.

(6) Op. cit. pag. 8.

revolução social e o comunismo são meras etapas do gigantesco duelo personificado por dois principios: o cristianismo integral e a anti-Igreja (7)". Porque "liberalismo, humanitarismo, tolerancia, livre-pensamento, modernismo, constitucionalismo, parlamentarismo, são simples prelúdios idílicos do jacobinismo, do radicalismo, do comunismo, da Junta de Salvação Pública e da Tcheka (8)".

A independencia do Brasil foi realizada á sombra da Acácia, cujas raízes prepararam o terreno para isso. E' o que a documentação historica nos ensina e prova. E' o que diz oficialmente a propria maçonaria no "Livro maçónico do centenario", á pag. 116. Tem razão, pois, o Manifesto em apelidá-la "Independencia Maçónica". Ela foi um corolario da retirada do Rei para a metrópole e teve o caráter "duma transação entre o elemento nacional mais avançado, que preferiria substituir a velha supremacia portuguêsa por um regime republicano segundo o adotado nas outras colonias americanas por êsse tempo emancipadas, e o elemento reacionario, que era o lusitano, contrário a um desfecho equivalente, no seu entender, a uma felonia da primitiva possessão e a um desastre financeiro e economico da outróra metrópole. A referida transação estabeleceu-se sobre a base da permanencia da dinastia de Bragança, personificada no seu rebento capital, á frente de um império constitucional e democratico, cujo soberano se dizia proclamado *pela graça de Deus e pela unánime aclamação dos povos*, a um tempo ungido do Senhor e escolhido pelo vontade popular (9)". Isto quer dizer que as raizes da acácia encontraram resistencia no tradicionalismo, no espirito conservador da nação e tiveram de dar rodeios, transigindo,

(7) Op. cit. pag. 5.

(8) Op. cit. pag. 9.

(9) Oliveira Lima, "O movimento da independencia", Weiszflog, São Paulo, 1922, pag. 7.

á espera de melhores dias para alcançar afinal seus objetivos.

Aquem e além mar, os maçons trabalhavam de concerto para o mêsmo fim, embora ás vezes parecendo em desacôrdo. Lá, aproveitando a ausencia do Rei e o receio de nova regencia sob o rebenque de Beresford, que se achava no Rio de Janeiro, o SINHÉDRIO maçonico-judaico impusera a constituição. Aqui, tambem, a arruaça e a tropa amotinada impuseram a mêsma constituição, sem ligar importancia á realidade brasileira, muito diversa da de Portugal, sem cuidar que o nosso país carecia dum estatuto organico proprio, ocórde com seu genio nacional e não copiado exatamente do espanhol das Côrtes de Cadiz através do português das Côrtes de Lisbôa. Por trás dos movimentos, "os republicanos das lojas maçónicas, ansiosos por vêrem o Rei de barra fóra, porque nêle divisavam, e com razão, o principal obstáculo á independencia, de acôrdo com as idéas da Grande Revolução (10)".

E' muito curiosa a dupla ação da maçonaria, em Portugal e no Brasil, desunindo-os a pouco e pouco, urdindo a futura república maçônica para ambos. Os liberais estão convencidos de que a obra foi meritoria, porque a situam do seu estreito ponto de vista convencional. A independencia brasileira processar-se-ia de modo diverso, em tempo oportuno, sem a maçonaria, seguindo-se a evolução natural e conservando-se as raizes tradicionais da nacionalidade, ao invés de substitui-las pelas raizes da acácia, vindas da Asia e do Egito. Se males maiores não adveem ao mundo da obra solerte das forças ocultas, é que Deus dirige os destinos dos povos e a Providencia, sem que se sinta, faz com que, quasi sempre, o mal, pensando que trabalha para si, trabalhe na verdade para o bem.

---

(10) Op. cit. loc. cit.

No tempo em que se processou a independencia, o pavor da maçonaria alanceava a côrte portuguêsa. O brigadeiro Madeira escrevia da Baía ao Rei, quando êste já em Lisbôa, expondo com ilimitada franqueza e grande conhecimento de causa a continuada ação dos poderes ocultos. Diziam a D. João VI que "o Brasil estava povoado de lojas maçónicas" (11), o que era mais ou menos verdade. "A' sua volta crescia e fechava-se o saco do terror. Mergulhava-se o seu espirito no eterno receio dos maçons e o juiz da Inconfidencia vinha diariamente ourar o medroso ánimo do monarca com os casos de Pernambuco, mostrando-lhe conspiradores audazes e pedindo castigos" (12). Em Portugal, o SINHÉDRIO aliciava gente, manobrado pelo "negociante de pêso", José Pereira de Menezes, "homem de tráfico com a Inglaterra", *atilado, modernizado* (13), cristão-novo! Outro grande aliciador era o desembargador Sotto Mayor. Sabemos por Mario Sáa, na "Invasão dos judeus", que os Sotto Mayor são cristãos-novos da gema. Os aliciadores se articulavam com os oficiais maçons, que moveriam no momento dado os corpos de infantaria de linha e caçadores. No Porto, agia Fernandes Tomás, creador do SINHÉDRIO, de parceria com o coronel Barreiros, que tinha poderes dos liberais e ligações com a Espanha para uma projetada União Iberica (14), belo meio de acabar com o espirito nacional português. Entrava na conjura, trabalhando febrilmente, frei Francisco de São Luiz, o futuro cardeal Saraiva (15), sacerdote maçon que punha suas ambições acima da excomunhão pontificia ou marchava sob a bandeira da Acácia, pensando que era a das Chaves Apostólicas... O coronel Se-

(11) Rocha Martins, "A independencia do Brasil", pag. 34. A carta do Brigadeiro Madeira a que se aludiu antes está datada de 18 de fevereiro de 1822.

(12) Op. cit. pag. 35.

(13) Op. cit. pags. 57-58.

(14) Op. cit. pag. 59.

(15) Op. cit. pag. 60.

pulveda, comandante do regimento de infantaria 18, forçava a entrada no movimento ao coronel Cabreira, o qual desejava sómente o regresso do soberano para aliviar os males do Reino, mas não a imposição da constituição, como era plano do SINHÉDRIO (16). Engrossavam as fileiras dos conspiradores quasi toda a guarnição do Porto e do Minho, e os militares do Alemtejo filiados á loja *Liberdade* de Elvas (17).

Fez-se a revolução a 24 de agosto de 1818, mais ou menos um ano depois da de Gomes Freire em Lisbôa e da de Domingos Martins no Recife, á hora em que o alegre bimbilhar dos sinos chamava os fieis á missa, creando-se uma Junta Provincial do Supremo Conselho do Reino. D. João recebeu a noticia no Rio de Janeiro pelo navio inglês "La Créole". Calou-se. Nada disse a ninguem, nem aos intimos, nem á propria familia. Mal sabia que as tropas de Lisbôa tambem tinham aderido (18). A' hora em que soube do acontecimento do Norte de Portugal, já a capital em festa ouvira entre vivas o Hino Constitucional, apressada composição do maestro Coccia, e aclamára a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, á qual a nobreza declarára prestar obediencia ao Rei e á Constituição, que deveria manter a Religião e a Dinastia (19). A cousa ia-se fazendo por etapas. A essas juntas sucederiam, com o tempo, outras sem religião e sem dinastia até que chegasse a oportunidade de não haver mais juntas e aparecerem os sovietes como seus últimos avatares... Dentro em pouco, a mania das juntas passaria ao Brasil. Inaugurava-se no mundo a era dos Reis-Titeres e das Constituições-Panacéas. Tangidos pelas forças secretas, pelas raízes da acácia como diziam Lêdo e José Bonifacio, todos os povos iam se tornar pendinchões de cartas constitucionais.

---

(16) Op. cit. pag. 61.
(17) Op. cit. pag. 62.
(18) Op. cit. pag. 66.
(19) Op. cit. pag. 67.

Quando se veiu a saber de tudo, El Rei se aconselhou com seu fiel valido, o ministro Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, homem austero e probo, talvez o unico estadista a quem o soberano verdadeiramente amou. O ministro era de opinião que devia ficar no Brasil, embora se perdesse Portugal. Aquilo lá era o passado; isto aqui, o futuro. Mas a maçonaria trabalhava fortemente dêste lado. Dos seus clubes e conciliabulos, sobretudo das reuniões em casa de José Joaquim da Rocha, saíam intrigas com pés de lã, que iam enredando e complicando tudo, ajudadas de outros fatores. No Portugal esbandalhado pelas crueis invasões francêsas, cheio de ressábios de odio pela antipatica ocupação britanica, empobrecido pela abertura dos portos e os leoninos tratados judaicos de comercio, o SINHÉDRIO agia, ligado á Espanha, já maçonicamente constitucionalizada pela revolução de Cadiz, a 7 de março, que precedera de mêses a do Porto (20). Num e noutro reino da Peninsula, as forças ocultas só não proclamavam a república com receio da Santa Aliança, ainda vigorora, a qual era a "Internacional Branca — a Sociedade das Nações da Direita (21)". Na America, dêsde 1812, pelo menos, as lojas maçónicas estavam articuladas. Datava da revolução de 1817 a ligação das do Brasil com as do Prata, onde funcionava, em Buenos Aires, a célebre loja *Lautaro*, "a qual adotando o nome dum herói araucano, só por isso dava a entender suas ligações com a costa do Pacifico, desenvolvendo notoria e fecunda atividade na perseguição de seu ideal, que era a independencia com a república (22)". Despejava-se sobre o país uma rajada de conjuras, declara Pedro Calmon, que sente nos acontecimentos de então a influencia duma "logica supe-

(20) Oliveira Lima, op. cit. pag. 18.

(21) Emmanuel Malynski e Léon de Poncins, op. cit. pags. 12-13.

(22) Oliveira Lima, op. cit. pag. 23.

rior (23)". E grande número de emigrados francêses infiltrava principios revolucionarios nos brasileiros (24).

Entre os factores a que aludimos, estão a ambição do conde de Arcos, o esmagador da revolução de 1817, que acariciava a idéa de ficar D. Pedro no Brasil, indo o pai para a Europa e se tornando êle o primeiro ministro todo poderoso (25), como se o Principe fôsse governavel por alguem; a ação do duque de Palmela, chegado de Londres, que aconselhava o regresso do Rei, "industriado pela revolução (26)", pois, com efeito, êsse regresso "era prescrito pelo Grande Oriente da metrópole" (27); e os assomos de Dona Carlota Joaquina, enfadada da America, despeitada, que ansiava voltar para "terra de gente", como dizia. Só o soberano não alimentava tal desejo.

Todos os fios da meada, porém, se teciam na penumbra misteriosa das sociedades secretas. A maçonaria era, em verdade, o centro emancipador, reconhece grande autoridade no assunto, o sr. Mario Bhering, grão-mestre da maçonaria brasileira (28). Êsse centro coordenava-se com todos os outros do continente, dêsde quando Domingos Martins e o general Miranda haviam sido industriados pelas lojas maçónicas judaicas dirigidas pelo Kahal de Londres. Era ali que, durante anos, fugido da Inquisição de Lisbôa, Hipólito da Costa preparava no "Correio Brasiliense" o "movimento de organização nacional, delineando sua teoria e mostrando sua prática, para isto apontando para os exemplos estrangeiros *na America* (29) e indicando como deveriam ser indi-

(23) "O rei cavaleiro", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935, pags. 66 e 81.

(24) Tobias Monteiro, "Historia do Imperio — A elaboração da Independencia", Briguiet, Rio de Janeiro, 1927, pag. 221.

(25) Rocha Martins, op. cit. pag. 73.

(26) Pedro Calmon, op. cit. pag. 64.

(27) Varnhagen, "História da Independencia do Brasil", pag. 45.

(28) "Anais da Biblioteca Nacional", tomo XLIII-XLIV, Introdução, pag. IV.

(29) O grifo é nosso.

cados e tratados os varios problemas politicos e sociais... A ação do grande jornalista exercia-se, porém, á distancia e para a realização dos *desiderata* liberais convinha ter agentes mais proximos e dirétos (?). Foi êste o papel da maçonaria combinado com a imprensa local, por meio da qual aquela atuava sobre a opinião (30)". Esta confissão de Oliveira Lima é de pêso e os elogios que faz só podem ser levados em conta de sua falta de visão a respeito da questão judaica e das verdadeiras finalidades das sociedades secretas.

Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, nascido de familia judaica emigrada para o Prata, rebento de *viandeiros* do ninho de contrabando da Colonia do Sacramento, na opinião dum cornaca do judaismo, "deve ser considerado na realidade a figura maxima da independencia brasileira... Nenhum dos procéres que a história cita como fautores da *nossa* (31) liberdade contribuiu tanto como Hipólito para tornar o Brasil um país independente... Hipólito da Costa, o judeu, foi de fáto o maior obreiro da independencia (32)". Hipólito era o delegado maçónico junto ás lojas inglêsas (33).

Até a data da revolução maçónica constitucionalista de Portugal, o Principe D. Pedro, herdeiro presuntivo do trono, não se preocupára com a politica. Vivia como um doidivanas, um estroina, um Marialva, no meio de eguariços e farrístas, preocupado com cavalos, touros, modinhas e amores de ocasião. Haviam-no casado com uma arquiduquesa austriaca, pedida solenemente em Viena e embarcada em Liorne na fragata "Augusta". Feia, loura, sábia, resignada e bôa, não pudera prender aos seus poucos encan-

(30) Oliveira Lima, op. cit. pag. 80.

(31) O grifo é nosso.

(32) Dr. Isaque Izeckson, "Os judeus na independencia" *in* "Almanaque Israelita do Brasil", 1935, pag. 21.

(33) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pag. XV.

tos o marido estabanado, que amava, apesar de tudo. Estava grávida, quando as tramas da politica o enrodilharam, e essa gravidez foi o pretexto invocado para o Principe não ser mandado para apaziguar os ánimos portuguêses em lugar do pai, como esteve por algum tempo resolvido. Dona Carlota Joaquina, desejosa de voltar á Europa, fez tudo para gorar essa viagem aconselhada por Vila Nova Portugal. As intrigas dos bastidores do paço ajudaram-na (34). "A influencia da maçonaria acordou o autoritarismo do Principe (35)", autoritarismo ináto que ela tomou como trunfo na sua jogada. E o padre Macambôa preparou o motim contra essa partida que as forças ocultas não desejavam, porque estava prescrito que D. João VI era quem devia partir.

Partiu, emfim. Resolveu-se em abril de 1821, mandando lavrar o decreto de nomeação do filho para Regente do Brasil. Disse-lhe, ao comunicar-lhe a resolução, que, se o Brasil se separasse, antes fôsse para êle, que o havia de respeitar, e não para alguns dêsses aventureiros... Referia-se aos que tramavam as intrigas nas sombras. D. Pedro seguiu-lhe o conselho e livrou o país dos aventureiros, que puseram as manguinhas de fóra depois de sua abdicação e acabaram por tomar conta de tudo em 1889...

Cansado de disturbios e intrigas, o Rei embarcou furtivamente á noite e despediu-se da terra que tanto amára e á qual tanto servira, com o rosto balôfo ensopado de lagrimas sinceras. A esquadra fez-se de vela nas trevas da noite. Ao amanhecer o dia 26, estava ao largo. El Rei voltava á pátria, "humilhado ao novo poder (?) que se constituira dêsde 1817 (36)". O *novo poder* era o SINHÉDRIO, o braço movido pela sinagoga, a Regencia de Lisbôa pelas Côrtes: os cristãos-novos Sotto Mayor e José da Silva

(34) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 287.

(35) Pedro Calmon, op. cit. pag. 68.

(36) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 128.

Carvalho, de mãos dadas ao clérigo maçónico frei Francisco de São Luiz, semente de cardeal. Eram os Membros das Côrtes, os "casacas de briche", a bacharelada pernóstica, parlapatona, rousseauniana, "mais ciosa da etiqueta e das prerrogativas do que o Rei (37)", simplório e bonacheirão. Desembarcou no Terreiro do Paço como um condenado, mais triste sob o atroar das salvas e foguetes, e o repicar dos sinos do que, quando partira sob a chuva miuda, fugindo das baionetas de Napoleão. Sentia-se que havia perdido para sempre a felicidade. Teria o país conquistado a sua? pergunta, incrédulo um historiador. Os fátos já lhe responderam pela negativa. Ia entrar no elenco duma "paródia mansa de 1793 (38)". Mas essa paródia, que parecia mansa, sabia preparar devagarinho, com sorridente premeditação, as dôces laranjas embebidas de agua tofana! Os "casacas de briche" não lhe dariam descanso, metendo o bedêlho em todos os negocios como detentores da soberania do Estado, que não era mais real, e sim popular e rueira; não lhe dariam descanso as reações da mulher aparceirada ao filho Miguel, inimigos acerrimos da pedreirada-livre que dominava o Reino. E aquelas Côrtes, manejadas pelos poderes ocultos, querendo impôr juntas, *todo o poder ás juntas*, provisoriamente ao ultramar, acabariam a obra da separação, que era o seu escopo.

No Brasil, os aventureiros, livres da presença do soberano e da sua ação catalitica, livres do grande Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, que o seguira para um destino ingrato e infeliz, continuaram seus manejos, sobretudo no Rio de Janeiro, onde "a maçonaria era o cérebro" que tudo dirigia e "o Senado da Cámara era o braço" que tudo executava (39), á voz do grande pedreiro-livre, o negociante

---

(37) Rocha Martins, op. cit. pag. 18.

(38) Op. cit. pag. 120.

português, José Clemente Pereira (40). Nas reuniões, nos conciliábulos, nos panfletos, nos jornais, na oratoria, vibrava o racionalismo filosofico, a metafisica revolucionaria do século XVIII. Mandavam-se deputados á Constituinte Portuguêsa, saidos da maçonaria, vindos do movimento de 1817, como Antonio Carlos, vindos de mais longe, da conjura baiana de 1798, como o cirurgião Cipriano Barata e o padre Agostinho Gomes.

O Principe constituiu seu primeiro ministerio com elementos não maçonizados: o conde dos Arcos, que o dominava, Louzã, Caúla e Farinha. Estava, por isso mêsmo, destinado a cair logo. Por todo o país, andava uma agitação em que se chocavam, tangidos pelas forças secretas, os que haviam recebido a constituição da metrópole como um movimento de nacionalismo que expulsava os inglêses (41); os portuguêses reacionarios, absolutistas, e os patriotas brasileiros, desejosos da independencia, da qual já se falava abertamente (42). Na confusão, vinham, ás vezes, á superficie os fermentos separatistas, sobretudo em Pernambuco (43), onde se tentava contra a vida do governador Luiz do Rego, odiado pela maçonaria por causa da repressão de 1817, que retirára deante de Goiana insurgida, sem forças para impôr a sua autoridade (44).

O Pará aderia "ás fórmulas de Portugal", instalando uma Junta Governativa. Foi, depois, a Baía. Tudo denunciava "poderoso movimento europeu e americano (45)". O Ceará tambem estabelecia sua junta com o brigadeiro Xavier Torres (46). No Rio

(39) Pedro Calmon, op. cit. pag. 126.
(40) Rocha Martins, op. cit. pag. 90.
(41) Pedro Calmon, op. cit. pag. 64.
(42) Rocha Martins, op. cit. pag. 129.
(43) Oliveira Lima, op. cit. pag. 91.
(44) M. Lopes Machado, "O 14 de abril em Pernambuco" *in* "Revista do Instituto Arqueologico e Geografico Pernambucano, n.º 38.
(45) Rocha Martins, op. cit. pag. 82.
(46) João Brigido, "Homens e fátos".

de Janeiro, os oficiais, "que eram muito das sociedades secretas", tomavam atitude. E o Principe, levado pela tropa, dava vivas á Constituição. Mas êsses vivas áquilo que é o começo do enfraquecimento do poder real, não contentavam no fundo os reclamantes, habilmente manobrados pelas lojas: queriam, além do juramento á constituição, a demissão do ministerio não maçónico. Era preciso vingar os *irmãos mirandistas,* deportados e fusilados em 1817, na altiva pessôa do conde dos Arcos. A tropa amotinada cercou-lhe a casa. D. Pedro cedeu, sacrificando-o. O conde foi expulso para Portugal, não se lhe permitindo nem que saltasse na Baía para mudar de roupa, pois embarcára com a do corpo.

São Paulo, onde se encontrava José Bonifacio de Andrada e Silva, veneravel das lojas, culto, viajado, influente e amadurecido na vida pública, aquem e além mar, tambem não ficou atrás das outras provincias e teve a sua junta saída da anarquia militar. A junta de Minas mostrou-se em oposição ao Principe, o que desgostou a maçonaria (47), que queria comprometer definitivamente D. Pedro na causa brasileira, de acôrdo com seus planos maquiavelicos que já obrigavam os neófitos a jurarem nas iniciações trabalhar pela independencia (48). "Renasceu, com certa intensidade, o movimento secreto que gerára a partida de D. João VI (49)".

"Sob qualquer pretexto — diz um grave conselho maçónico — devemos introduzir nas lojas maçónicas a maior quantidade possivel de principes e de homens ricos. Êsses pobres principes trabalharão por nós, julgando trabalhar por si. Servirão de excelente taboleta. Serão a isca para os intrigantes, os

(47) Xavier da Veiga, "Efemérides mineiras", t. I, pag. 94; t. II, pags. 32 e 43.

(48) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 491; "Anais da Biblioteca Nacional", t. XLIII-XLIV, pag. XLVIII, nota.

(49) Rocha Martins, op. cit. pag. 115.



Avental, faixa, malhete e espada do Grão Mestre Guatimozin. No Malhete estão gravadas as iniciais D. P. I.º e a data de 1822. Êsses objétos rituais maçónicos, que fôram de uso do primeiro Imperador do Brasil, acham-se expostos no Museu Historico Nacional, ao qual fôram doados pela Exma. Sra. Viscondessa de Cavalcanti.

imbecis, a gente das cidades e os agitadores (50)". A maçonaria seguiu admiravelmente êste conselho, que é da propria essencia de sua politica e por ser recentemente revelado não deixa de ser antigo. O primeiro passo para a consecução dêsse fim foi dado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, propondo a 13 de maio de 1882 que a maçonaria conferisse ao Principe o titulo de Protetor e Defensor Perpétuo, para que á dignidade de Regente, emanada do Rei, se juntasse outra, outorgada pelo povo, D. P. (51). O povo, como de costume, o verdadeiro povo não foi ouvido nem cheirado; o povo, para as lojas, era o *povo maçónico* e nada mais. Os documentos da seita não deixam a menor dúvida sobre isso. "A maçonaria gostava dêsses titulos que cheiravam a Revolução e Democracia (52)". Protetor lembrava Cromwell e a decapitação do primeiro Rei Cristão levado ao cadafalso, na praça pública, por uma revolução triunfante judaico-maçónica-puritana. D. Pedro não o aceitou *in totum* e ficou sómente com o de Defensor Perpétuo, adrede escolhido pelos simbolistas sibilinos. D. P., iniciais do imperante nas peças do uniforme, nos arreios, nos côches, nas librés, nos móveis, nos portões, nos gradís, nas porcelanas, em tudo quanto se referisse á côrte e á pessôa do futuro soberano, facilmente se confundiam com as do titulo maçónico. Onde os profanos lêssem Dom Pedro, os iniciados interpretariam, com um sorriso judaico, Defensor Perpétuo. Bem escolhido. E deram-lhe o titulo — que ironia! — a 13 de maio, na revista militar em que comemorava o aniversario de D. João VI...

---

(50) Palavras dum grande maçon judeu da Italia que usava o pseudônimo de *Piccolo Tigre*, reproduzidas em "La libre parole" de Paris, n.º 12-13, junho-julho de 1936.

(51) Oliveira Lima, op. cit. pag. 200. Essas letras são absolutamente maçónicas. Figuravam na loja da Maçonaria Iluminada, ladeando uma piramide, com o significado de *Deo Proximo*. Cf. Le Forestier, "Les Iluminés de Baviére et la Franc-Maçonnerie". Hachette, Paris, 1915, pag. 261.

(52) Pedro Calmon, op. cit. pag. 107.

Para chegar a êsse ponto, dêsde a partida do velho Rei, quanto rodeio, quanta tática, quanta artimanha e quanta luta! Tudo se processára por etapas sucessivas, dentro dos lineamentos dum plano maduramente estudado. Os simples mortais viam tão sómente o desenrolar dos sucessos, quasi sempre sem atinar com suas causas, motivos e razões. A maçonaria era a unica a saber como e por que as cousas seguiam aquêle rumo.

Lendo-se a correspondencia do Principe Regente D. João VI, verifica-se que êle ia mudando de opinião ao sabor das circunstancias e, certamente, conforme as inspirações das ocorrencias do momento. Em outubro de 1821, dizia ao Rei: "A independencia tem se querido cobrir comigo e com a tropa (53)", acrescentando que não conseguiriam isso, porque não poderia ser perjuro. As juntas maçonicas fôram tirando-lhe a autoridade e arripiou carreira aos poucos. Continuaria a escrever até 1822, participando mêsmo que os independentes acreditavam na proteção inglêsa e norte-americana e o tinham já aclamado Protetor e Defensor Perpétuo (54). Todavia, as conjuras maçónicas preparavam as vias para a realização do movimento da independencia, com êle, por ser mais fácil, tanto na loja que se reunia á rua da Ajuda, em casa de Joaquim José da Rocha (55), como no convento de Santo Antonio, que frei Sampaio transformára em "lugar suspeito de fermento carbonario (56)". Nessas sociedades secretas é que se propagavam as opiniões (57). E os maçons de Portugal contribuiam admiravelmente para o resultado fatal, como se tivessem o deliberado propósito

---

(53) Carta de 21 de outubro de 1821.

(54) Carta de 21 de maio de 1822.

(55) Rocha Martins, op. cit. pag. 130.

(56) Pedro Calmon, op. cit. pag. 91.

(57) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 646.

de irritar os brasileiros (58). Bem urdida, a sinuosa e obscura trama!

Votada a constituição em Lisbôa, os deputados brasileiros, que tinham sido adrede magoados e desautorados, sobretudo na sua pretensão duma assembléa especial para o nosso país, debandaram. As Côrtes, ao principio, não quiseram mandar tropas para o Rio de Janeiro. Elas é que governavam, mantendo o Rei na mais completa sujeição, a que pela idade, o genio e os quebrantos já se ia acostumando. Mas acabaram com um pensamento de recolonização, enviando uma esquadra com reforços e ordem ao Principe para recolher ao Reino, obrigando-o a tomar, de repente, apoiado nas forças secretas que o impeliam, a resolução de ficar.

José Bonifacio, ministro todo poderoso, preparára a junta de São Paulo para impedir a partida de D. Pedro. A maçonaria não queria perder a magnifica taboleta do Principe, mais arguto, entretanto, do que ela pensava e que estava tambem, á sua custa, fazendo seu jogo politico pessoal. São Paulo e o Rio impetravam de Sua Alteza ficasse no Brasil a despeito de tudo. Em volta dessa manobra entreteriam-se intrigas. O sonho republicano continuava na imaginação dos maçons pernambucanos. Os bachareis jacobinados de Minas não esqueciam os ideais da Inconfidencia. Afirmava-se mêsmo, aqui e ali, a tendencia separatista, bem americana, para a constituição de Estados autónomos (59), as pequenas pátrias que abrolhariam, mais tarde, na doutrina positivista. Quando as diversas facções maçónicas chegaram a acôrdo sobre o *modus faciendi* da Independencia, decidiu-se que o Regente ficaria (60). José Joaquim da Rocha, "o grande elemento das sociedades secretas", tangeu bem os pauzinhos para obter

---

(58) Rocha Martins, op. cit. pag. 149.

(59) Oliveira Lima, op. cit. pag. 199.

(60) Op. cit. pag. 23.

essa combinação. Além de ficar, era necessario que se utilizasse a força do comando do general Avilez, contra a qual talvez não fôssem suficientes as tropas nacionais, cujo unico chefe competente, na verdade, era o general Curado, já muito idoso e achacado de reumatismos. A princesa Leopoldina, devorada de ciumes contra a bela condessa de Avilez, poderia ser magnifico trunfo...

Sua Alteza fica! foi o brado do triunfo maçónico. O "Fico" era a porta aberta para a independencia. No dia em que o Principe oficializou sua desobediencia ás Côrtes de Lisbôa, a separação do Brasil de Portugal estava virtualmente feita. Com mais um esforço se consumaria. A obra havia sido levada a cabo com mestria pelos maçons de lá e de cá. A soldadesca desordeira de Avilez tentou uma demonstração que só serviu para irritar os ánimos dos patriotas. O general sentiu, porém, que nada poderia fazer e recolheu com seus corpos veteranos á Praia Grande (Niteroi). O velho Curado, herói da Cisplatina, cercou-o com as unidades brasileiras, as milicias, os populares armados. Avilez rendeu-se e embarcou para a metrópole (61). Partia-se o laço mais forte do Reino Unido. Restavam Saldanha, no sul, Madeira, na Baía, Lecor, em Montevidéu, e o Fidié, no Maranhão. O primeiro iria, em breve, embora. O segundo seria forçado a capitular em julho de 1823, o terceiro aderiria e obrigaria D. Alvaro de Souza a retirar, e o quarto seria cercado e aprisionado em pleno sertão.

D. Pedro foi a Ouro Preto, ganhou Minas á sua causa e teve entusiastica recepção, que apagou as divergencias da bacharelice. O Grande Oriente do Rio de Janeiro, reconhecido pelos de França, Inglaterra e Estados Unidos (62), exultava. Pouco faltava para alcançar triunfo completo. O Principe seguia para São Paulo. "Por êsse tempo, já o primeiro ministro

---

(61) Op. cit. pag. 169; Rocha Martins, op. cit.

(62) Menezes Drummond. "Exposição historica da maçonaria no Brasil".

(José Bonifacio) fôra avisado de que lhe iam dar (a D. Pedro) o malhête de grão-mestre da maçonaria brasileira organizada com uma prudencia tenacissima, ligada com a americana e com a inglêsa... (63)". Era o primeiro Bragança, o primeiro Principe com o sangue cristianissimo dos Bourbon e dos Habsburgo que lhe penetraria os umbrais, reconhecendo-lhe o Poder Oculto. Que gloria!

Vindo de Santos para São Paulo, ao abeirar-se da cidade, á margem do Ipiranga, D. Pedro recebeu despachos do Rio de Janeiro que lhe davam, segundo se diz, noticias das ordens intransigentes das Côrtes para a sua volta e do envio de expedições militares. A cavalo, rodeado dos dragões de sua Guarda de Honra, uniformizados á austriaca, e dos membros da sua comitiva, amarfanhou os papeis, arrancou da espada e pronunciou as palavras que abriram novos horizontes ao Brasil:

— Independencia ou morte!!

Era a declaração pública do que já estava resolvido nos subterráneos. Rio Branco, anotando Varnhagen, diz que a independencia já fôra proclamada pela maçonaria na sessão de 20 de agôsto, "em assembléa geral do povo maçónico", reunidas na séde do *Apostolado* as tres lojas metropolitanas, sob a presidencia de Gonçalves Lêbo (64). Não se sabe, ao certo, que papeis o futuro Imperador recebeu naquela ocasião. Ninguem os leu. Diz-se sómente que eram as aludidas noticias. Não estaria entre elas a *prancha* sobre essa "assembléa do povo maçónico"? E o povo brasileiro, que não era absolutamente o "povo maçonico", como foi consultado?...

Nas festas com que acolheram o jovem fundador do Imperio em Piratiniga, encontrou êle a fa-

---

(63) Rocha Martins, op. cit. pag. 149.

(64) Varnhagen, "História da independencia do Brasil", pag. 183-184, *nota*. Menezes Drummond, op. cit., diz textualmente: "O Principe sendo industriado pelo seu ministro, José Bonifacio, grão-mestre da ordem, da proclamação da independencia em 20 de agosto..." Foi provavelmente a noticia recebida no Ipiranga...

mosa Domitila de Canto e Castro, destinada ao titulo de marquêsa de Santos e a ser, ao mêsmo tempo, a Pompadour e quasi a Maintenon do primeiro reinado, como mais tarde reconhecia a pobre Imperatriz D. Leopoldina (65). Na mêsma noite em que chegou de São Paulo, tomou posse D. Pedro do cargo de grão-mestre da maçonaria, aclamado por Alves Branco no recinto da loja (66). Até então, o grão-mestrado fôra de José Bonifacio, que "tomára nas mãos viris o malhête da maçonaria e, acusado de não querer fazer ás claras essa obra (a independencia), tratava da pátria no seio da sociedade secreta, rodeado de amigos, de consócios, de cúmplices (67)". José Bonifacio falára da maçonaria ao Principe e o atraíra para ela, mostrando-lhe a ação de Lêdo na loja *Comercio e Artes*, a de Muniz Barreto, a de dezenas de militares e sacerdotes (68). Fôra em maio de 1822, quando D. Pedro escrevia ao Pai que se pensava em fazer de D. João VI Imperador do Reino Unido e dêle, filho, Rei do Brasil, quando acêsa andava a divergencia entre "corcundas" e "pedreiros-livres", quando reinavam a indisciplina e a anarquia fomentadas das trevas, que "fizera sua entrada solene na maçonaria; vestira-se de pompa a loja para receber o *aprendiz* Guatimozin, que vinha penetrar os seus misterios. Erguera-se a *abóbada de aço*, visto aparecer o grão-mestre". Estavam presentes os enviados das maçonarias estrangeiras Jacques Le Breton e Lucas Obes. Obedeceu-se rigorosamente ao ritual. O *irmão Cobridor* anunciou que o *profano* se achava na Casa do Depósito, isto é, na Cámara das Reflexões. Foi introduzido com o ceremonial e *recebeu a Luz*, depois das viagens simbólicas. "José Bo-

(65) Carta de D. Leopoldina a Schaffer: "nichtswurdige Frauengleich einer Pompadour und Maintenon...".

(66) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 548.

(67) Rocha Martins, op. cit. pag. 159.

(68) Op. cit. pag. 160. Pedro Calmon diz que D. Pedro foi quem levou José Bonifacio á maçonaria, op. cit. pag. 192, o que não parece possivel. E' preferivel, portanto, ficar com a opinião de Rocha Martins.

nifacio, revestido de suas insignias, vira a alegria com que seus *irmãos* acolhiam o Bragança audacioso, o qual lançava para longe escrúpulos da raça, de tradição, de familia e mergulhava num mundo novo, ali naquela casa do Grande Oriente Brasileiro, onde se ia deliberar largamente sobre o sonho, a ansiedade, o desejo: a independencia. Guatimozin, aprendiz da loja n.º 1, *Comercio e Artes*, era mestre ao cabo de oito dias (69)".

Por que o estranho pseudónimo de Guatimozin, nome que já vimos aplicado a uma das lojas maçonicas pernambucanas que participaram da revolução de 1817? Responda Rocha Martins: "Era uma vez, nos tempos recuados de 1497, um imperador azteque de Anahuac, Mexico... Vieram de longe, em 1522, os conquistadores e êle, de armas em punho, deante do Cortez audaz que lhe queria os tesouros, êle, filho do rei Ahintzote, sucessor do irmão de Montezuma II, deixaria rechinar o seu corpo nas brasas, preferia ser chagado sobre as grelhas, que os soldados conduziam como se fôssem inquisidores, fôra martirizado, sofrera as mordeduras do lume nas suas reais carnes antes que dizer aos bárbaros onde ocultava as opulencias, as riquezas, as magnificencias de seu imperio (70)". Isso fôra em 1522. O simbolismo maçónico combinava, ajustava até as datas, creando um novo "Imperador do Sacrificio", que pensava servir-se da maçonaria, "desviando-a da tendencia republicana e ensaiando nela os átos definitivos do Imperio (71)". Os fátos ensinar-lhe-iam com o tempo que, na verdade, a maçonaria é que o levára até a triste, desolada madrugada de 7 de abril... O pacto com as trevas custa sempre o proprio sacrificio. Êle assaria a

(69) Rocha Martins, op. cit. pag. 202. Segundo o "Livro Maçónico do Centenario", pags. 112-113, 116 e 296, José Bonifacio foi Grão-Mestre da maçonaria brasileira em 1822 e, depois, de 1831 a 1838. O Grande Oriente do Brasil (op. cit. pag. 116) constituiu-se em 1822 regularmente.

(70) Op. cit. pag. 160.

(71) Pedro Calmon, op. cit. pag. 192.

fogo lento nas brasas do sacrificio da corôa e, perdendo um imperio, pelo sacrificio ainda ganharia um reino, Portugal, para a sua filha, escrevendo o mais belo capitulo de sua vida, o capitulo final. Pobre Guatimozin! Tomando êste nome, o monarca não recebia um tributo, mas, pelo contrário, rendia "expressivo preito" á maçonaria (72). A sombra da Acácia foi para Pedro Guatimozin sombra venenosa e traidora de mancenilha.

A 14 de agosto de 1822, seis dias antes de proclamada a independencia pelo "povo maçónico", vinte e tres dias antes do grito do Ipiranga, José Bonifacio mandava uma circular ao corpo diplomatico, falando da independencia, mas ainda reconhecendo a chefia suprema de D. João VI e se batendo pelas téses dos dois congressos, um para Portugal, outro para o Brasil, téses que os nossos deputados haviam proposto sem resultado ás Côrtes do Reino. Reclama nela maior autoridade para o Principe Regente, em cujas mãos convinha ajuntar a maior soma de poder, porque, com êsse poder, se realizaria a obra de separação, projetada por todas as forças secretas apoiadas na Inglaterra, á qual isso convinha, visto como para o judaismo britanico "desmembrar seria ganhar (73)". Passemos á leitura do curioso documento, que mostra o jogo politico do Patriarca: "Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o Reino Irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar a sua independencia, e a exigir uma Assembléa Legislativa dentro do seu proprio territorio com as mêsmas atribuições que a de Lisbôa, salvo para a devida e decorosa União com todas as partes da Grande Familia Portuguêsa, e debaixo de um só Chefe Supremo, o Senhor D. João Sexto,

(72) Oliveira Lima, op. cit. pag. 81; "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pag. XIV.
(73) Rocha Martins, op. cit. pag. 149.

ora oprimido em Lisbôa por uma facção desorganizadora, e em estado de cativeiro, o que só bastava para que o Brasil não reconhecesse mais o Congresso de Lisbôa, nem as ordens de seu Executivo, por serem forçadas e nulas por Direito. E devendo para se evitar a quéda da Monarquia, e a confusão dos interregnos, devolver toda a autoridade e plenitude de ação em S. A. R. o Principe Regente do Reino do Brasil, Herdeiro do Trono e Legitimo Delegado de Sua Majestade: o Qual tem com efeito a pedimento dos povos reassumido toda a autoridade da Sua Regencia, para dela usar constitucionalmente, como tudo se acha expendido no Manifesto que o Mêsmo Augusto Senhor acaba de dirigir ás Potencias Amigas: Cumpre-me por ordem de S. A. R. Que deseja dar toda a publicidade á pureza e justiça de Seus Procedimentos, transmitir a V. Mcê. o dito Manifesto para o levar ao conhecimento da respectiva Côrte e bem assim outros impressos que lhe são relativos, e servirão de ilustra-lo.

Sua Alteza Real espera pois que os Governos Legitimos e Nações Civilizadas que se prezam de liberais, darão o devido apreço á Sagrada Causa que o Brasil proclama, e que o Mêsmo Senhor protege e defenderá a bem de toda a Nação portuguêsa.

Aproveito esta oportunidade para oferecer a V. Mcê. a segurança de minha particular atenção. Deus guarde a V. Mcê. ms ans. Palacio do Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1822. Muito certo servidor de V. Mcê. *José Bonifacio de Andrada e Silva* (74)".

O Patriarca grão-mestre sabia bem quais os propósitos da seita a que servia. Encobria-os mais ou menos na véspera da independencia. Continuaria ainda a encobri-los, após a proclamação de São Paulo, aceitando que o Imperador assinasse decretos, da-

(74) Autografo duma coleção particular em mão do autor, dirigido ao sr. Pedro Sertoris.

tados dos dias posteriores ao 7 de setembro, referendados por êle, como Principe Regente... (75).

Portugal, minado pelas forças ocultas, não estava em condições de rehaver ou mêsmo defender pela força o reino revel, que de ha muito, não o esqueçamos, não era mais colonia e sim nação igual, com governo próprio, unida sob a mêsma corôa. A independencia do Brasil não é, como vulgarmente se considera, a passagem duma colonia oprimida a nação livre; mas a separação de duas nações igualmente constituidas, o que fôra a grande obra de D. João VI, gabada mêsmo por enviados maçónicos como Henry Koster. Enquanto os emissarios do Grande Oriente se espalhavam por todas as provincias, afim de preparar a aclamação maçónica do novo soberano (76), Januario Barbosa para Minas, João Mendes Viana para Pernambuco, José Egidio Gordilho da Barbuda para a Baía (77), todo o ministerio, sob a batuta de José Bonifacio, marchava de acôrdo pelo vinculo maçónico que o unia e a maçonaria influia em todas as decisões do governo (78). Ao mêsmo tempo, tomavam-se as providencias de ordem militar requeridas pelas circunstancias, equipando-se navios, conseguindo-se a cooperação de chefes navais ou terrestres estrangeiros, mercenarios de nomeada nas aventuras maçónicas da libertação sul-americana, como o almirante lord Cochrane e o general Labatut. O primeiro servira no Chile (79); o segundo, na Colombia, fóco maçonizante-mirandista (80). O primeiro ligou pela costa os esforços dos varios núcleos de independentes das provincias, contribuindo grandemente para manter a integridade nacional, depois

(75) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 652.
(76) Oliveira Lima, op. cit. pag. 311.
(77) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pag. XXI.
(78) Varnhagen, op. cit. pag. 173.
(79) Lord Cochrane, "Memorias", Editorial America, Madrid.
(80) V. Restrepo, "História da Colombia", ed. de 1838, t. I, pag. 225.

de perseguir, além das aguas territoriais, as naves portuguêsas. O segundo, com o visconde de Magé e os heróis do 2 de julho, combateu contra as forças do general Madeira, que foi obrigado a capitular. A guarnição de Montevidéu cindira-se, ficando metade com Lecôr e o Império, metade com D. Alvaro de Souza e a metrópole. Esta metade retirou-se sem combater. O Fidié, sargentão ranzinza, resistiu mais tempo no interior do Maranhão e Piauí, com as populações sertanejas levantadas contra êle, e acabou por entregar as armas, sitiado em Caxias (81). Essas reações não se prolongaram muito: em fins de 1823, todo o vasto territorio nacional estava submetido ao governo imperial. A delonga para o reconhecimento da independencia por parte de Portugal levou mais tempo. Sómente em agosto de 1825 foi assinado o tratado. Assim, tres anos após o grito do Ipiranga, na data justa em que D. Pedro fizera conhecimento com a joven Domitila, por uma coincidencia ou combinação curiosa, que êle proprio assinalava numa carta á amante (82), tremularam nas embarcações surtas no Tejo os pavilhões imperiais, efeito da ratificação do áto diplomatico por El Rei, Augusto Pai do Imperador e Imperador honorario êle proprio. Em verdade, o tratado considerou D. João VI Imperador do Reino Unido (83). Tanto custava ao filho maçónico a separação. Tanto não era uma colonia que quebrava algemas, como se pinta nas alegorias literarias e gravadas. Tanto era uma nação que se desligava de outra nação.

Ambas se achavam na posse da maçonaria todo poderosa. Lá, o Rei prisioneiro duma facção, como o reconhecia na sua carta o proprio grão-mestre José Bonifacio, destinado á peçonha sutil e misteriosa. Aqui, o Imperador rendido aos pés de formosa da-

(81) Abdias Neves, "A guerra do Fidié".

(82) Autógrafo existente no Museu Historico.

(83) Oliveira Lima, op. cit. pag. 254.

ma que, mais tarde, serviria de instrumento a outra facção, rodeado, no proprio dia de sua aclamação, de todos os maçons *com armas ocultas* (84), sob o pretexto de defender-lhe a vida de qualquer tentativa de reacionarios portuguêses, como se alguem até hoje, a não ser a maçonaria, houvesse tentado contra a vida das pessôas reais.

Hipólito da Cunha não teve o gosto de vêr o triunfo maçónico de 1822-1823, que respondia ao Triunfo Eucaristico de Vila Rica. O último número do "Correio Brasiliense" saíra em dezembro de 1822. O jornalista finára-se pouco tempo depois. A missão do *viandeiro* da Colonia do Sacramento estava finda.

Se a opinião, a vontade dos homens não fôsse sujeita a divisões e chismas, dominaria o mundo, impondo-se acima das leis da causalidade e aos proprios designios da Providencia Divina. Mas é fatal que, conquistado o objetivo, as vontades humanas congregadas para atingi-lo se separem em antinomías e rivalidades. A história mostra-nos isso em todas as revoluções vitoriosas. A da Independencia não podia fazer excepção á regra geral. A maçonaria vitoriosa dividiu-se, como outróra se haviam afastado jacobinos e girondinos. E a história dos primeiros anos do Império, que parece aos que a lêem por cima uma série de lutas politicas, não passa do duelo entre duas facções maçónicas, a de Lêdo e a de José Bonifacio, as quais se degladiam, enchendo de confusão a vida nacional, até que, sacrificando nas aras do 7 de abril o pobre Guatimozin, se unem de novo no famoso Manifesto citado no inicio dêste capitulo, manifesto escrito por Lêdo e assinado por José Bonifacio em 1832!

A luta começou entre o Patriarca e o Grande Oriente. Com o primeiro, ficaram os maçons mais conservadores, monarquistas; com o segundo, os ma-

---

(84) Menezes Drummond, op. cit.

çons republicanos, os avançados (85). Ala direita e ela esquerda. Essa divisão não morreu de todo com a abdicação. Prolongou-se, depois, até a famosa questão dos bispos, no segundo reinado. Na opinião de alguns, José Bonifacio, que chefiava a ala girondina, moderada, tinha despeito de Gonçalves Lêdo, que chefiava a ala radical, a montanhêsa. Saindo do Grande Oriente, o Patriarca fundára o *Apostolado* ou *Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz,* que se dividia em Palestras e Decúrias, á maneira classica, cujos membros se intitulavam Colunas do Trono (86). José Bonifacio fôra grão-mestre do Grande Oriente, cargo que tivera de ceder ao Principe Guatimozin. Quem sabe se a iniciação dêste por suas proprias mãos não tinha servido aos seus adversarios para lhe arrancarem de vez o grão-mestrado? Varnhagen não admite o despeito de José Bonifacio para com Lêdo, dizendo que D. Pedro, quando foi levado ao Grande Oriente, já pertencia ao *Apostolado* (87). O fáto é que a dissenção maçónica existiu e se manifestou. A' frente da ala extremista ou republicana, estavam Lêdo, José Clemente, Soares Lisbôa, o cónego Januario da Cunha Barbosa. No *Apostolado,* que funcionava na Guarda Velha, os Andradas, José Joaquim da Rocha, Carneiro Leão, Azeredo Coutinho ofereciam a Guatimozin outro titulo bombástico, não mais evocador das bárbaras monarquias americanas, mas das claras repúblicas helenicas: Arconte-Rei (88).

A ação maçónica, todavia, preparava uma democracia coroada para o Brasil. Não podendo chegar logo á república, contentava-se em atingir o meio do caminho. O Executivo estava predominando; era preciso que predominasse o Legislativo, depois, de

(85) Varnhagen, op. cit. pag. 108.

(86) Oliveira Lima, op. cit. pag. 241.

(87) Varnhagen, op. cit. pags. 167-168 e *nota* do Rio Branco.

(88) Rocha Martins, op. cit. pag. 239.

modo a evitar o fortalecimento e centralização do poder (89). O Estado Forte é o pavor das forças ocultas, que tiram partido da confusão das assembléas e buscam prestigio na anemia dos Estados democraticos. D. Pedro ia navegando entre as duas facções, á espera que a Constituinte, já eleita e reunida, lhe desse a Carta, quando uma delas entendeu de prendê-lo. Não lhe bastavam discursos e promessas. Queria o preto no branco. Pois tudo não promanava dela? Não lhe devia tudo o soberano? Até o titulo de Defensor Perpétuo, cuja hereditariedade em sua familia fôra votada, antes do que em qualquer assembléa politica nacional, antes de qualquer consulta ao povo brasileiro, na sessão de 5 de outubro de 1822, logo após a de 4, em que tomára *oficialmente* posse do grão-mestrado (90)! Não lhe fôra o titulo dado pelo povo maçónico antes até do grito do Ipiranga? E exigiu o juramento prévio da constituição, que devia ser votada, e a sua assinatura em tres fôlhas de papel em branco. Ceder seria tornar-se escravo. Demais, o Imperador devia mais ou menos saber que o grupo de Lêdo pretendia mudar a fórma de governo, infundindo maliciosamente no povo o receio do despotismo imperial, afim de impopularizar o soberano (91). Para isso, dispunha de penas bem aparadas como a de Evaristo da Veiga na "Aurora Fluminense" e, quando o jornalista saía um pouco dos trilhos, vinha penitenciar-se humildemente, como o fizera frei Sampaio, *entre as colunas*... (92).

D. Pedro I, porém, não era homem a quem se impusessem dessas humilhações. Mandou a Lêdo a seguinte *prancha*: "Cumprindo fazer certas averi-

---

(89) Oliveira Lima, op. cit. pag. 367.

(90) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pag. XVII.

(91) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 688. Na sua fala em nome da Câmara e do Povo, a 9 de janeiro de 1822, disia José Clemente ao Principe D. Pedro: "Será possivel que V. A. R. ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali, em muitas provincias do Brasil, por não diser em todas elas?..." Os proprios maçons assim preveniam o futuro Imperador.

(92) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pags. XXII e segs.

guações, tanto públicas como particulares na maçonaria, mando primo como grão-mestre que os trabalhos se suspendam até segunda ordem minha. E' o que tenho a participar-vos agora. Resta-me reiterar os meus protestos como Irmão. *Pedro Guatimozin*, grão-mestre". Sêco e expresso, Lêdo correu a implorar misericordia e D. Pedro mandou reabrir as lojas (93). Não se falou no juramento prévio, nem nas fôlhas assinadas em branco. Preparou-se, porém, a ação contra os Andradas, mentores presumidos do Imperador, lançando-se mão dum "instrumento terrivel", a marquêsa de Santos, que os odiava e a quem êles odiavam de morte. A luta foi tão acêsa e forte que um jovem historiador de talento, Pedro Calmon, chega a afirmar que José Bonifacio acabou com a maçonaria, a qual fôra contrariada e limitada pelo *Apostolado* (94). Na verdade, a luta entre iniciados, por mais terrivel que pareça, como a do Terror de 1793 ou a entre Trotszkistas e Stalinistas, mêsmo ensopada de sangue, não faz com que os facciosos que se degladiam furiosamente, tentem contra a unidade dos objetivos de sua doutrina. Por isso, em 1832, deposto o Guatimozin rebelde, Imperador, Defensor Perpétuo e Arconte-Rei, Lêdo e Bonifacio se deram as mãos á sombra da Acácia.

---

(93) Pedro Calmon, op. cit. pag. 136.

(94) Op. cit. pags. 138 e 141. "Instalou-se o *Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz* a 2 de junho de 1822. O Principe D. Pedro foi eleito unanimemente Arconte-Rei e José Bonifacio, Consul. D. Pedro prestou juramento de Arconte-Rei na sessão seguinte de 22 de junho, na qual se leram os estatutos. Assinaram os primeiros a fórmula do juramento: D. Pedro, José Bonifacio, Nobrega, Coutinho, Lêdo, Manuel Carneiro de Campos, José Clemente (que por sinal começou a escrever Joaquim em vez de José), Guimarães Peixoto, frei Francisco de S. Paio, Cordilho da Barbuda, Amaro da Silva, João Vieira de Carvalho, José Maria Pinto Peixoto, João da Rocha Pinto, Manuel Antonio, e Manuel Luiz Alvares de Azevedo, Muzzi, Luiz de Saldanha da Gama e estrangeiros como Ten Brink, Carlos Heindrinks, Pedro Ursini Grimaldi. Entre as obrigações dos associados estava: — Defender por todos os meios a integridade, categoria e independencia do Brasil, como reino, e a constituição legitima do Estado, promover com todas as forças a moralidade e instrução pública dêste reino. D. Pedro tomou o nome patronimico de Rómulo, José Bonifacio o de Tebiriçá, Antonio Carlos o de Falkland. O *Apostolado* decidiu crear *palestras* na Baía, em Pernambuco, em S. Paulo e Minas. Os profanos eram chamados *paisanos*. A 2 de fevereiro de 1823, o *Apostolado* resolveu sub-dividir-se em tres *palestras*, cada uma com trinta camaradas. A primeira se denominou Independencia ou Morte, a segunda União e Tranquilidade e a terceira Firmeza e Lealdade. Antonio Carlos foi escolhido *caudel*

As lojas de Lêdo inspiraram alguns decretos de anistia, proprios a desgostar os Andradas (95), que reagiram, prendendo gente a granel e deportando para o Havre José Clemente, Nóbrega e Januario (96). O triunfo andradista, no entanto, foi de curta duração. O Imperador começou a receber denuncias dos *planos tenebrosos do Apostolado.* Uma noite, apesar de ainda machucado duma queda de cavalo, D. Pedro mandou chamar José Bonifacio a São Cristovam. Emquanto o velho ministro se entretinha com a Imperatriz, montou o seu corcel, foi buscar cincoenta praças ao regimento de artilharia montada, tocou-se para a Guarda Velha, entrou de botas, esporas retinindo e rebenque em punho na sala das sessões, fechou o *templo* e mandou os soldados levar o arquivo para a quinta do Cajú (97). José Bonifacio amuou-se e demitiu-se; mas a populaça, instigada pelos seus partidarios e agentes, o foi buscar em casa e o reconciliou com Sua Majestade. Talvez êle não quizesse outra cousa...

---

da primeira, Antonio Teles da Silva da segunda e o barão de Santo Amaro da terceira. As *palestras* deviam trabalhar na ordem seguinte: a primeira de 1 a 10 cada mês, a segunda de 11 a 20 e a terceira de 21 em deante. O Arconte-Rei pertencia a todas as *palestras* e os Apostolados ficavam pertencendo á *palestra* que lhe tocasse por sorte. Distinguia os associados um laço de fita no braço direito, amarelo para a primeira *palestra,* verde para a segunda e verde-amarelo para a terceira. Um laço no peito direito para os diferentes gráus: branco para os Apostolos, azul-celeste para os Cavaleiros, encarnado para os Escudeiros e amarelo para os Recrutas. Foi na sessão de 15 de maio de 1823 que Antonio Carlos recebeu o gráu de Apostolo. No *Apostolado* se discutiu um projéto de constituição politica para o Brasil, e cujas cópias existem no arquivo do Castelo d'Eu". Alberto Rangel, "D. Pedro I e a marquêsa de Santos", Tours, 1929, pags. 324-325, *nota.* Mario Melo, em "A maçonaria no Brasil", *in* "Livro maçónico do centenario", pag. 200, diz que o Apostolado era reprodução do Areopago do Itambé tendo cada Palestra 12 Apostolos e 2 Presidentes. Os Iluminados e a Burschenchaft tambem teem Apóstolos. O arquivo do Apostolado, confiscado por D. Pedro I, está no Instituto Historico, ao qual foi oferecido por D. Pedro II.

(95) Varnhagen, op. cit. pag. 194.

(96) Op. cit. pag. 277.

(97) Tobias Monteiro, op. cit. pags. 715 e segs. Eis como Alberto Rangel nos dá conta do episodio: "D. Pedro a 17 de julho de 1823, esporeado pela injustiça do conceito que enxovalhava a amiga, e insuflado por certas comunicações como a da carta a que alude a viuva Graham, contendo mais de 300 assinaturas de queixosos da violencias dos Andradas em S. Paulo, arranca-se da cama onde se achava enrolado em ataduras, e, interrompendo a conferencia com o seu egregio interlocutor, envolve-se no manto e escapa-se para a averiguação em que o seu denodo se compraz. Fóra cáem pancadas de agua. Aguardam-no alguns oficiais e o piquete de uns cincoenta soldados. Todos montam em cavalos desferrados para ensurdecer a ronda. A noite é propicia á diligencia

A constituinte se abrira a 3 de maio de 1823 e seus membros se enchiam do mêsmo orgulho liberal-maçonico dos "casacas de briche" da outra banda, exagerando suas prerrogativas e pretendendo, como representantes da soberania popular, honras iguais ás do soberano. Mas, antes de reuni-la, já se cogitava na hipótese de dissolvê-la (98). Os proprios diplomatas estrangeiros informavam aos seus governos dessa possibilidade. O Imperador avisára mêsmo aos deputados que agissem com cuidado e lhe dessem obra limpa, porque contava com a tropa e o povo para mandá-los bugiar. Era por isso que a maçonaria exigira dêle o juramento prévio a que se recusára. Os choques entre os Andradas, que dirigiam o governo, e os deputados eram continuos e acabaram numa grande explosão. A culpa cabia aos Andradas, que viviam a repetir na assembléa, de caso pensado, as ameaças do Imperador, irritando os ánimos contra êle (99). Quando a situação dos Andradas se tornou insustentavel, D. Pedro substituiu-os por um ministério cheio sómente de receios e subalternidades. "A Assembléa perdia o mêdo á corôa (100), cuja po-

---

imposta por denuncia anónima. Não ha um gato nas ruas. Galopar fúnebre o daquêles vultos embuçados e silenciosos. O tropel detem-se. Apeiam-se todos e o Imperador bate de modo particular á porta conhecida, a do *Apostolado*, colto de discolos e enfáticos, refúgio de dissidencia maçónica, cozinha de mal assombrados da Constituição que não veiu a termo, homisio de insidias e conluio de politicantes. A entrada do afiliado e grão-mestre é feita segundo protocolo de simbolismos tétricos. Chusma de punhais enrista-se á passagem do Arconte-Rei; os que o acompanham, ignorantes do ritual e supondo que atacavam o Imperador, puxam das espadas. Contendo os companheiros, D. Pedro arreda-os para o vestibulo. A passadas resolutas e de sobrolhos carregados, êle apossa-se da cadeira da presidencia, de onde expulsa Antonio Carlos. Assenhoreando-se dos papeis encontrados sobre a mêsa. D. Pedro dirige a palavra aos circunstantes, ditando-lhes com toda a calma: — Pódem retirar-se, ficando cientes que não haverá mais reuniões no Apostolado sem a minha ordem! — Os soldados da escolta, na porta de saída, abriram alas aos supostos conspiradores, que passavam incólumes para outros fócos de intriga e outros covis de rebelião. Não se ergueu um braço armado, não chocalhou uma algema", "D. Pedro I e a marquêsa Santos", Tours, 1928, pags. 324-325. Nem parece uma página de história. Tem o sabor duma página de romance de aventuras. A maçonaria derrubou D. Pedro I no 7 de Abril, mas o Imperador a desmoralizou com a virilidade de suas attitudes e, depois de servir-se dela, deu-lhe com os pés... O *ingrato*...

(98) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 801.

(99) Varnhagen, op. cit. pag. 305, *nota* de Rio Branco.

(100) Tobias Monteiro, op. cit. pag. 802.

pularidade a maçonaria minava de modo sagaz e continuado. Os orgãos carbonarios e andradistas desmandavam-se na intrigalhada e na descomponenda politica. Um dêles, "O Tamoio", chamava a D. Pedro, Imperador, Guatimozin, Arconte-Rei e Defensor Perpétuo, simplesmente, aludindo ao bairro onde então residia a marquêsa de Santos, o *Imperador do Espirito Santo de Mata Porco...* (101). Chegava ao ponto de ameaçar o Governo Imperial de ser derrubado pela opinião pública. Tudo peorou, quando imprensa e Constituinte entenderam de reviver a xenofobia contra os portuguêsas, querendo impedir os filhos do Reino, nascidos no tempo em que as duas nações estavam unidas numa só com direitos iguais, de colaborar naquela que se havia separado e que êles haviam escolhido para sua pátria. Os comunicados aos jornais, contra os militares de origem lusa, que tentavam espalhar a sizánia nas tropas, eram atribuidos ao boticario cristão-novo David Pamplona, mexiriqueiro terrivel, que levou uma tunda merecida, dada por oficiais lusitanos. Antes, por motivos mais ou menos semelhantes, outro jornalista de origem judaica, Antonio May, fôra acutilado por um oficial brasileiro a quem ofendera. Eram agentes provocadores creando o dissentimento entre a oficialidade.

O judeu David Pamplona apresentou uma petição á Constituinte, reclamando contra a situação dos brasileiros castigados por defenderem a causa sagrada de seu país. Fez-se grande celeuma em torno dêsse *digno brasileiro* vilipendiado. A exploração politica avolumou o escándalo. Entretanto, o réles boticario era natural dos Açores. Não vimos nos nossos dias a imprensa judaizada levantar um clamor pela liberdade da *inocente* judiazinha Genny Gleiser, filha do comunista judeu expulso Motel Gleiser, que deu entrevistas sobre a candura da filha a quasi to-

(101) "O Tamoio", n.º 5, de 2 de outubro de 1823.

dos os jornais assalariados e judaicos do Rio de Janeiro e de São Paulo? *Mutatis mutandis,* o judaismo maçónico lançava mão ha um século do mêsmo processo. A sua tática não evoluiu muito.

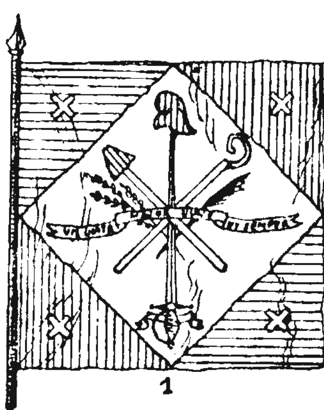
Tudo estava maçonicamente preparado para uma explosão. Mas D. Pedro concentrou a guarnição em São Cristovam, retirando-a do ambiente de intrigas da cidade, enquanto a voz orgulhosa de Antonio Carlos troava no recinto da Constituinte, protestando contra a prontidão dos corpos. A 11 de novembro, êles marcharam para o centro da capital e as suas peças fôram postas em bateria, enfiando as ruas principais. A Constituinte tinha cessado de viver. A ala dos Andradas foi para a cadeia ou para o exilio, para os mêsmos lugares aonde tinha mandado a ala dos seus inimigos, anteriormente.

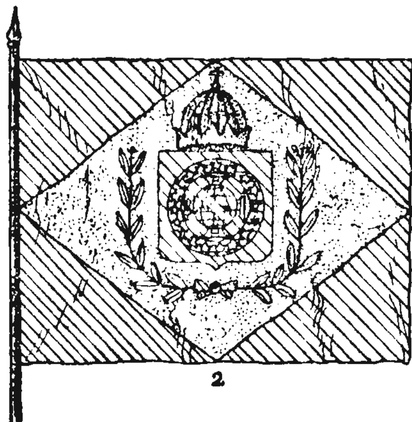
Embora o Imperador convocasse outros deputados e outorgasse uma constituição mais liberal do que a que se estivera elaborando, a qual, com pequenas emendas, regeu o Brasil até 1889, a maçonaria aproveitou o incidente para acabar com a popularidade imperial, que as humilhações de D. Leopoldina em presença da Pompadour mandona afundariam. Bastava saber explorar o eterno sentimentalismo brasileiro. Além disso, certos personagens *louches* que cercavam o monarca, como o Chalaça, contribuiram demasiado para isso. Os dias de Guatimozin Arconte-Rei estavam contados na ampulhêta dos templos em que refulgia a Grande Luz da Asia e do Egito...

Os movimentos de Minas em 1789, do Rio de Janeiro em 1794 e da Baía em 1798, reconhece o grão-mestre Mario Bhering, autoridade indiscutivel na matéria (102), fôram tratados no seio das associações secretas e obedeceram á mêsma orientação brasileira; o movimento de Pernambuco (1801-1817) foi ain-

---

(102) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pag. LI.





1 — Bandeira do regimento de Saint Louis en l'Ille, da Guarda Nacional de Paris ao tempo da Revolução Francêsa, segundo a "Histoire de France de 1789 a 1875", de Albert Mallet, ed. Hachette. Quasi todas as bandeiras das chamadas Meias Brigadas da Revolução e dos Regimentos e Legiões do Imperio Napoleonico, como se póde verificar em M. Várillon, "Les trophées de la France", ed. J. Leroy, Paris, 1907, e Henri Bouchot, "L'Epopée du Costume Militaire Français", ed. Henry May, apresentam a mêsma fórma: o losango branco entre os triangulos de côr. O losango é a união pela base dos dois triangulos da Magsan David judaica. Sob essa fórma losangular se apresentam, segundo veremos na 2.ª parte desta História, no escudo da República dos Farrapos. As antigas bandeiras reais encerravam geralmente a cruz latina, grega ou de Santo André. O losango marca no mundo a intervenção maçónico-revolucionaria nas bandeiras dos povos.

2 — Bandeira do Imperio do Brasil creada pelo decreto de 18 de setembro de 1822, assinado por D. Pedro I e referendado por José Bonifacio. A influencia do losango maçónico-francês é manifesta; mas as armas imperiais ao centro cristianizam o glorioso pavilhão. Os positivistas substituiram-nas pelo globo azul ligeiramente modificado da Confederação do Equador.

da consequencia do trabalho das lojas maçónicas, já espalhadas por todo o Brasil; e todos êsses movimentos se prepararam sob a orientação diréta ou a influencia dos centros emancipadores da America Espanhola (103), com o auxilio ou a simpatia dos Estados Unidos.

Então, não fôram movimentos nacionais do povo brasileiro, como a reação contra os emboabas,

---

(103) Veremos a prova disso no capitulo subsequente, com abundante documentação. O grão-mestre Mario Bhering, dada a natureza de seu alto cargo maçónico, não se podia enganar nêste ponto. O fóco emancipador do Brasil estava fóra do Brasil! Como nós somos queridos e estimados pela maçonaria internacional e só pelos nossos lindos olhos!

contra os mascates e os judeus do estanco maranhense; mas sim movimentos internacionais do *povo maçónico* a que alude José Bonifacio. E a história que se ensina nas escolas é mentirosa. E as comemorações que se fazem sectárias, pois que esquecemos os verdadeiros patriotas e nativistas, os mortos do Capão da Traição, os nobres pés-rapados de Olinda, Bequimão e seus companheiros, que não eram maçons, todos os que combateram as explorações do judaismo, para só nos lembrarmos dos maçons de todo o quilate que serviram ás forças internacionais.

Cedamos a palavra á propria maçonaria, afim de que informe se temos, como verdadeiros brasileiros, o dever de combatê-la. Leiamos êste documento, emanado da propria maçonaria: "Toda politica tem seus partidos: a maçonaria não os tem. Toda politica tem a sua pátria: a maçonaria igualmente não a possúe nem a reconhece, no sentido restrito que costumamos dar a estas instituições. Feita para felicidade comum, sua ação não visa os grupos nem o momentáneo sucesso dêstes: ela vai mais longe, abrange a generalidade e torna-se como dínamo de progresso coletivo, de evolução social. Por um principio correlato e independente, imediato dêste enunciado, ela não póde considerar as fronteiras como limite de sua ação, porque visa a felicidade dos povos e não de cada povo, tomado isoladamente (104). Abrangendo, no mais amplo sentido da palavra, por sua natureza e fins, por seu sentido histórico, pela obra realizada através das idades uma vastissima *internacionalização de intuitos* (105), não ha, entretanto, como a muitos se afigura, nos processos de seu objetivo, o que se poderia supôr como uma forçada abdicação de sentimento patriotico. Porque, em geral, por um vicio de educação cívica, êsses sentimen-

(104) Disfarce do internacionalismo judaico. Só a quem não tem pátria e vive na pá ria dos outros convem acabar com o sentimento de pátria.

(105) O grifo é nosso e a confissão o merece...

tos são entendidos por exclusão de outras pátrias e outros povos (106). Ha, em regra, o sonho duma preponderancia, duma hegemonia, dum imperialismo que se disfarça e subtrái sob mil razões especiosas, mas que no fundo existe nesta ordem de nativismo absorvente. Se é legitima essa ambição, se a muitos se afigura um credo de engrandecimento de cada povo, não obstante é contrário ao perfeito sentimento de fraternidade de que a maçonaria deseja ser o expoente (107). E é firmada nesta razão de ordem superior, pondo o ideal acima do homem, pondo a humanidade acima do individuo, que *a maçonaria condena aquela visão de patriotismo* (108) que se não alimenta, a não ser dêsse egoismo disfarçado que, não podendo exercer-se do proprio *eu*, se compraz nêsse outro *eu* mais dilatado, em que o homem crêa uma fronteira e uma separação de encontro á magnanimidade das leis naturais que não reconhecem senão o cidadão do universo (109). A que conduz, de fáto, aquêle sentimento de patriotismo, posto no sentido puramente exclusivo dos que o alimentam e o tornam em dogma de sua diretriz, na vida pública? A que resultados morais e de aperfeiçoamento da espécie póde êle conduzir, com a sua visão estreita e a sua defeituosissima concepção do homem, como elemento de progresso, no seio da sociedade de seu tempo? Isto é que seria mister examinar, como petição de principio, para que se possa ajuizar do valor moral e social da ação maçónica, sob êsse aspecto de sua doutrina. O preconceito de nacionalidade, visto sob a visão estreita de um interesse restrito, só póde

---

(106) Daí a necessidade de maçonizar a educação...

(107) Através da maçonaria, Israel comba'e com essa sinuosa habilidade todas as preponderancias e hegemonias, afim de que somente haja a sua preponderancia e a sua hegemonia. Será possivel que os maçons sinceros, porque os ha, ainda não tenham visto que estão servindo de espoletas ao Povo Eleito?...

(108) Outro grifo bem merecido.

(109) O cidadão do universo é o judeu errante. Por isso, só lhe convem que os cidadãos do universo tenham os direitos em todas as pátrias.

conduzir-nos a uma perfeita negação moral (110)".

Esta é a lição da maçonaria, dada por ela propria. Que os moços meditem sobre o seu internacionalismo dissolvente e varram da vida nacional todos os maçonismos nela enxertados, em nome dos bandeirantes mortos pelos judeus-emboabas, em nome dos pés-rapados mortos pelos judeus-mascates, em nome dos maranhenses mortos pelos judeus- estanqueiros!

(110) Esta longa tirada foi extraida das pags. 32 e 33 do "Livro Maçónico do Centenario", ed. do Grande Oriente do Rio de Janeiro, 1922. As pags. cits, se acham no trabalho de Marco Aurelio, pseudónimo de qualquer *Poderoso Irmão*, sob o titulo "O que é a maçonaria". A publicação em apreço foi organizada pelos *irmãos* Otaviano Bastos, Optato Carajurú e Everardo Dias.

CAPITULO XV

O OURO DE ROTHSCHILD E A MÃO DO GENERAL MIRANDA

O conselheiro Manuel Rodrigues Gameiro Pessôa, mais tarde visconde de Itabaiana, escrevia de Londres ao Imperador, afirmando não haver dúvidas sobre a existencia duma sociedade secreta, creada para exterminar a monarquia no Novo Mundo, cujo fóco se achava na Colombia, onde se refugiára o filho do padre Roma, depois de 1817, general José Inácio de Abreu Lima (1); após o malôgro da Confederação do Equador, em 1824, fôra para ali que fugira o secretario do governo da mêsma, Natividade Saldanha. Itabaiana estava na capital inglêsa em companhia de seu amigo do coração, Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, tratando do nosso primeiro emprestimo externo com a urubuzada judaica da Bôlsa. Londres era, então, o dínamo propulsor de todas as agitações maçónicas que se processavam na America do Sul, dêsde o começo do século XVIII, pelo menos. A proteção do duque de Sussex, grão-mestre da maçonaria inglêsa, estendia-se sobre todos os intrigantes, agitadores e corifeus da seita. Graças a ela, por maiores esforços que envidasse, a embaixada portuguêsa não conseguia a expulsão de Hipólito da Costa, que o intendente de policia do Brasil, Paulo Fernandes Viana, achára mais cómodo comprar com metal sonante (2). A's lojas

(1) Pedro Calmon, "O Rei Cavaleiro", pag. 153. Era o Grande Oriente e Supremo Conselho do Rito Escossês, estabelecido na cidade de Cartagena em 1822, *apud* "Livro maçónico do centenario", pag. 116. Diego Carbonell, "Resumen historico de la ultima dictadura del Libertador", ed. do "O Norte", Rio de Janeiro, 1922.

(2) "Anais da Biblioteca Nacional". t. XLIII-XLIV, pags. XXVIII a XLVIII.

"Vêem-se os homens babels e polidos na culminancia do poder, os artigos discutidos paragrafo a paragrafo, as conferencias, os aposentos salenes, a mêsa hirta com os papeis

londrinas iam ter as pontas de todos os fios das meadas urdidas em nosso continente. E' que o poder financeiro de Rothschild substituira o poder militar de Napoleão, e o Kahal de Londres principiava a governar o mundo, preludiando a formidavel ação atual do Intelligence Service...

A grande figura maçónica que, de acôrdo com os poderes ocultos da Inglaterra, dera os necessarios passos para a preparação dos movimentos revolucionarios sul-americanos, fôra o general Miranda, o qual pusera um de seus centros polarizadores na Colombia. Itabaiana, frequentando os banqueiros judeus de Londres, estava pelo que ouvia ao par da verdade e dava uma informação absolutamente exáta.

"Francisco Miranda — diz o grão-mestre da maçonaria brasileira Mario Bhering — é a figura mais interessante de quantas aparecem na história das tentativas para a emancipação da America (3)". Nascido em Caracas, capital da Venezuela, em 1756, serviu nos exercitos dos Estados Unidos, da Rússia, da Espanha e da Revolução Francêsa. Serviu a todas as pátrias, porque não tinha nenhuma. Era o tipo acabado do militar aventureiro e do agente revolucionario internacional. Dizia-se soldado do nobre ideal da emancipação americana e pôs-se ao serviço das forças secretas que tambem o apregoavam. Não se póde saber se estava ou não ao par da obra judaica que se encapotava sob êsse ideal. O certo é que, dêsde 1790, procurou interessar as lojas inglêsas e iánquis nessa obra. Fundou a famosa loja *Regional Americana* de Londres, da qual saíram as duas *Lautaro*, a de Cádiz e a de Buenos Aires. Em todas elas, se exigia do neó-

---

e o tinteiro em cima — mesuras, relatorios, fardas — não se vê o ouro que corre de bolso para bolso, nem as consciências que amolecem, nem as algibeiras sem fundo — nem a vida secreta...", Raul Brandão, "El Rei Junot", 2.ª ed. da Renascença Portuguêsa, Porto, pags. 103-131.

Hipólito vendera-se tambem ao conde de Linhares, segundo doc. da coleção de papeis dêste na Biblioteca Nacional. Era um bom jornalista.

(3) Op. cit. t. cit, pag. XLVI.

fito jurasse solenemente dar bens e vida pela independencia da America (4). Os patriotas sinceros pronunciavam êsse juramento com entusiasmo e o cumpriam com seu sangue, sem a menor desconfiança de que trabalhavam para a realização dos sinuosos planos de Israel.

Em 1809, a diplomacia espanhola reclamava com certa veemencia do primeiro ministro Canning contra a liberdade de ação de Miranda na Inglaterra. Mas Canning, obediente aos interesses da sinagoga, respondia que as pesquisas feitas pelo governo britanico o haviam persuadido que a condúta do general não era de molde a inspirar a menor inquietação ou desconfiança (?). E o trabalho de sapa continuou. "Ao mêsmo tempo que muitos irmãos cuidavam de aumentar o número dos adeptos, desempenhavam outros reservadissimas comissões; desta maneira, sob os trajes modestos dum marinheiro, a indiferença dum negociante, a batina insuspeita dum sacerdote, a atividade inerente a um corretor de mercadorias, a impassibilidade anglo-saxonica dum turista se ocultava um filiado encarregado de levar a cabo importante e delicada missão (5)".

No Brasil, muitos fôram os agentes dessa espécie, a julgar pelos que, ainda hoje, através do tempo e de dificil documentação, se pódem identificar. Que era o contrabandista inglês Lindley, agarrado na Baía, em 1812, com a bôca na botija, e libertado da cadeia pelos maçons, que lhe deram fuga, senão um dêsses agentes (6)? E o viajante luso-inglês Henry Koster, que percorreu o Nordeste de 1808 a 1815, que era, senão outro?

Lendo-se o primeiro volume de suas "Viagens", publicadas primeiramente em inglês e, depois, em

---

(4) Zuniga, "La loja *Lautaro* y la independencia de America", Buenos Aires, 1922. As lojas do Brasil exigiam o mêsmo juramento em prol da independencia.

(5) Zuniga, op. cit.

(6) Escragnolle Taunay. "A Baía de D. João VI".

francês, com certa atenção, verifica-se nas entrelinhas que nada mais foi do que um agente de ligação daquilo que bem se póde chamar o *mirandismo*. Tomou como pretexto de sua vinda a um país exótico e pouco procurado a necessidade de mudar de ares por motivo de molestia. Entretanto, ao invés de chegar e ir repousar num sitio ou fazenda, meteu-se pelo interior, indo de Pernambuco ao Ceará por terra, a cavalo, travessiá pouco aconselhavel nos nossos dias e muito menos naquêle tempo, sobretudo para um enfermo. Trouxe muitas cartas de recomendação para negociantes do Recife, especialmente inglêses. Não cita o nome dum só. Aliás, sómente cita nomes de pessôas que se está vendo não tinham compromissos na seita. São rarissimas as excepções em contrário. Quando veiu, tinha já ligações, segundo confessa, com muitos portuguêses, dêsde a Inglaterra. O conhecimento que possuia da lingua lhe facilitaria a tarefa. Esteve em Goiana, onde voltaria mais tarde varias vezes, recomendado a Arruda Cámara, do qual publica em apendice ao seu segundo volume das "Viagens" um trabalho sobre botanica (7). Goiana era um fóco de revolucionarismo maçonizante, que repeliria a reação de Luiz do Rego em 1821. Arruda Cámara era um dos mais antigos e o mais graduado dos conspiradores maçons de Pernambuco.

Em Natal, Koster foi recebido com toda a consideração pelo então governador Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, antigo conspirador, irmãos de conspiradores, que lhe deu uma carta de recomendação para um dos homens mais conceituados da cidade cearense do Aracati, naquêle tempo, José Fidelis Barroso, bisavô paterno do autor dêste livro, cuja hospitalidade é a que o viajante mais louva em sua obra. Na travessía do Rio Grande do Norte para o Ceará, algumas autoridades suspeitaram

(7) Henry Koster, "Voyages dans la partie septentrionale du Brésil", Cide Fils, Paris, 1818, t. I, pags. 7, 20, 21, 24, 29, etc.

dêle e teve de lançar mão de intimidações para evitar suas exigencias. Passou até como "agente de Bonaparte". Êle mêsmo o diz. Doente e precisando de novos ares, levou 34 dias a cavalo de Natal a Fortaleza, de onde voltou ao Recife, servindo até de portador a despachos do governo cearense (8). Que bôa fé a daquelas autoridades!

Oito dias depois de se achar na capital pernambucana, recebeu cartas da Inglaterra "que o obrigaram a ir ao Maranhão". Que obrigação era essa para um homem doente que só precisava mudar de ares? Chegando a São Luiz por mar, apesar do navio não ter sido visitado pelo guarda-mór, "achou meios" de enviar á terra as cartas que trazia. Tinha muita pressa em evitar a revista da alfándega! Mas não pôde evitar que suspeitassem duma caixa de livros que o acompanhava, obrigando-o as autoridades a traduzir-lhes os titulos e dar conta de seus assuntos. O homem doente viajava com caixões de livros! No Maranhão, durante sua permanencia, esteve em contáto com o famoso ricaço da Parnaíba, Simplicio Dias da Silva, que participou de muitos sucessos politicos, e com varios individuos suspeitos que se encontravam presos: um ouvidor suspenso das funções, homem *independente*, que agia com liberdade "apesar dos perigos que corria", diz Koster textualmente (?); o capitão dum navio inglês, e um brasileiro de categoria. Nenhum nome! (9).

Em 1811, o pseudo viajante á cata sempre de novos ares veiu outra vez da Inglaterra para Pernambuco e andou por Goiana, Bom Jordim, Jaguaribe, Monteiro, Uinha, Itamaracá (10). Quando foi embora, deixou preparados os rastilhos para a explosão de 1817. Êle "devia entender-se com Hipólito da Cos-

---

(8) Op. cit. t. cit. pags. 124, 128, 185-188, 202.

(9) Op. cit. t. cit. pags. 291, 295, 310, 311, 312, 317. Simplicio Dias da Silva, conforme atesta o "Livro maçónico do centenario", pag. 299, era *maçon benemerito!...*

(10) Op. cit. t. II.

ta e obter o apoio da nação inglêsa" (11), assegura Pedro Calmon, sem dúvida com fundamento para isso.

A atividade desenvolvida por Miranda na maçonaria com agentes de tal ordem foi tão notavel que comumente se falava em "maçonaria mirandista" e em "lojas mirandistas". Seus grandes colaboradores no continente eram San Martin, Alvear, Zapiola, na Argentina; Urtaris e Brisoño, na Venezuela; O'Higgins e Madariaga, no Chile; Mier e Santander, no Mexico; Narino, na Colombia; Mantufar, no Equador; Ángulo, Meljar, Arenales, Monteagudo, no Perú; Domingos Martins Dourado e Domingos Teotonio Jorge, no Brasil. Dêstes dois, o primeiro tivera inteligencias no Prata, com Rivadavia (12). Todo o continente estava, assim, envolvido na teia dos agentes maçónicos, manobrada pela maçonaria de Londres, a qual era, visivelmente, manobrada pelo Kahal dos judeus.

As revoluções que se desencadearam no Brasil, as conjuras que ciciaram na penumbra das boticas judaicas e das academias, cujos rótulos literarios escondiam atividades subversivas; todas jamais refletiram um sentimento nacional, aspirações naturalmente brasileiras, como a história, que se tem escrito nos faz crêr; todas obedeciam, assegura pessôa insuspeita, o grão-mestre da maçonaria brasileira, Mario Bhering, ao "imperativo continental". Na sua abalisada opinião, o levante de 1817 não é um fáto eminentemente nacional, como se diz, porém "UM DOS MUITOS EPISODIOS DA OBRA REVOLUCIONARIA DE MIRANDA (13)". Ora, Miranda não era brasileiro, não conhecia o Brasil, não o podia amar. Era venezuelano de nascimento e cosmopolita de alma, aventureiro e agitador profissional, criatura das

---

(11) Pedro Calmon, "História da civilização brasileira", pag. 160.

(12) Julio Pena, "Cartas de Rivadavia".

(13) "Anais da Biblioteca Nacional", t. XLIII-XLIV. Introdução, pag. XLVI.

forças ocultas. Assim, os que lhe obedeceram e serviram, não serviram nem obedeceram ao Brasil e sim á maçonaria que êle representava e que, por sua vez, era escrava do judaismo. Ninguem póde obedecer e servir ao mêsmo tempo a dois senhores. Parece lógico.

Miranda entrára na Revolução Francêsa como agente da Inglaterra, isto é, do Kahal de Londres. Os convencionais Petion e Brissot, ambos girondinos, confessaram que deveram suas promoções á proteção das influencias inglêsas (14). Fazia praça de opiniões extremadas e denunciou Dumouriez, seu general chefe, á Convenção Nacional. Na batalha de Neerwinde, sua atitude pareceu tão suspeita a muitos oficiais que foi abertamente qualificada de traição (15). Em abril de 1793, Robespierre declarava: "Stengel, aristocrata alemão, e Miranda, aventureiro espanhol (*sic*) empregado por Pitt, tráem-nos, ao mêsmo tempo, em Aix la Chapelle e Maestricht". Pouget de Saint André, que cita êste documento, continúa: "Todavia Miranda foi absolvido e coroado de flôres. Pouco depois, foi novamente preso como amigo dos girondinos. Pôsto em liberdade a 9 de termidor e proscrito a 18 de frutidor, refugiou-se na Inglaterra (?). Algum tempo depois, voltou a Paris e foi encarcerado por ocasião do atentado da máquina infernal. Libertado logo, julgou melhor ir para a America. Regressou a Paris no tempo do Consulado, sendo expulso pela policia como agente de Pitt (?). Fundou na America uma loja maçónica que êste ministro inglês dirigia por seu intermedio (16). De maneira que tambem, por intermedio dêsse aventureiro, William Pitt, isto é, a politica anglo-judaica dirigia os pobres

(14) Pouget de Saint André, "Les auteurs cachés de la Révolution Française", pag. 118.

(15) Thibaudeau, "Mémoires", t. I pag. 14. Cf. de Pradt, "Histoire de la Belgique".

(16) Pouget de Saint André, op. cit. pags. 119-120. Sobre o general Miranda é conveniente consultar "Archivo del General Miranda", Caracas, 1929-1933, 12 vols. A biblioteca do Museu Historico Nacional possúe essa obra.

sonhadores da república e da indepencia no Brasil, que muito longe estavam, envoltos no nevoeiro de seu idealismo, de supôr uma cousa dessas.

Portanto, Itabaiana estava bem informada do que dizia de Londres ao Imperador. Miranda fôra, com efeito, o grande agente dos poderes ocultos que residiam na Inglaterra e cuja filial estabelecera na Colombia. Napoleão despresava êsse general de aventura, qualificando-o como espião espano-britanico (17). Sua história demonstra que a opinião do Côrso era bem fundada (18). Como poderão, pois, os verdadeiros brasileiros, depois de devidamente esclarecidos, render culto a movimentos pseudo-nacionalistas, que não passam, segundo o grão-mestre Mario Bhering, de *meros episodios da obra revolucionaria de Miranda,* obra de Pitt e do Kahal por trás de Pitt? Que póde ter de nacional uma obra dessas?

No ano de 1824, o conde de Subserra escrevia ao Rei de Portugal o seguinte: "Foi pelos anos de 1800 a 1802 que os clubes maçónicos portuguêses na Europa e na America, pela influencia de Hipólito José da Costa, depois tão conhecido como redator do "Correio Brasiliense", tomaram á sua conta a separação do Brasil. De Pernambuco se denunciou a conspiração; os agentes do governo, porém, infieis ao seu dever, iludiram com certidões falsas a verdade dos fátos; o intendente Maniques, no último quartel da vida e atraiçoado, nada descobriu; o ministerio de Sua Majestade só veiu a acordar da sublevação que se lhe preparava, quando em 1806 o seu ministro em Londres (19) avisou de que *ali se conspirava contra o Brasil* (20). Não se seguiu, porém, de perto êsse descobrimento que de todo se julgou inútil, quando Sua Majestade transferiu temporariamen-

---

(17) Duquêsa de Abrantes, "Mémoires", t. I pag. 290.

(18) O'Kelly de Galway, "Miranda".

(19) Sempre Londres, como fóco das conjuras.

(20) O grifo é nosso.

te a sua côrte para o Brasil... Os sucessos posteriores de Pernambuco em 1817 assás então comprovaram o cuidado que deveriam merecer uns tais avisos. Do que se deduz: 1.°, que a separação do Brasil era obra em que trabalhavam os clubes de que simultaneamente fôram corifeus os facciosos de que nos vimos livres em Portugal e *os que hoje dirigem os negocios naquêle país;* 2.°, que o seu fim *não é sòmente a independencia,* sim o estabelecimento duma democracia descarnada; 3.°, que tudo o que não fôr mais ou menos o reconhecimento dessa mêsma desorganizada democracia não será por êles admitido; 4.°, que em consequencia o Império, os seus atributos são *idéas fantasticas para iludir os povos*... Duas outras verdades se apresentam a quem tiver ocasião de refletir no que dizem os periodicos do Brasil. Convem saber: primeiramente que a fórma com que o Brasil hoje se apresenta tem sido toda amoldada nos clubes ou sociedades secretas... (21)".

Preciso, claro, irrespondivel documento! As fôrças subterráneas tinham preparado e amoldado a seu geito a independencia. Por isso, José Bonifacio a chamava "independencia maçónica" e não independencia do Brasil. "Que os simbolos e cerimonias maçónicas teem servido para encobrir planos politicos não é licito pôr em dúvida; estavam nêsse caso as lojas de 1821 a 1822, que tinham por grão-mestre D. Pedro I (22)". Elas modelaram o disfarce do imperio para iludir o público, prontas a atirá-lo fóra na primeira oportunidade. Para alcançá-la, os republicanos maçons do continente sul-americano começaram agir, orquestra regida pela batuta de Londres, através da Colombia, segundo a denunciação de Itabaiana. A quéda do Império estava decidida. Seria

---

(21) *Relatorio* do ministro dos negocios da Marinha e Ultramar, apresentado em Lisbôa a 19 de janeiro de 1824. Os grifos são nossos.

(22) "A liberdade de cultos no Brasil", Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 1877, contendo as cartas publicadas no "Correio Paulistano" por *Velho Liberal*, pseudónimo do conselheiro Benedito Ottoni, pag. 85.

levada a cabo de vários modos, como veremos no decurso dêste e do seguinte capitulo: escravização financeira e controlo economico pelo judaismo internacional, acastelado na Grã Bretanha por trás de suas esquadras; revolução republicana e separatista, enfraquecendo o poder central e gerando odios e místicas; exploração de escándalos, desprestigiando a autoridade imperial; guerra estrangeira combatida pela *sestrosa politica interna*, impopularizando o imperante. Êsse plano teve como resultado, com o tempo, a abdicação de 7 de abril de 1831. Veremos por enquanto a escravização ao ouro judaico e o separatismo republicano.

Nessa data, consumou-se a vingança maçónica contra o *ingrato*, que, "abusando da autoridade, mandou fechar as oficinas dos maçons, onde se haviam rendido os mais puros votos de amor áquêle que, trocando em férrea clava o malhête de ouro (23), que se lhe confiára para manter a ordem, dirigir os trabalhos e defender os obreiros, os feriu e dispersou!!! Remoinhando êle mêsmo no pélago das paixões (?), caíu êle mêsmo com medonho estrondo, não achando a seu lado um amigo que o consolasse (24)!".

O poder pessoal de D. Pedro I sobrepusera-se ao das lojas. O assomado, decidido e violento imperante fechára-as e "por alguns anos deixou de haver maçonaria; ninguem se atrevia a fundar sociedades secretas, que então as leis não autorizavam (25). Depois de assim *ferir e dispersar os obreiros*, fatigado do bacharelismo palavroso, ôco e pernóstico da

---

(23) Êsse malhête de bronze dourado, com as iniciais D. P. 1.º (D. Pedro Primeiro ou Defensor Perpetuo Primeiro?), acompanhado do avental de Acácia, da insignia kadoschiana da Agua Branca e Preta, e do gládio maçónico, de uso do grão-mestre Guatimozin, estão no Museu Histórico.

(24) Manifesto do Grande Oriente do Brasil em 1832, já citado.

(25) "A liberdade de cultos no Brasil", loc. cit. A maçonaria foi fechada pelo alvará de 30 de março de 1818 e autorizada a funcionar pela carta de lei de 20 de outubro de 1823, diz Rio Branco, "Efeméridea Brasileiras", pag. 122. D. Pedro fechou, depois, *manu militari*, o *Apostolado*. O Grande Oriente foi fechado por *prancha* do Guatimozin.

constituinte, o Imperador dissolveu-a. A constituição que outorgaria ao país seria mais completa e mais liberal do que a projetada por aquela assembléa maçonizada. Mas, para os agitadores, não estava em causa o Brasil, sim a maçonaria internacional, que precisava vingar os agravos do ingrato. Êste foi condenado e no dia certo se executou a sentença que lhe arrancou o trono.

Estudemos o processo da escravização financeira e economica.

Ainda não tinha o novo Império dois anos de vida e via-se obrigado a estender a sacola aos banqueiros judeus. Dêsde 1812, era lastimavel a situação do erario (26). O Rei retirára-se, raspando até os cofres do Banco do Brasil (27). Os novos encargos do Governo Imperial aumentavam de muito as despesas públicas (28). Além disso, inaugurava-se no mundo a era dos emprestimos. Os povos pediam cartas constitucionais; os governos dos povos pediam dinheiro. A maçonaria dava as cartas; o judaismo dava o ouro. Assim, os poderes politicos mingúavam deante dos poderes secretos e dos poderes financeiros, os primeiros a reboque dêstes. Desta sorte, as soberanias nacionais começavam a curvar-se deante da internacional maçonica e da internacional bancaria.

O decreto de 24 de janeiro de 1824, referendado pelo marquês de Maricá, autorizou a realização duma operação de crédito no estrangeiro. Encarregaram-se dela, na praça de Londres, o conselheiro Gameiro Pessôa e o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant (29). Lançou-se o emprestimo em duas partes, cabendo o contráto da primeira a um consorcio das casas judaicas Farquhar Chrawford, Fletcher Alexander e Thomas Wilson, e o da segunda a Na-

---

(26) Manuel Jacinto Nogueira da Gama, "Relatorio da Fasenda", 1823.

(27) *Manifesto* de D. Pedro. de 6 de agosto de 1822.

(28) Castro Carreira, "História financeira e orçamentaria do Imperio do Brasil".

(29) Titulados posteriormente como visconde de Itabaiana e marquês de Barbacena.

than Mayer Rothschild, cujo nome aparece pela primeira vez na história para nunca mais sair dela. O primeiro foi datado de 1824; o segundo, de 12 de janeiro de 1825. O total do emprestimo era de tres milhões esterlinos.

"O milhão de libras da primeira operação nos foi dado pelo prazo de 30 anos, com 1 % de amortização, 5 % de juros anuais e tipo de 75, o que quer dizer que recebemos £ 250.000, mas ficámos devendo £ 1.000.000. A margem de £ 250.000, linda soma naquelas priscas eras, ficou *soi disant* para as despesas do emprestimo e, sobretudo, para ser repartida entre os intermediarios, os de lá e os de cá. Nessa margem, está o segredo dessas operações e do açodamento de certos homens de Estado em fazê-las... O contráto com Thomas Wilson e seu séquito contém clausulas que valem a pena ser conhecidas: opção para a segunda parte do emprestimo — £ 2.000.000; comissão de 4 % cobre os gastos (condição 7.ª); monopólio das compras de qualquer material de que carecesse o Governo Imperial entregue á firma dos emprestadores (condição 9.ª) e que os contratadores do emprestimo se esforçariam por obter; 2 ½ % sobre a compra ou venda de quaisquer mercadorias para o Brasil ou do Brasil; 1 % sobre todas as nossas compras e vendas de ouro e prata; 1 % sobre todas as letras de cambio vindas para o nosso país ou dêle remetidas para o estrangeiro; 1 ½ % sobre todos os seguros de embarque de ouro e prata, e *demais transações* (30)!!!" Com tal contráto, o Governo Imperial, decerto inconscientemente, alienava a sua soberania economica em mãos do Kahal. O soberano economico-financeiro do país passava a ser o banco judaico.

"Apesar da opção contratual, os banqueiros Wilson e todo o seu numeroso bando não tomaram a seu

(30) Gustavo Barroso. "Brasil — colonia de banqueiros", 5.ª edição, pags. 31-33. O texto do contráto se acha no op. cit. de Castro Carreira.

cargo o lançamento da segunda operação do emprestimo. Não ha no Tesouro nenhum documento, nem nos livros, publicações e correspondencias do tempo qualquer referencia que elucide o caso. Claro está que não póde ter sido por prejuizos havidos, embora Barbacena se refira a uma baixa dos titulos. Nós sabemos bem como funcionam as altas e baixas ao sabor das mais indecorosas especulações. O negocio foi dado a outro, que o aceitou com *todos os riscos*, máu grado as perdas aludidas. Wilson e sua matúla não fizeram a menor reclamação... Temos de admitir uma intervenção secreta, que arredou a malta-mirim dos Wilson, Fletcher, Bazeth, Farquhar et reliqua e entregou o bôlo á familia-assú, a quem os inefaveis mistérios da alta finança internacional reservavam o direito de exploração do Brasil (31)".

Essa exploração entregue aos Rothschild perdura até hoje. Em 1933, depondo perante a comissão de inquerito do Senado norte-americano, o sr. Hayward, representante dos banqueiros judeus Dillon, Read & Cia., declarava que os emprestimos feitos pela sua casa para o Brasil se realizavam em *colaboração conjunta* com Rothschild, porque "o governo do Brasil não poderia pensar em fazer um emprestimo sem primeiro discuti-lo com Rothschild... (32)!" O emprestimo de 1824, portanto, escravizou-nos por mais dum século aó grão-senhor judaico!

O contráto da segunda parte da operação foi tão leonino, senão mais, do que o da primeira. Itabaiana e Barbacena receberam a comissão de 2 %. Baependi afirmava que só êles haviam desfalcado os cofres públicos de 1.900.000 cruzados! Barbacena teve de defender-se das acusações feitas na Cámara dos Deputados, mais tarde. Em resumo, o emprestimo nos rendeu doze mil contos e nos custos sessenta mil! Pela primeira vez se hipotecaram as rendas das al-

---

(31) Gustavo Barroso, op. cit. pags. 34-35.
(32) Op. cit. pag. 186.

fándegas (33). Dessa malfadada operação de credito decorreu a escravização brasileira ao capitalismo internacional.

Vejamos agora a revolução republicana separatista que se desenrolou no Norte.

O fermento republicano de Pernambuco, que José Clemente reconhecia em discurso a D. Pedro, fermento inteiramente maçónico, parecia adormecido dêsde 1817, mas rebentaria na primeira oportunidade que as lojas, sucessoras dos clubes e academias, encontrassem. Suas solfatáras borbulharam muitas vezes, demonstrando o fogo que ardia nas profundidades. Arguto observador diplomatico, o barão de Mareschal, ministro da Austria, verificára que "lavrava um espirito de independencia republicana (34)". Já no seu Manifesto, a 1.ª Junta Provisória da Provincia ameaçára tornar-se independente. O pretexto magnifico da dissolução da Constituinte seria invocado para justificar a explosão.

A confederação do Equador, em 1824, nada mais foi do que a quarta fáse duma revolução claramente maçónica, que se vinha processando dêsde o raiar do século: em 1801, a misteriosa conjura republicana dos Suassuna e Arruda Cámara; em 1817, a revolução mirandista, concertada em Londres por Domingos Martins e ligada á de Portugal; em 1821, a revolução constitucionalista, expulsando o batalhão de fusileiros do Algarve e impedindo o desembarque de outras tropas metropolitanas, com seu Governo Constitucional Provisório de Goiana, o fóco maçónico por excelencia, obrigando Luiz do Rego ao recúo; em 1824, emfim, a Confederação. E isso continuaria ainda, através do tempo, até a revolução praieira.

"A Confederação do Equador — escreve Pedro Calmon — hesitou entre a federação, que era o seu grito autonomista, e a república, que era o seu obje-

---

(33) Op. cit. pags. 44-46.
(34) Carta do barão de Mareschal a Metternich.

ctivo afinal. Na aparencia, revoltára-se Pernambuco contra a nomeação dum presidente. Mas os revoltosos falavam, nos seus oficios, uma linguagem politica, cheia de homenagens ao Governo Imperial, que prometiam reconhecer, se lhes atendesse a queixa. Por ridiculo que parecesse, a sublevação de tres ou quatro provincias devida á nomeação do honrado Francisco Pais Barreto para presidente duma delas, o coronel José de Barros, herói de Pirajá, frei Caneca, o redator do "Tifis", Pais de Andrade, insistiam nêsse pretexto — e aparelhavam a guerra. Força contra força. O Norte contra o Império (35)". Êste resumo diz tudo sobre a manobra judaica, ganhando tempo ou pretendendo desmoralizar o poder central, se cedesse. Não foi mais do que um pretexto aliado a outros pretextos. Lord Cochrane opinava, com razão, que o mal *tinha raizes mais fundas do que o governo supunha.* O brigadeiro Lima e Silva reconhecia o progresso das *danadas doutrinas!* O proprio Falcão de Lacerda, participante do movimento, negava a república, mas confessava que sempre se haviam servido dessa *calúnia* para *denegrir* os pernambucanos. E' que a ação revolucionaria de 1817 prosseguia seu ciclo, sem parar, através da constitucionalização e mêsmo da resistencia á aclamação de D. Pedro I (36). Daí o grito de desafogo do Imperador, quando essa resistencia fôra vencida pelo enviado da maçonaria fluminense: — "Pernambuco é nosso!".

A agitação dos espiritos era entretida na provincia pelos remanescentes maçónicos de 1817: Guimarães Peixoto, Gervasio Pires Ferreira, frei Caneca, Calado da Fonseca, o padre Venancio Henriques de Rezende e muitos outros. O sangue dos *irmãos* supliciados não apagára as "iras maçónicas". Mêsmo fóra de Pernambuco, sentia-se o trepidar da caldeira, co-

---

(35) Pedro Calmon, "O Rei Cavaleiro", pag. 149.

(36) Ulisses Brandão, "A Confederação do Equador" *in* "Revista do Instituto Arqueologico e Geografico Pernambucano", n.º 123-126, pag. 184.

mo na breve revolta do batalhão de Perequitos da Baía.

Todo o movimento nortista de 1824 foi preparado e encabeçado por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que sagazmente se aproveitou das dificuldades com que ainda lutava D. Pedro com o governo de Portugal sobre a independencia, "cortejando os instintos do povo" e querendo dêsde o começo "segregar Pernambuco da União, afim de constituir Estado independente (37)". Estava ligado á maçonaria internacional, ao movimento mirandista irradiado da Colombia e ao grupo de Gonçalves Lêdo que já influira na revolução de 1817 (38). Tanto assim que a sublevação de Pernambuco fôra prevista e comentada pela imprensa judaiço-maçónica do mundo: o "Times" e o "Chronicle" de Londres, o "Courier Français" e o "Constitutionnel" de Paris, o "Argos", de Buenos Aires (39).

Manuel de Carvalho Pais de Andrade era um brasileiro desenraizado, sem verdadeiro sentimento nacional e sem amor ás tradições do país, por muitos motivos, educado nas doutrinas internacionais da maçonaria. Opulento e insinuante, percorrera muitos países, pondo-se em contáto com os agitadores cosmopolitas da época. Era — confessa o consciencioso historiador Ulisses Brandão — um "americano nas idéas, nos modos e nos costumes, chegando a sua mania ao ponto de abandonar a sua mulher, filha do barão de Itamaracá e sua prima, para ir viver com uma americana, com quem mais tarde se casou em segundas núpcias e da qual teve tres filhas que batizou (?) com os nomes de Estados americanos: Pensilvania, Filadelfia e Carolina (40)". Basta olhar-lhe o retrato publicado na "Revista do Insti-

---

(37) Pereira Pinto, "Memorias sobre a Confederação do Equador".

(38) Teofilo Ottoni, *Discurso* na inauguração da estatua de D. Pedro I, no Rio de Janeiro.

(39) Pereira Pinto, "Noticia historica sobre a revolução pernambucana de 1824".

(40) Ulisses Brandão, op. cit. pag. 194.

tuto Arqueologico e Geografico Pernambucano" (41) para verificar seu facies nitidamente judaico, revelador de ascendencia mascatal. .

Sua eleição por uma verdadeira invasão de atribuições do Governo Geral, unico competente para escolher e nomear o executivo provincial, foi o preludio da revolta aberta, que pretendia ser resistencia ao absolutismo de D. Pedro I e do ministerio. Por trás dêle, agia a maçonaria que se cuidava varrida dêsde 1817, mas que voltára á superficie com a célebre *Jardineira*, em 1821, e que se ramificára nas lojas *Caridade Olindense* e *Seis de Março de 1817*, a qual ainda hoje subsiste (42). "A maçonaria foi, em todo o Brasil, um maquinismo de excelentes molas, em cujos centros compressores as nucleações do país encontraram os elementos para a expansão e para a realização, não só das idéas de liberdade e de independencia, como das de autonomia e de república. No Grande Oriente, o primeiro Grande Vigilante, um republicano vermelho, Gonçalves Lêdo, que chefiava o *partido carbonario*, procurava diminuir o prestigio de José Bonifacio e fazer a independencia com a república, mêsmo sacrificando a unidade do territorio nacional (43)". Foi essa obra de desagregação do Império que Páis de Andrade, o americano, o cosmopolita, tentou realizar sob os mais especiosos e falaciosos pretextos. Veremos como e por que.

Dissolvida a Constituinte, os deputados de Pernambuco, Paraíba e Ceará publicaram no Recife, datado de 13 de dezembro de 1823, um manifesto em que narravam êsse *atentado*, a saída dos deputados com o "terror no rosto" e o aparato bélico das tropas, reconhecendo, todavia, "com gratidão" que o Imperador lhes permitira retirar em paz e até lhes

(41) N.º 123-126.

(42) Ulisses Brandão, op. cit. pag. 154.

(43) Op. cit. pag. 155. Que importa a unidade nacional a uma sociedade judaica internacional?

suprira a passagem. Formidavel tirania! Pergunte-se aos republicanos de 1889 e aos revolucionarios de 1930, propugnadores da liberdade, se tão generosamente procederam com as Cámaras e Senados que dissolveram, para substitui-los por outros muito inferiores, Cámaras e Senados que, tão bem quanto a Constituinte de 1823, emanavam de identica *soberania popular!* Pergunte-se aos marujos obedientes ao mando de Lenine se assim se comportaram para com os membros da Duma moscovita! Pergunte-se... Mas, para que? Quando êles dissolvem, praticam áto de benemerencia; quando outros dissolvem, cometem atentados...

Parecia inocente, sem fel, o manifesto dos deputados, logo que se apanharam fóra do alcance do aparato bélico e sem terror no rosto; mas, no fundo, não passava de hábil e disfarçado apêlo á rebelião 41). A Junta Provisória que governava a provincia pernambucana havia sido apeada e, em seu lugar, se elegera adrede um Grande Conselho composto dos "partidarios, desmascarados ou encapotados, duma república federativa (45)", sob a regencia de Páis de Andrade, eleito presidente pelo povo, embora o Imperador tivesse nomeado para êsse cargo administrativo o honrado morgado do Cabo, Francisco Páis Barreto. Nem se podia dizer que fôra escolhido um individuo máu ou de má nomeada. Não encontrando o morgado quem lhe desse posse e tendo o comandante das armas, Barros Falcão, se aparceirado com os outros, promoveu uma especie de pronunciamento da cavalaria e dos batalhões de caçadores 1 e 3. A cavalaria seguiu logo para guarnecer a fronteira de Alagôas. Os caçadores, comandados por Corrêa Seara e Lamenha Lins, destinados a serem os heróis dos inamolgaveis quadrados de Ituzaingó, depuseram Páis de Andra-

(44) Op. cit. pag. 170.
(45) Op. cit. pag. 171.

de e o meteram na fortaleza do Brum. Mas o comandante das armas reuniu o resto da tropa, aprestou a artilharia, expediu avisos ás cámaras do interior e intimou por oficio a guarnição do forte a soltar o preso. Esta obedeceu. Então, compreendendo que seriam esmagados, os caçadores retiraram para a fronteira alagoana, reunindo-se á cavalaria e formando o primeiro núcleo de resistencia militar á revolta que se ia desmascarando.

Estava-se a 20 de março. No fim do mês, fundearam no Lamarão as fragatas "Niteroi" e "Piranga", do comando de João Taylor, que proclamou vir dar posse ao presidente nomeado pela Côrte, mas consentiu se reunisse o Grande Conselho da provincia para deliberar a respeito. Páis de Andrade ia ganhando tempo na sua manobra. "Houve grande exaltação no Conselho", diz Rio Branco, em nota a Varnhagem. Frei Caneca foi a alma do tumulto. Segundo Barroso Pereira, os exaltados gritavam: "Morramos todos, arraze-se Pernambuco! arda a guerra, mas conservemos o nosso presidente a todo transe! Conservemos a dignidade da soberania dos povos!" Literatura maçónico-jacobina demasiadamente conhecida...

Taylor contemporizou, esperou, e o tão apregoado despotismo de D. Pedro se limitou á nomeação do que hoje se chama um *tertius gaudet*, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que sómente chegou a 20 de maio e nada mais fez do que trocar oficios sem resultado com o poder maçónico constituido ilegalmente sob a capa da soberania dos povos. Vêde um exemplar delicioso daquela literatura a que aludimos e que se tornou absolutamente ridicula em face da calma e ponderação com que agia o Governo Imperial: "Resistiu-se, pois: com armas procurou-se repelir as armas dum poder errante (?), e que tantas razões oferecia para muitas desconfianças, e sustos sobre os grande interesses politicos do Brasil; pro-

clamou-se a Confederação do Equador, e marchou-se a regar com o proprio sangue essa, que nos pareceu, verdadeira árvore da liberdade (46), e independencia, a cuja benéfica sombra repousaremos ditosos, não corridos, e humilhados, mas ufanos de honra, e gloria, ante a presente, e futuras gerações do Brasil, ante a America liberrima (47), ante o mundo inteligente, e livre!" Como essa descrição da tal árvore se parece com a do manifesto maçónico de Lêdo e José Bonifacio, em 1832! O mêsmo estilo convencional e cerebrino, os mêsmos simbolos! Sente-se perfeitamente estar a verdade com Ulisses Brandão, quando afirma: "As gerações de 1817, que haviam proclamado a independencia com a república, eram as mêsmas gerações de 1821 e 1824, que proclamaram a Confederação do Equador (48)". Gerações educadas nos conciliábulos maçónicos, sob a égide de dois principios: autonomia e federação, que pareciam belos, destinados ao bem do país e por isso iludiram tantos patriotas sinceros, mas que, no fundo, se destinavam a dissolver e fragmentar a nação, realizando a obra enfraquecedora dos povos cristãos colimada pelo judaismo. Sente-se perfeitamente que "existiam em fermentação as antigas sementes plantadas em 1817... cuidadas pela devoção de invisivel e fanatico partidista (49), e essas sementes esparzidas pela mão de homens audazes deram em frutos as agitações... (50)".

Taylor, compreendendo que todas as delongas eram recursos astuciosos para ganhar tempo, bloqueou em abril o porto do Recife. Aí Páis de Carvalho lançou proclamações contra êle e contra os por-

(46) E era simplesmente a Acácia simbólica de Hiran...

(47) Liberrima nas mãos da caudilhagem grutesca e ensanguentada de que a centralisação imperial nos livrou até 1889; liberrima nas mãos dos Otorgues, dos Facundo Guiroga, dos Rosas, dos Oribe Corta-Cabeças e dos Lopes!...

(48) Op. cit. pag. 180.

(49) Seria Manuel de Carvalho Páis de Andrade? Tudo o leva a crer.

(50) Pereira Pinto, op. cit.



Manuel de Carvalho Páis de Andrade, quando chefe da Revolução de 1824.

A fisionomia judaica é inegavel.

tuguêses, explorando o nativismo assanhado com a independencia, tornando os lusos cabeça de turco de toda reação, desviando contra êles a atenção geral, enquanto sorrateiramente seus emissarios iam sublevar a Paraíba. Era preciso ganhar a vizinhança á causa republicana. Basta isso para demonstrar que o caso da nomeação do presidente de Pernambuco não passava de pretexto. A Paraíba não estava em jogo, ninguem lhe demitira ou nomeára o presidente. Por que ia levantar-se?

No dia 6 de maio, o Grande Conselho decidiu atacar o núcleo de caçadores e cavalaria de Alagôas, estabelecido na Barra Grande, ameaça constante ás costas dos revolucionarios. Frei Caneca, com seu palavreado rescendente a século XVIII, atacava, entrementes, a constituição outorgada pelo Imperador. E' Natividade Saldanha, nos seus discursos, mostrava exáta compreensão do problema que se punha em equação em Pernambuco, em face da situação geral do mundo, dizendo que aceitar essa constituição era o mêsmo que "se submeter ao imperio da Santa Aliança".

Em junho, devido ás ameaças de Portugal, que não queria reconhecer a independencia, o Imperador concentrava suas forças navais no Rio de Janeiro, na iminencia dum ataque da antiga metrópole. Por isso, Taylor levantou o bloqueio do Recife. O tirano coroado era tão terrivel que, deante de todas as manifestações de rebeldia, abandonava até aquela prudente medida naval. Bem podia tirar as fragatas e deixar dois ou tres brigues encarregados do serviço. Não deixou um patacho. Livre de qualquer coação, Páis de Carvalho levou por deante com vantagem o seu desejo e aproveitou a ensancha para assoalhar que o soberano abandonára de propósito a provincia para que os portuguêses a tomassem. Tudo servia, como se vê, de pretexto á sua campanha. Incentivou a propaganda republicano-federalista, que vinha fazendo dêsde 1821 nas suas obras e na imprensa. E' provavel datar dêsse momento de recrudescimento propagandista o projéto de constituição da Confederação do Equador, que se conhece (51). Fez-se ampla distribuição por toda a parte de exemplares da Constituição da Colombia. Essa constituição resultava do esfacelamento do antigo vicereinado de Nova Granada em tres republiquetas:

(51) Visconde de Ourem, "Confédération de l'Equateur", manuscrito no Instituto Historico e Geografico Brasileiro, L. 144, Ms. 3.157.

Colombia, Venezuela e Equador (?). As mêsmas fôrças que a haviam inspirado eram as que tinham fragmentado o país, que haviam impedido o sonho da Grande Colombia de Bolívar, que haviam tornado esta, sem a menor razão de ser, em Estados Unidos, que prepararam o separatismo do Panamá para ficarem com o canal futuro...

Como estava otimamente informado Itabaiana, escrevendo a D. Pedro que o fóco agitador se achava naquela república!

A propaganda se fazia pela voz de Natividade Saldanha e Soares Lisbôa, pela voz e pela pena de frei Caneca. De todos os lados surgia uma floração de jornais panfletarios, com os nomes típicos da época: "Tifis", "Argos", "Maribondos", "Guaritas", "Sentinelas", além dos "Diarios" e "Gazetas". Na verdade, o fim dêsses periodicos, quasi todos efêmeros, era o que, dum dêles, apontára monsenhor Muniz Tavares em discurso á falecida Constituinte: "plantar a anarquia na provincia... sublevar os seus habitantes e fazê-los separar da união brasileira..."

A república devia ser proclamada no Pará, no dia 1.° de maio (52). No Piauí, o padre Francisco de Paula Barros concitava o povo á sedição. No Ceará, o emissario pernambucano Francisco Alves Pontes conseguiu a deposição de Pedro José da Costa Bar-

---

(52) O dia 1.° de maio é uma data preferida pelas sociedades secretas. Já Weishaupt, o judeu creador da seita secreta dos Iluminados, a festejava, porque era antiquissima festa pagã, quando nas aldeias se costumava plantar ritualmente a árvore de Maio, o *Mai* dos francêses, avó das famosas *árvores da Liberdade*, todas parentes da Acácia de Hiram. Como no dia 1.° de maio de 1831 chegasse a Paris são e salvo o poeta judeu Henri Heine, agente das sociedades secretas, essa data foi escolhida por Engels para a festa dos trabalhadores, inventando-se uma história muito mal contada, para justificar a escôlha, sobre as grêves de Chicago, em 1886. Vê-se a data escolhida maçonicamente na Confederação do Equador antes de Heine chegar a Paris e dos operarios de Chicago fazerem grêves, o que mostra a relação com o Maio do paganismo. Cf. Sallustre, "Les origines sécrètes du bolchevisme", Paris, 1930, pags. 264-266.

No livro do maçon Dario Veloso, "O Templo Maçónico", as pags. 174-175, lê-se o seguinte: "Os maçons são artifices, operarios da civilisação. O 1.° de maio é para todo maçon promessa, simbolo, hino do Trabalho... Que o 1.° de maio, dignificação universal do Trabalho e do Amor, inaugure a aliança inefavel da Ciência, da Arte e do Misterio, os tres veiculos da Paz".

Parece-nos bastante para demonstrar a ligação maçónica do socialismo e da maçonaria, ambos ligados ao Misterio, isto é, o Kahal, o governo oculto judaico...

ros, presidente nomeado por D. Pedro, graças á cooperação das milicias sertanejas do caudilho José Pereira Filgueiras, o mêsmo que não compactuára com a revolução de 1817. Aclamára-se presidente da provincia Tristão Gonçalves de Alencar. No Rio Grande do Norte, o cirurgião militar Januario Alexandrino, fingindo que vacinava as populações, ia propagando o novo crédo. Mandava-se por mar uma tipografia para Fortaleza. A Paraíba era incendiada pelos agentes saídos do fóco de Goiana. Vemos hoje processarem-se quasi de identica maneira, salvo as diferenças de tempo e recursos, as propagandas comunistas. As forças secretas continuam o mêsmo trabalho de desagregação daquela época.

Dissimulado, cauteloso por "câlculo politico", Páis de Andrade ia organizando em Pernambuco, paralelamente a essa propaganda, a resistencia militar, concentrando e armando as milicias e guerrilhas. "Os conspiradores aguardavam o momento favoravel de executar seus planos e a ocasião veiu com o decreto imperial entregando Pernambuco á defesa de seus filhos contra Portugal. A revolução daí concluiu, para sua justificação, que a intenção do filho de D. João VI era abandonar o Brasil á reivindicação portuguêsa, por conseguinte trair a causa nacional (53)". Dois proveitos num saco: a calúnia impopularizando o imperante e o pretexto da defesa para os armamentos (54).

A 2 de julho, sentindo-se já fortemente apoiado na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, Páis de Carvalho lançou o manifesto proclamando a Confederação, sobre a qual ha divergencias insustentaveis deante da logica e que não passam de chicanas históricas. E' necessario esconder o separatismo indefensavel do movimento, afim de poder glorificar

---

(53) Armitage, "História do Brasil".

(54) Na sua *Proposta* para a constituição dum Governo Provisorio, Páis de

os seus promotores. Depois do manifesto, fôram mandadas proclamações contra o "Imperador criminoso" á Baía, Maranhão e Alagôas.

Convocou-se a Assembléa Constituinte e Legislativa da Confederação do Equador em Olinda, no velho paço do Senado da Cámara, da antiga Cámara nativista e nobre que reagira contra os judeus mascatais do Recife e hoje se via sob a férula de seus descendentes ou asseclas, os pedreiros-livres. Frei Caneca dirigiu as bases do *pacto social* á maneira de Rousseau. Suspendeu-se o tráfico negreiro. Encomendaram-se dois vapores, últimas invenções da época (55), nos estaleiros inglêses, grande cópia de munições por intermedio da firma Diogo Burne & Cia., e 6 canhoneiras, armadas e guarnecidas, nos Estados Unidos. Decretou-se o recrutamento geral. Convocaram-se as milicias territoriais. Crearam-se corpos de linha e guerrilhas. Improvisou-se uma esquadrilha com escunas e briques. Prepararam-se as fortalezas. Tudo isso foi rapidamente feito, mal as fragatas desfraldaram as velas em mar alto. A maçonaria tinha pressa de dar o golpe e com certeza de vitória.

Os brigues armados em guerra serviram tambem para a propaganda. O "Guadiana", carregado de mandioca para disfarçar o carregamento de proclamações, foi aprisionado na Baía pelo presidente Francisco Vicente Viana. O "Constituição ou Morte", levando a bordo, como imediato, o poeta, maçon, português e, decerto, cristão-novo João Guilherme Ratcliff, sob o comando do aventureiro estrangeiro. Metrovitch, zarpou para Alagôas com libelos, dinheiro, reforços, armas, munições, material de propaganda e de guerra.

(55) O primeiro vapor que navegou no Brasil foi construido na Baía em 1818 por Caldeira Brant, depois marquês de Barbacena, e inaugurado em 1819. Em 1821, havia o vapor "Bragança", no Rio de Janeiro. Somente em 1825, a Marinha de Guerra adquiriu o "Correio Imperial". Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pag. 376.

Constituíra-se o governo provisorio no Recife por proposta de Páis de Carvalho, com 1 presidente, êle, já se vê, 2 secretarios e 25 deputados, a 2 de agosto de 1824. Logo que teve noticia do que ocorria, o Imperador decretou a 26 de julho a suspensão das garantias constitucionais para a provincia rebelada. Defendia o Estado e a Ordem. A isso os republicanos chamaram e ainda certos historiadores chamam violencia. Como chamar, então, os átos dos que desmembravam o país? Decretou ainda as medidas anormais exigidas pelas graves circunstancias: processo sumário para os cabeças de motim, nomeação duma comissão militar e de seu presidente, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Anteriormente já, pressentindo a ameaça de secessão, desmembrára de Pernambuco a comarca do São Francisco, incorporando-a a Minas Gerais, com a qual ficou até 1877, quando passou para a Baía.

A 2 de agosto, zarparam do Rio de Janeiro a velha náu "Martim de Freitas", crismada dêsde a independencia como "Pedro I", capitánea de Cochrane, a corveta "Carioca", o brigue "Maranhão" e 2 transportes, levando 1.200 homens sob o comando de Lima e Silva, que desembarcou em Jaraguá. O almirante bloqueou o Recife e intimou os rebeldes á submissão sob ameaça de bombardeio. Páis de Carvalho tentou judaicamente comprar o lord, que diziam ser ávido por dinheiro e que João Brigido afirmava ter "uma alma de pirata". Escreveu-lhe, oferecendo-lhe 400 contos. Correu o boato de não ter sido a oferta aceita por ser pequena, o que não é exáto dado o valor do dinheiro naquela época. Houve quem assoalhasse que pedira mais. Páis de Carvalho teria dado. O fáto é que Cochrane não se vendeu (56). Achando-se no porto, a bordo do paquete "Falmouth", a inglêsa Maria Graham, velha conhecida do almiran-

(56) Ulisses Brandão, op. cit. pags. 223 e segs.

te, que se dirigia á Côrte, onde ia ser aia de D. Maria da Gloria, êle foi visitá-la e pediu-lhe que servisse de intermediaria junto aos rebeldes, apresentando razoaveis propostas de capitulação, que não lograram o menor exito (57). A itinerante testemunhou a irritação popular contra os *marinheiros*, os *pés de chumbo*, os portuguêses, irritação que foi uma das alavancas da intrigalhada maçónica para levantar certas camadas da população em todo o Brsil e por varias vezes. O grito de *mata-galego!* ou *mata-bicudo!* ecoou em novas Vésperas Sicilianas e Matinas de Bruges até nos longinquos sertões de Mato Grosso.

Na Barra Grande, os caçadores e cavalarianos do morgado Páis Barreto se tinham entrincheirado em redutos artilhados com peças fornecidas pelo governo legal de Alagòas. Os republicanos, a quem aquêle empecilho no caminho da revolução para a Baía incomodava, atacaram-no por mar e terra, sendo repelidos. A 25 de agosto, apanhados no Porto das Pedras pela corveta imperial "Maria da Gloria" e o brigue "Guarani", do comando de Teodoro de Beaurepaire, os barcos confederados arriaram bandeira e se entregaram. Um dêles era o "Constituição ou Morte", cujo imediato, o poeta português João Guilherme Ratcliff, com outros prisioneiros de marca, foi mandado para a capital do Imperio.

As tropas de Páis de Andrade, pomposamente denominadas Exercito Constitucionalista do Sul, depois do revez de Barra Grande, varridas da costa pela artilharia da esquadra imperial, ganharam as matas do rio Una, retirando para o cabo de Santo Agostinho. Alagôas ficava definitivamente perdida para a causa da revolução, não ousando os elementos maçónicos da provincia pôr a cabeça de fóra.

As forças de Lima e Silva fizeram junção, vindo de Jaraguá, com os batalhões de Páis Barreto, fo-

(57) Mary Graham, "Journal of a voyage to Brasil", Londres, 1824.

mando todas, então, o nome de Exercito Cooperador da Bôa Ordem (58). Do acampamento do engenho Suassuna, o general intimou Páis de Andrade a render-se, em 11 de setembro. O presidente da Confederação achava-se já no quartel general das tropas republicanas que, sob o comando de Barros Falcão, acampavam nos Prazeres, cobrindo a capital pernambucana na linha histórica dos Guararapes.

Os dois pequenos exercitos numeravam mais ou menos os mêsmos efetivos. Um choque entre êles naquela posição célebre dêsde a guerra holandêsa era de consequencias imprevisiveis. Habil general, Lima e Silva queria ter certeza de uma vitória sem riscos e, para isso, concebeu o plano duma marcha de flanco que o levasse ao Recife, na retaguarda do inimigo, cortando-lhe a linha de comunicações com sua base, que era a capital da provincia. Para isso, entreteve os confederados com um combate na sua extrema direita, aferrando-os ás posições, á espera dum ataque geral. Foi "um golpe de audacia e, ao mêsmo tempo, um golpe de mestre (59)", digno do pai do duque de Caxias, o qual se revelaria consumado nessas marchas de flanco por duas vezes na campanha do Paraguai.

Na ponte dos Afogados, as milicias e patriotas armados de João Manuel Alves detiveram por umas duas horas o avanço legalista, mas foram obrigados a recuar sob a chuva de metralha e as cargas de cavalaria, enfurnando-se nos fortes do Brum, do Picão e do Buraco. A' tarde, o brigadeiro Lima e Silva se assenhoreava do Recife. "Estava morta a revolução", declarava em oficio ao ministro da Guerra (60).

Barros Falcão permanecera inativo nos Guararapes, esperando os acontecimentos. A revolução ti-

---

(58) Estilo do século os pomposos nomes dos exercitos em campanha. Ainda em 1851, o que marchou contra Rozas se chamava Grande Exercito Aliado Libertador da America do Sul.

(59) Ulisses Brandão, op. cit. pags. 232-233.

(60) Oficio de Lima e Silva, datado de 18 de setembro de 1824.

vera chefes maçónicos; faltaram-lhe verdadeiros chefes militares. Quando soube da ocupação da capital, o exercito republicano contramarchou precipitadamente para Olinda pelo Poço da Panela, depois de ter tentado um ataque infrutifero contra a ponte de Motocolombó, guarnecida pela retaguarda legalista.

A luta entre os soldados imperiais e republicanos prolongou-se ainda por dois dias, no mar e em terra. Barros Falcão tentou nova investida sem resultado contra a cidade. Mas a desmoralização entrára nas suas fileiras, dêsde a noite em que audaciosamente Lima e Silva ocupára o Recife, quando o presidente Páis de Andrade fugira numa jangada, refugiando-se a bordo da fragata inglêsa "Tweed", de onde, no entanto, escreveu ao chefe de divisão da armada imperial David Jewett, datando a carta do "acampamento das tropas patrioticas (61)"...

O Senado da Cámara de Olinda investiu-se na sua ausencia dos poderes governamentais e propôs logo a volta da provincia á obediencia do Governo Imperial. O ultimatum de Lima e Silva teve, pois, como resposta a capitulação. Os fortes entregaram-se. O exercito constitucionalista foi dissolvido. Historiando os fátos, o general declarava ao ministro da Guerra que o povo, que "não tinha entrado na revolução de 1817, agora estava mais comprometido (62)". Sete anos de intriga e propaganda maçónica naturalmente teriam de produzir êsse resultado. Temos visto em sete anos de propaganda comunista, hoje em dia, como cresceu o número dos comprometidos, sobretudo ali mêsmo em Pernambuco...

Segundo as condições da capitulação sob murrões acêsos, que poderia ser incondicional, as praças de pret e os cadetes seriam poupados a qualquer cas-

---

(61) Rio Branco, "Efamérides Brasileiras", dias 12, 13 e 14 de setembro de 1824. Ação vardadeiramente de judeu...

(62) Oficio de 1.° de outubro de 1824.

tigo e continuariam no serviço das armas; os oficiais esperariam em liberdade o destino que lhes reservasse Sua Majestade; sómente os cabeças de motim se veriam exceptuados de qualquer garantia (63). Frei Caneca e os mais exaltados ou comprometidos não depuseram as armas, seguindo para o fóco de Goiana, a tentar uma reunião com as milicias cearenses de Filgueiras. Perseguidos, combateram no Limoeiro e em Couro d'Anta, onde morreu João Soares Lisbôa, entregando-se afinal na fazenda do Juiz, a 29 de novembro (64). Alguns cabecilhas escapuliram, porém frei Caneca e outros vieram presos para o Recife (65).

Páis de Andrade, que abandonára os companheiros na hora do aperto, conseguiu alcançar a Guiana Inglêsa, de onde se passou para Londres. Natividade Saldanha foi ter á Colombia, morrendo mais tarde em Bogotá. Recolhiam aos fócos...

O frade, Lázaro de Souza Fontes, Antonio Macario de Morais e Agostinho Bezerra fôram condenados á morte no Recife pela comissão militar. A 13 de janeiro de 1825, frei Caneca, depois de degradado das ordens religiosas á porta da igreja do Terço, foi arcabuzado (66). As execuções dos outros vieram depois.

No Rio de Janeiro, o corregedor do crime processou Ratcliff, João Metrovitch, capitão do brigue de que o primeiro fôra imediato e cujo nome, bastante suspeito, nada tem de brasileiro, e Joaquim da Silva Loureiro. Sentenciados á morte, todos os seus recursos fôram rejeitados e subiram á forca. Ratcliff, pedreiro-livre português, foi defendido de todos os modos pela maçonaria, que quebrou lanças para sal-

---

(63) Ulisses Brandão, op. cit. pag. 252.

(64) Op. cit. pag. 258.

(65) Frei Caneca, *Itinerario*, *in* "Obras Completas", publicadas por Antonio Joaquim de Melo.

(66) Frei Caneca, Joaquim do Amor Divino, era filho do tanoeiro Domingos da Silva Rabelo (?). Cf. Mario Melo, "O suplicio de frei Caneca" *in* "Revista do [illegible]

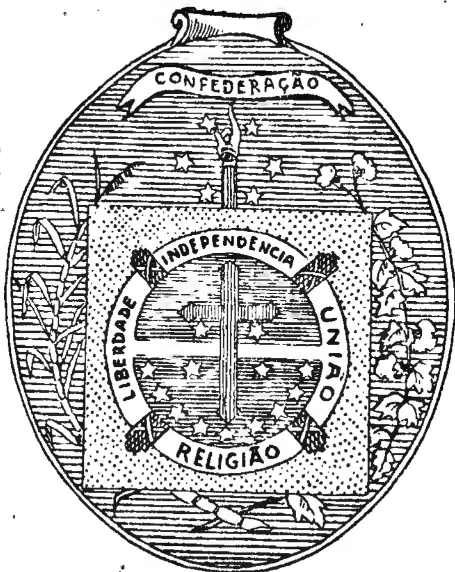
vá-lo. Uma comissão de *irmãos* da Acácia procurou a marquêsa de Santos, implorando a intercessão da concubina imperial. Ela atendeu aos seus desejos. Mas D. Pedro trancou-se num aposento, deixando-a do lado de fóra a suplicar, e só abriu a porta, quando tudo estava consumado (67). Sales Torres Homem, Pereira da Silva, João Francisco Lisbôa e muitos outros historiadores e publicistas, condenaram veemente a falta de piedade do soberano. E' preciso não confundir o homem com a razão de Estado. O homem póde ter piedade. A razão de Estado, ás vezes, não póde ter.

O Ceará resistiu mais tempo do que Pernambuco. Tambem foi atacado posteriormente. As forças de Chaves e Amorim bateram Tristão Gonçalves na várzea de Santa Rosa. Quando fugia a casco de cavalo, mataram-no os partidarios de José Leão da Cunha Pereira e deixaram-lhe o cadaver insepulto, que o sol do sertão mumificou. Filgueiras submeteu-se no Crato. Em Fortaleza, uma comissão militar fez arcabuzar no campo da Polvora os coroneis Carapinima e Pessôa Anta, Bolão, os padres Ibiapina e Mororó. O último revoltára Campo Maior, no Piauí.

Todos êsses mártires duma idéa desperdiçaram magnificas energias, que bem podiam ter sido melhor empregadas em prol da verdadeira grandeza da pátria, ao serviço das forças ocultas, sendo sacrificados, muitos sem saber que estavam servindo de instrumentos ao judaismo-maçónico e conscios de agirem por puro patriotismo, ao insaciavel Moloch do anti-cristianismo. As lágrimas dos brasileiros sinceros devem correr sobre suas campas. Os verdadeiros iniciados como Páis de Andrade, êsses salvaram o pêlo, enquanto era tempo.

---

(67) Ulisses Brandão, op. cit. pag. 233. "O *irmão* vítima de injustiça ou indignidade deve ser amparado e defendido á custa dos maiores e mais intensos sacrificios... Não ha força ou interesse que deva prevalecer, quando se trate de salvar de mãos infames a vítima do Direito, da Razão e da Liberdade... No dia em que a ordem estarrecer ante um áto de suprema reivindicação e inteira justiça, deixou de existir..." V. Dario Veloso, "Templo Maçónico", pag. 157.



Escudo da bandeira da Confederação do Equador, no qual se vêem perfeitamente os sinais cabalisticos-maçónicos das Estrelas de cinco pontas, do ôlho, da Mão-Opaca e da Roda da Fortuna. Êsse brazão é um verdadeiro pentaculo de ciência oculta. A Roda da Fortuna póde ser comparada com a de qualquer estampa de Tarot para se verificar a inteira semelhança. Veja-se, por exemplo, no livro de S'anislas de Guaita, "La clef de la magie-noire", onde o Tarot está todo figurado. O globo central é o que inspirou os positivistas e maçons de 1889, quando modificaram a gloriosa bandeira imperial. No tempo da monarquia, as estrelas que representavam as provincias, eram iguais e equidistantes, em vol'a dum circulo. As do globo republicano, que representam os Estados, são desiguais e dispersas. Não teem mais ligação com o centro. Com efeito, a politica judaico-maçónica desuniu as provincias e creou as hegemonias de umas sobre outras, geradoras de lutas fratricidas. Essa desunião e dispersão nascem com o globo da bandeira maçónica-cabalista de 1824. Os simbolos nacionais precisam ser desinfetados de todo êsse maçonismo anti-brasileiro. A primeira reação foi a do sr. Eurico de Góis. Seguiram-se outras. Outras se seguirão. Trazemos nêste livro uma contribuição inédita para essas reações: a explicação cabalistico-maçónica dos simbolos, que ainda não fôra tentada e que esclarece os *dessous* de nossa história.

Entre os documentos relativos á Confederação do Equador que chegaram até nós figura o desenho do brazão e bandeira da república, acórdes com os que fôram remetidos para a França, quando se encomendaram ali armas e objétos (68). Êsse desenho aparece na "Revista do Instituto Arqueologico e Geografico Pernambucano" (69) e na obra de Clovis Ribeiro, "Brazões e bandeiras do Brasil" (70). As descrições da bandeira feitas por Melo Morais e pelo conselheiro Bellegarde são divergentes, incorretas em materia de heraldica e não correspondem á verdade. O pavilhão é azul claro, tendo no centro um quadrado amarelo gema de ovo, ladeado por 2 ramos, um de algodão, outro de cana, na mêsma posição em que figuram os de café e fumo do antigo escudo imperial. No meio do quadrado, um circulo branco orlando um globo azul celeste, interrompido em quatro pontos pelas extremidades de feixes de varas vermelhas, postos em santor ou cruz de Santo André. Em letras negras, sobre o branco, nas quatro divisões da orla circular, estas palavras a começar de cima: Independencia-União-Liberdade-Religião. O globo azul é partido por um equador branco, que passa ao meio de quatro estrelas. Na parte inferior do globo, uma fileira de nove estrelas, acompanhando a curva. Sobre o todo, uma cruz florejada de vermelho. Como uma espécie de timbre dêsse *escudo* quadrado, aberrante de qualquer regra de heraldica, apontando para uma bandeiróla, flámula ou filacterico em que está escrito em letras negras sobre fundo branco — Confederação. No punho da mão, junto á haste, abre-se um ôlho. Seis estrelas rodeiam a mão.

Que significam êsses *hieroglifos,* como diria o general Madeira? Serão produto de mera fantasia? Consultemos os mestres das ciências ocultas sobre

---

(68) Op. cit. pag. 143.

(69) N.° 123-126, entre as pags. 214-215.

êsse simbolos em verdade cabalisticos. Estanisláu de Guaita, um dos maiores dêles, nos diz que a *Mão-Opaca* é o sinal representativo da *negação do dogma* (71). A parte central do *pentaculo*, formada pelo circulo branco e a cruz de Santo André das varas vermelhas, fórma uma roda com seus raios e nada mais é do que a *Rota do Tarot* mágico, a Roda do Vir-a-ser, que sobe para a evolução e desce para a involução (72).

Ora, com êsses elementos, é fácil lêr o que está simbolicamente escrito pela maçonaria na bandeira. Na Roda do Vir-a-ser, do Futuro, da Fortuna, a Religião está inscrita no ponto mais baixo da involução e a Independencia no mais alto da evolução, de onde pelo sangue, que representa o hastil vermelho, se atinge a *Mão-Opaca* da negação do dogma — negação do dogma religioso e do dogma politico da época, que levará a Confederação, supremo fim a atingir. Aberto na mão negadora, o ôlho da Provincia Maçónica, o ôlho da velha sabedoria oculta, o ôlho da Gnose, ôlho que é o Sol (73), tudo vendo e tudo dirigindo. No meio de tudo, a cruz ensanguentada como a de 1817.

Objetarão que a Confederação respeitava o catolicismo e até o fazia religião de Estado no seu pacto constitucional. Ísso não passava de disfarce como tantos usados pelas forças secretas em todos os tempos. Não vemos hoje o comunismo acobertar-se com a defesa da democracia?

No globo azul, que é, inegavelmente, o pai do que os positivistas meteram na bandeira da República, ha treze estrelas. Das quatro que se acham di-

---

(71) "Le Temple de Satan", ed. Henri Durville, Paris, 1915, pag. 368.

(72) Stanislas de Guaita, "La clef de la magie noire", ed. Henri Durville, Paris, 1920, pags. 251-252.

(73) Dario Veloso, "O Templo Maçónico", Curitiba, 1827, pag. 230. Idem, pag. 230: "Olho da Providencia, indicação mais fácil e assimilavel do Circulo, antigo emblema simplificado do Horus egipcio".

vididas pelo equador, formando como que o Cruzeiro, as duas de cima representam o Pará e o Maranhão, mais proximos da *evolução*, e as duas de baixo, Sergipe e a Baía, mais atrasadas. As da periferia do globo, mais baixas ainda, as provincias do Sul, afastadas da Confederação. As seis que rodeiam a mão e o ôlho significam as provincias separatistas: Alagôas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O total de estrelas confere com o número de provincias do primeiro reinado, que eram dezenove.

Esta leitura de símbolos secretos poderá ser desagradavel aos maçons, porém é verdadeira e não temos abundantemente as nossas interpretações com amarga... Com certeza negarão essas significações. Mas negar sómente não basta. Aliás, nós documentamos abundantemente as nossas interpretações com os seus proprios autores, tanto estrangeiros como nacionais, tendo á frente grãos mestres no assunto como os ilustres, *veneraveis* e *poderosos irmãos* Dario Veloso e Mario Bhering. Se mentimos, então é que êles nos mentiram...

CAPITULO XVI

O MINOTAURO DA AMERICA

De mãos dadas, "maçons e liberais", os primeiros tangidos, ás vezes inconscientemente, pelas influencias ocultas do judaismo (1); os segundos, levados por aquêles e escravos de seus interesses politicos pessoais; além dêles, os despeitados, os invejosos, os envenenados pelas ideologias falsas da época, os xenófobos, os descontentes; todos "detratavam a autoridade" do Imperador, "depreciando o homem e seus serviços (2)". Homem e governante, máu grado as reconhecidas altas qualidades que a educação não cristalizára, ambos tinham os mais graves defeitos. Cada um dêles era uma falha na armadura do soberano pela qual se introduzia o esguicho de pez fumegante da calúnia ou a lámina acerada e traiçoeira do estilete da injúria.

O estandarte dessa guerra terrivel que dia a dia alastrava, assoprada pelo sentimentalismo nacional bem explorado, era a mancebia notoria de D. Pedro I com a marquêsa de Santos, cuja beleza gabaram em relatorios confidenciais diplomatas como o conde de Gabriac e Delavat y Rincon. O Imperador afundára-se na ligação amorosa com escándalo de todos e abandono da esposa, batizando duquêsas bastardas, escravizando-se á sensualidade da paulista famosa e requintada. A história dos amores de ambos, através de episódios e cartas, demonstra que a tinha,

---

(1) Essa influencia está documentada em um trabalho do alto maçon, dr. Liberato Bittencourt, "O que é a maçonaria — Esboço historico", *in* "Revista do Ginásio 28 de setembro", n.º 6 de agosto de 1936, pag. 144: "Um povo ignorado até então estava destinado a trocar a voz do mundo e a transmitir-nos tambem sua religião e seus misterios (*sic*). Calavam-se os outros povos, haviam talvez desaparecido, quando uma nova familia crescente e poderosa aparece na cena do mundo, recebenda certamente a herança do passado, para legá-la á posteridade. Falamos dos judeus".

(2) Alberto Rangel, "D. Pedro I e a marquêsa de Santos", 2.ª ed. pag. 11.

como dizem os francêses, *dan la peau*, o que tornava impossivel abandoná-la dum momento para outro.

A campanha surda ou aberta contra D. Pedro, sobretudo após os sucessos de 1824, em que houve cadáveres de supliciados a explorar como mártires de ideais sublimes, balançando-se das forças ou palitados de balas pelos pelotões de fusilamento, atingiu o ápice. Por isso, os que o defendiam tiveram, logicamente, de apelar para o exagero. E, ao lado dos que o apregoavam alarve, barregão, sensualista, pródigo, absolutista, tirano, bárbaro, déspota, como Evaristo da Veiga e seu filho Luiz, ambos maçons graduados, outros havia que o aureolavam de "prestigios excessivos (3)", e outros que o diziam mero fantoche nas mãos dos Andradas, dêsde quando o haviam proclamado Romulo-Arconte-Rei (4).

Na verdade, D. Pedro era, ao lado dum sensual e dum estabanado, sujeito a crises de epilepsia, um espirito atilado e um nobre, generoso coração, superior em muita cousa aos "aventureiros" politicos que o cercavam e aos quais finamente aludira o astuto Rei seu Pai, antes de ir embora. Destemeroso. Ativo. Visitava as repartições públicas. Inspecionava os serviços. Trabalhava no seu gabinete nos negocios do Estado. Olhava tudo (5). Era um soldado completo. Ninguem melhor do que êle entendia de evoluções e do manejo das armas (6).

O que se organizou no seu governo não fica a dever muito ao que se organizou na benéfica e paternal administração de D. João VI: Sociedade de Medicina, Observatorio Nacional, Caixa de Amortização, Supremo Tribunal, Conselho de Estado. Tinha a preocupação das cousas do espirito: aliviou os tributos sobre livros, acabou a censura, mandou

(3) Alberto Rangel, op. cit. pag. 10.

(4) Ata do Apostolado, de 7 de maio de 1823, no arquivo do Instituto Historico e Geografico Brasileiro.

(5) E' o que dizem diplomatas como Gestas e Mansfeldt nos seus relatos.

oficiais se aperfeiçoarem na Europa, traçou o programa de educação dos filhos, abriu os cursos juridicos. *Il payait de sa personne*, quando preciso, socorrendo de seu bolso, discretamente, os necessitados e apagando os incendios como um bombeiro profissional (7). Corria a cavalo sem parar, deixando todos para trás, boleava séges e traquitanas, saltava janelas noturnamente em aventuras galantes, falava ao soldado, ao marinheiro, ao eguariço, ao frequentador de tavernas na sua linguagem. Cheio de generosidade e de rudeza. Dava o braço a Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, seu intimo, "apreciador de petisqueiras e mulherinhas, artezão de intrigas e editor de piadas (8)".

Era o centauro que entrava de repelão nas salas onde cochilava a burocracia sestrosa e madraça, metendo o rebenque nos funcionarios desidiosos e malcriados (9); que penetrava os umbrais maçónicos, sob a abóbada dos punhais erguidos, para clausurar o Templo com uma ordem sêca aos soldados que o seguiam com espanto; que encerrava as assembléas politicas parlapatonas e pretenciosas, enfiando os pescoços dos sanhões pelas ruas em torno, como em 1823, ou com uma frase curta e rispida como um estalido de fecharia de espingarda que se arma, como a 3 de setembro de 1830: — "Augustos e Dignissimos Representantes da Nação, está fechada a sessão (10)!" A mais concisa e significativa Fala do Trono de que ha noticia. Era homem de repentes, de palavra chicoteante, de gestos viris e atitudes destemidas.

Por tudo isso, no fundo, o povo, o verdadeiro povo gostava dêle, derretia-se com o reconto de suas

---

(6) E. T. Bosche, "Quadros Alternados", pag. 163: "Não ha talvez no mundo soldado algum que entenda melhor do que D. Pedro do manejo das armas e dos exercicios com a espingarda".

(7) Alberto Rangel, op. cit. pags. 14-15.

(8) Op. cit. pag. 17.

(9) Op. cit. pag. 37.

(10) Op. cit. pag. 41.

aventuras goliardas, desbarretava-se prazenteiro, quando o via passar a galope, cingido na fardeta singela de oficial de caçadores, distanciando o estado-maior e os guardas de honra, babava-se de gozo, quando seu chicote zurzia um pagador madraço do Tesouro ou o seu pontapé imperial acertava na parte sensivel dum safardana. Sentia nêle a alma espontánea, borbulhante, generosa e protetora, a mão que se abria para dar com largueza como para castigar sem subterfúgio. Seu instinto lhe dizia que o Imperador tinha alguma cousa dêle povo, na sua rudeza e na sua sinceridade semi-bárbara. O povo amou-o. Talvez tinha sido, antes da campanha demolidora e insidiosa, o homem de governo mais amado do Brasil. O *povo maçónico* envenenou o coração do verdadeiro povo e com êle derrubou o Imperador; mas lá no intimo, á surdina, sempre viveu a afeição primitiva. Toda a impopularidade creada ficticiamente em volta de D. Pedro pela intriga maçónica, ajudada dos grandes erros que êle proprio cometeu, não conseguiu de todo apagar êsse sentimento natural pelo homem das cavalgadas loucas e dos gestos teatrais (11).

O estouvado não era tão ignorante quanto se quis fazer crer: sabia latim, geografia e arte militar, falava linguas, escrevia com certo chiste nos jornais politicos, fazia êle mêsmo os discursos da corôa, versejava, embora mediocremente, compunha músicas, tocava piano, entalhava e esculpia em madeira, desenhava (12). Vê-se que seu espirito propendia naturalmente para as cousas intelectuais e artisticas. Que importa não pudesse nelas se aprimorar por falta de base, graças á má educação que lhe haviam ministrado? Basta os pendores demonstrados para indicar a feição elevada de sua alma que os inimigos entenderam de rebaixar por todos os modos e meios.

(11) Nenhuma documentação melhor para demonstrar essa afeição do povo do que os oficios diplomaticos de Maler, que conferem com os elogios de Armitage, de Debret e até, ás vezes, do proprio Evaristo da Veiga.

(12) Alberto Rangel, op. cit. pags. 21-23

Do mesmo modo que se não pejava no réles epistolario amoroso com a marquêsa de transudar sensualismo barato, assinando-se ora Fogo-Foguinho e Demonão, ora O IMPERADOR, tinha a lágrima fácil, comovia-se por qualquer cousa e, passada a rajada da violencia, penitenciava-se, arrependia-se, compungia-se. Quando a maçonaria apelou para a marquêsa, afim de salvar o *irmão* português e agente judaico-revolucionario Ratcliff, trancou-se logo num quarto, ou não resistiria á súplica, e só abriu a porta passada a hora da execução. A pedreirada livre, empenhada na derrubada do trono, fez grande escarcéu de sua pretensa crueldade e assoalhou que mandára em salmoura a D. Carlota Joaquina a cabeça do supliciado (13). Fábula infame e atroz!

O Imperador conhecera D. Domitila, separada dum marido brutal que a esfaqueára, em São Paulo, após o episodio do Ipiranga. Viu-a e amou-a. Extraíu-a á "obscuridade provinciana" e guindou-a "aos brilhos e rumores da Côrte", tornando-a "teúda e manteúda" (14), nos termos das velhas Ordenações. Dêsde o começo da ligação, maldava-se da paulista. O falatorio dos amores imperiais enchia a cidade. A 4 de abril de 1825, ela foi nomeada Dama do Paço, o que escandalizou toda a gente. Entre a mixela e os Andradas, ávidos de poder, rebentou uma guerra meio surda que pipocava em inconveniencias reciprocas. Deu-se mais tarde a mêsma cousa entre ela e o marquês de Barbacena. Todavia, a Imperatriz D. Leopoldina sómente veiu a saber de tudo na viagem imperial á Baía, em 1826, a bordo. A dama era do séquito (15). Calou-se, devorando as lágrimas na dignidade do silencio. Desabafava nas cartas intimas a Schäffer.

---

(13) Op. cit. pag. 61.
(14) Op. cit. pag. 162.
(15) Op. cit. pag. 138.

De volta da Baía, D. Pedro situou a amante ao pé do paço de São Cristovam, comprando para ela a chácara de Francisco Joaquim de Lima. A mancebia imperial tornou-se o prato das conversas de todo o dia. Os proprios culpados não se preocupavam em disfarçá-la. Deixando a Imperatriz na Quinta da Bôa Vista, o Bragança apaixonado ia com a bela paulista para a fazenda de Santa Cruz, onde demorava dias e dias (16). A 12 de outubro de 1826, outorgou-lhe o titulo de marquêsa de Santos. Parecia pirraça aos Andradas orgulhosos do nome de seu berço. Essa prova pública de prestigio feminino rodeou-a duma côrte de aduladores interesseiros, datando daí sua influencia na politica (17).

As cousas chegaram a ponto tão escandaloso com o nascimento das bastardas, com o afastamento do marido aquinhoado com prebendas, com a proteção estendida á familia da marquêsa, que, uma feita, D. Leopoldina se revoltou e ameaçou retirar-se para a Austria (18), onde se erguia a figura de Metternich como a derradeira coluna da Ordem Antiga, erecta ante as Duas Colunas da Ordem Maçónica Judaica triunfante com a Revolução Francêsa. D. Pedro zangou-se, deblaterou e conseguiu dissuadi-la. Mas a Imperatriz perdia a saúde a pouco e pouco, depois do dificil parto do principe D. Pedro, herdeiro da corôa. Numa grande depressão fisica que a torturava de insónias, resvalava para profunda melancolia. Queixava-se de dôres pelo corpo todo. A erisipela invadia-lhe os membros inferiores.

A's dificuldades da politica interna, mexida e remexida pela maçonaria no afã de tudo aproveitar para impopularizar o governo, bem ajudada pelo descaminho amoroso do imperante, juntára-se a guerra estrangeira, provocada pelo judaismo-maçó-

---

(16) Op. cit. pag. 150.

(17) Op. cit. pag. 156.

(18) Op. cit. pag. 162.

nico internacional. Corrobora o que dizemos um historiador documentado, sério, insuspeito de anti-semitismo, num trecho que vale ouro e no qual sómente assinalamos uma unica palavra: "O Brasil, fraco por elementos que lhe dissolveram concursos essenciais (19), recuou ao Chuí e Quaraim, forçado pela JUDIARIA inglêsa avidamente apadrinhada por Stuart, Gordon e Ponsomby, que ultimou o ajuste de terminar as hostilidades (20)". A guerra forçou o Imperador a partir para o Sul. Embarcou com destino á ilha de santa Catarina, deixando a esposa enferma. A maçonaria espalhou á bôca pequena que lhe dera um pontapé mortal. Na sua ausencia, o marquês de Paranaguá, obedecendo ás ordens da Imperatriz, repeliu a marquêsa do paço (21). No dia 11 de dezembro, finava-se cristãmente D. Lepoldina, arquiduquêsa da Austria, soberana do Brasil, esposa virtuosa e mãe amantissima, que, por obras dum "monstro sedutor", como escrevera a Schäffer, perdera o amor de seu querido Pedro!

A opinião pública foi excitada contra a marquêsa a quem se atribuia a morte da Imperatriz, indiretamente e mêsmo diretamente, porque se dizia até que a envenenára, como revela uma carta de José Bonifacio. A maçonaria, que recorrera sem pejo á amante imperial para tentar a salvação de Ratcliff, esquecera-se do favor e recorria aos incitamentos contra ela, afim de ferir o amante ausente, aquêle *ingrato* Guatimozin que fechára as benemeritas lojas. Todos os pretendentes que a marquêsa não pudera ou não quisera servir, despeitados por isso, juntaram-se aos bandos ululantes de arruaceiros que tentaram atacar a residencia de D. Domitila, guardada pela policia.

---

(19) A maçonaria e a politiqueira creando óbices ao governo e tornando a guerra impopular.

(20) Alberto Rangel, op. cit. pags. 243-244.

(21) Alberto Rangel, op. cit. pags. 163-165.

O marquês de Quixeramobim participára a nova fatal ao Imperador, no presidio das Torres, onde se achava, ao desembarcar do brigue português "Constança" (22). Na correspondencia que entregou ao monarca vinha o relatorio do intendente de policia, Aragão, e uma carta da propria marquêsa, dando conta da efervescencia popular contra ela, do pretexto da enfermidade da Imperatriz para a insultuosa expulsão do paço, afirmando que os ministros pretendiam separá-la do Imperador, afim de governá-lo a seu talante (23).

"Recebera D. Pedro não obstante a noticia da morte da mulher com sincero sentimento, deplorando a falta da companheira submissa, di-lo Mareschal. Encasquetára-se-lhe na idéa, porém, informa o mêsmo austriaco, enfrentar os rumores que rondavam odiosamente a amante e os que haviam insultado no correr daquêles dias trágicos. A's 2 horas da tarde de 4 de janeiro de 1827, a náu "Pedro I", trazendo a seu bordo o Imperador, levantava atropeladamente ferro do porto de Santa Catarina, rumo ao Rio de Janeiro (24).

Desembarcou triste e cabisbaixo, recebendo mal os ministros que fôram a bordo. Os mexericos politicos e diplomaticos fervilhavam pela cidade. Espalhava-se que regressára para vingar os agravos da marquêsa. Depois de esmiuçar essa intrigalhada (25), Alberto Rangel escreve: " Não é curial admitir que D. Pedro tivesse deixado o Rio Grande e os graves problemas que lá desataria, para vingar em pessoa as desfeitas á marquêsa de Santos. Para castigar os desafétos da amiga, Jupiter poderia de longe forjar e mandar os raios que entendesse. A carta com os possiveis e reais pavores de D. Domitila nunca po-

---

(22) Op. cit. pag. 179.

(23) Oficio do barão de Mareschal, de 2 de fevereiro de 1827.

(24) Alberto Rangel, op. cit. pag. 179.

(25) Op. cit. pag. 179 e segs.

deria ter decidido o monarca á resolução da volta. Aproveitaria D. Pedro o regresso para servir e defender a amante, mas nunca seria exclusivamente determinado por ela a dar êsse passo. Senhor da politica e conhecedor dos homens com quem se acotovelava diariamente, o Imperador não podia ser presa fácil aos enredos duma mulher assustada, embora a requestasse muito. Encetando a viagem ao Sul, êle resolvera fazê-la breve, como o demonstra o oficio de Inhambupe ao ministro do Brasil em Paris: "Contando voltar (o Imperador) para esta Côrte no mês de fevereiro (26)".

Ora, D. Pedro I saltou no Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro. Não é grande a diferença para a data anunciada por Inhambupe. A's forças ocultas convinha espalhar o boato de que o regresso era determinado pela queixa da concubina, que viera desafrontá-la, que perseguiria os que queriam separá-lo dela e mais isto e mais aquilo, de maneira a prejudicar a sua popularidade.

A situação politica era, em verdade, grave com o borbulhar de odios, o ciciar de intrigas, as forças ocultas bosquejando nas conjuras a queda do trono. "Era de fáto excepcional e de negras perspectivas o momento histórico do Brasil. Crearam-no a morte abstrusa de D. Leopoldina e a situação do soberano, por assim dizer de mochila ás costas, ao acaso dos acampamentos de guerra. E no fim de 1826 não morreram a paixão e o espirito de anarquia de 1823 (27). Para dar uma idéa do gráu de virulencia dêsses odios, basta ler a "Proclamação da Sentinela da Liberdade á beira do mar da Prai Grande, refugiada em Buenos Aires, aos habitantes livres do Brasil". Assinava-a José Estevam Grondona, foragido por um

---

(26) Op. cit. pag. 185. Apud manuscritos de Sebastião Belford, no arquivo do Instituto de S. Paulo.

(27) Embora oficialmente fechada, a maçonaria mantivera o fogo sagrado dêsse espirito e dessa paixão.

roubo de quadros, segundo insinuações do "Diario Fluminense" e companheiro de Cipriano José Barata de Almeida (28). A politica havia passado para o seio do inimigo da pátria, afim de lá assentar ilesa a tenda do testa de ferro (29). De "sobrinho de Fernando VII" a "antropófago vil", a verrina contra D. Pedro não conhece o *smorzando*.. Arranquemos do pasquim um trecho para lhe orçar a acrimónia e os ascos do calão: "Que podeis esperar de um perjuro, lacaio de estrebaria, burraxo cachaceiro, sem educação, e sem principio, sem honra, sem fé, sem probidade e sem moral, sem talentos, e sem virtudes, sem costumes, e sem vergonha, máu filho, peor pai, pessimo marido, iniquo monarca, de cuja bôca nunca se tem ouvido uma bôa palavra, e de cujo coração jamais tem aparecido uma obra bôa? (30)".

A amostra indica de que estôfo eram os panfletos que os agentes da maçonaria, como êsse Grondona, amigo de Cipriano Barata, maçon e revolucionario profissional, espalhavam pelo país e fóra dêle, glosando sobretudo o ponto fraco da couraça do so-

---

(28) Cipriano Barata era maçon graduadissimo implicado em todos os movimentos subversivos, dêsde a conjura dos Alfaiates na Baía, em 1798. José Estevam *Grondona* cheira de longe a judeu... Era um réles aventureiro. Sentinela da Praia Grande, isto é, da loja Distintiva de Niteroi; refugiada no Prata, por ter sido fechada ali, como as outras lojas. O *ingrato!*... O *perjuro!* No Prata, ajudando os inimigos tradicionais do Brasil, se aninhavam os inimigos do Imperio. Que patriotas!...

Eram dezenas dêsses refugiados, que se diziam perseguidos pelo Imperador e tudo faziam pelo triunfo dos nossos inimigos externos. Em uma carta ao caudilho D. Juan Antonio Lavalleja, por exemplo, o agente Pedro Trapáni lhe recomenda o Padre Caldas, que passava ao Uruguai fugindo ás garras do tirano, que se alegrava com os triunfos orientais e estava prestes a lutar (!) pela causa uruguaia, da qual considerava depender a liberdade do Brasil! Cf. "Archivo del general Juan A. Lavalleja" — 1826-1827 — Publicado por el Archivo General de la Nación de la Républica Oriental del Uruguay — Montevidéu — Imp. El Siglo Ilustrado — 1935, pags. 5-6. O documento mostra como a maçonaria e a politicagem obliteram o senso do patriotismo, de maneira que um sacerdote brasileiro se alegra com as vitórias do inimigo e está prestes a colaborar com êle contra seu país!

(29) Miseravel testa-de-ferro do judaismo que fasia a guerra estrangeira e do maçonismo, seu aliado, que fazia a guerra interna dos partidos. Os judeus corriam a ajudar os uruguaios como podiam, até com cirurgiões para as suas tropas como o famoso Mayer. Cf. "Archivo del general Juan A. Lavalleja", pag. 46. Na obra citada, se encontram duas referencias á ação das forças secretas nos negocios do Prata. Uma num borrão de oficio de Lavalleja a D. Miguel G. Planes, pag. 163: "Ocultas manos entorpecen los negocios de la Provincia". Outra numa carta de Augustin Almeyda a Lavalleja, pag. 391: "Los enemigos encubiertos...".

(30) Alberto Rangel, op. cit. pags. 185-86.

berano para por êle instilar veneno á vontade e corroê-lo. E fizeram-no conhecido no mundo inteiro pela antonomásia insultuosa e grutesca de MINOTAURO DA AMERICA!

A volta de D. Pedro á Côrte obedeceu á necessidade iniludivel de salvar os interesses dinasticos que perigavam com a sua ausencia, embora ela fôsse vantajosa para a marcha da guerra. O consul de Espanha, Delavat y Rincon, escrevendo ao seu governo, informava: "Tendria consecuencias de mucha consideracion la ausencia de S. M. y es factible que el partido republicano, que es considerable en el pays (*sic*), y se halla contenido por la energia de caracter de este Soberano lograse insurreccionar la mayor parte del Brasil (31)".

Se os agentes diplomaticos e consulares sabiam disso, melhor informado estaria o Imperador, que fôra Grão-Mestre e Arconte-Rei, Romulo e Guatimozin, que penetrára os umbrais do Templo salomonico e devia ter a sua policia. Voltou rapidamente, porque compreendeu a urgencia do regresso. Mas a boataria maçónica, terrivel arma israelita, assoprou por toda a parte que só viera por causa da querida marquêsa, cuja carta magoada lhe avivára as saudades e lhe esporeára o desejo de vingá-la. Como, infelizmente, a marquêsa existia e era amada com paixão, a opinião pública aceitou o embuste maçónico. O poder é uma ascése. O homem de Estado deve estar acima dos vicios e corrupções para poder combater as forças destruidoras da sociedade.

Tudo isso ainda não foi bastante e começou-se a articular a história do casamento de D. Pedro com a favorita, afim de causar maior indignação. A tal respeito, "os boatos descabelados andavam á solta pela cidade (32)". O proprio ministro da Austria, o

---

(31) Oficio de 14 de novembro de 1827.

(32) Alberto Rangel, op. cit. pag. 189.

esperto barão de Mareschal, ficou ou fingiu ficar impressionadissimo com êles. Parece que a propria marquêsa se deixou embalar pela idéa que lhe lisongeava a vaidade e ambição, porquanto varios diplomatas, nos seus oficios confidenciais, notavam seus "gestos de pretendente".

A verdade, contudo, é que, após a morte da Imperatriz, o Imperador ficára vivamente abalado, andava macambúzio, "nuvento e cismatico", isolando-se até na fazenda de Santa Cruz, sem ligar ao disse que disse. A influencia da Pompadour diminuía (33). As primeiras nuvens toldavam o céu da ligação imperial.

Em junho de 1827, D. Pedro falou ao barão de Mareschal na necessidade de casar (34). A 21 do mêsmo mês, comunicou-lhe o rompimento com a marquêsa. A 23, seguiu para a Europa o coronel dos granadeiros estrangeiros Luiz d'All-Hoste, primeiro enviado para tratar dos projetados esponsais (35). Em agosto, para o mêsmo fim, embarcava o marquês de Barbacena. Foi nêsse mês que deram um tiro, na ladeira da Gloria, na baronêsa de Sorocaba, irmã da marquêsa de Santos. Diziam que o Imperador lhe arrastava a asa e que o atentado fôra fruto da ciumada de D. Domitila. O certo é que o soberano voltou a frequentá-la, desmentindo a rutura. Mas essa volta ao velho amor, como outras, mais tarde, não concertariam a situação. O vaso de cristal fendera-se, como o do soneto célebre de Sully Prudhomme, verteria sempre pela falha o liquido que contivera e acabaria por ser posto de lado...

Em dezembro, as negociações do casamento encalharam. Em janeiro de 1828, as princêsas da Baviera solicitadas ao noivado recusaram-no. A fama

---

(33) Op. cit. pags. 190-191.
(34) Op. cit. pag. 195.
(35) Op. cit. pag. 197.

do Minotauro da America, espalhada pela maçonaria em toda a Europa, não tentava as filhas dos soberanos de além mar ao tálamo imperial do país longinquo e ignoto. Goraram por isso os projetos de maridança com as princêsas de Wurtemberg e da Sardenha. O Minotauro amedrontava. Êle matava as esposas a pontapés com a bota de tarimbeiro! E Barbacena regressou desalentado.

Era dificil achar uma moça de sangue real que quisesse vir compartilhar o leito com a Pompadour paulista. Esta tinha de ser afastada em primeiro lugar, definitivamente, para se poder negociar. Senão, trabalho perdido. Em maio de 1828, D. Pedro recambiou a marquêsa para São Paulo. Em julho, levando consigo D. Maria da Gloria, que devia casar com o tio D. Miguel e reinar em Portugal, Barbacena tornava á Europa, na fragata "Imperatriz". A 2 de setembro, fazia escala em Gibraltar, onde recebia um oficio cifrado do marquês de Rezende e do visconde de Itabaiana, datado de 22 de julho, de pouco depois de sua partida, no qual lhe davam conta dos sucessos de Portugal.

Soube por êle que D. Miguel, depois de haver jurado a constituição em Viena e de assinar a escritura de casamento com a sobrinha, depois de prometer á Grã Bretanha que, em Portugal, só faria o que o mano Pedro mandasse, arranjando um emprestimo, logo ao chegar em Lisbôa conferenciára de portas trancadas com D. Carlota Joaquina, a inimiga dos maçons e dos liberais. Dêsde seu desembarque, grupos de populares e caceteiros puseram-se a berrar pelas ruas vivas ao Rei Absoluto. Quem não os aplaudia ou acompanhava levava uma cóça. Ao jurar fidelidade e obcdiencia á rainha, fizera-o como Regente da Menoridade e não como Regente nomeado por D. Pedro IV. Afinal, dissolvera a Cámara e fôra aclamado Rei. O miguelismo triunfante dava de rijo na maçonaria e o clamor dos *irmãos* perseguidos encon-

trava na imprensa judaizante do mundo o éco que não encontra o de suas vítimas, quando manejam o poder ou desencadeiam as revoluções esquerdistas.

A noticia, naquela altura, era de estarrecer; mas Barbacena não se deixava manietar por qualquer entrave nem tropeçava na primeira pedra que lhe atirassem ao caminho. Inteligente, culto, sagaz, sabia resolver os casos dificeis. Para onde levar D. Maria da Gloria? Para a ilha da Madeira ou para o arquipélago dos Açores, rincões fieis á monarquia constitucional que ela representava? Para o Brasil, refazendo a travessia do Atlantico e prejudicando sua missão de caça noiva? Para Viena, terra de seus avós, rochedo dinástico em que se quebravam as ondas do revolucionarismo?

Para qualquer um dêsses lugares havia sérios inconvenientes. Nas ilhas, o isolamento, a falta de recursos, o perigo duma surpresa por parte dos miguelistas assanhados. O regresso ao Brasil interromperia o arranjo do casamento imperial com que contava destruir o prestigio da marquêsa, sua inimiga. Viena era a cóva do leão absolutista, que não devia estar no fundo satisfeito com o Imperador liberal, ex-maçon, fabricante de constituições para o Brasil e para Portugal. Viena devia simpatizar mais com D. Miguel. Ali pontificava para o mundo antigo, que teimava em viver, máu grado os golpes do judaismo, e das forças secretas, o principe de Metternich, de quem Barbacena desconfiava, julgando até que, por trás das cortinas, dificultava o casamento de D. Pedro, afim de levá-lo pelo despeito a casar com a marquêsa, desmoralizando aos olhos da Europa a realeza constitucional que permitia êsse abastardamento (36). O Guatimozin-Minotauro, doador de duas cartas constitucionais, se aviltaria aos olhos de todos,

---

(36) Antonio Augusto de Aguiar, "Vida do marquês de Barbacena", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896. pag. 718.

dentro e fóra do país. A suposição de Barbacena não era descabida.

Desta sorte, duas forças combatiam o enlace imperial na Europa com fins diferentes, embora: a maçonaria, creando o mito do Minotauro que apavorava as princêsas; a Santa Aliança, procurando desmoralizar em D. Pedro a figura do monarca constitucional. A Santa Aliança, atuava erradamente, porque combatia indiretamente a si propria, fazendo inconscientemente o jogo das forças ocultas. Na verdade, vencendo essas graves dificuldades, iludindo essas manobras e obtendo, afinal, a vitória, Barbacena sobresái como notavel diplomata nêsse tormentoso periodo da história nacional.

Ao prosseguimento de sua missão e á segurança de D. Maria da Gloria sómente Londres poderia servir. Na liberal Inglaterra, fervilhavam emigrados portuguêses escapos aos caceteiros miguelistas. A fragata "Imperatriz" velejou para Falmouth, onde ancorou a 24 de setembro de 1828. Fôra providencial para Barbacena a recepção do oficio cifrado em Gibraltar, senão aportaria em Lisbôa com a filha de D. Pedro, encontrando D. Miguel instalado no trono de que se apoderára!

Árdua tarefa a do enviado imperial á cata de noiva condigna. Em arquiduquêsas austriacas e grãduquêsas russas, das quais se falára ao principio, nem convinha pensar. Olhou para o Norte, para a princêsa Cecilia da Suecia, que recusou. A demora das negociações permitiu que D. Pedro tornasse a entreter correspondencia com a marquêsa, carta vai, carta vem. Emfim, em abril de 1829, ela chegava triunfante de São Paulo. A reconciliação, porém, devia durar pouco. Em julho, Barbacena arranjava a noiva cobiçada e por sinal bonita: D. Amelia Augusta Eugenia Napoleôa de Leuchtenberg, filha do principe Eugenio de Beauharnais, enteado de Napoleão, e duma princêsa da casa de Baviera. Assi-

nou-se o contráto de casamento. D. Pedro arredou a favorita de vez, dias depois da volta de José Bonifacio do exilio. Ela via, assim, na sua queda, o triunfo de seus peores inimigos: Caldeira Brant e o Patriarca!

A noiva chegou, em companhia de D. Maria da Gloria, na fragata "Imperatriz", a 27 de outubro. Sua beleza e sua graça conquistaram o coração ardente do Imperador. Repetiu-se a história da Bela e a Fera. O Minotauro da America foi domado, senão de todo, quasi de todo, até o fim de sua curta e movimentada vida. A Ordem da Rosa comemorou o encanto do soberano e seu dístico Amor e Fidelidade exprime o que, no momento, lhe ia nalma.

Findára-se o tão falado prestigio da tão falada D. Domitila. O Andrada, que assoalhava ter sido ela a causa de sua demissão e da dissolução da Constituinte, voltára ao país. Barbacena, trazendo ao leito imperial a linda princêsa franco-bávara, ascendia ás cumeadas do favor. A sorte que a desfavorecia favorecia-lhes os inimigos. José Clemente Pereira, os marquêses de Lages, de Jacarépaguá e de Queluz, que tanto tinham usado de sua influencia para contrastar a de Caldeira Brant (37), a haviam abandonado e velejavam para outras paragens mais proveitosas. José Clemente, o maçon republicano, que se fingia absolutista vermelho para poder aconselhar mal o Imperador e levá-lo á perdição, o grande responsavel pela abdicação de 7 de abril, quantas mesuras lhe fizera e agora nem se lembrava que ela existia! (38).

Tanto quanto a mancebia inglória com a marquêsa, a guerra do Sul contribuiu para derrubar o Primeiro Reinado. O Brasil-Imperio herdára a Provincia Cisplatina do Brasil-Reino. Êle proprio não a

---

(37) Op. cit. pag. 673.
(38) Op. cit. pag. 725.

conquistára. Sucessor duma situação de fáto, que lhe era favoravel, só lhe cumpria mantê-la, defendendo grandes interesses. Mas "como havia um imperador a destronar (39)", a maçonaria creou a falsa opinião geral de que a guerra era mero capricho pessoal do imperante (40). Como a luta custasse dinheiro e sangue, como o recrutamento, consoante o sistema do tempo, fôsse bárbaro, naturalmente o povo se tornou contrário a ela. Além disso, a má sorte e a incapacidade de alguns chefes militares sómente nos deram aborrecimentos e revezes, o que agravava a situação. E, dia a dia, a impopularidade de D. Pedro "crescia, açulada pelas intrigas politicas" (41). Buenos Aires era o fóco de todas as intrigas e incitações (42). Alberto Rangel viu bem a JUDIARIA movendo a guerra (43). Um sôpro que vinha da Inglaterra enfumava as velas da ambição platina a se contrapôr ao Imperio, que não era conveniente crescesse muito dentro da ordem e centralizado. Os Templos maçónicos impulsionavam os *bons republicanos* das Provincias Unidas contra os *escravos* da unica Testa Coroada num continente judaizado e maçonizado até a medula, em que êle teve de compactuar com as colunas simbólicas, ataviando-se com o avental da Acácia.

A Argentina queria reconquistar a Banda Oriental para refazer o Vice-Reinado. Os orientais queriam a independencia. Ela lançava-os contra o Brasil e os ajudava; depois confiscaria em seu proveito a liberdade que conquistassem. Engano dalma lêdo e cego! O judaismo internacional açulava a ambição argentina, a ansiedade uruguaia e tambem o instinto de conservação imperial, para tirar todo partido de to-

---

(39) Op. cit. pag. 207.

(40) Op. cit. loc. cit.

(41) Op. cit. pag. 139.

(42) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pag. 130.

(43) Op. cit. pags. 243-244.

dos, enfraquecendo-os, desfalcando o Brasil da margem esquerda do Prata, arrancando á Argentina a Banda Oriental e creando o Uruguai, Estado Tampão, destinado a nunca se expandir e susceptivel de oferecer, num ponto nevralgico do continente, uma brecha para qualquer ação futura, como a propaganda sovietica o demonstrou em nossos dias.

"Conchavava-se a peonada nas bochechas do marechal Lecor" (44), inerte e incapaz. A 19 de abril de 1825, á frente de 33 ou 34 companheiros, o caudilho Lavalleja desembarcava na Agraciada, no local denominado Cañada de Gutierrez, e concitava a gauchada oriental a lutar pela independencia contra o Imperio. De Buenos Aires vinham os recursos de que carecia. O caudilho Frutuoso Rivera, a serviço do Brasil, traiu-o, passando-se para o inimigo (45), cujas hostes engrossavam deante da inação das guarnições brasileiras.

Estas se condensavam em dois núcleos principais: o de Montevidéu, onde Lecôr permaneceu inativo durante toda a campanha, e o de Mercedes, comandado por um velho herói das guerras sulinas, o general José de Abreu, barão do Serro Largo. Na emboscada do Rincão das Galinhas (46), os rebeldes destroçaram a cavalaria missioneria da cobertura de Abreu e, em Sarandi, a coluna de Bento Manuel (47). O general, desajudado de Lecôr, que não arredava pé das muralhas de Montevidéu, retirou para o Rio Grande, deixando toda a campanha em poder da peonada em revolta, que estabeleceu sua capital na vila da Flórida e cuja audacia subiu de ponto.

(44) Op. cit. pag. 171.

(45) Amadeu Baldrich, "História de la guerra del Brasil", pag. 78.

(46) "Yo tenia la mayor confianza de que los enemigos debian ignorar el que nos hubiésemos introducido ya en el Rincón, y por conseguiente qua se nos aproximarian como quien venia a encontrase con sus amigos", *Parte oficial do combate por Frutuoso Rivera.* A traiçoeira emboscada está bem caracterizada. Cf. Rio Branco. "Efemérides Brasileiras". dia 24 de setembro de 1825. pags. 462 e 489.

(47) V. Rio Branco, op. cit. pag. 97: "História do general Osorio", t. I, pags. 145-146; "Apontamentos biograficos para as campanhas do Uruguay e Paraguai", Rio de Janeiro, 1866.

Abreu, chefe capaz de varrer os uruguaios, se dispusesse de recursos, como provára na campanha de 1816 a 1820, foi destituido do comando, entregue a incapacidades notorias, obra do ministro da Guerra, o carquês de Lages, que parecia ter o propósito de perder a campanha, colaborando consciente ou inconscientemente para os fins colimados pelas forças secretas.

Seis mêses após o desembarque dos 33 ou 34 (48), Buenos Aires desmascarava as baterias, como Observa Alberto Rangel. Declara-se a guerra. Nossa esquadra bloqueia o Prata. A Argentina "retruca, autorizando o corso (49)". Aventureiros de todas as nações, flibusteiros de todos os portos, de mãos dadas ás forças maçónico-judaicas, espalham-se pelas nossas costas, preando os navios de comercio. Todavia, quando a Armada Imperial apresava qualquer embarcação em flagrante de forçamento do bloqueio, mêsmo carregada de contrabando de guerra, isso dava lugar a reclamações inamistosas dos governos estrangeiros obedientes aos *pontos* que lhes assopravam a lição, reclamações que suscitaram muitas vezes graves dificuldades diplomaticas (50).

Em julho de 1826, o Exercito de Observação concentrado pela Argentina na nossa fronteira, sob o comando de Carlos Alvear, maçon e antigo agente de

---

(48) Amadeu Baldrich, op. cit. pag. 77, *nota*:... "resulta que los expedicionarios fueron en realidad 34 non 33. La verdad es que uno de sus miembros, el soldado Tiburcio Gomez, fué suprimido de las listas primitivas por Levelleja y Oribe, pero el humilde y glorioso legionario reclamó de esta omisión, que se dice intecionada. El expediente que se formó al respecto, esclareció de modo indubitable el derecho da Gomez".

(49) Albrto Rangel, op. cit. pag. 172.

(50) Sobre a guerra naval no Prata, o corso e as presas, V. Teotonio Meireles, "História Naval Brasileira", na qual se conteem inúmeras partes oficiais do almirante Rodrigo Lobo; Garcez Palha, "Efemérides Navais"; Henrique Boiteux, "Os nossos almirantes"; Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", sobretudo pags. 4-5; Amadeu Baldrich, "História de la guerra del Brasil"; Angel Carranza, "Campañas navales de la Republica Argentina".

Para se ver que nos sobram razões no que afirmamos, basta o seguinte, que se encontra em J. Armitage, "História do Brasil", 2.ª ed. pag. 155; A 6 de julho de 1828, chegou ao Rio de Janeiro "o vice-almirante francês Roussin, com uma náu e duas fragatas, exigindo expressamente a imediata restituição de todas as embarcações francesas tomadas no Rio da Prata, e uma indenisação das perdas ocasionadas, o que

Miranda, invadiu-nos o territorio, com o objetivo de impedir a junção de dois corpos em que se dividia o desorganizado Exercito Imperial, o menor no Rio Grande, o maior em Sant'Ana do Livramento. O Imperador entregára o comando ao marquês de Barbacena, que encontrára as tropas em petição de miseria, os efetivos reduzidos pelas doenças e deserções, a indisciplina e a falta de preparo reinando, os mandriões, os covardes e os desalentados em maioria, servindo de máu exemplo, carencia de armas, de remedios, de fardamentos, de munições, de viveres, oito mêses de soldo em atraso (51)!

"Apenas chegado á provincia de São Pedro, Caldeira Brant age com a maior inteligencia e decisão: estabelece o serviço de comunicações, fortifica o Rio Grande, organiza a defesa da Lagôa Mirim, reforça a esquadra, ordena uma demonstração na costa de Maldonado, organiza um depósito de recrutas e manda recolher aos corpos a *aluvião* de soldados e oficiais distraídos dos seus postos. Sómente êste rol de medidas, sábias e rápidas, salvará Barbacena nos lentos juizos da posteridade (52)". O Imperador seguira de perto o novo comandante chefe, para ver com seus olhos a situação que tão grave se desenhava. Cedamos ainda uma vez a palavra a Alberto Rangel: "D. Pedro estava na tradição lusa, que então via profundamente no Prata a nossa grave e irrevogavel questão continental, o flanco doente, o ponto sensivel. Em 1827, o ministro Araujo dizia a Martius:

---

causou grande agitação em toda a cidade. Ambas as Cámaras estavam dispostas a não aceder á exigencia; contudo, como Roussin ameaçasse empregar a força, se fôssem ineficazes outros meios, D. Pedro assentou terminar a questão, e de seu proprio arbitrio ordenou a restituição das embarcações reclamadas, com indenização das perdas e transmitiu a competenta declaração ao comandan'e francês. Fôram consequentemente entregues as embarcações e ficou tratado que a indenização das perdas seria ultimada antes de se finalizar o ano de 1829".

O episodio demonstra como a judiaria do mundo, elapardada atrás dos governos, violava o bloqueio, certa de se ressarcir dos prejuizos *manu militari*, quando seus barcos com contrabando de guerra fossem apresados. Que havia de fazer o Imperador, assoberbado de dificuldades creadas pela politica e pela guerra, senão capitular?

(51) Alberto Rangel, op. cit. pag. 173.

(52) Op. cit. loc. cit

"Sem o Uruguai e as ribanceiras de La Plata, o Brasil não póde descansar (53)". A oposição que reclamava a paz nas fronteiras do Sul e tratava D. Pedro de intrémulo e desmiolado, pródigo do sangue e dinheiro alheios, não era sómente um partido de campanario, mas a população anti-metropolitana, reagindo por nativismo estreito á herança dolorosa da luta, cuja vitória Portugal bem sentiu indispensavel á tranquilidade dos destinos nacionais (54)".

Estivesse o notavel historiador, que tão bem observou êsse *nativismo estreito* reagindo contra a *herança dolorosa*, melhor ao par dos manejos judaico-maçónicos e lhe daria seu verdadeiro nome: anti-tradicionalismo, anti-Brasil. Foi isso que matou o Primeiro Reinado, que anarquizou a Regencia, que provocou as lutas separatistas, que derrubou o Segundo Reinado, proclamando a República Federativa, degráu para as Pequenas Pátrias do Positivismo, levando-a pelo materialismo ao apodrecimento de nossos dias.

A morte da Imperatriz obrigou o soberano ao precipitado regresso. Barbacena ficou lutando para organizar as tropas, unificar o comando e reunir os dois corpos separados em face da invasão dum inimigo superior em número, melhor apercebido de cavalaria e armado de artilharia mais numerosa, além disso tendo pela prôa a má vontade ou incapacidade do ministro da guerra, conde, depois marquês de Lages, que se não cansava de pôr-lhe pedras ao caminho, como facilmente se verifica na correspondencia oficial trocada entre ambos.

A's dificuldades que se antolhavam no teatro das operações juntavam-se as creadas pela politica liberal-maçónica, cége, inconsciente, sem entranhas ou sem patriotismo, na capital do Imperio. Chegava-se a desejar a vitória do estrangeiro sobre o nacional,

---

(53) Carta de Martius, de 4 de março de 1865, no arquivo do Castelle d'Eu.
(54) Op. cit. pag. 178.

do invasor do nosso territorio sobre os que o defendiam, contanto que disso resultasse a queda do trono, arrastando o *ingrato!* Bernardo de Vasconcelos, Lino Coutinho, Gonçalves Lêdo, Vergueiro (55), "os homens do parlamento, convertidos em generais, dissertavam acerca das peripécias da guerra e da ciência estrategica de modo que metiam no espirito falsas e indeleveis emoções. Suscitavam émulos, creavam e animavam invejosos, autorizavam detratores. A simploriedade pública sem criterio recebeu como incontrastavel tudo o que os embustes da politica inventaram (56)". Onde se viu uma assembléa politica discutir de públicos planos militares? Onde se viu levar por deante uma guerra estrangeira sem declarar o país em estado de guerra? Só no Brasil, no Primeiro e no Segundo Reinado, o liberalismo obrigaria os governos a isso que muito caro nos custou. O liberalismo de papelão prefere o sacrificio dos mais altos interesses nacionais ao sacrificio da mesquinha prerrogativa de fazer discursos balôfos, gloriando-se em assembléas parlapatonas, desunidas, incapazes e impotentes.

Coberto pela cortina de cavalaria da Brigada Ligeira de Bento Manuel, Barbacena manobrou de modo a realizar sua junção com Brown, que vinha do Rio Grande. Frustrado, assim, o objetivo de sua campanha, depois de saquear Bagé, Alvear pôs-se em franca retirada rumo á fronteira, pelo caminho de São Simão. O Exercito Imperial seguiu-os, avistando-o, ao amanhecer o dia 20 de fevereiro de 1827, nas coxilhas visinhas do Passo do Rosario, no rio Santa Maria, prestes a atravessá-lo. Uma sanga pouco profunda separava os contendores. Os brasileiros

---

(55) Veremos na 2.ª parte desta História Secreta as ligações de Vergueiro com as sociedades secretas. Lino Coutinho era companheiro de Agostinho Gomes, Cipriano Barata e Antonio Carlos, maçons notorios, tendo com êles pertencido ás Côrtes de Lisbôa, de onde se evadiram a 5 de outubro de 1822. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pag. 477.

(56) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pag. 189.

desenvolveram o ataque em duas linhas: na primeira, a 1.ª divisão do general Sebastião Barreto; na segunda, a 2.ª divisão do general João Crisostomo Calado. Como o engajamento da luta devia fazer-se pela divisão que vinha á retaguarda, esta teve de percorrer grande extensão de terreno antes de colocarse no seu sector de combate, erro de tática que comprometeu a operação, isolando as duas divisões, no intervalo das quais penetrou a cavalaria inimiga, superior em número. A luta durou até duas horas da tarde. Quebraram-se os impetos das sucessivas cargas adversas nos quadrados dos infantes imperiais, que fusilaram á queima-roupa até os guerrilheiros paisanos de Serro Largo, o qual procurava valentemente contê-los, quando debandavam, e tombou morto no meio dêles. Os argentinos incendeiam a macega, ressequida e envolvem os brasileiros em chamas e fumaceira. Senhor de seus movimentos, apesar, de tudo, Barbacena ordena a retirada, que se faz em ordem, lenta e segura, pela estrada do Passo do Cacequi. O general do Imperio "resolvera interromper o combate" (57) para não sacrificar mais ainda os soldados exaustos e sem munições. A fraqueza numerica da infantaria argentina não permitiu decidir a vitória (58). Militar e politicamente, a batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosario nada significou e os argentinos abandonaram apressadamente o nosso territorio, por ser nêle a sua permanencia insustentavel (59).

Veiu, todavia, em má hora, êsse pretenso revés de nossas armas. A propaganda platina pintou Ituzaingô como outro Chacabuco, como um novo Maipú, prélio decisivo da liberdade sul-americana contra os tiranos coroados, dando tão exagerado passo para o

---

(57) Enrique T. Rottjer, "Las operaciones de la guerra del Brasil y la batalla de Ituzaingó". Buenos Aires, 1927, pag. 30.

(58) Amadeu Baldrich. op. cit. pag. 211.

(59) Saldias, "Historia de la Confederación Argentina, ed. La Facultad, Buenos Aires, 1911, t. I, pag. 231.

quixotismo que creou legiões de *proto-fanfarrones* (60)! "Convertida num instrumento, serviu — dentro do Brasil — para demolição nas mãos dos ALVANEIS (61), que dêsde 1827 minavam o trono (62)".

Barbacena passou o comando a Brown e veiu para o Rio de Janeiro. O governo, como se obedecesse á varinha de condão das forças secretas, substituiu-o pelo inerte Lecôr. Mas a Argentina estava exausta pela guerra. A batalha naval do Monte Santiago, em que destruimos a sua esquadrilha no mês de abril, assumiu proporções de "verdadeira catástrofe nacional (63)".

Como se impunha salvar a Argentina impossibilitada dum triunfo militar decisivo no mar ou em terra, como se impunha amputar o Brasil de seu prolongamento sobre o Prata, na partida do xadrez politico jogada na America do Sul pelo judaismo-maçónico, entrou em cena a peça mais poderosa: a Rainha. Movida pelo governo oculto que o judeu d'Israel reconhecia no famoso "Discurso de Aylesbury", a Inglaterra moveu-se e o ministro inglês em Buenos Aires fêz-se a alma da politica internacional do continente (64). Por trás dos plenipotenciarios argentinos, perfilavam-se sempre as figuras de Gordon, Ponsomby e Stuart. Quando as notas inglêsas ultrapassavam certos limites, o marquês do Aracati, ministro de Estrangeiros, revidava-as com uma sobranceria e dignidade que honram o Governo Imperial. O Imperador sempre estivera animado das melhores intenções para com seus vizinhos, fôsse qual fôsse sua fórma de governo, e nunca mandára exercitos de observação á fronteira da Argentina nem

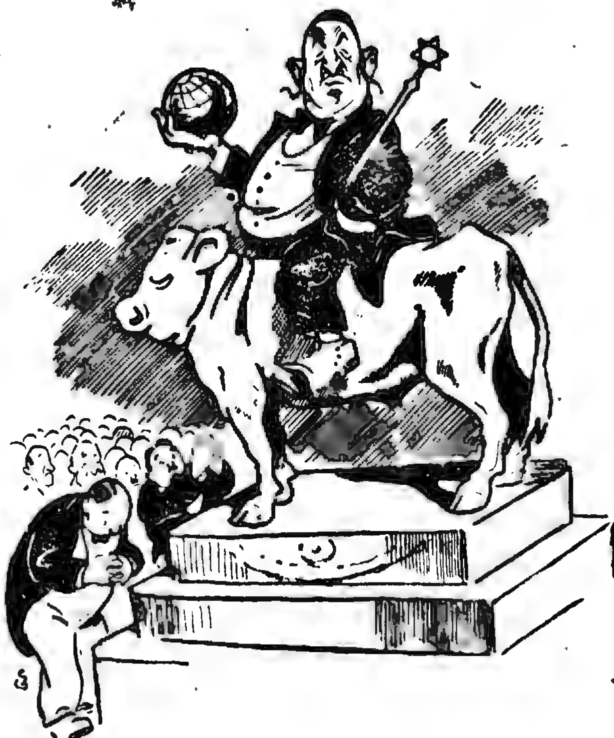
(60) Impugnación a la respuesta dada al Mensaje del Gobierno de 14 de setiembre", Buenos Aires, 1827, *in* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob o n.º 15.083.

(61) O grifo é nosso. *Alvanel*, diz o dicionarista Morais, é "pedreiro de alvenaria". Quereria o autor, sem coragem de falar abertamente,se referir aos pedreiros-livres ou maçons que demoliram o trono?

(62) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pag. 229.

(63) Angel Carranza, op. cit.

(64) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pag. 234.



— "LE VEAU D'OR EST TOUJOURS DEBOUT" —
A adoração do Bezerro de Ouro, segundo um desenho do jornal "La libre parole" de 1.º de agosto de 1936. E' um belo projéto de estatua para o Imperador do Brasil, Rothschild I, em substituição ao monumento de D. Pedro I, no largo do Rocio, quando se proclamar a Républica Sovietica do Anti-Brasil.

provocára a guerra. Portugal ocupára a Cisplatina a chamado de seus naturais e convidado, incitado pelo governo de Buenos Aires. O Brasil herdára a provincia e a incorporára pacificamente. Dera todos os passos para a paz e outra cousa não desejava; mas queria uma paz decorosa, baseada em principios liberais e interesses reciprocos (65).

(65) Sousa Dóca, "A convenção preliminar de paz de 1828", pags. 173, segs. e *passim*.

Afastou-se a forçada mediação britanica e a diplomacia imperial obteve o maior triunfo possivel no momento (66). Firmou-se a convenção preliminar em 27 de agosto de 1828. Dêsde 14, os pontos básicos estavam assentados entre os plenipotenciarios das duas nações, muito antes da chegada de lord Ponsomby ao Rio de Janeiro (67). O Imperador outorgava independencia integral á Cisplatina, que passaria a constituir Estado Livre e Soberano, sob a garantia de seus vizinhos. Os uruguaios restituir-nos-iam as Missões de que Rivera se apoderára em plenas negociações de paz. O Brasil cedia uma provincia. O Vice-Reinado de Buenos Aires ficava para sempre mutilado. E uma nação joven surgia na America (68).

Mais uma vez D. Pedro I contrariava os designios das forças ocultas que o haviam entronizado para torná-lo seu instrumento dócil. O *ingrato!* exclamaria o povo maçónico pelo punho de Lêdo no Manifesto assinado por José Bonifacio. Estava, portanto, irremissivelmente condenado. Já se ajuntava a lenha do sacrificio para acender a pira do 7 de abril, quando Guatimozin, que abandonára a sombra da Acácia, seria assado nas grelhas da abdicação. Como o Azteca, não se queixou e tambem não fôra deitado num leito de rosas...

Um ano mais ou menos depois da paz, a Internacional do Ouro tomava de vez conta do Imperio, que, dilacerado de dividas, batia, em 1829, á porta de Rothschild. A Fala do Trono dêsse ano declarava o estado do Tesouro "miseravel". A 1.º de junho, de Lalenham, onde se encontrava, Barbacena escrevia ao Imperador que, *felizmente*, ajustára um emprestimo. Era, no entanto, tão imoral que o governo inglês

(66) Oneto y Viana, "La diplomácia del Brasil en el Rio de la Plata".

(67) Souza Dóca, op. cit. loc. cit.

(68) Gustavo Barroso, "A guerra do Vidéu", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1930 pags. 235-236.

pensou em proibi-lo!; mas Rothschild nos ameaçava com a falencia em público e raso. Passámos sob as forcas caudinas. A 3 de julho, Itabaiana assinava o leonino contráto que nos ia escravizar ao Bezerro de Ouro do judaismo. Os juros começavam a correr dessa data, quer o dinheiro entrasse, isto é, fôsse subscrito, ou não. O total devia ser dado em doze prestações, mas os juros, dêsde o principio, cobravam-se sobre o capital inteiro. Por um adeantamento pedido, suplicado, chorado, mais 4 % de juros além dos 5 % contratados! Capital nominal do emprestimo, que se ficava devendo: £ 769.000. Capital real, figurando na subscrição: £ 400.000. Capital que o Brasil devia receber com o desconto do tipo de 52 %: £ 208.000, das quais logo se descontaram as comissões, despesas, juros adeantados e percentagens. O Brasil recebeu sómente a ridicula quantia de £ 29.787 (69). Pagou os juros atrasados do emprestimo da Independencia e restos de dividas para com os banqueiros. O monstruoso encontro de contas custou á nação em 30 anos £ 1.950.000. Em 1859, ainda deviamos £ 508.000, o duplo do que nos coubera na maroteira, as quais se incorporaram a novo emprestimo (70).

"Em 1830, a grita era grande no Rio de Janeiro contra êsse emprestimo. Da tribuna do parlamento, Holanda Cavalcanti o condenava, e denominava os arranjos financeiros realizados em Londres a CAIXA MAGICA, O SORVEDOURO DAS RENDAS e o CANCRO DO TÂMISA. A imprensa glosava essas expressões. Encontraremos uma delas grafada pelo proprio punho do Imperador. No dia 27 de setembro dêsse ano, D. Pedro I escrevia uma carta intima a

(69) Amaro Cavalcanti, "A vida economica e financeira do Brasil" in "Anais da Biblioteca Nacional", t. XXVIII, pag. 16.

(70) Gustavo Barroso, "Brasil — colonia de banqueiros", 5.ª ed. pags. 51 e segs.; Candido de Oliveira, "Sistema Financial do Brasil", São Petersburgo, 1842; Castro Carreira, "História financeira e orçamentaria do Imperio do Brasil dêsde sua fundação"; Osvaldo Aranha, "Exposição á Constituinte", 1934.

Barbacena, então ministro da Fazenda, referindo-se, textualmente, á CAIXA MAGICA e declarando-se disposto ao exame das respectivas contas. Como nêsse exame o marquês não podia ser "juiz e parte", resolvera demiti-lo e nomear para seu substituto o visconde de Paranaguá. Por decreto de 30 de setembro, a demissão era publicada, porque *convinha liquidarem-se as contas da divida com Portugal, as grandes despesas com Portugal, as grandes despesas com a Rainha* (71) e os emigrados, e com o casamento (72)".

A CAIXA MAGICA continúa a funcionar até hoje; o SORVEDOURO continúa a sorver as rendas do país; o CANCRO continúa a devorar os ossos da nação, depois de, em um século e pico, lhe ter roído as carnes. Cento e tantos anos de escravização financeira e economica: todo um povo a suar no eito o suor da agonia para pagar juros ao judeu internacional montado no Bezerro de Ouro que o maçonismo adora em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade!

O *povo maçónico*, aliado do judaismo nos bastidores, derrubou o MINOTAURO DA AMERICA, mas entronizou em seu lugar o BEZERRO DE OURO... D. Pedro I nunca dispôs da vida e bens dos brasileiros como Rothschild. D. Pedro I nunca teve a décima parte do poder de Rothschild. Parlamento e imprensa combateram terrivelmente D. Pedro I. Parlamento e imprensa não dão uma palavra contra Rothschild. Que segredo ha nisso?... Que terrivel segredo envolvendo o destino dos Povos?!.... (73).

---

(71) D. Maria da Gloria, em sua estadía na Inglaterra. Sobre essas despesas, consulte-se Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pag. 603.

(72) Gustavo Barroso, "Brasil — colonia de banqueiros", 5.ª ed. pags. 55-56.

(73) A leitura dos famosos "Protocolos dos Sábios de Sião" decifra o enigma da Esfinge da História...

CAPITULO XVII

A SEMENTE DO BACHARELISMO JUDAIZADO

Antes de morrer, o Primeiro Reinado plantou a semente daninha do bacharelismo, ímpio, formalista e pretencioso, destinado a envenenar a nação. Mal aconselhado, o Governo Imperial, em lugar de crear uma verdadeira Universidade no sentido que o termo comporta, destinada a delinear os rumos da cultura e da vida espiritual da nação, fundou meros cursos juridicos, fábricas de descristianização da mocidade brasileira (1).

Em 14 de junho de 1823, Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, apresentou á Assembléa Constituinte o primeiro projéto de creação dêsses cursos, sob o pretexto de libertar os moços brasileiros da escravidão a Coimbra (2). Tinha razão nêste ponto. De fáto, essa libertação se tornava precisa em todos os ramos dos estudos. Mas o Imperador dissolveu a Constituinte e a idéa naufragou nêsse golpe de Estado. Em 12 de maio de 1826, depois de vencida a Confederação do Equador e normalizada a vida constitucional do país, o deputado por Minas Gerais, Lucio Soares Teixeira de Gouveia, levantou novamente a lebre (3). Nos debates que, então, se travaram a propósito, tomou parte, com muito interesse, o senador Nicoláu de Campos Vergueiro, figura

---

(1) "O arcipreste da Sé de São Paulo Joaquim Anselmo de Oliveira e o clero do Brasil", Rio de Janeiro, 1873. Nêsse livro se pinta a obra de descristianização levada a efeito através da Faculdade de Direito de São Paulo.

(2) Spencer Vampré, "Memorias para a história da Academia de São Paulo", Saraiva & Cia., São Paulo, 1924, t. I, pag. 5.

(3) Op. cit. t. cit, pag. 14. Cf. C. H. de Figueiredo "Fundação das Faculdades de Direito no Brasil", *in* "Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro", t. XXII, pags. 507-526.

das mais preponderantes no seio das sociedades secretas. Os representantes do Norte pretendiam que os cursos se abrissem em Pernambuco. Os do Sul queriam-n'os em São Paulo. "A fundação em São Paulo pairava já em muitos espiritos e para ela trouxe tambem Vergueiro a autoridade e a ilustração de sua palavra (4)".

A 11 de agosto de 1827, foi definitivamente aprovado o projéto, creando cursos em São Paulo e Olinda, cujos lentes deveriam adotar ou escrever um compendio didático de sua cadeira, conforme o "sistema jurado pela nação", isto é, não podendo conter idéas contrárias ao regime em vigor.

Os cursos fôram inaugurados em 1828, em Olinda e em São Paulo (5), "cuja história, diz o sr. Spencer Vampré, decerto intencionalmente, resume a história do Brasil dos primeiros tres séculos (6)". O governador Toledo Rendon aproveitou para localizar a faculdade o convento de São Francisco, cuja creação fôra autorizada pelo alvará de 29 de novembro de 1624 e que ali se estabelecera em 1624, ou 1644 (7). Creou-se pouco depois o Curso Anexo ou de preparatorios.

Estavam montadas as fabricas de bachareis. A de Olinda-Recife produziu até 1927 6.694 (2). À de São Paulo coube, "no sul do país, o supremo papel na direção inteletual do Brasil; como a sua gloriosa irmã do Norte constitúe o eixo de gravitação da mocidade septentrional (9)". O judaismo-maçónico infiltrou-se nas duas academias, como o fizera em todas as universidades protestantes da Europa e dos

(4) Op. cit. t. cit. pag. 21.

(5) Em São Paulo, em março. Visconde de São Leopoldo, "Anais da Provincia de São Paulo", pag. 40.

(6) Spencer Vampré, op. cit. t. cit. pag. 46.

(7) Op. cit. t. cit. pags. 4-5.

(8) "Livro do centenario dos cursos juridicos no Brasil", ed. da "Livraria Americana, Porto Alegre, 1927.

(9) Spencer Vampré, op. cit. t. cit. — "A' feição de prefácio".

Estados Unidos, corrompendo a mocidade inexperiente com doutrinas deletérias, afagando-lhe as ambições descomedidas, favorecendo-lhe as inclinações materialistas, estabelecendo as proteções escandalosas e preparando bachareis ôcos, palavrosos, pragmaticos ou romanticos, cheios de orgulho, desfibrados, para serem nos postos da governação e nas magistraturas criados de servir das forças secretas que lhes fizeram a carreira. Tristes moços que se não sentiram capazes de subir sózinhos as escadas da vida e, assim, se enfeudaram, perdendo as supremas razões morais de viver!

Na segunda parte desta obra, veremos a história minuciosa e documentada de como se instituiram, desenvolveram e agiram as sociedades secretas estudantís, de caráter nitidamente judaico, influindo nos destinos da nação através de sua mocidade corrompida e escravizada, como a Burschenchaft ou Bucha de São Paulo e a Tugenbund de Olinda.

Para os espiritos desprevenidos, que olham sómente a superficie das cousas e dos sucessos, sem observar as profundidades, muita cousa parece inexplicavel, sobretudo no dominio da politica, em que é chocante a discrepancia de atitudes de certos homens públicos com o seu caráter normal na vida particular. Tambem muitas vezes, não é possivel compreender por que motivo individuos de valor nada conseguem e outros, inteiramente vazios de inteligencia ou virtude, e de ambas, ascendem facilmente ás cumeadas das posições. Alguns parece que dispõem de imenso poder: tudo lhes é facilitado, tudo lhes é oferecido. Sorte! exclamam os palpavos O estudioso, o observador, o bacteriologista dos fátos sociais sorri e compreende. Em lugar de exclamar: — Sorte! — murmúra entre dentes: — Maçonarias, buchas e *otras cositas más*...

A mocidade brasileira precisa ser devidamente esclarecida sobre essas cousas pra repelir de seu

seio êsses infames organismos secretos. E' vergonhoso que um moço se sujeite á servidão moral para subir na vida, como Fausto vendeu a alma ao demonio para conquistar Margarida. Não corarão por dentro, em conversa com sua consciência, os que fazem carreira por serem maçons ou bucheiros, prejudicando os que teem merecimento e se não prestam ao triste papel? Em nome de sua propria dignidade, a mocidade brasileira deve reagir contra isso (10).

Expliquemos o mecanismo do bacharelismo judaico-maçónico no jogo da politica brasileira. De que maneira ela se processou sempre? Compõem a maioria do eleitorado os homens do interior, ignorantes e pobres, subordinados aos fazendeiros, e os homens sem independencia das cidades, adstritos a chefes politicos, protetores e cabos eleitorais. Fazendeiros e chefes politicos locais obedecem cegamente á direção politica que venha da capital, contanto que esta lhes reconheça absoluto dominio nos seus arraiais. Na Monarquia e na República, a vida politica não passou dessa troca de concessões com o Estado.

A mêsma dependencia entre a Provincia e o poder central. O partido provincial apoia o governo em troca de se manter na dominação regional, escolhendo para representá-lo os bachareis adidos ou não á politica municipal, que se insinuam junto aos poderosos ou são trazidos pela mão das Buchas dêsde os bancos academicos. Orientam o Congresso e os Ministerios, formam os Gabinetes, manobram as oligarquias provinciais e municipais, puxam os cordões ao coronelismo. Como o bacharel politico não é independente e tem de prestar contas ás forças ocultas que o extraíram da obscuridade de Olinda ou São Paulo, torna-se o autor de toda a desgraça do Brasil.

---

(10) O autor dêste lvro fez toda a sua carreira dificilmente sosinho, sem nunca ter pertencido a sociedades secretas de qualquer natureza, nem mêsmo a *coteries* literárias. Pelo contrário, sempre as combateu. Póde, pois, falar aos moços de cabeça erguida, mostrando ser possivel vencer sem aliar-se ás trevas.

Porque a Bucha o transformou em titere, sugando-lhe qualquer seiva idealista. Essa associação secreta nos moldes das sociedades academicas secretas alemãs — Burschenchaften e Bruderschaften, disfarçava a sua finalidade politica com fins de caridade, ajudando os estudantes pobres. O segredo que a velava era apresentado aos *catecúmenos* sob o pretexto da mão direita não saber o que faz a esquerda. Seu mistério desafiava a curiosidade dos jovens. Atuou grandemente e ainda atúa na vida politica do Brasil.

Dirigiu-a sempre um grupo de professores, o Conselho dos Divinos, abaixo dos quais ficavam os Doze Apóstolos; depois, vinham os crentes e os catecúmenos. Os compartimentos dos gráus eram estanques; a obediencia, passiva. Após um estudo do caráter dos estudantes, do 2.° ano em deante, aquêles que podiam ser iniciados eram levados cuidadosamente pelos recrutadores, sob falsos pretextos, á presença dos chefes da associação, homens eminentes nas lêtras, no professorado ou na politica, todos em traje de rigor, com fitas simbólicas, em salas forradas de negro, com caveiras e disticos sugestivos e ameaçadores. Escolhia-se para isso um dia de festa, afim de não despertar suspeitas nem á propria familia do recipiendario (11).

No áto da iniciação, o presidente proclamava a benemerencia da sociedade, servindo de engôdo seu objetivo secundario: o auxilio ao estudante necessitado, o que, em verdade, se comprovava com inúmeros fátos. Por covardia deante dos punhais e das caveiras, por timidez em presença de personalidades que o deslumbravam pela alta posição, por interesse em obter honrarias e vantagens, por isto ou por aquilo, a grande maioria dos rapazes, que já tinham si-

(11) V. a habilidade dêsse recrutamento de estudantes para as lojas dos Iluminados a que se filia a Bucha paulista em Le Forestier, "Les Illuminés de Baviére", pags. 56-60.

do convidados após acurada observação de seu caráter, fazia o juramento e ia aos poucos se identificando com os processos chamados bucheiros. Raros se rebelavam e repeliam em nome de sua crença católica a escravidão oculta. Os que assim procediam cortavam para sempre a sua carreira (12).

Eis a razão pela qual certos moços menos estudiosos e mediocres de inteligencia figuraram mais, dêsde os bancos academicos, do que outros de real valor, mas independentes de espirito, infensos a artimanhas ocultas e bastante ciosos de sua dignidade pessoal para se não chafurdarem em conluios secretos.

O juramento exigido aos iniciados era o de jamais revelar, fôssem quais fôssem as circunstancias, a existencia da agremiação, juramento, aliás, sem base moral, porque os fins proclamados por ela não são os que realmente propugna. Demais, a menoridade dos estudantes que pronunciavam tal juramento não lhes podia permitir discernimento completo do papel que passavam a representar entregues á tutela de forças desconhecidas. Sendo a religião católica a da maioria dos brasileiros, a qual não permite a filiação de seus fieis a seitas secretas, o juramento dos rapazes católicos ou é nulo, irrito, ou os leva *ipso facto* á excomunhão maior (13).

Sabendo-se que é das academias de Direito que sáem os bachareis entre os quais se escolhem os magistrados, dêsde que êstes, na grande maioria, pertençam á Bucha, unicamente preocupada em colocar e fazer avançar seus membros, embora despresando os principios da moral, é óbvio que, em poucos anos, a Justiça Brasileira passou a ser dirigida não mais pelos interesses superiores da propria Justiça, mas pelos interesses inferiores do poder oculto. Leva-

(12) Na 2.ª parte desta obra, entraremos em minucias espantosas sobre as sociedades secretas de estudantes no Brasil.

(13) V. a *nota* 49 do cap. III.

ram-se anos a discutir deante da desmoralização de juizes e tribunais se a Justiça melhoraria ou não sendo unitaria e não estadual. Via-se a enfermidade e não se via causa. A Justiça deve ser sem Buchas. Vê-se como por meio duma associação secreta de estudantes, que parece cousa inocente, os formidaveis jogadores do xadrez social do judaismo preparam as jogadas futuras, como por meio delas vão dispôr mais adeante até da Justiça, base de toda vida nacional.

Os magistrados algemados ás maçonarias e buchas não podem, em verdade, obedecer á Lei, porque juraram obediencia a uma outra lei e esta secreta, porque estão presos ás injunções dos corrilhos de que se valeram para galgar as posições. Todos os sofismas lhes são permitidos, dêsde que sejam em beneficio de seus *irmãos.* Os jornais, quasi todos dependentes do judaismo maçónico, endeusam em continuadas louvaminhas êsses distribuidores de justiça (?), que aparecem aos olhos do vulgo ignaro como figuras de eleição, mas cujos átos não resistem ao bisturi da moral e cujos trabalhos não resistem á autópsia da critica. Só mêsmo na desmoralização liberal se consente que homens notoriamente ligados a sociedades secretas ou nela exercendo cargos de direção funcionem como membros dos mais altos tribunais.

São as forças ocultas as grandes creadoras das notoridades de papelão em todas as carreiras, cenografias que elas armam e desarmam quando lhes convém ou uma cousa ou outra, sem a menor preocupação pela sorte, ás vezes, do tipo que se empavonou á sombra de suas acácias...

Tal corrupção assume revoltante aspéto, porque os principais sequazes, os autores responsaveis dela vivem a coberto de suspeitas, desfrutando a consideração da sociedade. Para quem vê as cousas pelo lado real, sem olhar a nomes, amizades ou posi-

ção dêste ou daquêle, raros são no Brasil, graças ao estabelecimento das sociedades secretas nos cursos juridicos dêsde 1828, alastradas depois a outras faculdades, os homens de verdadeira probidade no desenrolar de sua vida pública. Foi a maldita politica das sociedades secretas que desorganizou a nossa sociedade, corrompendo sobretudo a sua base: a distribuição da Justiça.

O trabalho bucheiro começou no Primeiro Reinado, pouco a pouco se desenvolveu e atingiu o ponto culminante, o seu zenite na República. Estudando-o, como o faremos na 2.ª parte desta obra, compreender-se-á que toda a maquinária da politica nacional geralmente nada mais tem sido do que a representação aparente da Bucha, que fica escondida. Pelos seus prepostos, os bachareis creados nos consistorios secretos, domina os municipios nos cargos de judicatura e policia, superintende os departamentos da administração, governa os tribunais, dirige as maiores forças do congresso, fórma secretariados e ministerios, inspira técnicos e ascende aos mais altos postos da nação. Através da hegemonia creada para São Paulo, manda, ás vezes, no país todo, politicamente, administrativamente, economicamente. Nos orgãos de publicidade que lhe obedecem, ajudada das camarilhas de elogios mútuos, faz e desfaz famas e reputações literarias, cientificas, mundanas. E tudo é executado com uma arte que, quando a gente revela a manobra, os que nos lêem ficam certos de que demos trela á nossa fantasia.

A propria Igreja não escapa ao sortilegio anticristão, que invade as irmandades e manobra influencias á sombra do clero. Certos politicões que se dizem católicos fingem ignorar que mais de meia dúzia de Papas excomungaram os que fazem parte de sociedades secretas como êles. Os altos dignitarios clericais seus amigos fingem ignorar que êles participam da velha conjura das trevas.

Desavenças á tona da politica, que parecem graves desentendimentos, são méras exteriorizações de competições internas da Bucha, reflexo das dissidencias intimas. Certos consorcios politicos, que assombram o indigena pela sua indignidade, tiveram o seu noivado no recesso dos subterráneos. A maior parte das cousas que aparecem á luz do sol nasce nas trevas da noite...

Por isso, o povo nunca póde comprender bem o que ocorre no dominio da politica e da economia. Limita-se a sentir os efeitos. Quando lhe dóem, revolta-se e castiga ou destrói quasi sempre quem o pretendia salvar e rarissimamente quem é o disfarçado autor de tudo. Falta ao povo o conhecimento do segredo, que nêste livro se revela, desafiando o perigo.

O bacharelismo-bucheiro nasceu no Primeiro Reinado, cresceu lentamente através do segundo e predominou na República que grandemente contribuiu para implantar. Quem olha sómente a casca das cousas continúa a papaguear que a República foi obra dos militares, quando dêles se aproveitaram as forças secretas, como examinaremos e provaremos oportunamente. A infecção do bacharelismo-bucheiro creou no Brasil o drama do Exercito: primeiro, a sua estagnação no positivismo esterilizante; depois, a tragedia da inquietação do militar sem doutrina social, afastado e incompreendido, rebentando em explosões sem fito, que um século após a creação dos cursos juridicos se repetirão com assustadora frequencia de 1922 a 1930. A semente do mal fôra plantada em 1828. Regou-a a Bucha com o maior cuidado. Quem plantou e quem regou sabia bem o que estava fazendo e sabia por que e para que estava fazendo.

CAPITULO XVIII

O MOTIM DOS MERCENARIOS

Os escritores argentinos que se teem ocupado da guerra entre seu país e o Imperio, seguindo o exemplo daquêles *proto-fanfarrones* a que aludia a *Impugnación* á Exposição do governo sobre a campanha, costumam em geral dizer que o Brasil dispunha de tropas estrangeiras formidaveis em disciplina, valor e número, destinadas a esmagar a independencia das nações da America do Sul. Papagueiam o que a maçonaria espalhou naquêle tempo em todo o continente mirandizado, afim de isolar o Brasil Imperial. Vicente Fidel Lopez chama ao nosso Exercito "ejercito austro-brasilero", do qual faziam parte 3.600 austriacos enviados pelo Imperador da Austria para auxiliar seu genro, D. Pedro I (1). Mariano A. Pelliza alude a uma "divisão de mercenarios (2)». Ramos Mejia fala duma "massa de infantes alemães (3)". Para José Coroleu e Inglada, êsses infantes eram em número de 5 mil (4); para outros, 3 mil (5); para outros, mais ou menos, conforme o apetite, variando grandemente as opiniões.

Não ha fumaça sem fogo. Toda mentira é, geralmente, a deturpação da verdade. O Primeiro Reinado teve e empregou na guerra mercenarios estrangeiros, como os argentinos tambem o fizeram (6); mas não austriacos, nem mandados pela Austria, nem

---

(1) "Manual de Historia Argentina", pag. 297.

(2) "El Argentino".

(3) "Rosas y su tiempo", t. III, pag. 211.

(4) "America — Historia de su colonización, dominación y independencia".

(5) H. D., "Ensayo de Historia Pátria", ed. de 1901, por exemplo.

(6) Bastam, para exemplificar, Brandsen, morto em Ituzaingó, e os lanceiros alemães do barão Heine.

nessa quantidade (7). Vejamos documentadamente a verdade histórica sobre o assunto. O antigo oficial dos mercenarios imperiais, Schlichthorst, tenente de Granadeiros, publicou no Hanover, em 1829, um livro em que conta sua vida, sua vinda ao Brasil, o serviço militar no mêsmo país e demais sucessos (8). E', portanto, um dos proprios mercenarios que fala e não muito simpatico á nossa terra, tanto que diz no frontispicio de sua obra: "Uma vez e nunca mais!". A's páginas 361 e seguintes do livro em questão encontramos a constituição das tropas mercenarias a serviço do Imperio:

1.ª Brigada de Granadeiros de 1.ª Linha:

Brigadeiro: D. Francisco da Costa de Souza Macedo.

1.º Batalhão: Batalhão do Imperador, destacado em Montevidéu.

2.º Batalhão: Granadeiros Alemães do coronel Luiz dall-Hoste, aquartelado no mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro.

3.º Batalhão: Granadeiros Alemães do major Von Ewald, aquartelado no Rio de Janeiro.

9.ª Brigada de Caçadores de 1.ª Linha:

Brigadeiro: general Rosado (9).

15.º Batalhão de Caçadores — Perequitos (10), aquartelado na Praia Vermelha.

26.º Batalhão de Caçadores Alemães do major Thiole, destacado em Pernambuco.

---

(7) Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", "Imprensa Nacional", Rio de Janeiro, 1930, pags. 230-232.

(8) "Rio de Janeiro wie es ist" — Beitrage zur Tages und Sittens Geschichte der Haupstadt von Brasilien mit vorzüglicher Rücksicht auf die Lage des dortigen deustchen Militairs" — Hannover, 1829, im Werlage der Hahn'schen Hofbchandlung. Isto é: "O Rio de Janeiro tal como é" — Contribuição para a historia dos costumes da capital do Brasil, com um excelente estudo da situação dos militares nêsse país, Hannover, 1829, na livraria real de Hahn.

(9) O brigadeiro Massena Rosado que, antes de Barbacena, esteve no comando do Exercito Imperial no Sul.

(10) Muitos batalhões de Caçadores, tanto no Primeiro como no Segundo Reinado eram vulgarmente denominados Perequitos por causa dos penachos, chouriças e paramentos verdes de seus uniformes, ou por serem êstes todos verdes.

27.º Batalhão de Caçadores Alemães do major Wood Yeathes, aquartelado no Rio de Janeiro.

Tirando-se o Batalhão do Imperador, constituído de soldados nacionais escolhidos, e o de Perequitos, tambem nacional, temos as seguintes unidades *soi disant* alemãs, porque continham oficiais e solados de outras nacionalidades: 2.º e 3.º de Granadeiros; 26.º e 27.º de Caçadores, o que reduz os mercenarios unicamente a quatro batalhões.

Outro oficial mercenario, Eduardo Teodoro Bösche, escreveu tambem um livro, versando muitos dos mêsmos pontos do de Schlichthorst. Publicado originariamente em alemão, foi traduzido para o português e editado pela "Revista do Instituto Historico e Geografico de São Paulo". Na enumeração das tropas mercenarias concorda em tûdo com o primeiro citado: um Batalhão de Granadeiros Alemães no quartel do morro de São Bento e um no da Praia Vermelha; um de Caçadores nessa mêsma guarnição e outro em Pernambuco, o qual se distinguira pela bravura, sendo chamado Batalhão do Diabo (11).

Além dêsses corpos de infantaria de linha, existia um esquadrão de Lanceiros em Porto Alegre, comandado pelo capitão Von Quast. Na campanha de 1825-1828 contra a Argentina, sómente tomaram parte o 27.º de Caçadores com o efetivo de 505 homens e os Lanceiros com o de 68. Ao todo, 573 soldados (12). A isto se reduzem historicamente as *massas de infantes alemães* e os 5 mil austriacos dos historiadores platinos. Entre um e outro livros citados, as diferenças de numeração das unidades estrangeiras são devidas ao seguinte: Schlichthorst considera — e está certo — o Batalhão do Imperador como 1.º de Granadeiros, denominando por isto aos outros dois,

(11) E. T. Bösche, "Quadros Alternados", trad. de Vicente de Souza Queiros, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1919, pags. 154 e 163.

(12) Gustavo Barroso, op. cit. loc. cit.

os alemães, 2.° e 3.°; Bösche, ora procede assim, ora numera sómente os alemães — 1.° e 2.°. Com os Caçadores houve mudança oficial de numeração, no fim do Primeiro Reinado, passando o 26.° a 28.° (13). Houve tambem mudanças de aquartelamento. O batalhão do quartel de S. Bento transferiu-se para a chamada Guarda Velha, ao pé do morro e convento de Santo Antonio, depois de ter estado na Praia Vermelha; o da Praia Vermelha deu guarnição em São Cristovão; o da Guarda Velha acabou no quartel denominado da Aclamação, atual Ministerio da Guerra (14).

Que mercenarios eram êsses? Responda o proprio Bösche: uma corja de vagabundos andrajosos e brutais, refugo da sociedade, ladrões e assassinos tirados das cadeias do Mecklemburgo, a ralé, a bôrra, a escória da Alemanha, arrebanhada pelo major G. A. Schäffer, amigo intimo da Imperatriz Leopoldina, agente imperial em Hamburgo para conseguir soldados e colonos, assessorado por uma alma danada, o judeu Neumann, enganando ambos com falsas promessas e ilusões acerca do Brasil a "bravura ociosa dos veteranos" em busca de serviço, a necessidade de trabalho dos campónios hessenses e a cupidez ou a sède de aventuras dos criminosos mecklemburguêses (15). Ganhavam uma espórtula por cabeça. Não lhes importava a qualidade e sim a quantidade. Tanto mais melhor. No meio dessa rafaméa, alguns fidalgos sem eira nem beira, ostentando a particula *von*, alguns soldados de verdade e tambem um ou outro maçon mirandista, como o major Heise, que fizera a guerra da Colombia sob as ordens de Bolivar (16).

---

(13) Gustavo Barroso e J. Wasth Rodrigues, "Uniformes do Exercito", F. Ferroud, Paris, 1922, pag. 35. A mudança foi em 1825. O corpo de linha de Sergipe tomou o n.° 26 e os caçadores alemães os n.°s 27 e 28.

(14) E. T. Bösche, op. cit. pags. 163, 170 e *passim*.

(15) Op. cit. pags. 139, 142, 144 e *passim*.

(16) Op. cit. pag. 155.

Bösche pinta com côres fortes a indisciplina e corrupção reinantes nêsse meio (17). Daí a necessidade dos bárbaros e aviltantes castigos corporais empregados pelos chefes, na maioria tão desmoralizados como os soldados. Os oficiais eram de varia procedencia e quilate. Havia saboianos como o coronel dall'Hoste, cavalheiro da Ordem de Santo Estevam, que o Imperador podia mandar em missão delicada á Europa; egressos da cadeia como o major suiço Ith; irlandêses aventureiros como o major, depois coronel Cotter; fidalgos francêses de raça, bravos e disciplinados, como o conde de Escragnolle; marquêses de fancaria como o dinamarquês (?) Von Ewald, que os soldados odiavam de morte.

A caterva que aquartelou ao principio no mosteiro de São Bento era debochada e satanica. Nas suas imundas orgias noturnas, que assombravam os frades vizinhos, improvisavam um altar em que punham um cachorro e, sob o pretexto de ridicularizar a religião católica, diziam a Missa Negra, entoando cantos liturgicos sacrilegamente. Eram verdadeiros sabats, noites de Walpurgis no cume deserto do Blocksberg, refere Bösche, testemunha ocular (18)!

Organizára-se o 3.º batalhão com parte das tripulações das galeras que haviam trazido os colonos e mercenarios da Europa: "Ikranich", "Triton", "Cadine" e "Wilhelmine" (19). Os marinheiros deram máus soldados e bebiam como esponjas. A embriaguês motivava continuas rixas dessa gente com as tropas nacionais, de que resultou uma feita até o ataque dum posto ou guarda do 3.º de Caçadores pelos indisciplinados (20). Depois de 1825, com a guerra do Sul, para onde o 27.º de Caçadores só

---

(17) Op. cit. pags. 157 e 162. Schlichthorst diz: *ohne disciplina*.

(18) Op. cit. pag. 145.

(19) Op. cit. pag. 159.

(20) Op. cit. pag. 171.

partiria em 1826, a guarnição da Côrte póde-se dizer que era dominada pelos 4 batalhões alemães.

Fôram reforçados por uma leva de irlandêses ainda peores do que êles, os quais chegaram em fins de 1827, segundo Bösche, em janeiro de 1828, segundo Armitage. O coronel Guilherme Cotter engajára-os como colonos, artifices e lavradores. Chegaram em tão más condições, tão maltrapilhos, que a população, já pouco predisposta para com os mercenarios pela sua turbulencia, os recebeu muito mal. Quando atravessaram as ruas centrais, rumo ao quartel dos Barbonos, fôram vaiados pela molecagem. Vinham acompanhados de suas mulheres e concubinas. Muitos se negaram a assentar praça. Eram cerca de 2 mil, porém sómente metade entrou para as fileiras, sendo incluidos 500 no 3.° de Granadeiros, já no quartel da Aclamação, e 500 no 28.° de Caçadores, antigo 26.°, na Praia Vermelha, para onde fôra transferido do Recife (21). Os desmandos cometidos pelos irlandêses deixaram a perder de vista os dos alemães. Suas bacanais fôram verdadeiramente infernais (22)!

A 9 de junho de 1828, os mercenarios revoltaram-se no Rio de Janeiro. Um granadeiro alemão foi condenado pelo major do 2.° Batalhão, no quartel de São Cristovam, a receber 150 pranchadas, castigo quotidianamente aplicado nos quarteis do tempo. Protestou e resistiu. Cousa nunca vista! O major mandou amarrá-lo e dar-lhe mais cem de contrapeso. O homem uivava como uma féra. Quando o sargento contou 230 pranchadas, os soldados romperam a formatura aos brados de revolta. O major fugiu. Os oficiais fôram apupados, injuriados e expulsos. A soldadesca saqueou-lhes os alojamentos e dirigiu-se ao Paço Imperial para reclamar providencias do so-

---

(21) J. Armitage, "História do Brasil", 2.ª ed., pags. 152-153; E. T. Bösche, op. cit. pags. 181 e segs.

(22) E. T. Bösche, op. cit. pag. 182.

berano, divertindo-se em pilhar as casas de negocio que havia pelo caminho. D. Pedro prometeu mandar examinar as reclamações.

De volta ao quartel, temendo um revide, a soldadesca se entrincheirou e cobriu com sentinelas avançadas. O poviléu, indignado, armava-se e, quando apanhava um granadeiro sózinho nas ruas escuras, matava-o a páu. Os conflitos entre os amotinados e os populares em armas duraram até o dia 11, quando os irlandêses e alemães do Campo de Sant'Ana se revoltaram por sua vez, atacando a propria casa de seu comandante e embriagando-se de modo terrivel. E' curioso que, durante essas 48 horas de perturbação da ordem, os granadeiros alemães continuassem a dar regularmente guarda ao Paço de São Cristovam (23). Até então, o conselheiro Bento Barroso Pereira, ministro da Guerra, se mantivera na mais completa apatia, dizendo-se mêsmo em letra de fôrma que se alegrára com os disturbios e com o que os granadeiros haviam praticado com seu comandante (24).

Furioso contra o ministro da Guerra, D. Pedro demitiu-o. Como os outros membros do ministerio, quasi todos maçons, procurassem inocentá-lo, tambem fôram demitidos (25). Já haviam sido dadas ordens ao conde do Rio Pardo para sufocar a rebelião que se alastrára aos Caçadores da Praia Vermelha, onde parece ter ficado até hoje o miasma da revolta. O conde atacou vigorosamente os quarteis subleva-

---

(23) E' um fáto digno de nota. Veremos mais adeante sua grande importancia e significação.

(24) Leia-se o artigo de fundo do jornal contemporáneo "Astréa", de 15 de junho de 1828.

(25) Armitage, op. cit. pag. 153, dá a demissão a 11 de junho, salvo engano; Rio Branco, nas "Efamérides Brasileiras", pag. 309, dá no dia 15, o que está certo. Do gabinete, composto por Barroso Pereira, na pasta da Guerra, Araujo Lima, marquês de Olinda, na do Imperio, Miguel Calmon, marquês de Abrantes, na da Fazenda, Teixeira de Gouveia, na da Justiça, Diogo de Brito, na da Marinha, a João Carlos Oyenhausen e Grevenburg, marquês do Aracati, na de Estrangeiros, somente êste último foi conservado.

dos com a policia, os caçadores a pé, a artilharia de posição, e populares e escravos armados. Os rebeldes resistiram e a luta foi sangrenta, havendo centenas de mortos e feridos de parte a parte. No dia 12, os rebeldes rendiam-se.

Os cabeças do motim passaram por um rápido conselho de guerra, que condenou á morte o granadeiro Augusto St. (26), 5 a galés perpetuas, 9 a 10 anos de prisão, 9 a 5 e 8 a 3, com trabalhos forçados. O corpo do revoltoso, fusilado nas imediações da Quinta da Bôa Vista — depõe Bösche, testemunha e parte nos sucessos, foi recolhido pelos inglêses e norte-americanos, e sepultado no cemiterio protestante. Por que, se era alemão? Não seriam êsses estrangeiros antes judeus inglêses e norte-americanos?

Desta sorte, terminou na Côrte a revolta dos mercenarios, para debelar a qual se chegou a pensar até no auxilio eventual das forças de desembarque dos navios de guerra estrangeiros surtos no porto (27). As unidades que dela participaram, sobretudo os Caçadores da Praia Vermelha, o Batalhão do Diabo, e o 2.° de Granadeiros, nos últimos tempos estavam melhorando em matéria de disciplina e era possivel que se tornassem o núcleo de uma bôa tropa para amparo do trono contra a anarquia que ameaçava tragá-lo (28). Embora os historiadores desavisados passem como gato por brasas sobre os tristes acontecimentos, atribuindo-os unicamente á indisciplina de militares bebedos e exasperados pelos máus tratos, referindo-se ainda a essas ocorrencias, em 14 de abril de 1831, a propria "Aurora Fluminense" reconhecia que os perturbadores da ordem tinham servido "inconscientemente de cégo instrumento á realização de

---

(26) Não sabemos por que nenhum historiador dá o nome do granadeiro condenado. Bösche limita-se ao nome praprio e esta abreviatura. Por que o misterio?

(27) A narracçâa que fazemos dos acantecimantos está documentada, em Bösche, op. cit. pags. 183 e segs.; Armitage, op. cit. pag. 153; e "Astréa", n.° cit.

planos perversos". Veremos mais adeante a enormidade e a infamia dêsses planos.

Na verdade, a noticia do movimento sedicioso foi recebida com manifestações gerais de júbilo pelos *republicanos*, "na maioria redatores das fôlhas de oposição, que tudo apressavam para determinar a queda de D. Pedro (29)". Armitage faz o seguinte comentario: "Êste desgraçado acontecimento decidiu D. Pedro a fazer regressar os irlandêses para seu país. Mr. Aston, secretario da legação inglêsa, procedeu em mandá-los reunir; e a 3 de julho embarcaram para a Irlanda 1.400; os restantes dispersaram-se pelas provincias. O batalhão alemão foi removido para outros quarteis, e um dos chefes da insurreição executado. Os liberais exultaram com êste doloroso sucesso (30), que foi representado nas páginas de alguns jornais, recentemente publicados, como um magnánimo esforço da parte do povo (*sic*)... (31)".

A' sangrenta rebeldia logo sucederam a retirada do dinheiro em circulação, a crise na praça, a baixa dos titulos, a paralização dos negocios, a desconfiança geral e a multiplicação das falencias (32), como em virtude de uma combinação, todas as manobras carateristicas da ação nefasta do judaismo, denunciando os manejos das trevas...

Ainda se não fizera a paz com a República Argentina, que se encontrava exausta por uma guerra em que não obtivera nenhuma vantagem decisiva em terra e perdera na batalha naval do Monte Santiago o resto da sua esquadra. No seu gabinete em Buenos Aires, o presidente Dorrego exclamava: — "Necesitamos la paz! la paz! la paz! No podemos continuar

---

(28) E. T. Bösche, op. cit. pag. 205.
(29) Op. cit. loc. cit.
(30) *Mutatis mutandis* é o que diz Bösche.
(31) Op. cit. pag. 153.
(32) E. T. Bösche, op. cit. pag. 217.

la guerra. Rivadavia ha dejado el pais en esqueleto, exhausto totalmente el tesoro. En el Parque no hay una bala que tirar a la escuadra enemiga. Hago esfuerzos inauditos para montar la fundición, no hay un fusil, ni un grano de polvora, ni com que comprarla (33)"!

A revolta dos mercenarios obedecia a um plano oculto e judaico de enfraquecer o Imperio, ajudar a Argentina agonizante e, se possivel, acabar com o Imperador. Documenta-lo-emos. Revela-o o grande historiador argentino Adolfo Saldias: "Na verdade, em virtude do rumo que tinham tomado os acontecimentos e do modo como se haviam esterilizado as vitórias do Exercito Argentino (34), a paz era uma solução imposta pela situação reciproca dos beligerantes (35). Com o propósito de obter vantagens sensiveis, Dorrego *pôs em execução* (*sic*) um projéto atrevidissimo que, coroado de exito, teria produzido verdadeira transformação na America do Sul. Assinou com D. Frederico Bauer (36), enviado com credenciais dos soldados alemães que, ás ordens do coronel Martin Hin, serviam ao Imperador do Brasil, um acordo pelo qual se comprometiam a abraçar a causa da República Argentina, como forças auxiliares da mêsma. Teriam seu chefe, com quem se entenderia o governo argentino como diretor da guerra e seriam pagos do mêsmo modo que os militares argentinos. As forças alemãs, ás quais se uniriam cem soldados argentinos, ocupariam a provincia brasileira de Santa

(33) Palavras textuais de Dorrego em presença de D. Manuel Puerreydon, que as reproduz em seu livro "Escritos historicos", pags. 179-180.

(34) Que vitórias? A unica batalha e essa mêsma indecisa foi a de Ituzaingó. Só se a *proto-fanfarronado* conta como vitórias os pequenos entreveros de guardas avançadas com a cavalaria de Bento Manuel no Passo do Umbú e em Sanga Funda.

(35) O Brasil nunca pediu a paz. Dorrego é que gritava por ela.

(36) O nome Bauer é caracteristicamente judeu. D. Frederico Bauer era um judeu alemão. Êsse nome judaico de Bauer ficou célebre com o judeu convertido e ordenado padre, monsenhor Bauer, que se fez confessor da Imperatriz Eugenia para penetrar na intimidade da côrte de Napoleão III e, depois do desastre de Sedan, tendo terminado sua missão de espionagem, abandonou os protetores, jogou a batina ás ortigas e passou a viver escandalosamente.

Catarina, proclamando sua independencia sob a fórma republicana, *et cœtera*. Ao mêsmo tempo se revoltaria parte da divisão alemã que guarnecia o Rio de Janeiro, pondo-se em comunicação com o comandante Fournier, capitão do corsario argentino "Congresso» (37), de modo que o Imperador D. Pedro I, que costumava passear sózinho nas cercanias do Jardim Botanico, fôsse sequestrado por essa força (38), levado a bordo do corsario e conduzido a Buenos Aires. Tudo esteve preparado para o sequestro, que somente se frustrou por uma diferença de minutos. Não aconteceu o mêsmo com o resto da divisão alemã, que se passou para o general Lavalleja com seu chefe, o general Hin (39)".

Na lista dos oficiais mercenarios publicada por Schlichthorst na sua obra (40), não figura oficial algum com êsse nome, nenhum dêles jamais atingiu posto superior a coronel e nem as unidades alemãs no Sul, o 27.° de Caçadores e o esquadrão de Lanceiros, se passaram para o inimigo. Saldias comete êsses enganos, que veremos mais adeante desfeitos pela sua documentação, porém absolutamente não fantasiou os fátos principais a que dá curso com a sua autoridade. No seu arquivo, que era riquissimo e que na sua maior parte provinha dos papeis deixados na Inglaterra pelo tirano D. João Manuel Rosas, existia, segundo confessa, o manuscrito do acôrdo *do proprio punho* do judeu Bauer e com sua assinatura. O judeu avultava um pouco as cousas para impressionar o presidente Dorrego. Não resta a menor dúvida de que a misera combinação secreta foi feita e a revol-

(37) Cesar Fournier, aventureiro sem escrúpulo, provavelmente judeu pelo que dêle diz, no "Memorandum de la Mariña Argentina", o proprio almirante argentino Guilherme Brown: "más atento a salvar sus cofres que a pelear...".

(38) Daí o empenho dos granadeiros em continuar de guarda ao Paço Imperial, mêsmo durante os dias dos conflitos...

(39) Adolfo Saldias, "História de la Confederación Argentina", ed. La Facultad, Buenos Aires, 1911, t. I, pag. 251.

(40) "Rio de Janeiro wie es ist", pags. 388 e segs.

ta que explodiu no Rio de Janeiro com grande derramamento de sangue só não produziu o que dela esperavam por defeitos de articulação.

Saldias acrescenta: "Havia duas conspirações na Côrte do Brasil, declara o sr. José M. Roxas y Patrón, ministro de Dorrego nêsse tempo (41): uma contra o Imperio e outra contra a pessôa do Imperador. Estava na nossa vontade acabar aquêle e receber êste num corsario, trazendo-o a Buenos Aires. Lord Ponsomby farejou o plano e escreveu uma carta energica sobre o assunto a Dorrego. Porém, tendo deixado perceber alguma cousa numa conversa que tivemos na propria noite de sua despedida, respondi-lhe mais ou menos que a mina estava carregada e que, sendo dever do governo salvar a República, a responsabilidade duma catástrofe ficava em quem a não pudesse evitar e que, além disso, o governo desejava ansiosamente a paz (42)".

Alberto Rangel refere-se ao projéto argentino de assassinar D. Pedro pelo corsario Fournier num de seus passeios desacompanhado ao Jardim Botanico ou á fazenda de Santa Cruz (43). Não o liga, porém, ao motim dos mercenarios, decerto por desconhecer a documentação de que agora dispomos e aqui estampamos. A fonte em que o historiador patricio se abeberou é um oficio do nosso ministro em Buenos Aires, Ponte Ribeiro, datado de 24 de abril de 1830, o qual revela por alto a trama de que só então tivera conhecimento e, assim mêsmo, parcialmente (44).

Dorrego, descendente de portuguêses cristãos-novos, com certeza, Do Rego, não passava dum titere nas mãos das forças ocultas. O proprio Saldias confessa que seu governo era tributario das *forças anár-*

---

(41) 1828.

(42) Saldias assegura em nota ter no seu arquivo o documento autografo do ministro de Dorrego e o estampa adeante.

(43) "D. Pedro I e a marquêsa de Santos", pag. 18.

(44) O oficio original se acha no nosso Arquivo Nacional.

quicas de que resultára e que seus agentes se valiam da intriga e da "falsedad más atrevida (45)".

Quando o ditador Rosas se achava exilado na Inglaterra em virtude da vitória imperial de Monte Caseros e o Brasil entrava na perigosa guerra contra o Paraguai, a 24 de janeiro de 1865 (?), D. José Maria Roxas, que fôra ministro do Interior de Dorrego e exercera a presidencia do Congresso Argentino, homem de alta posição e não um legalhé qualquer, escrevia-lhe de Buenos Aires longa missiva, referindo-se a questões passadas entre o Imperio e o Prata, na qual faz revelações sensacionais a respeito dos "planos perversos" de que resultou o motim dos mercenarios, bem como do pretenso general Martin Hin. Transcrevamos seus trechos principais:

"Quanto ao que me diz respeito, vou dar as razões, fazendo sucinto relato dos meios que tivemos em mão, em 1828, para acabar êsse Imperio, que, cégo agora pela sua pérfida ambição hereditaria, vai pagar as suas premeditadas ambições passadas e presentes (46)".

. . . .

Quando o sr. Rivadavia era Presidente da República, apresentou-se-lhe o alemão (?) D. Frederico Bauer, oferecendo-lhe voltar ao Rio de Janeiro, de onde viera, e sublevar o *exercito alemão* (47), então aquartelado naquela capital, pondo-o ao serviço da República Argentina, apoderando-se dos navios de guerra surtos no porto e até da pessôa do Imperador".

. . . .

(45) Op. cit. t. I, pags. 252-253.

(46) O profeta enganou-se. O Imperio liquidou o poder de Solano Lopes.

(47) O grifo é nosso.

"Torno ao assunto principal para terminar, porque já escrevi a V. Excia., em outra carta o modo como foi concluida a conjuração dos alemães e a propria guerra (48), e para explicar-lhe os motivos que tenho para enviar-lhe os documentos originais que conservava".

....

"O sr. Dorrego, vendo as dificuldades que eu alegava para não entregar todo o dinheiro que era preciso mandar para o Rio de Janeiro (49), começou a desconfiar de mim e se tornou mais reservado. Demais, lord Ponsomby percebeu alguma cousa, suspeitando nós que fôsse por intermedio do agente alemão D. Antonio Martin Tin (50), que deixou aqui Bauer encarregado da correspondencia. Lord Ponsomby escreveu uma carta muito energica a Dorrego sobre o assunto. Afirmava que estivera aqui, incógnito, um personagem brasileiro chamado José Bonifacio de Andrada e Silva (o mêsmo a quem o Imperador deixou como tutor de seu filho menor, fazendo do ladrão o guarda fiel, pois devia conhecer seus antecedentes, pelo menos por intermedio de lord Ponsomby). Tudo o que Dorrego me disse a propósito foi que viera falar com êle um personagem republicano de alta posição, com a condição de que a ninguem se revelaria seu nome. O que se soube foi a chamada e vinda da Europa de D. Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão de D. José Bonifacio, e de um terceiro irmão, de cujo nome não me recordo (51). Antonio Carlos, quando José Bonifacio era tutor do Imperador menor, declarou num discurso pronunciado na

(48) E' pena não se conhecer essa carta, que révelaria muita cousa!...
(49) O ouro de Moscovo já nos veiu de Buenos Aires... E con inuou a vir...
(50) Outro judeu alemão, Saldias equivoceu-se, chamando-o Hin e general...
(51) Martim Francisco?

Cámara que era republicano pelo coração, mas monarquista pela razão, desculpando, assim, o seu passado (52)".

. . . .

"O Sr. Dorrego articulou sózinho outra conspiração parcial com um joven alemão da guarda escolhida do Imperador, o qual se queixava de ofensa grave a êle infligida pelo soberano. A guarda compunha-se de trezentos homens, permanentes na Quinta Real da Bôa Vista, perto do porto (53). Propunha-se entregar o Imperador amarrado a bordo dum veleiro corsario nosso que se apresentasse á entrada da barra. Por ordem do sr. Dorrego, saíu daqui um brigue chamado "Niger", ao mando do capitão Coe, de infame memória. Para não ir carregado, levou lastro de balas rasas tiradas do Parque de Artilharia. Tive suspeitas de que sua missão era o rapto do Imperador; mas tudo não passou de suspeitas. O "Niger", ao sair do Rio (da Prata), foi cercado por navios de guerra inimigos, que o esperavam e se viu obrigado a encalhar na costa, sendo incendiado pelos brasileiros (54)".

. . . .

(52) As revelações da carta sobre os Andradas são verdadeiramente sensacionais. A ida secreta dos Andradas ao Prata mostra as articulações ocultas da maçonaria, empanhada com o judaismo internacional na derrubada de D. Pedro. Daí a alegria, notada por Bösche a Armitage nos republicanos e liberais, quando da revolta dos mercenarios, alegria que não puderam esconder.

(53) Quando o Saco do Alferes ocupava o lugar atual da Avenida do Mangue, no trecho que vai até o Caís do Porto, ali se embarcava perto da Quinta. Foi ali que o Imperador embarcou, depois da abdicação.

(54) O corsario "Niger", do comando do capitão John Halsted Coe, foi capturado nas aguas platinas no dia 23 de maio de 1828, pelo brigue imperial "Cabôcio", sendo incorporado á nossa frota, na qual deu serviço. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pag. 27.

(55) Que invadiu de surpresa, saqueou, ocupou e devastou o territorio das Missões, em 1828.

"Entretanto o general Frutuoso Rivera (55) tinha movido o partido republicano brasileiro no Rio Grande, Porto Alegre e São Paulo (56), cujos manejos vieram a produzir a Guerra Civil que durou sete anos, em que apareceu Garibaldi e que o Imperador acabou derramando ouro pelas mãos do duque de Caxias (57). De outro lado, os alemães, cansados de esperar ou talvez movidos pelo partido republicano brasileiro (58), procuraram pôr armas ao ombro e marchar por terra para a provincia de São Paulo (59). A intentona gorou. Houve grande luta na cidade com as tropas nacionais e o povo, resultando dela bastante vitimas".

....

"Aqui mêsmo em Buenos Aires sobreveiu uma crise comercial que causou grande número de falencias (60)".

....

"Assim, direi por último que, feita a paz, D. Frederico Bauer veiu reclamar do Governo o preço de seu perigoso trabalho (61). Estivera escondido no Rio de Janeiro durante dez mêses em casa duma

---

(56) Os liberais sempre vendendo a pátria no mercado da politicagem pessoal sob pretextos ideologicos! Mais uma articulação republicano-maçónica com o estrangeiro contra o Brasil!

Um documento do "Archivo del general Juan A. Lavalleja", publicado pelo governo uruguaio, alude a ligações com Bento Gonçalves, o futuro presidente da República Farroupilha, por intermedio do português Joaquim Barbosa, pags. 124-125.

(57) Refere-se á Revolução Farroupilha e injuría, ao mesmo tempo, o Imperio, os Farrapos e o duque de Caxias.

(58) "Cégo instrumento" disse bem a contemporánea "Aurora Fluminense.".

Façamos notar mais uma vez a satisfação dos republicanos e liberais, *arcades ambo*, assinalada por Bösche e Armitage.

(59) Curiosa revelação do plano gorado dos mercenarios rebeldes.

(60) Crise identica foi observada por Bösche no Rio de Janeiro. Como resulta clara a combinação das forças secretas! A Crise é a seara do judeu!

(61) Judas queria receber os 30 dinheiros, o preço do sangue cristão derramado pelos brasileiros, alemães e irlandêses nas ruas do Rio de Janeiro, lançados uns contra os outros pela insidia de Israel!

francêsa (62), a qual desapareceu depois, dizendo-se que a policia lhe dera sumiço. Entregaram-se a Bauer 50 mil pesos em titulos publicos, que equivaleriam a 25 ou 30 mil pesos em metal sonante. Isto foi muito depois e não me lembro a data".

. . . .

"Ao terminar a guerra, para contentar e fechar a bôca a D. Antonio Martin Tin, encarrégado da correspondencia, apesar da suspeita que tinhamos de que vendera o segredo (63), deu-se-lhe uma ordem assinada por mim para o general D. Frutuoso Rivera lhe entregar duas mil vacas brasileiras (64). Tin mandou a ordem por um individuo que as devia receber e Rivera não as quis entregar. Festa acabada, musicos a pé... Tin recorreu ao governo com um protesto para que lhe dessem outro premio em dinheiro ou dividissem com êle o de Bauer, que negava a sua bôa cooperação. Fez-se a respeito um processo, que deve estar no arquivo do ministerio da Fazenda, onde o vi, depois. O procurador do Estado pediu-me que o informasse. Dei meu parecer, cujo borrão por acaso conservei com outros documentos, e que, agora, em original, remeto a V. Exa. Os documentos originais de 1 a 3 são os seguintes: N.º 1 — Uma das tres cópias de que fala o contráto, passado pela Secretaria do Governo a D. Martín Tin, do contráto celebrado entre o Exmo. D. Manuel Dorrego, Governador e Capitão General da Provincia de Buenos Aires, como encarregado da direção da guerra, e

(62) Francêsa ou judia-francêsa? Escondido numa casa, enquanto a revolta dos soldados rugia nas ruas, estrondava a artilharia e corria o sangue. Harry Berger, outro articulador de desordens, cujos fios se prendiam mais uma vez no Prata, Buenos Aires e Montevidéu, fez o mêsmo nos nossos dias e sem o merito da originalidade...

(63) O judeu recebeu por dois carrinhos... Só se não fôsse judeu...

(64) Das imensas manadas roubadas aos nossos estacieiros com que o caudilho ladrão conseguira passar a fronteira, enqnanto se discutia a paz no Rio de Janeiro. Os roubos de gado estão documentados em "Archivo del general Juan A. Lavalleja", 1826-1827, publicado por el Archivo de la Nación de la Republica Oriental del Uruguay", Montevidéu, Imp. El Siglo Ilustrado — 1935, pags. 7 a 11, 106, 437 e *passim*.

D. Frederico Bauer, enviado dos soldados alemães a serviço do Imperador do Brasil. N.º 2 — Uma nota ou apontamento adicional ao contráto anterior, assinado pelo proprio punho de D. Frederico Bauer. N.º 3 — O borrão original do parecer que dei a pedido do Procurador do Estado. Não tem a data do ano, porém me parece que foi de principios de 1830, no tempo de V. Exa. com o sr. D. Tomás Anchorena (65)».

....

"Só me resta dizer a V. Exa. a razão pela qual recordei fátos passados e por que lhe mando êsses documentos. E' para suplicar-lhe tenha a bondade de inclui-los de algum modo entre os apontamentos escritos por V. Exa. durante sua permanencia no Imperio Britanico sobre assuntos importantes, conforme me diz em sua estimada carta de 6 de dezembro de 1864, para legá-los por um artigo de seu testamento ao Muito Ilustre lord visconde Palmerston (66)".

Documento sensacional e vergonhoso! Sensacional pela trama ignorada que revela, fazendo luz sobre um fáto da história do Brasil que não tem despertado como devia a atenção dos historiadores, pela tenebrosidade dêsse plano e pela articulação que descobre das forças maçónico-judaico-republicanas com os Andradas a visitarem secretamente o fóco de intrigas do Rio da Prata, quando sua pátria o guerreava pelas armas. Vergonhoso, porque mostra a amoralidade dum governo republicano acamaradado com aventureiros judeus, recorrendo aos meios os mais infames, ao sequestro de pessôas, ao motim de

(65) Não é possivel recusar fé historica a documentos desta ordem. A articulação secreta do movimento de rebelião dos mercenarios é um fáto.

(66) Esta formidavel carta de José Maria Roxas está publicada na integra em Adolfo Saldias, op. cit., t. cit. pags. 344-355.

estrangeiros e ao proprio homicidio, para derrubar o governo monarquico que jamais recorreu a tais expedientes e que não pudera vencer decisiva e lealmente no campo de batalha. E' um documento que deshonra os homens que participaram de conjuras tão vis, pagando com os titulos da divida pública da nobre Nação Argentina e com gado roubado a particulares os agentes do judaismo internacional e pondo em prática já nêsse tempo a falta de escrúpulos dos revolucionarios comunistas aconselhada por Lenine. E' um documento que mostra á mocidade que, para atingir seus fins inconfessaveis, as forças secretas são capazes de tudo e que de tudo são capazes os homens que a elas se entregam, traindo a propria pátria para servi-las.

Vê-se por êsse documento que o maçonismo judaico queria de qualquer fórma acabar com o "energico governante", egresso do Templo e que o fechára, o qual impedia, como o notava Delavat y Rincón, o progresso das chamadas idéas avançadas. A guerra não era feita sómente contra o Imperio, porém mais ainda contra a pessôa do Imperador. Dentro e fóra do Brasil, o que interessava era a destruição, fôsse por que meios fôsse, de acordo com a moral talmúdica, do principio monarquico que êle encarnava.

Depois da revolta de 1828, os mercenarios, tirados dos pontões onde haviam sido metidos e reengajados em grande parte, ainda deram cuidados e trabalhos ao Governo Imperial. Em 1830, os últimos Granadeiros davam guarnição na ilha de Santa Catarina, o 27.º de Caçadores e os Lanceiros aquartelavam em Porto Alegre. Em 1833, o caudilho argentino Manuel Garcia, que se achava na fronteira das Missões, tentou articular-se com os alemães para invadir a provincia catarinense e nela proclamar uma república independente (67). Santa Catarina é um

(67) E. T. Bösche, op. cit. pag. 237.

ponto nevralgico do colosso brasileiro. Ela separa a massa central do territorio, da parte avançada do Extremo Sul. Os bandeirantes paulistas sentiram isso, quando fundaram o núcleo da Laguna. Dominá-la é separar o Rio Grande do resto do Brasil, amputá-lo duma região rica e povoada, terra de soldados aguerridos. Daí o interesse do avanço da cunha missioneira, estreitando a faixa brasileira entre ela e o mar, creando um istmo ou corredor. Nos primeiros dias da República, o tratado maçónico de Quintino Bocaiuva, admiravelmente combatido por Eduardo Prado (68), quasi dá á Argentina o que Garcia pretendeu dos Granadeiros alemães. Até hoje a cegueira de nossos governos judaizados e maçonizados ainda não quis ver o problema, tanto que os judeus, sob o disfarce da colonização, vão adquirindo terras em região tão delicada para o futuro da pátria.

Dissolvidos pelo Governo Imperial, os remanescentes dos antigos mercenarios alemães, sobretudo os criminosos mecklemburguêses, espalharam-se pelas fronteiras meridionais, tornando-se salteadores de estrada e fabricando moeda falsa, unindo-se aos argentinos, quando a guerra esteve outra vez prestes a rebentar (69).

As histórias do Brasil em geral rapidamente se referem ao motim dos mercenarios. Muitas nem ao menos o consignam. Não lhe dão a menor importancia. Naturalmente. A's forças ocultas e aos seus apaniguados não convém a revelação de seus tenebrosos segredos. O maior inimigo das trevas é a luz. A mocidade da Pátria, porém, precisa ser convenientemente esclarecida sobre êsses tôrpes manejos, que jogam com a vida dos povos cristãos, para poder defender melhor o Espirito Imortal do Brasil.

---

(68) Eduardo Prado, sob o pseudónimo de Frederico de S., "Fastos da ditadura militar". 2.ª ed., 1890, pag. 101 e segs., com mapas admiravelmente elucidativos.
(69) E. T. Bösche, op. cit. loc. cit.

CAPITULO XIX

O IMPERADOR DO SACRIFICIO

A ligação amorosa do Imperador com a marquêsa de Santos, bem explorada pela intriga maçónico-liberal, alienára de D. Pedro o coração sentimental dos brasileiros; a guerra com a Argentina, melhor explorada ainda, contribuira de identico modo para o mêsmo fim; a indisciplina dos mercenarios, com seu pernicioso exemplo, e a má situação economico-financeira enfraqueceram-lhe o governo. Os partidos politicos guerrearam-no de tal modo que, quando foi a Minas, os sinos das velhas igrejas do Aleijadinho, em Ouro Preto, dobraram a finados, dizendo-se que era por alma de Libero Badaró, misteriosamente assassinado por tres alemães, ou melhor, judeus alemães, em São Paulo (1). Aos poucos, D. Pedro foi levado a recorrer aos aulicos para ter um ministerio de confiança, assim mêsmo com traidores, o dos Marquêses, e a lançar-se nos braços do partido português, ainda influente na antiga colonia. Explorou-se, então, o sentimento nativista contra o soberano, provocando continuadas rixas entre lusos e brasileiros, e mostrando a parcialidade por aquêles. A boataria fervilhava, espalhando a intriga e a confusão nos espiritos.

Enquanto assim se enfraquecia o Governo Imperial pelos proprios erros, maliciosamente apresen-

(1) Um dêles, Simão Stock, foi condenado á morte. Rio Branco diz nas "Efemérides Brasileiras", pag. 547: "20 de novembro de 1830 — E' assassinado em São Paulo o dr. João Libero Badaró, redator do "Observador Constitucional". — "Morre um liberal, mas não morre a liberdade!" — disse êle, antes de expirar. Êste assassinato, embora devido a vingança particular, produziu, então, a mais profunda impressão no país inteiro, porque Badaró era jornalista". Podemos acrescentar a Rio Branco que certo misterio envolve êsse crime, fazendo pensar nas sociedades secretas que, na época, começavam a tomar vulto em São Paulo. Nem de perto nem de longe, o Imperador teve parte no assassinio. Mas o cadaver de Badaró foi explorado contra êle, como o de Matteoti contra Mussolini.

tados á opinião, comentando-se insidiosamente todos os seus átos, uma grande crise politico-social desabava sobre o mundo com seu reflexo natural nas nossas plagas, sobretudo porque vinha de França, cuja influencia foi sempre poderosa sobre o espirito nacional. Paris rebelára-se nas barricadas contra Carlos X, o último Bourbon. Pela revolução de 1830, a França rompia definitivamente com os principios da Santa Aliança, passando para o lado contrário, com uma guinada de leme á esquerda (2).

A maçonaria aceitára a restauração dos Bourbons premida pelas circunstancias, forçada pela ação de Metternich, que encarnava a reação da Ordem antiga contra a Desordem moderna. Não hesitou, pois, em preparar a quéda da realeza legitima, embora constitucional, afim de impôr uma monarquia essencialmente liberal e burguêsa, a de Luiz Felipe, etapa do enfraquecimento da autoridade e do encaminhamento da França para a República. A revolução de 1830 foi obra exclusiva dos maçons Decaze, Talleyrand, Marmont, La Fayette e consocios, criaturas, umas conscientes e outras inconscientes, do judaismo internacional. O Rei-Cidadão foi levado ao poder pelas lojas vitoriosas; mas, em breve, sentiu que não poderia governar sob a sua férula. Quis libertar-se do jugo e fiscalização dos Cavaleiros do Templo, o que desencadeou sobre o seu reinado uma série de conjuras e atentados contra sua familia que levaram a França á tragedia de 1848 (3).

Os movimentos maçónicos teem sempre articulações internacionais. O de 1830 refletiu-se dêste lado do oceano (4). E' o que depõe Cristiano Benedito Otoni, autoridade na materia: "Pelos anos de 1829 a 1831 floresceu novo fóco de agitação revolucionaria

(2) Emmanuel Malynski e Léon de Poncins, "La guerre occulte", pag. 29.
(3) Henri Robert Petit, "Le drame maçonique", pag. 89.
(4) Reconheceu-o o proprio D. Pedro I. V. a *nota* 33 no fim dêste capitulo.

sob a fórmula maçónica, com o nome de LOJA DOS AMIGOS UNIDOS, da qual deu noticia o senador Teófilo Otoni na sua notavel Circular-Panfleto, e mais tarde seu irmão, o conselheiro Cristiano Otoni, escrevendo-lhe a biografia. Foi um dos centros de agitação que produziram o movimento de 7 de abril... (5) Admitiam-se (*na loja dos Amigos Unidos*) o católico, o protestante, o judeu (*sic*)... A instituição enraizou-se tanto que era raro o habitante da Côrte de alguma educação e posição que não fôsse maçon, principalmente os maiores de 40 anos: tres quartos ou mais das irmandades religiosas dêles se compunham... (6)".

Essa loja dos Amigos Unidos era a reprodução tardia no Brasil dos Filaletos francêses; prendia-se á velha tradição judaico-revolucionaria do século XVIII. Demonstrava na nossa vida interna a influencia constante e exotica da franco-maçonaria internacional. "A loja dos Amigos Unidos ou Filaletos, presidida por Savalette de Lange, tomou parte importante na preparação da Revolução Francêsa. Sua séde era na rua da Sourdiére n.º 37. Os Filaletos convocaram em 1785, em Paris, um Congresso, sob o pretexto de discutir a "ciência maçónica". As átas publicadas pelo "Monde Maçonnique" passam, bem entendido, em silencio as discussões politicas e se esforçam para provar que, durante dezoito mêses, os Filaletos nada mais fizeram do que trocar reflexões triviais (V. "Le Monde Maçonnique", ts. XIV e XV). As unicas páginas interessantes são as discussões com Cagliostro, que, então, presidia no Oriente de Lião a loja-mãe do Rito Egipcio e se proclamava muito superior aos outros franco-maçons. Depois de se ter feito rogado para aquiescer ao convite dos Fila-

(5) A abdicação de D. Pedro I.

(6) "A liberdade de cultos no Brasil", ed. de Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 1877, Cartas de Cristiano Benedito Otoni, sob o pseudónimo de Velho Liberal, ao "Correio Paulistano". pags. 85-87.

letos, Cagliostro, afim de lhes provar seu poder, prometeu mostrar-lhe *Deus e os espiritos intermediarios entre Deus e os homens*. Exigia sómente, em troca do milagre, a destruição dos arquivos dos Filaletos, não se sabe com que fim. Os Filaletos recusaram o sacrificio e alguns começaram a crer que Cagliostro era um impostor. Todavia, foi-lhe enviada uma lista dos congressistas para escolher os dois que julgasse mais proprios a serem iniciados no Rito Egipcio (7), sendo-lhe pedido designasse de preferencia dois estrangeiros.

Afinal de contas tudo se acomodou. Nem os Filaletos queimaram os arquivos, nem Cagliostro invocou Deus e os Anjos na rua da Sourdiére. Mas a loja-mãe do Rito Egipcio escreveu que "o grão-mestre desconhecido da maçonaria (?) lançára os olhos sobre os Filaletos e consentira em trazer alguma luz ás trevas do seu templo". Ás átas nada dizem sobre êsse raio de luz. Os maçons a quem os átos do Congresso deviam ser comunicados tinham, aliás, de jurar por sua honra e por escrito que guardariam o mais absoluto segredo. No segundo ano do Congresso, o dr. Stark escreveu de Darmstadt que a próxima reunião seria mais perigosa do que útil e aconselhou aos Filaletos se entregassem com toda a confiança a Saint Martin e a Willermoz. Essa carta contradiz as átas oficiais, porque, se os Filaletos só tratavam da "ciência maçónica", não poderia haver perigo nas suas reuniões, nem razões para dar plenos poderes a dois dêles. Saint Martin e Willermoz eram representantes oficiais da maçonaria estrangeira ou o dr. Stark enviára sómente sua opinião pessoal? E' dificil responder á pergunta.

Seja como fôr, o Congresso foi encerrado a 8 de junho de 1787 e seus misteriosos trabalhos continuaram a cargo duma COMISSÃO SECRETA, composta

(7) Ou Rito de Misraim, de que Cagliostro era o Grão-Copta.

de Willermoz, Mirabeau, Court de Gebélin, Bonneville e Chappe de la Houziére (8)".

A êsse ramo revolucionario da maçonaria se prendiam os nossos Filaletos, o clube ou loja dos Amigos Unidos, que, segundo o insuspeito testemunho de Teófilo Otoni, teve "mais influencia do que se pensa na revolução de 7 de abril (9)". Dessa loja proveio o chamado Grande Oriente do Passeio Público, cujo grão-mestre honorario foi Cipriano Barata, o velho maçon-revolucionario que vinha atuando na politica brasileira dêsde a conspiração dos Alfaiates, em 1798, quando deixára os seus miseros comparsas subirem ao patíbulo, enquanto se punha ao frêsco, graças ás proteções da sombra. Êsse Grande Oriente funcionava sob os auspicios de Antonio José do Amaral, José Augusto Cesar de Menezes, João Mendes Viana, João Pedro Mainard, Epifanio José Pedroso, Joaquim José da Silva e Antonio Rodrigues Martins (10). O secretario era Teófilo Otoni, então guarda-marinha, pessôa da intimidade e confiança de Evaristo da Veiga, em cuja casa, segundo afirma Pedro Calmon, á rua dos Pescadores, fôra urdido e planejado o golpe de 7 de abril (11).

A cidade andava cheia de boatos. José Bonifacio, de volta do exilio, recolhera-se a Paquetá, dizendo-se que trabalhava numa articulação republicana (12). Na verdade, o Manifesto do Grande Oriente, redigido em fins de 1831 e espalhado no inicio de 1832, obra de Gonçalves Lêdo assinada pelo Patriarca, demonstra que a facção conservadora do maçonismo se uni-

---

(8) Pouget. de Saint André, "Les auteurs cachés de la Révolution Française", pags. 298 e segs.

(9) "Circular dedicada aos eleitores de senadores da provincia de Minas Geraie", tip. do "Correio Mercantil", Rio de Janeiro, 1860, pag. 10.

(10) Op. cit., loc. cit.

(11) "O Rei Cavaleiro", pag. 281.

(12) Antonio Augusto de Aguiar, "Vida do marquês de Barbacena", pag. 745; a carta de D. José Maria Roxas, citada no capitulo anterior, documenta essa articulação republicana de José Bonifacio e seus irmãos até no Prata, confirmando o boato de que se faz éco o biografo de Caldeira Brant.

ra á ala avançada na obra de destruição do *perjuro* e *ingrato* Guatimozin. Tecia-se uma intriga perversa entre brasileiros e portuguêses, afirmando-se que o Imperador se entregára de corpo e alma aos segundos, seus patricios, contra os primeiros de quem não gostava. Espalhava-se que os portuguêses pretendiam até atacar os quarteis, especialmente os de artilharia (13). De tudo isso resultaria, de 14 a 15 de março, quando os lusos punham luminarias pelo regresso de D. Pedro de Minas, a famosa Noite das Garrafadas. Essa xenofobia contra nossos irmãos portuguêses se prolongaria na Mata-Galego e no Mata-Bicudo, sempre assoprada das trevas para desviar a atenção brasileira de outros estrangeiros verdadeiramente perniciosos ao bem estar geral do país.

A grande conspiração maçónica estava articulada contra o trono. A propaganda dos jornais cariocas repercutia nos jornais provinciais com grande rumor, sobretudo em órgãos fundamentalmente maçónicos como a célebre "Sentinela do Serro", de Minas Gerais, onde declamava e pontificava Teófilo Otoni, "secretario do clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras sociedades secretas, que, nos últimos anos, espreitavam sómente a ocasião de dar com segurança o GRANDE GOLPE (14)". Lendo-se os artigos da "Sentinela do Serro", nêles se verifica que ardem as chamas da revolução, maçónica tambem, de 1842 (15). Apesar da dificuldade de comunicações naquela época em um país vasto e despovoado como o Brasil, a combinação estava de tal modo feita que, a 3 de abril, um enviado maçônico de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, barão de Cocais, chegava á cidade do Serro e entendia-se com Teófilo Otoni e seus socios de empreitada, os quais se manifestavam

(13) Pedro Calmon, op. cit., loc. cit.
(14) Teófilo Otoni, op. cit. pag. 16.
(15) Op. cit. pags. 18-22.

no dia 6, preparando a luta contra o poder central, com munições, armas e dinheiro. No dia 4, dois dias antes de explodir no Rio de Janeiro, a mashorca estourava na Baía (16).

E' ainda o mêsmo insuspeitissimo Filaleto ou Amigo Unido quem declara o seguinte: "O 7 de abril jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifs, tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mêsmo, na significação mais lata da palavra (17)". A ninguem, portanto, é licito duvidar que se tratava de mais um movimento judaico-maçônico-liberal, filiado á corrente continua de agitação que vinha de 1789 através de 1794, 1798, 1801, 1817 e 1824, cuja última palavra seria dada pela proclamação da República maçónica-positivista, em 1889, no mêsmo Campo de Sant'Ana, porta aberta para a definitiva escravização ao internacionalismo do ouro e do sangue, para a materialização da mocidade, para os pronunciamentos e quarteladas enfraquecedores da autoridade. Sómente os cégos ou os que não queiram ver não enxergarão os élos dessa cadeia (18).

Felizmente, após o 7 de abril, os mais moderados dentre os rebeldes se apossaram do leme da governação, "êles que só na última hora tinham apelado conôsco (os Amigos Unidos) para o Juizo de Deus (19)». Contudo, a anarquia decorrente do GRANDE GOLPE quasi levou o nosso pobre Brasil ao esfacelamento, durante o tormentoso periodo da Regencia, mal de que nos ajudou a curar a espada unificadora e pacificadora de Caxias.

---

(16) Op. cit. pags. 13 e segs.

(17) Op. cit. pag. 16.

(18) A Inconfidencia Mineira de 1789 foi o reflexo da Revolução da Independencia Nort-Americana de 1786; as Inconfidencias do Rio de Janeiro, em 1794, e da Baía, em 1798, bem como a conspiração republicana de Pernambuco, em 1801, a rebeldia de 1817 e o separatismo confederacionista de 1824, fôram reflexos da Revolução Francêsa de 1789; a insurreição de abril de 1831 foi o reflexo da Revolução Francêsa de julho de 1830.

(19) Op. cit., loc. cit. Juizo de Deus! Juizo do Grande Arquiteto do Universo, que póde ser tudo menos Deus como nós, cristãos, o sentimos e amamos.

A agitação assoprada pela maçonaria começára a manifestar-se com certa força já em 1830, quando o Imperador conseguiu ainda comprar Gonçalves Lêdo, para servi-lo bem na Câmara, como êle proprio dizia (20). A populaça industriada o insultára, quando apareceu á sacada do Paço da Cidade, onde o haviam tanto aclamado pelo "Fico". Por isso, encerrou sêcamente os trabalhos legislativos e desejára abdicar, desgostoso e enojado. "Pedira a minuta do áto a um secretário de Estado e, calculando pela pressa com que lhe fornecera êsse papel que tal abdicação era desejada por detrás das cortinas, apostrofára o ministro, rasgando-lhe na face o papel encomendado (21)".

Entra o ano de 1831 com a agitação em crescendo. Nos primeiros dias de abril, os *liberais exaltados*, pseudónimo coevo dos republicanos, como hoje *socialista avançado* é pseudónimo de comunista, começaram a promover desordens e ajuntamentos, nas portas dos quarteis, excitando oficiais e soldados a se amotinarem. Estalam conflitos pelas ruas, sobretudo entre brasileiros e portuguêses. No dia 5, vendo o Imperador "que o Gabinete liberal, organizado a 19 de março, não lográra pôr termo á agitação (22), despediu os seus ministros á tarde dêste dia, e formou um Gabinete reacionario, de que fazia parte Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá (23)". Foi o chamado *ministerio dos medalhões*.

A efervescencia aumentou com essa medida, ótima para pretexto á rebelião. A arma do boato foi posta em prática com exito. Espalhou-se no dia 6 a noticia da prisão de Evaristo da Veiga e do senador Vergueiro, comparsas na loja da rua dos Pescadores.

---

(20) Alberto Rangel, op. cit. pag. 41.

(21) Op. cit., loc. cit.

(22) *Et pour cause*... O seu papel era entreter a agitação...

(23) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pags. 228-229.

A tarde, os grupos e ajuntamentos, adrede encaminhados para o Campo de SantAna, formavam uma multidão de alguns milhares de pessôas, á qual arengaram demagogicamente deputados e jornalistas maçons: Odorico Mendes, Vieira Souto, Borges da Fonseca. Êste era redator do jornal "A República", o que combina com as tendencias republicanas da revolta, segundo o depoimento de Teófilo Otoni. Os juizes de paz dirigem-se ao paço de São Cristovam, onde são recebidos pelo soberano e pedem-lhe em nome do povo (24) a reintegração do ministerio demitido, o ministerio que não podia, porque lhe não convinha, pôr termo á agitação. Naturalmente D. Pedro I tinha de recusar, porque estavam em jogo a dignidade e autoridade do poder que exercia.

A' noite, os deputados da oposição e maçons Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Custodio Dias, Henriques de Rezende, Limpo de Abreu e Martiniano de Alencar pediram a intervenção do general Francisco de Lima e Silva junto ao Imperador, o qual lhe disse que a agitação contra o ministerio era mero pretexto, capa de outras intenções, pois a pessôa dêle é que era visada (25), e não cedeu uma linha. Enquanto Lima e Silva ia a São Cristovam, as tropas de seu comando fraternizavam com o povo e os agitadores, a artilharia de posição e os granadeiros em primeiro lugar. Lima e Silva chegou, viu a situação e mandou o major Miguel de Frias, republicano e maçon (26), comunicar ao monarca que agora a reclamação popular era apoiada pela soldadesca. Pensando melhor, "D. Pedro já havia mandado procurar

---

(24) Velho truque do *povo maçonico* fazer-se passar pelo povo verdadeiro e falar em seu nome.

(25) "Telescopio Brasiliense nos Açores ou o Brasileiro emigrado em fins de 1831", tip. da viuva Alvares Ribeiro Filho. Porto 1833.

(26) Monsenhor Pinto de Campos. "Vida do grande cidadão brasileiro Luis Alves de Lima e Silva, duque de Caxias", Impresna Nacional, Lisbôa, pag. 42. Em 1832, Miguel de Frias, á frente de soldados amotinados, proclamou a República no Campo de Sant'Ana.

Vergueiro para formar novo ministerio, e por isso reteve o major Frias, aguardando a chegada daquêle senador" (27).

Mas não houve meio de se encontrar o senador Vergueiro. De acôrdo com a trama secreta, convinha-lhe não aparecer. O Batalhão do Imperador, constituido de oficiais e soldados escolhidos por êle proprio a 12 de outubro de 1822, quando da aclamação no campo de Sant'Ana, onde hoje se reuniam contra êle os mêsmos maçons que o haviam ajudado a fazer a independencia e que se vingavam, no mêsmo local, do *ingrato,* formava sua guarda pessoal e estava postado no páteo do palacio. Por volta de dez horas da noite, D. Pedro mandou o marquês de Cantagalo perguntar ao seu segundo comandante, major Luiz Alves de Lima e Silva, qual o espirito da tropa. "Respondeu-lhe êste que: — "Os soldados da maior parte dos corpos que se achavam no Campo de Sant'Ana estavam contaminados do espirito anárquico; porém não assim o Batalhão do Imperador, e a artilharia montada". Voltou o mêsmo fidalgo, da parte de Sua Majestade, e perguntando-lhe se, no caso de passar êle major a comandar o batalhão naquela mesma noite, poderia assegurar a fidelidade dêle? teve como resposta: — "Que o espirito de rebelião lavrava na maioria dos oficiais do corpo, e que tanto assim era que os anarquistas, contando com essa maioria, nem ao trabalho se haviam dado de perverter os soldados". O que aí se seguiu, não sei a quem mais honre, se ao soberano, se ao leal major! Acrescentou êste: — "Se Sua Majestade quiser debelar o movimento, nada será mais fácil. Bastará seguir nesta mêsma noite para a fazenda de Santa Cruz, e ali reunir as milicias, á frente das quais estou pronto para me colocar, devendo estacionar no Campinho os postos avançados. Se, porém, se adotar êste alvitre, deverá ser

(27) Rio Branco, op. cit. pag. 290.

acompanhado dum decreto, concedendo baixa a todos os soldados de primeira linha, que a quiserem; pois, feito isso, dentro de 24 horas, os oficiais se acharão sós". Terceira vez regressou o marquês de Cantagalo para transmitir ao major estas magnánimas palavras: — "O expediente proposto é digno do major Lima e Silva; mas não o aceito, porque não quero que por minha causa se derrame uma só gôta de sangue brasileiro; portanto siga o major a sorte de seus camaradas reunidos no Campo de Sant'Ana (28)".

Até aquêle momento, conluiado com anarquistas, o ministro da Guerra escondera do Imperador a gravidade da situação, enganando-o com "ardiloso embuste (29)". Guatimozin, no entanto, estava decidido ao sacrificio reclamado pela sombra da Acácia a que em má hora se abrigára. O Arconte-Rei sabia ser chegada a hora do ajuste de contas. Vencera-se o pacto com o Bóde-Preto. Tinha de pagar com juros o fechamento do Areopago naquela noite de chuva, com os soldados da artilharia montada, e a rispida prancha da clausura do Grande Oriente. Expiaria duramente o perjurio e a ingratidão. Quando se deixára iniciar na maçonaria, força de vanguarda do judaismo, com toda a certeza não conhecia o ditado popular francês: *Celui qui mange du juif en meurt.* Êle comêra o veneno maçónico; morreria dêle.

Noite triste e desolada aquela de 6 para 7 de abril! "Pelas sombras e frodosidades da quinta de São Cristovam se esgueiravam para o campo da Aclamação, destinado a ser o terreiro das traições, os últimos soldados do Batalhão do Imperador. D. Pedro deu ordem ao regimento de artilharia montada aquartelada no páteo, para que seguisse os companheiros, encerrou-se num quarto com a Imperatriz e queimou papeis... Ouviam-se lamentações da cria-

(28) Monsenhor Pinto de Campos, op. cit. pags. 38-39.

(29) "Telescopio Brasiliense", pag. 4, *nota* 2.

dagem. Disse Paulo de Saint Victor que de todos os átos humanos a abdicação é o que mais se aproxima da morte. Pelo interior do palacio se entrouxavam roupas e se guardavam pratas... D. Pedro ao entregar a Frias o decreto da abdicação declarava: — "Não quero que se sacrifiquem por mim... Uma renuncia de engulhado, a despedida de ironia dum conhecedor do mundo (30)".

Batiam as pendulas com bronzes de Thomire do velho casarão da Quinta uma hora da madrugada, quando o major Frias, com o decreto imperial, partiu a galope para o Campo da Aclamação, que seria crismado em Campo da Honra... Os moderados a que alude Teófilo Otoni aclamavam pouco depois D. Pedro II, que tinha de cinco para seis anos de idade. A revolução maçónica não conseguira chegar á República. Para isso, as forças secretas teriam de trabalhar ainda 58 anos! "Ás dez e meia da manhã, o general Lima e Silva apresentou-se no Paço do Senado, onde estavam reunidos em assembléa geral os membros das duas Cámaras, e, introduzido no salão, entregou ao presidente, marquês de Caravelas, o decreto de abdicação. Retirando-se o general, procedeu-se imediatamente á nomeação da Regencia Provisória, que deveria governar em nome do jovem Imperador D. Pedro II, até a eleição da Regencia Permanente. Fôram eleitos o senador marquês de Caravelas, por 40 votos; o general Francisco de Lima e Silva, por 35; e o senador Vergueiro, por 30. A cadeira da presidencia passou a ser ocupada pelo senador Silva Coutinho, em cujas mãos prestaram juramento os membros da Regencia (31).

A abdicação ia custar rios de sangue e de dinheiro ao Brasil. O sangue brasileiro que o monarca não quisera derramar para se manter no trono correria

---

(30) Alberto Rangel, op. cit. pag. 48.
(31) Rio Branco, op. cit. pag. 182.

durante 14 anos em rebeldias resultantes de conjuras secretas em nome da Liberdade, Moloch das Internacionais: no Pará, no Maranhão, no Piauí, no Ceará, em Pernambuco, na Baía, em Minas, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Mato Grosso, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Imenso vulcão de sangue erupiu em esguichos rubros, inundando a nação, até a maioridade da criança imperial tutelada por José Bonifacio, o grande maçon. Talvez, pensando nisso como na separação da terra que governára e amára, D. Pedro rompera em pranto ao entregar o decreto fatal. Com as pálpebras húmidas de lágrimas, embarcou com D. Amelia ao amanhecer nos escaleres de remadores estrangeiros que os levaram á fragata inglêsa "Warspite". Quando se rezou, no dia 9, o Te-Deum em honra de D. Pedro II, de bordo D. Pedro I olhava a terra brasileira com as pupilas nadando em água. As lágrimas espoucaram-lhe dos olhos ao romper a fragata "Volage", dias depois, barra afóra, quando contemplou pela derradeira vez os montes da Guanabara beijados pelo sol. Ainda em 1834, em Portugal, rememorava com emoção e os olhos rasos de água o panorama de São Cristovam (32).

Ás 7 horas da manhã de 13 de abril, passou da "Warspite" para a "Volage" e seguiu para a Europa. A rainha D. Maria da Gloria partia na fragata francêsa "La Seine». D. Pedro I transformava-se em D. Pedro IV e ia escrever o mais belo capitulo da sua vida, reconquistando nos azares da guerra civil o trono de sua filha. Fundador dum Imperio e Restaurador dum Reino, com 36 anos de idade apenas, morreria pouco depois nos paços de Queluz, onde nascera, pousando os olhos enevoados na fardeta côr de pinhão dum soldado de caçadores, que mandára buscar para ver-lhe o uniforme tradicional pela derra-

(32) Alberto Rangel, op. cit. pag. 57.

deira vez. Remia no desprendimento, no sacrificio e na grandeza de alma, os erros de sua agitada mocidade. A morte dum soldado!

Dêsde algum tempo, o Imperador não se enganava com o rumo que as cousas iam tomando. Sabia que fim lhe reservavam as forças secretas, que a sombra da Acácia a que se abrigára lhe seria fatal. Quando o corpo diplomatico estrangeiro se reuniu a bordo da "Warspite", na tarde de 7 de abril, afim de examinar a situação, pois o soberano se asilára sob a bandeira inglêsa, êle disse aos ministros europeus, em francês: — "Depois do que ocorreu em França, eu esperava a revolução aqui... Havia muito tempo que eu estava sendo traído... (33)".

Deixava atrás de si os brasileiros divididos em dois campos: o dos ordeiros e moderados, e o dos "anarquistas ou mutinos", que "infestavam o continente (34)", os quais bem sabemos quem são, os revolucionarios de todos os tempos. Êsses soltaram um suspiro de alivio e um uivo de satisfação num editorial do "Repúblico", que pelo nome se não perca, no dia 7 de abril, data da partida de D. Pedro: "O perjuro abdicou. Devemo-lo deixar partir em paz, podendo êle colher livremente os frutos das traições cometidas contra nós". Era uma confissão maçónica em público da origem do golpe de Estado, porque o Imperador não poderia nunca ser considerado perjuro nem traidor á causa republicana defendida pelo jornal, mas sim á causa maçónica. E' claro como água.

Na véspera de ir embora, a 12 de abril, de bordo da "Warspite", D. Pedro mandava ao filho pequenino esta breve, expressiva e dolorosa carta, a mais bela que jamais escreveu na sua vida: "Meu querido

---

(33) Armitage, op. cit. pag. 249: "Je me suis attendu á une révolution dans ce pays-ci aprés ce qui était arrivé en France... J'ai eté trahi depuis longtemps..."

(34) "Telescopio Brasiliense", pag. 7. O continente fôra infestado, como vimos anteriormente, pelo general Miranda.

filho e meu Imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler, pois as lágrimas eram tantas que me impediam de a ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e para certificar-lhe que, enquanto vida tiver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria, amigos, não póde haver maior sacrificio; mas levar a honra ilibada, não póde haver maior glória. Lembre-se de seu pai, ame a sua, a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aquêles que cuidam de sua educação, e conte que o mundo o ha de admirar, e que eu hei de me encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessario para que o Brasil socegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar áquêle gráu de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu filho, receba a bençam de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver. *D. Pedro de Alcantara* (35)".

Pai e filho nunca mais se avistaram.

O Imperador do Sacrificio!

---

(35) Armitage, op. cit. nota 46 *in fine*.

★ *Êste livro foi impresso nas oficinas da Emprêsa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à Rua Xavier de Toledo, 72, para a Companhia Editora Nacional, em Janeiro de 1939.*